

X-96-055660-4

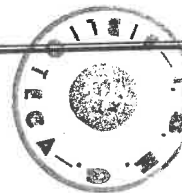
ECD.

Biblioteca

1234-G.

44987

HF 1572.5.M37 B73 1996



Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

**A Redescoberta do "Outro".
As Relações Económicas e Institucionais
Portugal-Marrocos no Período pós-Adesão**

por

Vicente de Paiva Brandão

Constituição do Júri:

Presidente:

- Doutor Manuel Avelino de Jesus,
professor associado do Instituto Superior de Economia
e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Vogais:

- Dr. Tawfiq Rkibi,
professor adjunto do Instituto Superior de Línguas e Administração.
- Dr. Armando Pulquério Antunes de Castro,
professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia
e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

*Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento
e Cooperação Internacional, sob a orientação do Professor Armando Antunes de Castro*

Lisboa, 1996



Aos meus pais
À minha Mulher
Aos meus irmãos

AGRADECIMENTOS



Esta dissertação representa a conclusão de um trabalho, cujo início remonta à 1994. A sua elaboração obteve o precioso contributo de mestres, colegas e amigos.

Em primeiro lugar, quero destacar a colaboração persistente e amiga do Sr. Professor Armando de Castro.

Agradeço, também, reconhecidamente ao Sr. Embaixador Aziz Mekouar, ao Sr. Embaixador António Valente, ao Sr. Professor Sousa Lara, ao Sr. Professor Dias Farinha, ao Sr. Prof. Durão Barroso, ao Sr. Dr. Manuel Pechirra, ao Sr. Fath'Allah Sijilmassi, ao Sr. Dr. João Henriques, ao Sr. Dr. Augusto Ferreira do Amaral, à Sra. Eng^a. Cristina Vasconcelos, à Sra. Dr^a. Fernanda Faria, à Sra. Dra. Paula Veiga, ao Sr. Dr. Bernardo Calheiros, ao Sr. Dr. João Maldonado Correia, ao Sr. Dr. Vasco Seruya e ao Sr. Dr. Rui Monteiro.

Agradeço ainda ao Carlos Castelo Branco e ao Rui Coimbra pelo interesse demonstrado ao longo da evolução do presente trabalho.

Finalmente, uma palavra de apreço em relação a todos aqueles que de uma forma mais discreta, mas não menos empenhada, me estimularam a concretizar o desafio em causa.

ÍNDICE de SIGLAS

- AJIM - Associação da Juventude Islâmica Marroquina
AMDH - Associação Marroquina dos Direitos Humanos
ARTM - Agência de Redes Transmediterrânica
BEI - Banco Europeu de Investimento
CC- Conselho Constitucional
CCDH - Conselho Consultivo dos Direitos do Homem
CCDS - Conselho Consultivo do Diálogo Social
CCG - Conselho de Cooperação do Golfo
CDT - Confederação Democrática do Trabalho
CE - Comunidade Europeia
CEE - Comunidade Económica Europeia
CNI - Congregação Nacional de Independentes
CNJA - Conseil National de la Jeunesse et de l'Avenir
CPCM - Comité Permanente Consultivo Magrebino
CSCE - Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa
CSCM - Conferência para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo
DR - Diário da República
ECIIP - European Community International Investment Partners
ECU - European Current Unit
ELM - Exército de Libertação Marroquino
EUA - Estados Unidos da América
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FIS - Frente Islâmica de Salvação
FMI - Fundo Monetário Internacional
FLN - Frente de Libertação Nacional

(FP) Frente Polisario - Frente Popular para a Libertação de Saquia el-Hamra e do Rio de Oro

FSE - Fundo Social Europeu

GATT - General Agreement on Tariffs and Trade

ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal

IFOP - Instrumento Financeiro de Orientação para a Pesca

MINURSO - Missão das Nações Unidas para a Organização de um Referendo sobre o Sara Ocidental

MNE - Ministério/Ministro dos Negócios Estrangeiros

MNP - Movimento Nacional Popular

MP - Movimento Popular

OADP - Organização da Acção Democrática e Popular

OCP - Office Chérifien des Phosphates

OGD - Observatório Geopolítico de Drogas

ONA - Omnium Nord-Africain

ONCF - Office National de Chemins de Fer

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização de Unidade Africana

PAC - Política Agrícola Comum

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PCP - Política Comum de Pescas

PDI - Partido para a Democracia e a Independência

PDI's - Programas de Desenvolvimento Integrado

PE - Parlamento Europeu

PI - Partido da Independência

PIB - Produto Interno Bruto

PIM's - Programas Integrados Mediterrânicos

PM - Primeiro -Ministro

PM's - Parceiros Mediterrânicos

PME - Pequena e Média Empresa



PMR - Política Mediterrânica Renovada
PND - Partido Nacional Democrata
PPS - Partido do Progresso e do Socialismo
PRN - Partido das Reformas Nacionais
PTM - País Terceiro Mediterrânico
PVD - País em Vias de Desenvolvimento
RASD - República Árabe Sarauí Democrática
RTM - Radio Télévision Marocaine
SA - Sociedade Anónima
SCIF - Societé Chériffienne de Matériel Industriel et Ferroviaire
SPI - Sociedade para a Propagação do Islão
TAO - Technical Assistance Office
TIJ - Tribunal Internacional de Justiça
UC - União Constitucional
UE - União Europeia
UGMT - União Geral Marroquina do Trabalho
UGTM - União Geral dos Trabalhadores Marroquinos
UMA - União do Magrebe Árabe
UMT - União Marroquina do Trabalho
UNEM - União Nacional dos Estudantes Marroquinos
UNFP - União Nacional das Forças Populares
USFP - União Socialista das Forças Populares

Índice

1. Introdução	3
2. Embrião do relacionamento luso-marroquino. Do conhecimento à conflitualidade e à paz.	4
2.1. As raízes. Berberes e árabes na Península. O conhecimento do "outro".	5
2.1.1. A ocupação moura do ocidente peninsular.	5
2.1.2. A reconquista.	6
2.2. A presença portuguesa em Marrocos.	8
2.2.1. A opção norte-africana.	8
2.2.2. A política ultramarina de D. Afonso V a D. Manuel I	10
2.2.3. A perda de influência portuguesa no Magrebe.	13
3. Aspectos contemporâneos da dinâmica política, social e económica de Marrocos:	16
3.1. A dinâmica política e social marroquina.	17
3.1.1. A componente política.	17
3.1.2. A vertente social.	31
3.2. A caracterização económica de Marrocos.	41
3.2.1. A especificidade da economia marroquina.	41
3.2.2. A estrutura produtiva.	44
3.3. A modernização económica e perspectivas.	53
3.3.1. A procura da competitividade.	53
3.3.2. O sentido das tendências.	61

4. As relações luso-marroquinas no quadro da adesão de Portugal à Comunidade Europeia: A "redescoberta do outro".	65
4.1. O regime geral da cooperação euro-marroquina.	66
4.1.1. A cooperação comercial.	70
4.1.2. A cooperação técnico-financeira.	75
4.1.3. A cooperação no domínio das pescas.	81
4.1.4. A cooperação intra e inter-regional.	88
4.2. As relações luso-marroquinas. Evolução e quadro actual.	107
4.2.1. As consequências da integração portuguesa na CE, no âmbito do relacionamento luso-marroquino.	107
4.2.2. A vertente comercial bilateral.	112
4.2.3. O investimento bilateral.	116
5. Conclusão.	121
6. Bibliografia.	123
7. Anexos.	

1

Introdução

No presente trabalho, pretende-se percorrer o relacionamento Portugal-Marrocos, realçando os últimos dez anos, que corresponderam à "vivência" comunitária lusa e a uma progressiva aproximação de Rabat da dinâmica integracionista europeia.

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, em que a contribuição específica das relações económicas internacionais constitui o aspecto substantivo.

O trabalho reparte-se entre a introdução, três partes principais e a conclusão, que pretendem resolver a finalidade do mesmo.

Se até ao século XVIII, existiu um conhecimento mútuo e simultaneamente o conflito, a partir daquela data ocorre um distanciamento motivado pelos desaires sofridos por Portugal no Norte de África e por outros interesses relevantes a sul deste continente. Pelo seu lado, Marrocos defrontava-se com a influência internacional de franceses, espanhóis e alemães.

Ao alcançarem a independência, os marroquinos enfrentaram o desafio da modernização e tiveram de criar as condições económicas, sociais e políticas necessárias ao seu desenvolvimento. É este o tema tratado no 3º capítulo.

No 4º capítulo procura-se compreender o impacto da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em termos dos reflexos provocados nas relações luso-marroquinas. Paralelamente salienta-se o essencial da cooperação entre a Comunidade e Marrocos, tentando-se identificar as novas tendências.

Assim, o desafio em causa, nasce da percepção de que o estudo do relacionamento bilateral necessita da profundidade histórica subjacente à compreensão do reencontro, que se iniciou no decurso dos anos 80. Isto, possibilitado pelos desafios em que um e outro país continuam envolvidos, e a que não é alheio o facto de ambos convergirem para o mesmo espaço económico. É este o processo que nos propomos analisar.

As fontes utilizadas são vastas e abrangem livros, publicações periódicas, diversos documentos de instituições nacionais e estrangeiras, bem assim como entrevistas com técnicos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros português e marroquino, um alto funcionário do Ministério do Comércio deste país e diversas personalidades e profissionais entre os quais é justo destacar o Embaixador do Reino de Marrocos em Portugal, o Embaixador deste Estado em Marrocos, o Director da delegação dos Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP) em Rabat, assim como o Secretário-Geral do Instituto Luso-Árabe para a Cooperação.

2

Embrião do Relacionamento
Luso-Marroquino.
Do Conhecimento à Conflitualidade e à Paz

"Fala-se no caminho para Santiago, desbravado mais intensamente após a chegada dos cluniacenses (...). Mas havia também um caminho para Meca de que ninguém fala. E bem mais antigo. E bem mais grávido de presente e de futuro. Por onde se derramou o caudal das técnicas agrícolas e artesanais que revolucionaram o ocidente medievo. Por onde chegaram os manuscritos de Aristóteles, Avicena, as Universidades, os Hospitais."

António Borges Coelho¹

¹ Historiador, in António Borges Coelho, Portugal Na Espanha Árabe, 2ª ed., Lisboa, Caminho, Vol. II, 1989, p. 24.

2.1. As Raízes. Berberes e Árabes na Península Ibérica. O Conhecimento do "Outro"

Na historiografia ocidental está abundantemente registada o avanço mouro no ocidente peninsular, a respectiva ocupação e a reconquista cristã. Mas quase sempre oferecendo as percepções europeias. Importa, pois, procurar compreender as sensibilidades contrárias recorrendo, igualmente, à História de Marrocos vista do outro lado.

Uma das características tradicionalmente evidenciadas nesta etapa histórica é o conflito entre duas civilizações. No entanto, também existiu a convivência religiosa e permaneceram marcas do conhecimento recíproco em ambos os territórios. Em Portugal ficaram a nora, a laranjeira, os cavalos de Alter², etc. Em Marrocos, continuam as edificações portuguesas.

2.1.1. A Ocupação Moura do Ocidente Peninsular

Os historiadores indicam a data de 711 (D.C.) para situar o avanço do exército mouro sobre a Península Ibérica, maioritariamente composto por berberes e comandado por Tarik. Este foi vitorioso e iniciou uma ocupação que se prolongou por oito séculos, uma vez que o seu afastamento definitivo ocorre apenas com a queda de Granada no século XV³.

A presença moura no ocidente peninsular variou de intensidade consoante se tratasse do norte ou sul do território, sendo mais efectiva a sul do Tejo. No entanto, alguns locais a norte mudaram de mãos com igual facilidade, como por exemplo Coimbra.

O modo de relacionamento entre as populações e os invasores encontrava-se ligado à maior ou menor aceitação do Islão. Se o acolhessem em plenitude, passariam a integrar-se na nova comunidade com iguais direitos e deveres; se permanecessem cristãos, poderiam exercer o culto e manter as propriedades mediante o pagamento de um tributo; e se optassem pela resistência, os que sobrevivessem seriam vendidos como escravos. Esta última hipótese terá sido a menos escolhida, na medida em que a convivência religiosa não estava excluída e o pagamento de impostos existiria sempre, quer se tratasse de senhor mouro ou cristão⁴.

² Idem, p. 26; A "paisagem humana" é também uma herança significativa resultante do encontro das duas civilizações, cujo rasto é possível identificar nos traços físicos de algumas populações.

³ Cfr. Camille et Yves Lacoste (dir. de), *L'Etat du Maghreb*. Paris, Éditions La Découverte, 1991, p. 43.

⁴ Cfr. José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*. 15ª ed., Publ. Europa-América, Lisboa, 1992, pp. 35-36.

No entanto, do lado dos ocupantes as relações internas nem sempre eram pacíficas e entre 740 e 780 existiram problemas entre árabes e berberes devido à prepotência dos primeiros. Estas rivalidades vão-se reflectir na luta travada entre Fátimidias (xiitas) e Omíiadas (sunitas), que têm por aliados os zenetas (berberes). A estes estava confiada a guarda do ocidente peninsular⁵ e aquela disputa vai acentuar as respectivas áreas de influência, ou seja, os Omíiadas e os berberes ficarão vinculados ao magrebe ocidental. Na realidade, foi um Omíiada descendente de Maomé, Idriss I, que fundou o que se pode considerar como a primeira dinastia marroquina em 788⁶.

Uma outra etapa importante para Marrocos ocorreu com a consolidação do poder dos Almorávidas. Estes reúnem duas componentes: uma militar e outra religiosa. A segunda dominou sobre a primeira e conferiu-lhes uma disciplina espiritual, que aliada à arte da guerra, conduziu esta dinastia ao controlo das duas grandes rotas sarianas da época: a do oeste e a de Sijilmassa. Após a fundação de Marrakech, as suas conquistas alastram ao conjunto do Magrebe ocidental e à Berberia central⁷.

Uma vez que a reconquista cristã já se havia iniciado⁸, os príncipes muçulmanos de Espanha pediram o auxílio dos almorávidas. A tomada de Toledo, em 1085, pelo exército de Afonso VI de Castela veio justificar a urgência de uma acção. Assim, esta foi desencadeada pelo chefe almorávida Youssef, que bateu as tropas daquele rei cristão em Zalaca, perto de Badajoz. E estendeu, igualmente, o seu domínio à Espanha muçulmana depois de vencer os respectivos líderes que acusou de fraqueza e libertinagem.

2.1.2. A reconquista

O filho de Youssef, Ali Ben Youssef, herdou um vasto império composto pelo Magrebe e parte da Península Ibérica. Mas difícil de manter. Na realidade, os cristãos retomaram a ofensiva com Afonso VII e a situação do império almorávida agravou-se, simultaneamente, com a morte de Ali em 1143.

Entretanto, D. Afonso Henriques, neste mesmo ano colocou o seu território sob a dependência da Igreja, esperando receber desta a confirmação da sua autonomia⁹ face a Leão e Castela. Em resposta, o Papa refere-se ao chefe português como Duque, apesar de deferir aquela

⁵ Cfr. Jean Brignon, *Histoire du Maroc*, Hatier, Paris, 1990, p. 73.

⁶ Cfr. Camille et Yves Lacoste, *Op. Cit.*, p. 43.

⁷ Cfr. Jean Brignon, *Op. Cit.*, pp. 88-89.

⁸ Logo no século VIII, os cristãos aproveitaram as rivalidades entre berberes e árabes para, tímidamente iniciarem a reconquista de algumas localidades na Galiza. No entanto, a primeira cruzada data apenas de 1096. Cfr. José Hermano Saraiva, *Op. Cit.*, p. 41.

⁹ A independência foi concertada entre D. Afonso Henriques, de Portugal e Afonso VII, de Leão e Castela, na Conferência de Zamora em 1143. Cfr. Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*. Verbo, Lisboa, 1986, pp. 24-25.

autonomia. Sómente em 1179, a Igreja reconhecerá o título de rei a D. Afonso Henriques.

Mas 1143, é também importante porque é o ano em que foi tentada, pela primeira vez, a conquista de Lisboa, a qual não foi bem sucedida.

Em Março de 1147 dá-se a tomada de Santarém e em Junho do mesmo ano chega ao Porto "um contingente de homens vindos de França, de Inglaterra, da Flandres, da Alemanha e de outras áreas do Norte da Europa"¹⁰. Estes vieram integrados na Segunda Cruzada e concordaram em assaltar Lisboa, mediante o direito de saque, bem ao estilo da época. A conquista da cidade foi executada de um modo brutal e, por vezes, com combates entre aliados.

O auxílio de estrangeiros a D. Afonso Henriques continuou e foi notado nos ataques a Alcácer do Sal em 1151 e 1157, e, posteriormente, na ocupação em 1158¹¹.

O movimento cristão em direcção ao sul continuou e em 1166 ocorria a tomada de Évora.

Inseridos na Terceira Cruzada, acostaram a Lisboa, em 1189, duas frotas compostas por flamengos, alemães, ingleses, frísios, franceses e dinamarqueses. Estes juntaram-se às investidas de D. Sancho I, que tinha sucedido ao primeiro rei de Portugal em 1185. Uma das frotas navegou ao longo da costa portuguesa e conquistou o Alvor. No mesmo ano de 1189, a outra colaborou com o monarca português na tomada de Silves.

No ano seguinte a esta vitória, o chefe mouro Almançor¹² dirigiu um ataque contra Silves e outras cidades, avançando para Santarém, onde se encontrava D. Sancho I. Este foi ajudado por cerca de quinhentos cruzados ingleses que estavam em Lisboa.

Os mouros retiraram-se mas regressaram em 1191, reconquistando Silves, Alcácer do Sal, Palmela e Almada, junto ao Tejo e ameaçando Lisboa. Esta campanha foi um sucesso e obrigou os portugueses a recuperarem posições anteriormente alcançadas a sul, levando mais cerca de meio século a completa expulsão dos muçulmanos do ocidente peninsular¹³.

¹⁰ Cfr. Bailey W. Diffie, Prelúdio Ao Império, 1ª ed. port., Editorial Teorema, 1989, p. 24.

¹¹ Idem

¹² Abou Youssef Yacoub, "El Mansour" (Almançor). O líder Almóada sucedeu a seu pai Abou Yacoub Youssef, em 1184, após a morte deste em Santarém. Destacou-se pelo esforço dedicado a assegurar a sua autoridade no Magrebe central e na luta desenvolvida na Península Ibérica. Para além do êxito da campanha de 1191 contra os portugueses, contou ainda com uma importante vitória em Alarcos (actual Ciudad Real), onde bateu os castelhanos. Cfr. Jean Brignon, Op. Cit., p. 116; Bernard Lewis, Os Árabes Na História, 2ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 143.

¹³ Cfr. Bailey W. Diffie, Op. Cit., p. 30.

2.2. A Presença Portuguesa em Marrocos

Os portugueses ao iniciarem o movimento em direcção a Marrocos pretendiam benefícios económicos¹⁴, a expansão da fé, mas, sobretudo, assegurarem a independência face ao vizinho continental, com conquistas além-mar¹⁵.

Ao longo do processo de tomada das praças marroquinas, importa registar a instabilidade implícita à posse delas. Os ocupantes encontravam-se seguros apenas dentro do perímetro das fortificações e a distância entre elas não proporcionava a possibilidade de um auxílio rápido e eficaz. Esta característica da presença portuguesa no norte de África vai determinar uma sistemática ocupação de localidades situadas no litoral, onde se procurava manter uma boa acessibilidade por mar essencial aos abastecimentos de homens e víveres¹⁶. Foi, aliás, esta a estratégia subjacente à conquista da primeira praça marroquina, isto é, Ceuta.

2.2.1. A Opção Norte-Africana

Se até ao século XIV, o Magrebe registou um crescimento económico significativo justificado pelas relações comerciais transarianas e pelo domínio do mediterrâneo ocidental face a uma Europa desagregada e instável; a partir do século seguinte a situação inverte-se após os europeus terem concertado os seus objectivos e iniciado a fase expansionista.

Para além da conjuntura externa, o movimento peninsular foi ajudado por disputas políticas internas. Desde o início do século XIII, que os Banu Merin (Merínidas) combatiam os Almóadas, conseguindo vencê-los e alcançar uma posição relativamente estável entre 1331 e 1349, com Abul Hassan. Mas o seu filho Abu Inan revolta-se e derrota aquele, perpetuando as guerras familiares até à substituição da dinastia dos merínidas pela dos Banu Wattas. Estes mantiveram-se no poder entre 1471 e 1554, mas foi uma liderança frágil prejudicada pela ausência de prestígio religioso e de base étnica, não constituindo uma força aglutinadora perante os estrangeiros¹⁷.

¹⁴ Nestas riquezas será incorrecto englobar os cereais, ao contrário do que alguns historiadores sustentam, atendendo à pequena extensão das terras de cultivo e ao constante estado de guerra. Cfr. Armando Castro, História Económica de Portugal, Lisboa, Editorial Caminho, Vol. III, 1985, p. 56.

¹⁵ Cfr. Bailey W. Diffie, Op. Cit., p. 80: "A esperança de lucro, a conquista de almas e o afastamento de Castela passaram a identificar-se com o espírito nacional português."

¹⁶ Cfr. Augusto Ferreira do Amaral, História de Mazagão, Publicações Alfa, Lisboa, 1989, p. 56.

¹⁷ Cfr. Joseph Burlot, A Civilização Islâmica, Mem-Martins, Publ. Europa-América, 1992, p. 213.

É deste ambiente que os portugueses irão usufruir a partir de 1415. Mas para o sucesso do empreendimento norte-africano, foi necessário, primeiro, afastar o perigo espanhol na batalha de Aljubarrota em 1385 e estabelecer o tratado luso-castelhano de paz e aliança "perpétuas" em 1411. No entanto, continuava a ser fundamental justificar a independência do reino português, o que foi previsto através do movimento para sul.

Segundo o cronista da época Gomes Eanes de Zurara, a expedição a Ceuta terá sido bem preparada. O rei D. João I ordenou a recolha da prata e cobre existentes para financiarem o empreendimento e apelou, nesse sentido, ao auxílio dos mercadores. A construção naval também acompanhou o ritmo exigido. Os tanoeiros e pescadores esforçaram-se, respectivamente, na reparação de vasilhas para a guarda de cereais e vinho, e na salgação de peixe para a conservação deste. Assim, foi possível reunir na foz do Tejo, em Julho de 1415, uma frota superior a 200 navios, a que correspondiam 20 000 homens¹⁸.

Ceuta foi tomada sem grande dificuldade, beneficiando os portugueses da neutralidade dos mouros de Algeciras.

A conquista daquela praça criou o problema de se delinear uma estratégia válida para o futuro. Por um lado, encontravam-se os partidários de novas conquistas no Norte de África liderados pelo infante D. Henrique. Mas havia também quem defendesse o abandono de Ceuta, dada a crença na impossibilidade da sua defesa perante a iminência dum ataque mouro, que se tinha como certo. Atendendo à proximidade geográfica dos exércitos sarracenos não se previam grandes dificuldades na reunião de meios militares para a reconquista. No entanto, D. João I optou pela conservação da cidade mediante a ajuda de cavaleiros e desterrados. D. Pedro de Meneses voluntariou-se para fronteiro de Ceuta, à frente de uma guarnição de 2 700 homens acompanhados por algumas galés às quais competia a defesa da cidade e a vigilância do Estreito¹⁹. Ficava a interrogação se a praça devia constituir uma "marca" militar isolada ou o início de um movimento mais vasto.

D. João I, vai optar pela última hipótese, sobretudo após o regente de Castela lhe ter negado uma participação na guerra contra Granada.

E os receios portugueses em relação a uma eventual resposta sarracena à tomada de Ceuta, confirmaram-se com o cerco de 13 de Agosto de 1419 efectuado pelo rei de Granada. A situação desencadeou uma operação de socorro através de uma frota vinda de Portugal.

A conjuntura fortaleceu a convicção de guardar Ceuta, o que explica a sua elevação a cidade, a construção de uma catedral em 1420 e o progressivo desenvolvimento económico-social.

Em 1433, morreu D. João I e subiu ao trono o seu filho mais velho D. Duarte. Depois de ouvir a opinião dos seus irmãos sobre a política ultramarina, decidiu concentrar os esforços na tomada de Tânger para terminar com o isolamento da primeira praça conquistada. Esta opção seguia

¹⁸ Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal, Lisboa, Verbo, Vol. II, 1978, p. 22.

¹⁹ Idem, p. 24.

a orientação de D. Henrique e agradava ao Papa, que legitimou o projecto pela bula "Rex Regum" de 8 de Setembro de 1436²⁰.

Após reunidos os meios para a empresa em causa, partiram duas frotas, uma do Porto e outra de Lisboa, que se reuniram em Ceuta, totalizando 10 000 homens. Em meados daquele mês começou o ataque contra Tânger, que não teve qualquer êxito. A opinião geral aconselhou o retorno a Ceuta. Ao contrário, D. Henrique manteve o cerco, o que resultou no envolvimento das tropas lusas pelos norte-africanos. A 12 de Outubro ocorria a rendição dos portugueses e os mouros exigiram a entrega de Ceuta como contrapartida da libertação do exército luso. Após novas escaramuças, assinou-se a 16 de Outubro um tratado que possibilitou o regresso dos portugueses, ficando retido D. Fernando como garantia da devolução da cidade em litígio.

Em Janeiro de 1438, reuniram-se as cortes de Leiria com o propósito de se encontrar uma solução para tal problema. No entanto, em Setembro do mesmo ano morre o soberano português sem se ter chegado a uma conclusão. A hipótese da entrega de Ceuta não agradava ao clero nem à nobreza devido a colocar em causa a expansão da fé e o alargamento do território. Ao contrário, os representantes do povo defendiam a sua devolução²¹.

A hesitação predominou e o futuro Infante Santo vem a morrer prisioneiro a 5 de Julho de 1443, sendo sacrificado pelo que era considerado o interesse nacional. Ceuta servia de defesa à navegação portuguesa no Estreito de Gibraltar e constituía uma alternativa à exiguidade do território luso. A sua importância estratégica acabou por vitimar o príncipe.

2.2.2.

A Política Ultramarina de D. Afonso V a D. Manuel I

A queda de Constantinopla em 1453, constituiu uma perda considerável para o mundo cristão, à qual se pretendeu dar resposta.

O Papa Calisto III, eleito em Abril de 1455, iniciou contactos no sentido de se organizar uma cruzada para libertar aquela cidade. Ele concedeu privilégios especiais aos cavaleiros que pretendessem combater os infiéis, que incluíam a apropriação dos bens destes e a sua sujeição à escravatura.

No entanto, os monarcas cristãos não se entenderam em termos operacionais, concordando apenas em relação ao espírito da missão. Apesar destas contrariedades, formou-se uma frota "de 16 galés e 25 velas", que derrotou os turcos em Metelino, no mar da Grécia.

Ao longo deste tempo, D. Afonso V de Portugal, manteve a intenção de ajudar Roma, mandando reunir homens e navios de acordo com a iniciativa papal. Mas, simultaneamente, as suas maiores preocupações concentravam-se no Norte de África. O receio do monarca português era o de enfraquecer Ceuta ao corresponder ao esforço da cruzada.

²⁰ Ibid., p. 49.

²¹ Cfr. David Lopes, A Expansão em Marrocos, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 16.

A partir do início de 1457, a opção norte-africana ganhou preferência, nomeadamente devido à questão religiosa. É neste contexto que a opção recai sobre Alcácer Ceguer, após terem sido ponderadas as praças de Safim e novamente Tânger. A primeira reuniu o consenso devido à sua proximidade de Ceuta e existirem informações de ser uma cidade rica em vinhas, frutas e gado. O comércio também estaria desenvolvido naquela localidade.

A armada constituída para a expedição era numerosa, juntando em Lagos frotas vindas do Porto, da foz do Sado e do Mondego. Partiram a 12 de Outubro de 1458, e ao chegarem ao seu destino depararam-se com um castelo bem guarnecido em homens e armas. Após dois dias de combate os mouros foram vencidos. A mesquita local tomou o nome de Santa Maria da Misericórdia e o rei português acrescentou ao seu título, Senhor de Alcácer em África. Muitos presos e degredados viram as suas penas perdoadas por terem incorporado a expedição. Outros foram agraciados ao decidirem residir no território à semelhança do que acontecia em Ceuta²².

O sucesso de Alcácer Ceguer deu alento a D. Afonso V para prosseguir a sua política africana. Isto, apesar dos grandes encargos inerentes à manutenção das duas possessões ultramarinas. Estes gastos assustavam alguns governantes contrários à expansão em Marrocos, como eram os casos do infante D. Fernando e do marquês de Vila Real, mais preocupados com Portugal continental.

Mas nada abalou a convicção expansionista do monarca, que ordenou a construção de uma fortificação em Alcácer para melhor protecção da cidade. Esta medida era justificada pela vulnerabilidade terrestre da praça, que era frequentemente ameaçada, obrigando o fronteiro da cidade, D. Duarte de Meneses, a constantes acções defensivas para afastar a pressão dos mouros. No Verão de 1459, Alcácer teve cercada durante 53 dias, verificando-se combates violentos.

Em 1463, o soberano deslocou-se novamente ao Norte de África para tentar investir sobre Tânger, o que foi repetido sem êxito pelo infante D. Fernando. O rei procurou igualmente submeter a região de Arzila, pelo que foi contrariado pela cavalaria moura, o que obrigou por completo os objectivos desta expedição.

Em 1469, o infante D. Fernando obteve permissão do rei para nova campanha em Marrocos. A missão consistia na tomada de Anafé, a actual Casablanca. Ao ser avistada a armada portuguesa pelos mouros, estes preferiram a fuga, dada a força prevista. Mas o infante de imediato reconheceu que não possuía meios para defender Anafé, optando pelo saque e desgaste da muralha. Em seguida retirou para Portugal, não deixando qualquer guarnição na cidade visitada.

Em 1471, D. Afonso V voltou a considerar a hipótese da conquista de Tânger. Mas a capacidade militar da praça e os exemplos anteriores não abonavam em favor dessa iniciativa. A escolha definitiva apontou para Arzila, importante centro económico da zona, devido a representar uma significativa rota comercial (ponto de escoamento do ouro vindo do Mali e de géneros oriundos da Europa) e a produzir cereais e frutas de boa qualidade.

²² Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, Op. Cit., p. 85.

Assim, a 15 de Agosto de 1471, a armada partiu de Lisboa, à qual se juntou em Lagos a frota do Algarve totalizando 477 velas e perto de 30 000 homens²³.

No dia 20 de Agosto, a esquadra encontrava-se defronte de Arzila, iniciando-se a contenda. A 24 do mesmo mês, os mouros rendiam-se ao constatarem a inferioridade das respectivas forças. Mas, logo, recommençaram os combates com a ocupação da cidade, que terminaram sem inverterem o primeiro resultado. Os bens lá achados foram avaliados em 80 000 dobras de ouro, o que satisfez as novas autoridades.

O príncipe herdeiro D. João, foi armado cavaleiro na mesquita local, então transformada em igreja.

O feito de armas teve um acolhimento entusiástico em França e na Borgonha. Entretanto, o efeito psicológico da tomada de Arzila levou os mouros a abandonarem Tânger, o que resultou na ocupação portuguesa de um modo pacífico.

A 25 de Agosto de 1481, morria D. Afonso V em Sintra. Sucedeu-lhe D. João II, que modificou a política interna de seu pai, ao diminuir os favores concedidos aos nobres e centralizou o poder.

Em relação ao Norte de África, o novo monarca defendeu a continuidade da presença portuguesa na região²⁴. Nesse sentido, forneceu meios humanos e materiais à administração das praças marroquinas, e estimulou a defesa das mesmas. O povoamento foi um importante factor de protecção utilizado, favorecido através de cartas de perdão em benefício de degredados. Até ao ano de 1486, foi Arzila a cidade que acolheu maior número de ex-condenados. Na generalidade, Ceuta, Alcácer Ceguer e Tânger também os acolheram, sendo esta última preferida no final do reinado de D. João II.

A característica principal da estratégia marroquina do soberano parece ter sido o domínio político e comercial do Magrebe e não tanto um esforço puramente belicista.

Disso dá conta o episódio de Azamor, cuja população optou pela obediência ao rei português (1485-86), ao que se correspondeu com uma carta de privilégios aos moradores da cidade, ficando estes obrigados ao pagamento de um tributo de 10 000 sáveis por ano²⁵. O escudeiro Martim Reinel ficou lá como feitor, assegurando a influência nacional, sobretudo na vertente comercial, pois a zona era rica em peixe, cavalos, cereais e porcos. Mais tarde, D. Manuel vem a atribuir um enorme valor à praça em questão.

Em 1487, ocorre uma expedição mal sucedida a Anafé, cujos pormenores não estão esclarecidos. Ao certo, sabe-se que foi organizada uma frota que devia partir do Tejo. Em 1488, efectuou-se outra expedição que tinha como objectivo a edificação de uma vila e fortaleza ao norte de Arzila (a Graciosa). A frota chegou ao local pretendido e iniciou os preparativos para a construção do castelo. Mas o rei de Fez, ao inteirar-se da situação

²³ Idem, p. 88.

²⁴ Cfr. David Lopes, Op. Cit., p. 16.

²⁵ Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, Op. Cit., p. 109.

cercou os portugueses, alegando que estavam a ser violadas as tréguas assinadas após a queda de Arzila.

Apesar dos reforços enviados por D. João II e do contingente estacionado em Arzila, resolveu-se a contenda prescindindo-se da Graciosa. A paz foi estabelecida e as tropas nacionais puderam retirar sem dano de maior²⁶.

É com D. Manuel, que a política expansionista em Marrocos atinge o seu ponto mais alto. Tratou logo de fornecer homens, mantimentos e munições às praças marroquinas. E, por exemplo, nas Cortes de Lisboa de 1503, obteve a respectiva aprovação para uma concessão de 50 000 cruzados para as despesas de guerra no Magrebe. Procurou sempre oferecer incentivos em dinheiro ou em títulos aos indivíduos que decidissem residir nas possessões portuguesas.

Na época daquele soberano é construída a fortaleza de "Santa Cruz do Cabo de Gué" (1504), o castelo de Mogador (1506), a fortaleza de Safim (1508), e em 1513 a de Azamor.

Em 1514, o soberano português mandou construir o forte de Mazagão, considerado um importante entreposto comercial. No ano seguinte ordenou o mesmo em relação a Mamora. Mas antes do seu término, um ataque mouro obrigou as tropas nacionais a evacuarem a fortaleza.

2.2.3.

A Perda de Influência Portuguesa no Magrebe

Desde o fim do reinado de D. Manuel que se notava uma crescente ameaça por parte dos norte-africanos às possessões portuguesas. Estes indícios vão-se agravar nos reinados seguintes a par de algum desleixo no comando das praças africanas. Isto permitiu a corrupção, a injustiça, a fome e a infiltração fácil do inimigo. Foi o que aconteceu em Azamor, Safim e Mazagão²⁷.

Em face desta conjuntura desfavorável, alguns responsáveis portugueses começaram a defender a retirada ou, pelo menos, uma postura estritamente defensiva em Marrocos. É neste contexto, que em 1532, D. João III solicitou ao Papa uma bula que lhe permitisse derrubar algumas fortalezas lá edificadas. O argumento invocado era a falta de homens e dinheiro para tanto lugar ocupado. O plano previa a conservação de Mazagão e Santa Cruz no Sul; Tânger, Arzila e Ceuta a Norte. Azamor, Safim e Alcácer seriam dispensadas.

Roma correspondeu com a bula "Licet Apostolicae Sedis", de 8 de Novembro de 1541, concedendo a respectiva autorização, o que não obstou a que antes se tivesse perdido Santa Cruz pela força das armas²⁸. Esta derrota

²⁶ Idem, p. 110.

²⁷ Cfr. David Lopes, Op. Cit., p. 67.

²⁸ Idem, p. 72.

teve um grande efeito negativo em Portugal e em contrapartida deu alento á convicção marroquina de ganhar novos espaços.



Com D. Sebastião, a situação tornou-se ainda mais dramática devido a uma malograda expedição africana.

A batalha em causa travou-se no dia 4 de Agosto de 1578 nas margens do rio Mocazim, afluente do rio Larache, a cerca de 18 Km de Alcácer Quibir, ficando desde aí conhecida por este nome. Nela pereceram o rei de Portugal, Mulei Abde Almélisque e Mulei Mohâmede²⁹.

Assim, as aspirações portuguesas no ocidente megrebino ficaram definitivamente comprometidas e em breve iria-se perder a independência nacional a favor dos espanhóis.

O tempo, as contrariedades e a diplomacia encarregaram-se de pôr fim ao que restava da presença portuguesa na região. Arzila foi restituída por Filipe II de Espanha, I de Portugal ao sultão Almançor, o vencedor de Alcácer Quibir, em 1589. Ceuta não reconheceu a autoridade do novo rei de Portugal, D. João IV, em 1640. Tânger foi cedida em 1663 à Inglaterra, como dote de D. Catarina de Bragança por ocasião do seu casamento com Carlos II, monarca inglês. Finalmente, Mazagão foi deixada a Marrocos em 1769, no reinado de D. José³⁰.

Citando a síntese feita por David Lopes para explicar as causas do malogro português: "Em Marrocos encontrámos populações de civilização e de cultura não inferiores às nossas e de tradição secular."³¹

Logo naquele ano foi proposta uma trégua de um ano pelo rei de Marrocos ao soberano português. Ela foi aceite por este e sucessivamente prorrogada até à celebração do tratado de 1774. De facto, compreendeu-se rapidamente que se tornava necessário assegurar uma paz consistente. E, a partir de 1769, já não havia motivos que justificassem o desentendimento. Pelo contrário, era fundamental manter relações de boa vizinhança para afastar a prática corsária da costa portuguesa, que beneficiava do apoio discreto dos governos magrebins e que tanto prejudicava o comércio com o Brasil. Por vezes, as acções chegavam às próprias costas portuguesas - sobretudo a algarvia - protagonizadas maioritariamente por elementos oriundos de Marrocos³². De facto, a Portugal, interessava-lhe sobretudo neutralizar a pirataria ao contrário de outros países que não escondiam as suas ambições numa vertente mais comercial³³. No entanto, isto não significa que Portugal não quisesse efectuar trocas com Marrocos, o que ficou garantido em algumas cláusulas (I, XIII e XIV) do Tratado de 1774 e se

²⁹ Devido a este facto, também é designada por "batalha dos três reis".

³⁰ Ibid., p. 83; Após a cedência de Mazagão, grande parte dos seus habitantes foram encaminhados para o Pará (Brasil) onde fundaram a Vila Nova de Mazagão. Cfr. Augusto Ferreira do Amaral, Op. Cit., p. 258.

³¹ Cfr. David Lopes, Op. Cit., p. 83.

³² Castro Brandão, Subsídios para a História Diplomática Portuguesa. O Tratado Luso-Marroquino de 1774, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Junho 1971, p. 312.

³³ Neste caso, encontrava-se a Inglaterra, a Holanda, a França e a Espanha. Com interesses mais próximos da visão portuguesa situavam-se a Dinamarca, a Suíça, Veneza, os Estados Unidos e a Áustria. Idem, p. 310.

veio a confirmar ao longo do século XIX, nomeadamente, no que concerne à compra de cereais marroquinos³⁴.

A causa próxima do envio da embaixada portuguesa a Marrocos no ano de 1773 talvez esteja afecta à libertação de dois navios corsários marroquinos e respectivas tripulações, que tinham sido apresados junto à barra de Lisboa. Na sequência deste episódio, indiciador de boa fé, foi preparada a partida do capitão de mar e guerra José Roleen-Van-Deck³⁵, encarregado da negociação e celebração do Tratado de paz, navegação e comércio.

Os grandes objectivos de Portugal nesta negociação eram os seguintes: discutir os assuntos num plano de igualdade com o de outras nações europeias que já o haviam feito; resolver a situação dos prisioneiros cativos, de uma e outra Nação; assegurar a neutralidade marroquina no que respeitava ao combate da pirataria estimulada pelas outras regências magrebina; e estabelecer as bases de uma paz duradoura e um relacionamento comercial favorável aos dois Estados.

Na realidade, todas estas questões foram abordadas em cláusulas do Acordo, sendo satisfeitas as pretensões portuguesas com a assinatura do mesmo em 11 de Janeiro de 1774. E como prova da grande cordialidade que caracterizava o entendimento entre os dois reinos, não foi exigido a Portugal o pagamento de qualquer tributo como garantia material daqueles preceitos³⁶.

A 7 de Setembro do mesmo ano, chegava a Lisboa uma comitiva marroquina com o objectivo de retribuir a ida dos negociadores portugueses ao Estado magrebino. Estas visitas passaram a ser frequentes até ao fim do século XVIII como o comprovam as embaixadas marroquinas de 1770 e 1780, e as portuguesas de 1790, 1797 e 1798. No século seguinte esta assiduidade não se verificou, mas as relações continuaram através da presença consular³⁷.

³⁴ Portugal comprava cereais a Marrocos sobretudo em épocas de crise agrícola. Foi o que aconteceu nos anos de 1803 e 1804. Cfr. Castro Brandão, *Ibidem*, pp. 310-311.

³⁵ Este oficial de origem holandesa veio a falecer de morte natural no decorrer das negociações, sendo substituído por Bernardo Simões Pessoa que concluiu o processo em causa. Cfr. Castro Brandão, *Ibidem*, p. 323.

³⁶ Muitas vezes, exigia-se um prémio monetário sob a forma de pagamento anual ou bienal como sinal do cumprimento dos acordos. Foi o que aconteceu com as convenções estabelecidas com a Regência de Argel e a de Tunes. Cfr. Castro Brandão, *Ibidem*, p. 310.

³⁷ Cfr. Tratado Luso-Marroquino de 11 de Janeiro de 1774, arts. XV e seguintes in Castro Brandão, *Op. Cit.*, Documento Nº VI; Em 1882, o representante português em Marrocos já tinha a categoria de ministro plenipotenciário. Cfr. Jaime Gama, Política Externa Portuguesa 1983-85, Lisboa, MNE, p. 146; Ao nível das relações comerciais, os documentos dos séculos XVIII e XIX referem como principais produtos oriundos de Marrocos o coiro, a cera, as amêndoas, o gado e as aves. Pelo seu lado, os europeus exportavam café, chá, armas e munições. Cfr. Ottman Al Mansouri, "L'Histoire Contemporaine du Maroc dans les Archives Portugaises", in Revue Maroc-Europe, nº 6, 1994, p. 329; Mohamed Ennaji, "Le Maroc et L'Atlantique Durant les Temps Modernes", in Abdelmajid Kaddouri (coord.), Le Maroc et L'Atlantique, Rabat, Publications de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Rabat, 1992, pp. 113-118.

Aspectos Contemporâneos da Dinâmica Política, Social e Económica de Marrocos

"Notre Royaume béni a choisi d'être fidèle à ses principes et de demeurer fermement attaché aux préceptes de la religion en matière de Choura et de démocratie dans le strict respect des droits de l'Homme".

"Il n'est pas question pour le Maroc de négliger les chances que lui offre le marché international. "Indépendants mais ouverts", tel doit être, dans cette phase de notre évolution économique, notre devise".

Hassan II³⁸

³⁸ Citado in La Vie Économique (numéro spécial), Novembre 1995, pp. 7, 43.

3.1. A Dinâmica Política e Social Marroquina

Após a independência em 1956, Marrocos permaneceu com partes do seu território ocupadas pelos espanhóis. Essa presença fazia-se sentir especialmente no Sara Ocidental, de onde se afastaram apenas em 1975.

Desde aí, iniciou-se um conflito entre Rabat e as forças favoráveis à autonomia da região, que depressa alcançou uma dimensão regional devido às posições tomadas pela Argélia e cujas divergências não foram ainda superadas. Pode-se mesmo afirmar, que a questão sariana, num primeiro momento, inseriu-se numa lógica de disputa leste-oeste.

Por outro lado, evoluiu-se no sentido da consolidação da democracia, a que não é alheia a gradual aproximação à Comunidade Europeia. Este percurso é importante num país em que os direitos humanos nem sempre foram respeitados. Neste e noutros assuntos, o Rei pretende ser um elemento moderador e esforça-se por absorver as tensões socio-políticas. De facto, ele representa o órgão de soberania por excelência num sistema que o consagra chefe do poder executivo, cabendo-lhe nomear e destituir os ministros; Goza do direito de dissolver o Parlamento, promulgar as leis e submetê-las a referendo quando considerar necessário. É ainda o soberano que nomeia os titulares dos cargos na administração pública, nas Forças Armadas, assina e ratifica todos os tratados³⁹.

3.1.1. A Componente Política

Quando as potências europeias optaram por disputar as suas rivalidades noutros continentes, nomeadamente no Norte de África, assistiu-se a duas crises que vão afectar o futuro de Marrocos.

A primeira delas foi desencadeada por um discurso proferido pelo Imperador alemão, Guilherme II, em Tânger a 31 de Março de 1905, anunciando que defenderia a independência de Marrocos.

Esta iniciativa alemã ia contra os interesses franceses, que planeavam desde 1900 estabelecer ali um protectorado⁴⁰. No decurso desta movimentação, os franceses aceitaram que uma conferência internacional resolvesse a questão, pelo menos ao nível do policiamento dos portos marroquinos.

³⁹ Cfr. Luís Batalha, Marrocos: Retrato de um país, Lisboa, ISCSP, 1996, pp. 88-90.

⁴⁰ Os franceses haviam estabelecido um acordo com os ingleses em 8 de Abril de 1904, denominado de "Entente Cordiale", pelo qual a França renunciava a qualquer pretensão sobre o Egipto e a Grã-Bretanha (GB) aceitava a influência francesa em Marrocos. Cfr. J. B. Duroselle, A Europa de 1815 aos nossos dias, 3ª ed., São Paulo, Pioneira, 1989, p. 53.

De facto, foi convocada uma conferência a ser realizada em Algeciras no mês de Janeiro de 1906⁴¹. Aqui, as ideias alemãs que previam a internacionalização foram abandonadas e coube aos franceses e espanhóis dirigir a polícia dos portos locais. No entanto, nada ficou decidido em termos do protectorado querido pelos franceses.

A segunda crise⁴², nasce de uma intervenção francesa no interior de Marrocos, a pedido do Sultão Moulay Hafid⁴³ que se encontrava cercado pelos rebeldes em Fez. Ora, a acção francesa fora do litoral marroquino e com projectos de longo prazo contrariava a combinação de Algeciras.

A reacção alemã não se fez esperar, enviando um cruzador, "Panther", que penetrou no porto de Agadir em 1 de Julho de 1911⁴⁴. Aparentemente isolada de início, a França acabou por contar com o apoio inglês e iniciou-se uma negociação com o fim de se firmar um acordo franco-alemão, que se concretizou em 4 de Novembro de 1911. A França cedeu uma grande parte do Congo francês e dos Camarões, que ganharam 275 000 km². Em troca, a Alemanha reconheceu o protectorado francês em Marrocos e entregou um território de 15 000 km², situado ao sul do lago Tchad conhecido como o "bico de pato"⁴⁵.

O acordo franco-alemão foi ratificado pelo Parlamento francês, em 14 de Janeiro de 1912. Seguidamente, começaram as conversações com Moulay Hafid para a constituição do respectivo protectorado. O Sultão marroquino ao reconhecer que não possuía apoios no interior do seu território, no estrangeiro, e que se debatia com a falta de armamento e capital, resignou-se, assinando o tratado de vinculação à França, em 30 de Março de 1912⁴⁶.

⁴¹ Portugal esteve representado pelos Condes de Tovar e de Mártens Ferrão na Conferência de Algeciras, iniciada em 14 de Janeiro de 1906. Cfr. Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Acto Geral da Conferência Internacional de Algeciras", in Nova Colecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados Entre Portugal e as Mais Potências (1904-1906), Coimbra, Imprensa da Universidade, Tomo XII, 1916, pp. 181, 184; O isolamento alemão tornou-se evidente, a partir do momento em que a GB se posicionou ao lado da França no caso de um ataque alemão ou do não cumprimento das cláusulas de Algeciras. Pelo seu lado, os Estados Unidos, a Itália e a Rússia rejeitaram, igualmente, tomar o partido da Alemanha. Cfr. Henry Kissinger, Diplomacy, London, Simon & Schuster, 1995, p.190.

⁴² Também conhecida por crise de Agadir. Cfr. J. B. Duroselle, Op. Cit., p. 56.

⁴³ A 4 de Maio de 1911, Moulay Hafid, assinou uma carta datada de 17 de Abril dirigida ao governo francês nos seguintes termos: "Conformément aux promesses de votre gouvernement ami de nous prêter son appui en cas de nécessité, nous vous avons demandé que la mehalla [coluna armada organizada por um sultão, Cfr. Benoist-Méchin, Op. Cit., p. 269] soit appuyée par une force française, destinée à la seconder et a lui prêter son concours pour atteindre le but poursuivi, c'est-à-dire rétablir la paix dans ces régions et de faire disparaître les causes de trouble et d'agitation, tout en préservant notre autorité chérifienne et l'importance de notre empire fortuné." Alguns historiadores contestam esta versão e defendem que os franceses terão coagido o Sultão a pedir a sua ajuda. Cfr. Bernard Lugan, Histoire du Maroc, Paris, Critérion, 1992, p. 228.

⁴⁴ Cfr. Benoist-Méchin, Histoire des Alaouites, Paris, Perrin, 1994, p.95.

⁴⁵ Cfr. Bernard Lugan, Op. Cit., p. 230.

⁴⁶ Este acordo conhecido como a Convenção de Fez obrigava, nos arts. 1º e 3º, os franceses a prestarem um apoio constante ao Sultão contra qualquer perigo que o

Quase paralelamente, em 27 de Novembro de 1912, é constituído um tratado franco-espanhol para assegurar as respectivas esferas de influência em Marrocos.

Entretanto, houve tribos que não aceitaram o Tratado de Fez e tentaram a conquista desta cidade na noite de 26 para 27 de Maio, assim como o derrube de Moulay Hafid. Este para evitar o controle absoluto do país pelos estrangeiros, apelou à ajuda dos franceses que dominaram a rebelião. Em consequência, abdicou a favor do seu meio-irmão Moulay Youssef e partiu para o exílio em França. Evitou-se, então, a interrupção dinástica com o novo soberano, que exerceu o seu cargo entre 1912 e 1927.

Com a morte daquele nesse ano, havia que preencher o seu lugar com um dos seus quatro filhos⁴⁷ e de forma a favorecer o protectorado. A opção recaiu no mais novo, que assumiu as funções com o nome de Sidi Mohammed Ben Youssef, entre 1927 e 1961. A entronização ocorreu a 18 de Novembro daquele ano, em Rabat⁴⁸.

Ora, passada a I Guerra Mundial onde combateram soldados marroquinos ao lado de franceses na Europa, os anos 20 e 30 caracterizaram-se pelo nacionalismo, formando-se movimentos que mais tarde dariam lugar ao "Istiqlal" ou "Partido da Independência", e a outras tendências socialistas e progressistas, que no futuro se aglomerariam na "União Geral dos Trabalhadores Marroquinos" e que em 1959 daria origem à "União Nacional das Forças Populares" (UNFP). A estes movimentos iria-se juntar em breve o "Partido das Reformas Nacionais", cujas actividades se fariam sentir mais no sector espanhol. No entanto, todos se encontravam unidos em dois pontos fundamentais: conquistar a independência e reunirem-se em torno do novo Sultão, Mohammed Ben Youssef⁴⁹.

Apesar do nacionalismo ter ganho consistência ao longo dos anos 30, o protectorado francês não mostrava interesse em aderir a quaisquer reformas.

No decorrer da II Guerra Mundial, com a derrota francesa e a respectiva ocupação alemã em 1940, o Sultão podia ter explorado a oportunidade para denunciar o Tratado de Fez, argumentando que o regime que o havia assinado tinha desaparecido. Por outro lado, os marroquinos questionavam-se sobre o envio de tropas para a Europa e não defender a própria independência.

ameaçasse ou pusesse em perigo o trono, o que era extensivo ao seu herdeiro e sucessores directos. No entanto, o monarca perdia os seus atributos essenciais: a manutenção da ordem, a defesa, a representação externa e a gestão das finanças. Disponha do poder legislativo, mas estava impedido em termos de iniciativa da criação de leis. Existia uma articulação rigorosa entre o "Residente Geral" e Moulay Hafid. Era necessário o acordo das duas partes para o governo marroquino funcionar. Cfr. Benoist-Méchin, Op. Cit., p. 98.

⁴⁷ Os quatro filhos de Moulay Youssef eram os seguintes: Hassan, Idriss, Abdesslam e Mohammed. Idem, p. 105.

⁴⁸ O Marechal Lyautey foi o primeiro "Residente Geral" do protectorado francês em Marrocos e transferiu, logo em 1912, a capital de Fez para Rabat, cidade que possui acesso marítimo. Cfr. Bernard Lugan, Op. Cit., p. 231.

⁴⁹ De facto, esse consenso foi demonstrado numa ida do Sultão a Fez, onde foi acolhido calorosamente pela população, em Maio de 1934. Cfr. Benoist-Méchin, Op. Cit., p. 115.

Contrariamente, M. B. Youssef, manteve uma atitude passiva não se querendo aproveitar dos acontecimentos e mais uma vez aceitou o envio de tropas marroquinas, agora para o sul de Itália, onde participaram na célebre batalha de Monte Cassino integrados no exército do General Juin.

Dois anos após o fim da Guerra, houve um grave incidente em Casablanca (7 de Abril de 1947) nas vésperas da partida do Sultão para Tânger. Terão perecido 80 pessoas e 200 ficaram feridas. Não existe a certeza de tal situação ter sido provocada, mas não evitou a viagem de M. B. Youssef que foi um sucesso (9-12 de Abril). O discurso pronunciado, caracterizado por um espírito nacionalista e omitindo qualquer alusão à França como protesto face aos acontecimentos de Casablanca causou uma reacção francesa: a substituição do Residente Geral, Eirik Labonne, considerado demasiado moderado pelo General Juin, um homem determinado em defender rigidamente o protectorado francês.

Chegados os anos 50, o sentimento de liberdade torna-se muito forte e já existiam elites capazes de substituir a hierarquia francesa. A pressão junto dos franceses era cada vez maior e advogava-se, pela parte marroquina, a abertura de negociações para trocar o protectorado por outra forma de associação⁵⁰. Entretanto, as relações franco-marroquinas iam-se deteriorando, chegando ao ponto do Sultão não ratificar algo que contribuísse para o funcionamento do governo (ficou conhecido como a "greve do selo"). Após um ultimato dos franceses ameaçando com uma tomada de força e o afastamento do trono de M. B. Youssef, este recuou para evitar uma situação ainda mais desfavorável. Mesmo assim, os franceses responderam com a imposição do "estado de sítio" ao que o Sultão reagiu, pedindo a normalização da convivência e a abertura de negociações tendo em vista a resolução do problema suscitado pela implementação do protectorado.

Perante o silêncio das autoridades francesas, no seu discurso do trono em 12 de Novembro de 1952, o Sultão reclamou publicamente a "emancipação política total e imediata de Marrocos"⁵¹.

Consequentemente, deu-se a ruptura entre o Palácio e a Residência. Os franceses reagiram, procurando que um grupo de notáveis marroquinos nomeasse um substituto de Mohammed B. Youssef. A escolha recaiu sobre um tio-avô deste, Mohammed Ben Arafa. No dia 20 de Agosto de 1953, Youssef e o Príncipe herdeiro partiram para o exílio, primeiro na Córsega e depois em Madagáscar. Isto gerou um movimento de descontentamento um pouco por todo o país, cujas manifestações atingiram o auge por cada ano que passava sobre a data do afastamento do antigo Sultão. Sobretudo, a legitimidade de Ben Arafa era extremamente precária. As sabotagens e os movimentos de contestação tornaram-se frequentes.

O ano de 1955 foi determinante neste processo, pois marca o aparecimento de um "Exército de Libertação", que no início de Outubro atacou postos onde estavam estacionadas unidades francesas. Às dificuldades internas juntaram-se as externas, uma vez que tanto as autoridades espanholas como os líderes marroquinos afectos à respectiva zona não reconheceram a posição de Ben Arafa, alegando que não foram consultados

⁵⁰ Esta exigência fez parte de um memorando enviado ao "Quai d'Orsay" pelo Sultão, em 2 de Novembro de 1950. Idem p. 131.

⁵¹ Cfr. Bernard Lugan, Op. Cit., p. 271.

pelos franceses. Entretanto, o General Guillaume havia sido substituído por M. Francis Lacoste (Maio de 1954).

Em Junho de 1955, ocorreu nova substituição ao nível da Residência, onde Lacoste cedeu o lugar a Gilbert Granval. Este decidiu convocar uma reunião a decorrer de 22 a 27 de Agosto em Aix-les-Bains, onde estivessem presentes as várias sensibilidades marroquinas e a parte francesa. Deste encontro resultou a decisão de afastar Ben Arafa, a constituição de um "Conselho do Trono" em Rabat e rever as relações franco-marroquinas.

Ao longo de Setembro de 1955 e à medida que Mohammed ia sendo posto ao corrente da evolução política interna e dos acordos de Aix-les-Bains, ele vai endurecendo as suas convicções, passando duma mera aceitação da criação do Conselho do trono e duma maior autonomia de Marrocos para o reconhecimento pleno da independência do território. Prosseguiram as negociações até ao dia 10 de Setembro, data em que se afirma, pela parte francesa, uma linha política que conduza Marrocos a um estatuto de Estado livre e soberano, unido à França por laços permanentes, livremente consentidos. M. B. Youssef, reconhece a indissolubilidade daqueles laços e a contribuição francesa para o desenvolvimento do território⁵².

A partir deste momento, os acontecimentos decorrem rapidamente. Em 1 de Outubro de 1955, Ben Arafa abdica da sua qualidade de sultão. Pelo seu lado, Gilbert Grandval pede a sua demissão, sendo substituído pelo General Boyer de Latour, um elemento tradicionalista que pretendia evitar o regresso de Ben Youssef do exílio. No entanto, era essa a vontade do povo marroquino e de líderes influentes. A 26 de Outubro, é a vez do Istiqlal se pronunciar a favor do retorno de Ben Youssef e da dissolução do Conselho do trono.

Assim, em 29 de Outubro, um avião transporta aquele Sultão de Madagáscar via Nice e mais tarde Beauvallon. Após uma curta estadia aí, a comitiva é reconduzida a Nice, onde de novo um avião a leva a Paris. A 6 de Novembro, surge uma declaração comum que anuncia a "abertura em breve de negociações destinadas a conduzir Marrocos a um estatuto de Estado independente, unido à França por laços permanentes associados a uma interdependência livremente consentida e definida"⁵³. Apesar da palavra interdependência ter sido mal recebida pelo Sultão, o seu filho Hassan convenceu-o a aceitá-la no texto final.

A 16 de Novembro, dá-se a viagem para Marrocos, transportando não um Sultão mas o rei Mohammed V, que é esperado por uma multidão

⁵² A estratégia de os franceses temporizarem com a situação em Marrocos não é inocente, pois em 1954 tiveram de resolver o problema levantado pela derrota em Dien Bien Phu (7 de Maio de 1954). Na conferência de Genebra (20-21 de Julho do mesmo ano) ficou acordado um cessar de hostilidades no Vietname, onde os franceses aceitaram a retirada das tropas do norte daquele território e as forças Vietminh fizeram o mesmo em relação ao sul, concordando ambos numa zona desmilitarizada a dividir o Vietname. Por outro lado, na Argélia havia sido criada a Frente de Libertação Nacional (FLN), que no Outono de 1954 lançou uma ofensiva. Em 1956, o conflito já tinha alastrado a todo o norte do território, onde chegaram a estar envolvidos 500 000 soldados franceses. Cfr. T. E. Vadney, *The World Since 1945*, London, Penguin Books, 1990, pp.160-161, 229.

⁵³ Benoist-Méchin, Op. Cit., p. 159.

entusiasta e emocionada, pois já tinham chegado notícias sobre o acordo de 6 de Novembro.

Seguiu-se a formação de um governo e a consolidação do "Exército de Libertação". Em 13 de Fevereiro de 1956, chegou uma delegação marroquina a Paris chefiada pelo rei e, em 2 de Março, assinou-se uma convenção abolindo o Tratado de Fez (1912) e proclamando a independência de Marrocos sem qualquer reserva. Em 28 de Março, a liderança do Istiqlal proclama os direitos históricos de Marrocos sobre o Rif e o Sara. Em 7 de Abril do mesmo ano, é assinado um protocolo em Madrid, pelo qual a Espanha renúncia à soberania sobre a parte setentrional do Reino, com a excepção de Ceuta e Melila. Em 29 de Outubro, uma conferência internacional põe fim ao regime aberto de Tânger, reintegrando-a em Marrocos⁵⁴.

Com a generalidade dos territórios recuperados em 1956 face a franceses (2 de Março) e a espanhóis (7 de Abril), isso não significou um afastamento completo dos estrangeiros de Marrocos. A Espanha conservou ao norte os já citados territórios de Ceuta e Melila e ao sul possessões no Sara Ocidental.

Simultaneamente, Rabat contestou a independência da Mauritânia⁵⁵, considerando-a uma criação colonial francesa. Inclusivamente, manifestou a sua "marroquinidade" histórica e o desejo de notáveis mauritanos se ligarem a Marrocos. No entanto, com a admissão da República Islâmica da Mauritânia à Organização das Nações Unidas (ONU), em 31 de Outubro de 1961, o assunto ficou definitivamente resolvido.

Restava a questão do Sara, que se havia transformado num assunto de interesse nacional.

Logo, em Junho de 1956, a tribo "Rguibat"⁵⁶ insurgiu-se contra as guarnições espanholas do sul, seguida de um movimento mais alargado por parte de elementos do Exército de Libertação Marroquino (ELM). Em Novembro de 1957, os espanhóis conservavam apenas "Villa Cisneros", "El Aayoun" e o "Cabo Juby".

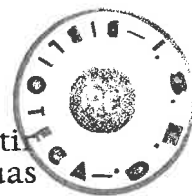
Esta evolução desagradou aos franceses, que combatiam os independentistas argelinos integrados na Frente de Libertação Nacional (FLN). Consequentemente, foi decidida por ambas as potências coloniais a operação "Ecouvillon". Esta foi desenvolvida em duas fases: a primeira teve por alvo a zona de "Saquia el Hamra"; a segunda decorreu ao longo de quatro dias (20 a 24 de Fevereiro de 1958) e concentrou-se na região de Oued ad Dahab (ou Rio de Oro).

⁵⁴ Idem, p. 163.

⁵⁵ A Mauritânia ganhou um estatuto de autonomia em 1957, mas ainda com fortes laços à comunidade francesa regional (África Ocidental Francesa). Em 28 de Novembro de 1960, alcançou a independência. Cfr. Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., pp. 68, 97.

⁵⁶ Em Março de 1956, o ainda Sultão Mohammed V apoiou a realização do Congresso de Saquia el Hamra, onde 14 tribos sarauís admitiram ligações ao trono alauita. Elas foram as seguintes: "Rguibat", "Ouled Dylim", "Ait Lahcen", "Izarguiyine", "Ahl-Cheich", "Laroussiyine", "Mâ el Aimin", "Filali", "Ouled Tidrarine", "Tubalte", "Bouihat", "Mejjat", "Lemnasser" e "Yagoute". Cfr. Bernard Lukan, Op. Cit., p. 294.

Os resultados da expedição franco-espanhola fizeram-se sentir abundantemente. Em termos imediatos, os espanhóis reocuparam as suas antigas posições. Mas os refugiados, que entretanto se deslocaram para o norte, iriam estar no centro de um problema grave de futuro: a composição das listas eleitorais para o referendo sobre a auto-determinação do Sara Ocidental.



Do ponto de vista marroquino, a única vitória residiu no facto de a Espanha aceitar a restituição de Tarfaya, no acordo de 1 de Abril de 1958. Contudo, perante a recusa espanhola em fazer qualquer cedência no que respeitasse ao território sariano, o rei Hassan II solicitou, em 1962, à Organização das Nações Unidas (ONU) a inclusão dessa zona na lista das regiões a descolonizar⁵⁷.

Após a insistência da ONU e de Marrocos ao longo da primeira metade dos anos 60 para se actuar conforme a resolução 1514, em 1969, a Espanha decidiu restituir Sidi Ifni, mas manteve-se passiva em relação ao Sara.

Entretanto, havia sido criada, em 1967, a Frente de Libertação do Sara, que em 10 de Maio de 1973 se transformou na Frente Popular para a Libertação de Saquia el-Hamra e do Rio de Oro (Frente Polisario). O seu objectivo seria a descolonização e a independência destes territórios. Nesse mesmo ano (em 23 de Julho de 1973), os presidentes Boumedienne e Ould Daddah, da Argélia e da Mauritânia, respectivamente, reúnem-se com o rei Hassan II⁵⁸ em Agadir para se acordar uma estratégia comum face ao interesse espanhol de preparar um referendo, em que a população local pudesse exercer livremente o seu direito à auto-determinação (o que estava em conformidade com a resolução 1514 da ONU e a insistência desta instituição através da Assembleia Geral, exercida em 20 de Dezembro de 1966).

A reunião de 1973 serviu sobretudo para sublinhar as divergências de cada Estado quanto ao tema em discussão. Rabat, pretendia essencialmente que os outros dois países apoiassem a reivindicação da sua parte do Sara. Em troca, Marrocos reconheceria a sua fronteira com a Argélia e a Mauritânia. No entanto, a Argélia e Espanha estavam mais interessadas na criação de um micro-Estado independente.

Uma vez que existia uma divergência essencial entre Espanha e Marrocos, Hassan II decidiu levar o assunto ao Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), mas obteve a recusa do Estado ibérico.

Seguidamente, a questão é mesmo colocada ao TIJ, mas agora via ONU, em 13 de Dezembro de 1974. O Tribunal concordou na existência de laços históricos entre o Sultão e algumas tribos do Sara Ocidental, e considerou o Islão um factor de aproximação, que os espanhóis não possuíam⁵⁹.

⁵⁷ Em 1960, a ONU adoptou a resolução 1514, reconhecendo o direito dos povos à auto-determinação. Pelo seu lado, a Organização de Unidade Africana (OUA) proclamou o respeito pela "intangibilidade das fronteiras coloniais" no seu art.3º, em 1963, o qual Marrocos rejeitou uma vez que contrariava as suas pretensões territoriais. Cfr. Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., p. 519.

⁵⁸ Mohammed V, morreu no decurso de uma operação cirúrgica, em 26 de Fevereiro de 1961. A cerimónia oficial de entronização do novo monarca, Hassan II, ocorreu a 3 de Março daquele ano. Cfr. Bernard Lugan, Op. Cit., p. 275.

⁵⁹ Decisão do TIJ de 16 de Setembro de 1975. Idem, p. 299.

Para pressionar a comunidade internacional no sentido das suas razões, é organizado um amplo movimento popular marroquino, que ficaria conhecido como a "Marcha Verde" (iniciada a 6 de Novembro de 1975).

De facto, a iniciativa marroquina demonstrou o respectivo interesse pelo território e conduziu ao acordo de Madrid assinado em 14 de Novembro, que previa uma administração comum pelos três países signatários até à partida definitiva dos soldados espanhóis programada para Fevereiro de 1976⁶⁰.

Progressivamente, as forças espanholas retiraram-se da região, dando lugar às tropas mauritanas e marroquinas conforme a ocupação combinada em Madrid.

Numa conjugação de esforços, argelinos e combatentes da Frente Polisario tentam prejudicar o estabelecimento daquelas tropas no Sara Ocidental.

Em 14 de Abril de 1976 são assinados dois acordos, pelos quais se delimita a fronteira entre ambos os Estados e se prevê as potencialidades do território.

No ano seguinte, a Polisario lança uma ofensiva em 25 de Outubro, colocando grandes dificuldades ao exército da Mauritânia. A situação interna agravou-se com o Golpe de Estado ocorrido em 10 de Julho de 1978, pelo qual o presidente Ould Daddah é substituído pelo Coronel Ould Mohammed Salek. Este facto vai interferir directamente com a questão sariana, uma vez que o novo líder do país, em 23 de Abril de 1979, assina um protocolo com a Líbia, onde aceita a devolução da sua parte do Sara (o Oued Dahab) aos independentistas sarianos e reconhece a existência do povo sarauí e o respectivo direito à auto-determinação. Em Agosto de 1979, a Mauritânia retira-se efectivamente do conflito⁶¹. Nesse mesmo mês, Marrocos ocupa as posições deixadas pelas forças da Mauritânia.

Nos anos 80, Marrocos consolidou as suas posições no Sara Ocidental.

Ao nível diplomático, surgem dois acontecimentos: o Tratado de Oudja⁶² ou da União árabe-africana entre Marrocos e a Líbia, assinado em 13 de Agosto de 1984 e que vai afastar este país do apoio concedido à Polisario⁶²; e a retoma das relações diplomáticas argelo-marroquinas, em 16 de Maio de 1988, que irá possibilitar a criação da União do Magrebe Árabe (UMA)⁶³.

Os anos 90, vão ser marcados pela intervenção da ONU no terreno e pela tentativa de se realizar um referendo sobre o futuro do território.

⁶⁰ Pela mesma altura, em 27 de Fevereiro de 1976, a Polisario anuncia a criação da República Árabe Sarauí Democrática (RASD), que é imediatamente reconhecida pela Argélia. Nesse mesmo ano é admitida na OUA como o seu 51º membro. Ela não ocupará o seu lugar na Organização até Novembro de 1984, altura em que Marrocos se retirou.

⁶¹ Cfr. Camille et Yves Lacoste, Op. Cit., p. 520; Em 5 de Agosto de 1979, a Mauritânia assina um acordo de paz com a Frente Polisario. Cfr. Bernard Lugan, Op. Cit., p. 306.

⁶² Este tratado será rompido dois anos mais tarde, em 28 de Agosto de 1986.

⁶³ Vide infra pp. 94-96.

Neste contexto, é enviada, em 6 de Setembro de 1991, uma força das Nações Unidas para o Sara Ocidental, ou seja, a missão das Nações Unidas para a organização de um referendo no Sara Ocidental (MINURSO).

Desde aquela data até à actualidade não se têm registado grandes avanços, apesar de se ter iniciado o processo de identificação de sarauí e da intervenção pessoal do Secretário-Geral da ONU, Butros Ghali, junto das partes.

Após o cessar-fogo, aceite em Setembro de 1991⁶⁴, as divergências assentam sobretudo no seguinte: a Polisario pretende que votem os sarauí maiores de 18 anos, que constem das listas do último recenseamento efectuado pelas autoridades espanholas antes da sua retirada e que remonta a 1974; as autoridades marroquinas, defendem critérios de identificação baseados nas tribos (laços familiares) e no testemunho oral.

Em Março de 1993, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 809 na tentativa de desbloquear a situação. O texto baseava-se na contagem espanhola de 1974 e deixava ao acordo das partes os casos duvidosos. No entanto, Marrocos e a Polisario não se entenderam sobre esta questão⁶⁵.

Em 1994, novamente por iniciativa do Secretário-Geral da ONU, foi indicada a data de 14 de Fevereiro de 1995 para a realização do referendo sobre a autodeterminação do Sara Ocidental. Mas ao iniciar-se a identificação em 28 de Agosto do mesmo ano, rapidamente prevaleceu a percepção que aquela data não seria cumprida. Isto devido às dificuldades de comunicação e à grande dispersão das pessoas por uma área muito vasta, o que atrasaria concerteza a elaboração das listas dos votantes. Assim, em Novembro de 1994 foi novamente previsto o adiamento da data para a realização do referendo por parte de Butros-Ghali. Ambas as partes em litígio também estimavam para a Primavera ou o fim de 1995, a verificação de tal acontecimento⁶⁶.

Nesse ano e no actual (1996) a situação não se alterou substancialmente.

Em 17 de Março de 1995, o Parlamento Europeu (PE) aprovou uma proposta de resolução no sentido de ambas as partes prosseguirem as negociações para alcançar um acordo quanto a um "referendo justo e livre", e demonstrando o interesse da CE em acompanhar o processo, nomeadamente, através do envio ao local de deputados⁶⁷.

⁶⁴ Cfr. Público, 16/3/94.

⁶⁵ De facto, o que está em causa é a legitimidade sarauí do número de votantes. A Administração espanhola recenseou cerca de 74 000 pessoas com aquela qualidade. As autoridades marroquinas defendem que existem 120 000 potenciais eleitores. Cfr. El País, 17/4/94; Butros-Ghali, na tentativa de chegar a um consenso, propôs uma maior flexibilidade no critério para designar determinado indivíduo como sarauí. Alcançava-se assim, um número intermédio de 110 000 votantes. Cfr. El País, 22/4/94.

⁶⁶ Cfr. El País, 10/11/94.

⁶⁷ Cfr. Europe, n° 6443, 18/3/95, p. 5; Em Janeiro de 1992, o Parlamento Europeu (PE) não obteve a maioria necessária para aprovar o quarto protocolo financeiro (1991-96) entre a CE e Marrocos. Isso só veio a ser novamente discutido na sessão parlamentar de 26 de Outubro daquele ano, onde foi aprovada uma recomendação no sentido de se estabelecer o referido protocolo com o reino de Marrocos. Uma das principais razões

Em 20 de Abril de 1995, a Frente Polisario (FP) pediu à UE que tivesse em conta a situação específica do Sara Ocidental quando negociasse o novo acordo de pescas com Marrocos⁶⁸. No entanto, as conversações que conduziram à assinatura daquela convenção envolveram as águas correspondentes ao território em causa⁶⁹. E, após ter sido agendada a data do referendo para Janeiro de 1996, permaneceu um impasse cuja solução ainda não se vislumbra⁷⁰.

Na realidade, o respeito pelos direitos humanos têm sido uma preocupação constante nas relações da UE com os países terceiros mediterrânicos (PTM's). Isso tem ficado registado nas diversas reuniões da UE e desta com aqueles Estados⁷¹.

No caso de Marrocos, como já foi referido, o quarto protocolo financeiro só foi aprovado após o país ter manifestado a intenção de estar mais atento às violações dos direitos humanos e de apressar uma solução para a questão do Sara Ocidental.

Assim, em Setembro de 1992, ocorreu um referendo que possibilitou uma reforma constitucional. Esta incluiu no seu preâmbulo o respeito do Reino de Marrocos pelos direitos humanos "tal como são universalmente reconhecidos"⁷². Uma outra inovação consistiu na criação de um Conselho Constitucional encarregado de fiscalizar a constitucionalidade das leis e a regularidade das eleições legislativas.

Este novo quadro institucional iniciou-se a partir de 1990, quando se instaurou o Conselho Consultivo dos Direitos do Homem (CCDH), compreendendo representantes do governo, dos partidos políticos, dos sindicatos, das associações dos direitos humanos, da magistratura, dos advogados, dos médicos e das universidades. Este Conselho tem a função de propôr sugestões e recomendações ao soberano sobre questões relacionadas com o seu fim.

para o resultado da votação em Janeiro ter sido insuficiente deveu-se às dificuldades de se organizar o referendo sobre a autodeterminação do Sara Ocidental. Cfr. Parlamento Europeu (PE), Perspectiva, Sessão Parlamentar de 13 a 17/1/1992, pp. 19-23; PE, Perspectiva, Sessão Parlamentar de 26 a 30/10/1992, pp. 22-23, 25.

⁶⁸ Cfr. Europe, nº 6465, 21/4/95, pp. 10-11.

⁶⁹ Cfr. Europe, nº 6549, 26/8/95, p. 4.

⁷⁰ A dificuldade em se encontrar uma solução que seja aceite por todas as partes é confirmada pelas declarações do Embaixador do Reino de Marrocos em Portugal, Aziz Mekouar. Vide anexo IV, p. XXIX.

⁷¹ Foram os casos dos Conselhos Europeus de Essen e de Cannes, e da Conferência Euro-Mediterrânica de Barcelona. A construção de uma zona partilhada de paz, estabilidade, prosperidade e cooperação pressupõe a aceitação de princípios comuns tenham em conta o respeito pelos direitos humanos e uma progressiva democratização dos Estados da região. Cfr. Europe, nº 6376, 11/12/94, p. 19; Europe Documents, nº 1942, 29/6/95, p. 5; MNE, Conselho Europeu de Cannes (26-27 Junho 1995), p. 16; "Declaration de Barcelone" (27-28 Novembre 1995), in L'Europe et la Méditerranée, Commission Européenne, Biblio Flash, 1995, pp. 9-10.

⁷² Cfr. L'Etat du Monde 1995, p. 222.

Em 1991, surgiu o Conselho Nacional da Juventude (CNJA)⁷³, que se dedica ao problema do desemprego e do futuro das camadas mais jovens da população.

O Conselho mais recente data de 1994, denominando-se Conselho Consultivo do Diálogo Social (CCDS) e é composto por todos os parceiros sociais, ou seja, o governo, os sindicatos, o patronato e as associações profissionais. Este órgão constitui um espaço de concertação que visa conciliar os interesses das diversas entidades representadas, em termos de organização e condições de trabalho, salários e benefícios sociais.

Para além da consagração constitucional dos direitos humanos, estes passaram a ser abrangidos, em Novembro de 1993, pelo Ministério respectivo cuja missão é a de desenvolver e consolidar o diálogo com a sociedade civil, promovendo, simultaneamente, a cultura daqueles direitos. Paralelamente, deve harmonizar o direito interno com as convenções internacionais nesse âmbito⁷⁴. Por outro lado, o Ministério tem estimulado acções de sensibilização e informação junto de escolas, liceus e universidades em conjunto com o Ministério da Educação. Estas campanhas têm sido alargadas aos meios de comunicação social, desde Dezembro de 1994⁷⁵.

A reforma constitucional de Setembro de 1992, possibilitou ainda a criação de comissões parlamentares de inquérito no domínio dos direitos humanos. Assim, em 1993, a comissão de justiça e de legislação acrescentou na sua denominação os direitos do homem. Esta comissão vai, de certa forma, completar juntamente com o Conselho Constitucional, uma rede legal em que o aparecimento de tribunais administrativos, em 1991, ajudou a fomentar devido à melhoria conseguida na protecção dos cidadãos contra os abusos e os desvios provocados pelo poder detido pela Administração Pública, e contribuiu para a construção do Estado de Direito.

Data igualmente de 1993, a ratificação, em 21 de Junho, de quatro convenções das Nações Unidas sobre os seguintes assuntos: contra a tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; sobre a protecção de todos os trabalhadores migrantes e os membros da sua família; acerca dos direitos da criança; e sobre a eliminação de todas as discriminações visando as mulheres. Este último ponto beneficiou de uma apreciável evolução devido às medidas tomadas entre 1993 e 1995. Estas abrangeram o seu consentimento face ao casamento; a respectiva protecção face ao repúdio por parte do marido; o direito da mulher casada de celebrar contratos e prestações de serviços; a liberdade de exercer funções no âmbito comercial, numa actividade remunerada e de pedir um passaporte sem a prévia autorização do marido⁷⁶.

Resta referir, que ainda naquele ano foi adoptada uma lei, que atribui uma protecção legal às pessoas vítimas de deficiência física ou mental. Ela

⁷³ As iniciais CNJA significam em francês Conseil National de la Jeunesse et de l'Avenir.

⁷⁴ Logo no seu primeiro ano de exercício, o Ministério dos Direitos Humanos recebeu 4 500 queixas de violação dos direitos referidos.

⁷⁵ Omar Azziman, "Le dispositif de promotion des droits de l'homme s'est édifié depuis 1990", in *La Vie Economique* (Édition Spécial), Novembre 1995, p. 13.

⁷⁶ Hubert Vedrine, "La marche vers l'État de droit", in *La Vie Economique* (Édition spécial), Novembre 1995, p. 9.

consagra direitos respeitantes ao bem-estar, ensino, formação, trabalho e inserção social do deficiente.

Quanto aos presos políticos, aos exilados, aos desaparecidos e às detenções ilegais, registaram-se evoluções positivas que permitiram uma maior aproximação entre a sociedade civil e as instituições do Estado.

A libertação de presos políticos foi possibilitada por uma amnistia do Rei, em Julho de 1994, que permitiu a saída das prisões a 424 detidos por delitos de opinião, infracções de carácter político e de indivíduos que haviam organizado ou participado em manifestações públicas⁷⁷. A esta medida não é alheia a decisão marroquina de se ligar mais intimamente à Europa nem à visita de uma delegação do Congresso americano, em Janeiro daquele ano⁷⁸.

O perdão real abrangeu, igualmente, os exilados políticos e proporcionou a 195 indivíduos a comutação da pena de morte em prisão perpétua.

No tocante aos desaparecidos e às detenções ilegais registaram-se também progressos nos anos 90. Em Junho de 1991, 270 pessoas detidas sem julgamento reencontraram a liberdade. Em Julho de 1993, verificou-se a mesma situação para alguns dirigentes sindicalistas. No ano seguinte, foi concedida uma indemnização mensal de 5 000 DH, a título provisório, a cada um dos antigos prisioneiros de Tazmamart. Simultaneamente, foi calculado um montante a atribuir a todas as vítimas de prisões arbitrárias no sentido de indemnização definitiva e ajuda à reinserção social. Por outro lado, iniciaram-se inquéritos e investigações relativos aos desaparecidos e devolveram-se passaportes a indivíduos que haviam sido privados desses documentos.

O caminho percorrido na construção da democracia foi, também, marcado pelas eleições legislativas de 25 de Junho e 12 de Setembro de 1993. Elas decorreram em dias diferentes, sendo o primeiro correspondente ao sufrágio universal directo e o segundo ao sufrágio indirecto restrito às associações profissionais. Os resultados beneficiaram os partidos da oposição no primeiro momento, uma vez que estes obtiveram a maioria. No entanto, a votação posterior inverteu aquela tendência e favoreceu os partidos

⁷⁷ Os nomes dos detidos abrangidos pelo perdão real foram sugeridos pelo CCDH a pedido de Hassan II. A medida foi anunciada publicamente, em 8 de Julho de 1994, por ocasião do aniversário do Rei. Ela foi considerada uma mensagem de reconciliação nacional e uma concessão à oposição na sequência do impasse político gerado pelos resultados eleitorais de 25 de Junho e 17 de Setembro de 1993. No entanto, não foram contemplados cerca de 40 a 50 presos políticos, na sua maioria integralistas islâmicos e membros da Frente Polisario, segundo uma informação veiculada pela Associação Marroquina dos Direitos Humanos (AMDH). Cfr. *El País*, 22/7/94; *El País*, 10/7/94.

⁷⁸ A delegação oriunda dos EUA era chefiada por Tom Willitus, presidente da Comissão do Congresso encarregada dos Direitos do Homem e das questões internacionais, e dirigente do partido democrata norte-americano. No espaço de dois meses, foi a terceira viagem de representantes de instituições desse país a Rabat, demonstrando o interesse do posicionamento estratégico de Marrocos e reconhecendo nele uma dimensão regional e internacional como garante de estabilidade e de paz no Mediterrâneo. Por outro lado, foi afirmada a importância das relações bilaterais e as reais possibilidades intrínsecas de desenvolvimento deste país africano. Cfr. *Almaghrib*, 25/1/94, pp. 1-2.

tradicionalmente próximos do poder instituído. Esta situação gerou um certo mal-estar político, ao qual acresceu notícias de fraudes e irregularidades verificadas no acto eleitoral. Isto levou à repetição das eleições em treze circunscrições no mês de Abril de 1994, que conferiram uma nova vantagem à oposição⁷⁹.

Perante os resultados eleitorais de 25 de Junho de 1993, o Rei convidou os partidos da oposição a integrarem um governo de coligação com os partidos situacionistas. No entanto, o "bloco democrático" recusou a iniciativa real, argumentando que não existiam condições para governar e demonstrou o seu descontentamento em relação aos ministérios que lhes caberiam se tal viesse a acontecer⁸⁰.

Mediante o impasse político, Hassan II resolveu nomear, em Novembro de 1993, um governo de "tecnocratas" liderado por Mohamed Karim Lamrani. Durante seis meses manteve-se uma situação de precariedade social e política, que só foi parcialmente resolvida em Maio de 1994 quando Abdelatif Filali aceitou chefiar um novo executivo⁸¹.

Actualmente, o governo marroquino tem a seguinte constituição no que concerne aos principais ministérios: O Primeiro-Ministro (PM) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) é Abdelatif Filali, sem filiação política e possuidor de uma boa experiência governativa, uma vez que chefiou a diplomacia nos últimos quinze anos; O Ministro do Interior é Driss Basri, sem filiação política; O Ministro da Energia e das Minas é Abdelatif Guerraoui, sem filiação política; O Ministro da Agricultura é Hassan Abou Ayoub, membro do partido do Movimento Popular (MP) e especialista em assuntos europeus; O Ministro das Finanças é Mohammed Kabbaj, membro da União Constitucional (UC); O Ministro da Privatização é Abderrahmane Saaïdi, sem filiação política e considerado um excelente comunicador; O Ministro do Comércio e da Indústria é Driss Jettou, sem filiação política, oriundo do meio patronal e adepto da abertura económica; O Ministro da Comunicação é Driss Alaoui M'Daghri, sem filiação política e próximo dos meios associativos.

Quanto ao Parlamento marroquino, é composto por 333 deputados, dos quais 1/3 é eleito por sufrágio indirecto através das associações profissionais. Os restantes 222 deputados são eleitos por sufrágio universal directo⁸².

⁷⁹ Os três principais partidos da oposição, isto é, a União Socialista das Forças Populares (USFP), o Istiqlal (PI) e o Partido do Progresso e do Socialismo (PPS) conseguiram sete novos deputados, correspondendo a dois, dois e três, respectivamente. Os partidos ligados ao governo — a Associação Nacional de Independentes (ANI) e a União Constitucional (UC) — obtiveram um e três deputados, respectivamente, faltando ainda conhecer quem ocuparia os dois lugares que estavam por preencher. Cfr. El País, 27/4/94; El País, 28/4/94.

⁸⁰ Em princípio, as "pastas" que caberiam aos partidos da oposição seriam sobretudo de índole económica, ficando a maior parte representada no governo com ministérios cruciais como sejam os casos da Administração Interna, Negócios Estrangeiros e Defesa. Cfr. El País, 9/6/94.

⁸¹ O actual Primeiro-Ministro, Abdelatif Filali, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros no executivo de Lamrani e é considerado um homem liberal e de filiação democrática. Cfr. El País, 27/5/94.

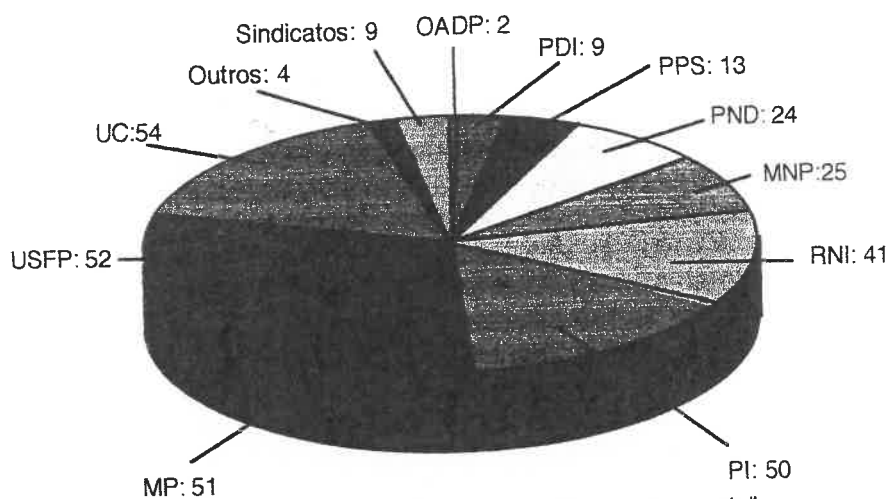
⁸² Desde o início de 1994, que se debate sobre a possibilidade de se eleger a totalidade dos deputados por sufrágio universal directo. A iniciativa pertenceu aos

Os partidos políticos que, tradicionalmente, têm representação parlamentar são os seguintes: A União Constitucional (UC), partido criado em 1983 por personalidades pertencentes à Administração no passado, e à qual mantêm fortes laços; O Movimento Popular (MP), antigo partido berbere, legitimista e que tem sempre viabilizado os sucessivos governos; O Movimento Nacional Popular (MNP), nascido de uma cisão no MP; A Congregação Nacional dos Independentes (CNI)⁸³, criada depois das eleições de 1977 com o objectivo de reunir os deputados independentes e identificando-se como partido de centro direita; O Partido Nacional Democrata (PND), que se afirma como representante dos agricultores e é dirigido pelos notáveis do sector; O Partido para a Democracia e a Independência (PDI), é descendente da organização política com a mesma designação dos anos 40; A União Socialista das Forças Populares (USFP), é o principal partido da esquerda marroquina e exerce uma grande influência junto dos meios sindicalistas e da juventude; O Partido Istiqlal (PI) considera-se como herdeiro do Movimento Nacional para a Descolonização e apresenta um posicionamento conservador na busca de soluções para os problemas da sociedade; O Partido do Progresso e do Socialismo (PPS), constitui a nova face do ex-partido comunista, e afirma-se como organização de esquerda e defensor de um liberalismo de "rosto humano"; finalmente, a Organização da Acção Democrática e Popular (OADP) é o único movimento de extrema esquerda marxista-leninista dos anos 70, que aceitou integrar-se no sistema democrático.

Os últimos quatro partidos constituem o denominado "bloco democrático", assumindo-se como oposição. As restantes organizações políticas citadas formam a maioria que tem apoiado os governos anteriores e o actual.

A repartição dos 333 deputados no Parlamento, mediante a sua origem partidária, é a abaixo indicada:

Gráfico I: Composição do Parlamento Marroquino



Fonte: Khalid Jamaï, "Les difficultés de la construction d'une démocratie", in *La Vie Économique* (Édition spéciale), Novembre 1995, p. 17.

partidos da oposição, que pretendem introduzir essa medida através de uma nova reforma constitucional. Cfr. *Le Monde*, 20/2/94.

⁸³ A sigla em francês é RNI, correspondente a "Rassemblement National des Indépendants".

3.1.2. A Vertente Social

Ao alcançar a independência, as potencialidades económicas de Marrocos concentravam-se no eixo Casablanca-Kénitra. Isso era visível em termos sociais, de serviços oferecidos, de população activa na indústria, de comunicações e de consumo de energia.

A partir dos anos 60, a zona do noroeste litoral ampliou a sua dimensão. No caso de Casablanca, a sua população multiplicou-se por 100 desde o início do protectorado, assim como o espaço por ela ocupado.

Actualmente, contam-se cerca de 3 milhões de habitantes a residirem numa superfície de 10 000 hectares.

De facto, a população fixou-se significativamente na região que liga Kénitra a El Jadida ao longo de 150 Km e com um avanço para o interior de 10 a 30 Km. Prevê-se, que venham a existir nesta faixa entre 4 a 4,5 milhões de habitantes no ano 2 000⁸⁴. No entanto, mais a norte, Tânger e Tétouan ganham relevância, enquanto ao centro, Fez e Marraquexe mantêm-se com uma importância acentuada.

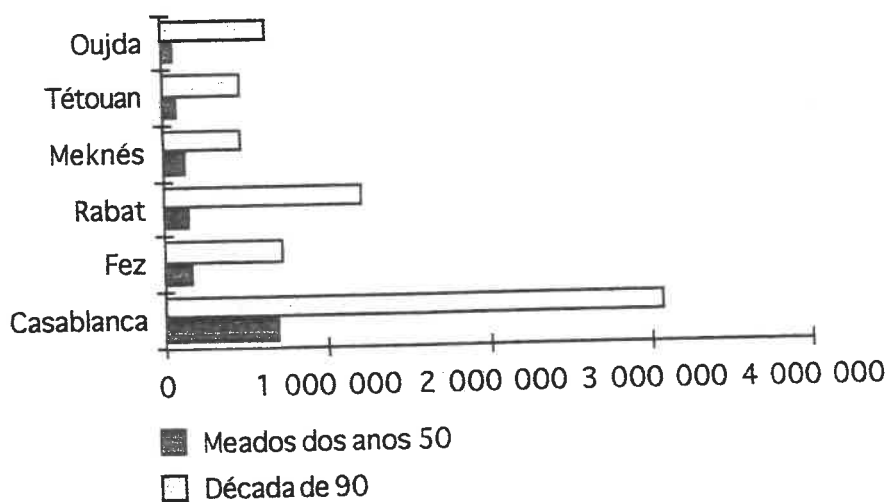
Outro eixo que tem ganho relevância é o que liga Oujda a Nador na extremidade nordeste do país. Agadir, no sudoeste, também se tem dinamizado nos últimos anos, constituindo uma capital regional bastante activa. Este fenómeno intensificou-se na perspectiva do Sara Ocidental ser atribuído a Marrocos e a cidade posicionar-se, nesse novo contexto, no centro litoral do Reino.

Assim, é inegável a disparidade entre o desenvolvimento dos núcleos urbanos costeiros e as zonas do interior. O número de cidadãos triplicou entre 1960 e 1988, passando de 3,7 milhões a perto de 10 milhões e o número de centros urbanos duplicou de 112 para 240. É notória, a fixação da população urbana junto das cidades históricas, com a excepção de Kénitra (criação de Lyautey), mas que confirma a preferência pelo litoral.

Assim, não causa estranheza o facto de as cidades com maior número de habitantes, em meados dos anos 50, permanecerem com essa supremacia em 1994, embora numa ordem diversa. Próximo do fim do regime de protectorado, contavam-se 700 000, 180 000, 156 000, 140 000, 100 000 e 80 000 pessoas em Casablanca, Fez, Rabat, Meknés, Tétouan e Oujda, respectivamente. Na década de 90, o número de residentes nas mesmas cidades atingiram 3 079 000, 735 000, 1 231 000, 495 000, 498 000 e 661 000, respectivamente. Este crescimento pode ser verificado no gráfico abaixo indicado.

⁸⁴ Cfr. Camille et Yves Lacoste, Op. Cit., p. 171; As cidades do eixo urbano Casablanca - Rabat - Kénitra receberam 53% dos fluxos migratórios desde o início do presente século. Cfr. Michel Branciard, Op. Cit., p. 120.

Gráfico 2: Crescimento demográfico de algumas cidades marroquinas



Na actualidade, existem outros núcleos urbanos tradicionais com dados estatísticos expressivos, como sejam os casos de Marrakech (665 000 habs.), Beni Mellal (453 000 habs.), Kénitra (441 000 habs.), Agadir (439 000 habs.) e Tânger (420 000 habs.)⁸⁵. Consequentemente, de acordo com o último recenseamento, cerca de metade dos 26 073 593 habitantes, apurados em Setembro de 1994, vive nas cidades. No mesmo sentido, nas regiões do noroeste e do centro, equivalentes a 10% da superfície do país, concentra-se 48% da população.

A situação descrita reflecte, também, o grande crescimento populacional que se registou a partir dos anos 50, após um período de estagnação e de uma taxa de mortalidade elevada. De facto, no fim da década de 60 e 70 do século passado, a população marroquina perdeu entre 1/3 a 1/4 dos indivíduos devido à falta de alimentos e a uma epidemia de cólera. Com a criação de serviços de saúde pública entre as duas guerras mundiais, conseguiu-se uma ligeira redução no número de óbitos e um aumento de 1,5% de nascimentos por ano. Mas no fim da II Guerra Mundial, regressou novamente a fome ao país.

Os anos 50 e os posteriores irão alterar significativamente esta tendência, uma vez que nos vinte anos seguintes (1950-70), a taxa de mortalidade diminuiu o mesmo que nos primeiros 50 anos do século XX, ou seja, 10 pontos, passando de 30-35‰ a 20-25‰ na primeira metade do presente século a 25,7‰-15,7‰ até à década de 70. Do período que medeia entre 1970-75 e 1985-90, a redução manteve-se, registando 15,7‰ e 9,7‰, respectivamente⁸⁶.

O recuo da taxa de mortalidade foi possibilitada pelo desaparecimento quase completo das epidemias (tifo, tifoide, varíola, cólera, peste, etc.), da

⁸⁵ Cfr. José F. T. Martinez, *O Mundo Árabe e as suas Relações Económicas com Portugal*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Vol. I, 1958, p. 259; ICEP, *Marrocos*, 1995, p. 1.

⁸⁶ Cfr. Camille et Yves Lacoste, *Op. Cit.*, p. 80.

regressão de males endémicos (sífilis, tracoma, tuberculose, etc.), da melhoria das condições de higiene, da extensão do equipamento hospitalar, da vulgarização de métodos de obstetrícia sãos, da generalização do emprego de antibióticos e do armazenamento de produtos alimentares, sobretudo cereais, para combater a fome⁸⁷.

Ao declínio dos óbitos não correspondeu a natalidade. Entre os anos 50 e a década de 80, o número de nascimentos cresceu de 2,5% quase 3,1%, registando uma média anual de 2,8% até 1990. Segundo o Banco Mundial, prevê-se que a taxa de crescimento anual se situe nos 2,7% até ao ano 2 000. Assim, de acordo com projecções das NU, na mudança do século a população marroquina atingirá 29,5 milhões de habitantes, e em 2 010, 2 020 e 2 025, 33,8, 38,1 e 40,1 milhões de indivíduos, respectivamente.

A melhoria das condições de saúde e higiene, reflectiu-se igualmente na esperança de vida, que aumentou de 51 anos em 1965 para 66 anos em 1991⁸⁸.

A explosão demográfica anteriormente referida originou uma população muito jovem, verificando-se que 70% tem menos de 30 anos, 50% idade inferior a 18 anos e 41% apresenta menos de 15 anos. Por outro lado, favoreceu uma urbanização deficiente. Estima-se que 15% a 20% da população das cidades com mais de 30 000 habitantes, encontram-se em bairros degradados e numa situação ilegal. O mesmo acontece nas partes antigas dos núcleos urbanos — as medinas —, que têm conhecido uma sobrelotação inquietante. Por exemplo, na zona tradicional de Fez, é necessário alojar convenientemente 40% dos seus 200 000 habitantes, o que equivale à construção, na periferia da cidade, de uma outra com 80 000 residentes. Casablanca, padece de um mal semelhante, na medida em que o estilo europeu da zona empresarial e do porto, coexiste com a medina e com uma cintura pobre em redor da cidade.

Quanto ao desemprego, são novamente os jovens — entre os 18 e 25 anos — a faixa etária mais prejudicada, uma vez que constituem 60% dos indivíduos sem trabalho. Segundo os dados oficiais, a respectiva taxa atingia, em 1987, 19% da população e cinco anos depois 16%⁸⁹.

No tocante à educação, o analfabetismo abrange, actualmente, 50% dos indivíduos com idade superior a 15 anos.

O quadro social mencionado incita à imigração, em busca de melhores condições de vida. Tradicionalmente, a França é o país que recebe um maior número de marroquinos. Entre 1968 e 1990, esse contingente aumentou de 88 200 para 573 000 pessoas. E, apesar das restrições impostas pelos países europeus no decurso dos anos 70, os emigrantes continuaram a fluir, sobretudo clandestinamente. No entanto, os dados oficiais registaram ainda um crescimento de 18%, entre 1975 e 1978, em relação à entrada de marroquinos em França⁹⁰.

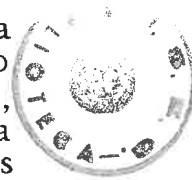
⁸⁷ Cfr. José F. T. Martinez, Op. Cit., pp. 261-262.

⁸⁸ Cfr. Michel Branciard, Le Maghreb au coeur des crises, Lyon, Chronique Sociale, Octobre 1994, p. 113.

⁸⁹ Cfr. British Department of Trade and Industry, Setting up in Business in Morocco, London, DTI Export Publications, May 1995, p. 13.

⁹⁰ Cfr. Michel Branciard, Op. Cit., p. 126.

De acordo com estatísticas de 1992, calculava-se em 4 milhões a população activa urbana residente em Marrocos, e em 1,7 milhões o número de trabalhadores emigrados⁹¹. A Europa foi destino preferido, representando 83,8% das opções. Cerca de metade destes escolheram a França (42,3%). A Holanda e a Bélgica também apresentaram percentagens interessantes, com 11,2% e 10%, respectivamente. Os países árabes seguiram-se ao "velho continente", com 15,8% de intenções.



As características desta emigração face a um maior controlo por parte das autoridades europeias, tendem para a estabilização do número de entradas e para a progressão a nível interno, pois estima-se em 400 000, os nascimentos por ano provenientes de não europeus. Por outro lado, verifica-se um aumento da população estrangeira não activa e do número de indivíduos em situação ilegal⁹². Acrescente-se ainda uma baixa taxa de retorno ao país de origem, apesar dos problemas de inserção social e de desemprego.

Ora, são estas questões que, muitas vezes, desencadeiam atitudes extremistas tanto nos países de acolhimento como no Magrebe.

As acções radicais possuem, normalmente, um fundamento religioso e simbolizam a rejeição de determinado tipo de organização social ou estrutura económico-política. Daí que os jovens, os desempregados e todos os excluídos de uma forma geral, sejam uma boa fonte de recrutamento para grupos islâmicos.

O fenómeno, em Marrocos, desencadeou-se sobretudo a partir dos anos 70. É o caso do aparecimento da Associação da Juventude Islâmica Marroquina (AJIM) e da Sociedade para a Propagação do Islão (SPI) ou "Tabligh". O discurso delas apontava, essencialmente, para o retorno aos ensinamentos do Islão e o afastamento de doutrinas ou modelos culturais estrangeiros tais como o marxismo, o maoísmo, o movimento "hippie" e as sociedades de consumo ocidentais.

Em redor destas associações, movimentavam-se "mensageiros" que insistiam mais na divulgação da prática religiosa do que em publicitar conclusões contestatárias do sistema político vigente.

No entanto, este convívio pacífico foi perturbado em 1973 devido a uma carta aberta escrita por um professor do ensino primário, Abdessalam Yasine, dirigida ao Rei. Nela fez duras críticas a um progressivo desfasamento entre a sociedade civil e os preceitos islâmicos, mas não defendeu a utilização da violência ou do terrorismo. Tratava-se, sobretudo, de um apelo para se "islamizar a modernidade" e não o contrário⁹³.

⁹¹ Os capitais provenientes da emigração representaram, em 1990, 16,5 biliões de DH, ou seja, uma soma semelhante ao défice comercial de Marrocos. No sentido de desenvolver estas transferências, o governo autorizou os emigrantes à abrirem contas em moeda nacional convertível, desde 1988. Cfr. Serge Leymarie & Jean Tripier, Maroc: Le prochain dragon?, Paris, Éditions Karthala, 1993, p. 74.

⁹² Em 1990, contavam-se 8 milhões de cidadãos não comunitários nos 12 Estados membros e cerca de 2 ou 3 milhões de clandestinos, isto é, indivíduos juridicamente inexistentes. Cfr. Teresa Losada Campo, La Inmigración Marroquí en los Últimos Veinte Años (Communication au Colloque de Gredos IV), Polic., Enero 1990, p. 6.

⁹³ Na sequência da missiva, Yasin foi preso e internado durante alguns meses num hospital psiquiátrico. Mais tarde foi colocado sob prisão domiciliária. Em 12 de

Desde aí, os islamistas passaram a ser vigiados com maior rigor e os anos 80 foram marcados por algumas manifestações de carácter religioso, onde a juventude desempenhou um papel activo. Os motins de Casablanca, Nador e Marraquexe, em 1984, são disso exemplo.

Gradualmente, as autoridades marroquinas exerceram um controlo mais rígido sobre as actividades religiosas, tomando-se diversas medidas: Os pregadores ficaram dependentes de nomeação pelo Ministério dos Assuntos Religiosos, sob sugestão dos governadores provinciais; Multiplicaram-se os especialistas em temas islâmicos, incumbidos de seguir de perto os trabalhos das associações; Os lugares de culto fecharam-se fora das horas de oração; A formação dos ulemás e dos imãs⁹⁴ passou a desenvolver-se a partir de directivas estatais, através de universidades vocacionadas para tal. Após o período de aprendizagem, as entidades religiosas são enviadas para a Europa junto das comunidades de emigrantes marroquinos; Finalmente, estabeleceu-se uma estrutura hierárquica baseada em 14 conselhos regionais chefiados por um conselho superior, presidido pelo Rei.

O enquadramento da componente religiosa pelo Estado ficou simbolizado pela inauguração, em 1993, da maior mesquita africana, construída em Casablanca, e que possui o minarete mais alto do mundo. Este templo foi denominado Hassan II.

Esta política oficial tem obtido sucessos apreciáveis. Um exemplo disto, foi a ruptura, na década de 80, de alguns membros da AJIM com esta organização. Ela concretizou-se devido ao desapontamento em relação à linha provocadora seguida pelo jornal, editado pelo seu líder no exílio. Por outro lado, convenceram-se da ineficácia de uma conduta de oposição total. Actualmente, formam um grupo que publica o jornal "Al-Islah" (A Reforma) com o assentimento implícito das autoridades. Uma outra consequência daquele enquadramento, reflecte-se na preferência por uma intervenção cultural ao nível das universidades, organizações de direitos humanos, sindicatos e associações científicas, evitando a acção puramente política⁹⁵.

No entanto, a paz é quebrada episódicamente por manifestações e confrontos. Isso foi visível em alguns acontecimentos na década de 90: na participação massiva de islamistas na marcha de solidariedade para com o Iraque, realizada em 3 de Fevereiro de 1991, em Rabat; na luta que opôs

Janeiro de 1994, um deputado do Istiqlal solicitou a sua libertação e as autoridades têm-se mostrado mais tolerantes em relação à organização integralista clandestina "Justiça e Caridade", liderada por Yasin. Cfr. El País, 15/1/94; El País, 21/5/94.

⁹⁴ Dirigentes islâmicos. Cfr. Sousa Lara, Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias, Lisboa, Pedro Ferreira, 1995, pp. 329-330.

⁹⁵ Contam-se entre 20 e 150, os grupos islâmicos existentes em Marrocos, verificando-se uma dispersão, que, de certa forma, enfraquece o movimento no seu conjunto. Destes, apenas três tiveram desde o início preocupações políticas: o "Achabiba al Islamia", o "Al Islah wa Attajdid" e o "Al Adl wa Lihssane".

Da primeira organização, fundada em 1967 por Abdelkrim Moti, surgiram posteriormente outros grupos mais moderados como o "Achourok" ou o "La Jamaâ Islamia", criada em 1991 por Abdelilah Benkirane. Após um período de agitação e de prisões entre os seus membros, a liderança optou pela condenação da violência, embora ainda não tenha sido reconhecida formalmente pelas autoridades. Cfr. Maroc hebdo, 21/1/94.

estudantes islamistas a militantes da União Nacional dos Estudantes Marroquinos (UNEM) na universidade Moulay Ismaïl de Meknés, em 21 de Fevereiro de 1991, e que se estendeu às instituições de ensino superior de Tétuan, Fez, Oujda e Kénitra; na associação de partidários islâmicos e sindicalistas no desfile do 1º de Maio de 1991.

Assim, pode-se concluir que existem três factores, dois de ordem interna e um de ordem externa, que conferem ao islamismo marroquino um carácter original e diverso do verificado na Argélia e na Tunísia.

O primeiro consiste no facto de Hassan II ser, simultaneamente, Chefe de Estado e "Comandante dos Crentes". Esta qualidade religiosa justifica-se pelo facto de o Rei de Marrocos ser descendente do Profeta Maomé e devido à inscrição de tal supremacia no art. 19º da Constituição marroquina⁹⁶. Na prática, o Rei desenvolve acções que legitimam a sua liderança. Por exemplo, no Ramadão, o soberano organiza vigílias de oração e convida especialistas em teologia muçulmana para participarem nelas. Estas cerimónias têm cobertura televisiva.

Um segundo aspecto relaciona-se com a integração do islamismo na sociedade marroquina. Circulam muitos textos escritos por integralistas nacionais e estrangeiros, assim como cassetes. A edição de livros sobre o islão registou, igualmente, um progresso notável. Os estudantes são leitores assíduos destas publicações, que se encontram com facilidade nos departamentos de estudos islâmicos da maioria das universidades do país. É exemplo disso a famosa universidade "Karaouine" de Fez, mas também as situadas em Tétouan e Marrakech. A oração nas escolas públicas é obrigatória e os colégios corânicos têm o patrocínio estatal. Nos cerca de 465 periódicos em circulação, muitos veiculam práticas islâmicas encorajadas pelo poder. Neste campo, tanto o Istiqlal como a USFP mantêm nos seus jornais espaços dedicados ao pensamento islâmico. É o que se verifica, em relação ao primeiro partido, no diário "Al Alam" uma vez por semana através de um suplemento. O periódico dos socialistas também se mostra receptivo aos autores islamistas e defende a libertação dos reclusos islâmicos. Acrescente-se, que estes dois agrupamentos políticos apresentaram, em 1994, um projecto de lei, visando a proibição de antenas parabólicas em Marrocos. Mais do que esperarem uma vitória parlamentar, eles quiseram tomar uma medida simpática e em sintonia com a sensibilidade islâmica⁹⁷. A lógica implícita a estes actos é perceptível. Trata-se de socializar associações de inspiração islamita, integrando-as em estruturas partidárias conhecidas e controláveis. Por outro lado, a amnistia de Julho de 1994, permitiu a libertação ou o exílio a cerca de 100 islamistas que não cometeram crimes de sangue.

Proporcionar uma boa convivência religiosa é, igualmente, uma preocupação de Hassan II. Apesar do islamismo ser a religião oficial do Estado e de 98% da população assumir-se como muçulmana sunita, os cristãos, os judeus e os respectivos lugares de culto são respeitados⁹⁸.

⁹⁶ No artigo citado refere-se o seguinte: "Le Roi, Amir Al Mouminine [Comandante dos Crentes], Représentant Suprême de la Nation, Symbole de son unité, Garant de la pérenité et de la continuité de l'État, veille au respect de l'Islam et de la Constitution. Il est le Protecteur des droits et libertés des citoyens, groupes sociaux et collectivités". Cfr. Maroc hebdo, 21/1/94.

⁹⁷ Cfr. El País, 21/5/94.

⁹⁸ Cfr. Le Monde, 10/9/94.

Finalmente, a originalidade do islamismo marroquino relaciona-se com o facto de os seus emigrantes não constituírem presas fáceis de organizações religiosas radicais estabelecidas no estrangeiro, nomeadamente em França. Isto, porque a embaixada marroquina naquele país mantém laços estreitos com a comunidade nacional lá existente. Este contacto materializa-se no envio de imãs e professores de árabe provenientes de Marrocos. A sua acção formadora é suficiente para prevenir "crises de identidade" ou o aparecimento de líderes carismáticos locais. Por outras palavras, as autoridades marroquinas procuram preencher um espaço fértil de recrutamento por parte de organizações extremistas. É o caso do centro cultural islâmico de Evry, uma criação saudito-marroquina, cujo objectivo é isolar os seus emigrantes da dominação argelina existente na Mesquita de Paris. Isto não significa que não existam militantes islamistas marroquinos, mas faltam-lhes uma forma de organização estruturada à semelhança da Frente Islâmica de Salvação (FIS) argelina ou do "Ennahda" tunisino. No entanto, o perigo de sedução permanece e o futuro mantém-se incerto, sobretudo se estas comunidades continuarem a ser vítimas de exclusão socio-profissional nos países de acolhimento⁹⁹.

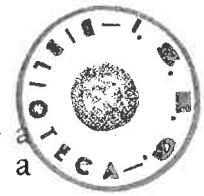
Na tentativa de se solucionar os vários problemas sociais indicados, foi criado, em Fevereiro de 1995, o Ministério da População, chefiado por Lamine Benomar. Uma das suas principais funções é a de efectuar os estudos necessários para o conhecimento das necessidades da população, o que se torna essencial para se delinear uma política económica e social rigorosa. Outro dos seus objectivos primordiais é o de estabelecer estratégias a médio e longo prazo, prevendo as grandes transformações que se perfilam no horizonte do respectivo âmbito de actuação.

Assim, este Ministério abrange as seguintes tarefas: empreender estudos demográficos, económicos e sociais; propor, em colabaração com outros ministérios, programas de desenvolvimento e assegurar a sua avaliação; elaborar projectos a curto, médio e longo prazo; produzir, colher, tratar e divulgar informação; fornecer estudos quantitativos de âmbito nacional; acompanhar a conjuntura económica; e coordenar a documentação do país, nomeadamente, ao nível da informação de carácter técnico ou científico.

Do referido Ministério dependem três organismos: A Direcção de Estatística, encarregada de estudos económicos conjunturais e estatísticos. Os inquéritos a efectuar permitirão conhecer os valores do desemprego, do emprego, da qualificação profissional, da evolução dos preços e realizar a análise conjuntural. O recenseamento geral da população também deve ser efectuada pela Direcção em causa; A Direcção de Planificação, ocupa-se da programação e da coordenação de planos sociais, dos sectores produtivos e da infra-estrutura. É, igualmente, co-responsável pelo plano quinquenal de desenvolvimento económico e social 1996-2000, que se encontra em fase de preparação; Finalmente, o Centro Nacional de Documentação deve recolher e classificar toda a documentação relativa ao desenvolvimento económico e social, nomeadamente, nos domínios científico e técnico.

Para além dos seus departamentos principais, o Ministério da População possui delegações implantadas a nível regional para prosseguir as suas metas de acordo com uma dinâmica descentralizada.

⁹⁹ Cfr. Maroc hebdo, 21/1/94.



No fundo, a explicação da existência deste Ministério compreende-se a partir da preocupação governamental de fomentar o bem-estar e a promoção económico-social da Nação¹⁰⁰.

Quanto aos meios de comunicação social e à semelhança dos direitos do homem, têm-se registado alguns progressos nos últimos anos.

Apesar de não se poder publicar qualquer texto sobre a família real sem a prévia autorização do Palácio, e de esta interdição ser extensiva às Forças Armadas, à religião e às iniciativas do Rei, de um forma geral a censura tende a diminuir. Daí, já se escrever com inteira liberdade sobre o governo, a administração e os serviços públicos. Mesmo que o efeito não seja garantido, a impunidade é total.

Esta nova flexibilidade mediática originou uma imprensa partidária e sujeita a grupos de pressão perfeitamente indetificados com a oposição ou o poder. Daí, que seja necessário ler-se vários jornais para se formar uma opinião razoavelmente isenta e que corresponda à verdade dos factos. Entre aqueles, as publicações em língua árabe vendem-se mais que as francesas, o que leva cada "lobby" a possuir, em média, dois títulos. Outra constatação é a de que os artigos de opinião têm um maior impacto junto do público, do que a descrição objectiva dos assuntos.

Em contrapartida, os semanários constituem o domínio privilegiado dos independentes. Mais uma vez, os jornais de idioma árabe são os que se vendem com maior facilidade, mas são os que possuem menos publicidade devido a serem lidos, sobretudo, por camadas populares. A imprensa mais lida é a sensacionalista apostada na investigação de escândalos. Aqueles que se publicam em francês, são preenchidos com alguma actualidade política, como é o caso do "Maroc-Hebdo". No entanto, as publicações direccionadas para o domínio económico são as mais procuradas, sendo exemplo disso o "Économiste" — que divulga, essencialmente, informação micro-económica — e o "La Vie Économique", o mais lido, que cobre, também, a actividade política e cultural.

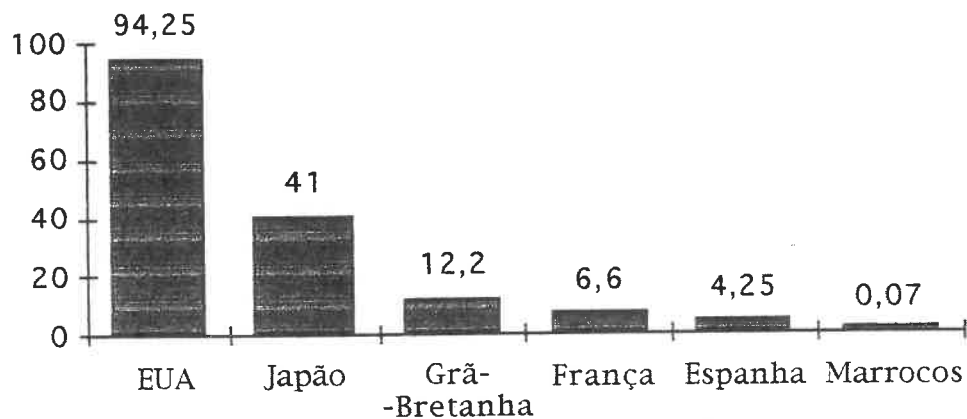
No que diz respeito aos audiovisuais, é um espaço pouco preenchido. A televisão oficial é a Radio Télévision Marocaine (RTM), cuja programação assenta essencialmente nas actividades do governo. Apesar das parabólicas aumentarem significativamente nos centros urbanos, o canal estatal continua a ser o mais acessível à generalidade da população. Na tentativa de modificar esta situação, o Palácio autorizou, em 1989, a criação de uma estação privada: a "2M". O controle accionista é assegurado pela principal empresa privada do país — a "Omnium Nord-Africain" (ONA) — e caracteriza-se pela modernização do modelo televisivo e a liberdade informativa. Neste canal os telejornais são breves e privilegia-se as notícias internacionais e os assuntos mundanos. A vida política marroquina tem um tratamento discreto e as entrevistas feitas a personalidades públicas, nomeadamente a ministros, contêm perguntas incómodas. A sua audiência é limitada dado que se trata de um canal codificado.

A ONA domina, igualmente, a única rádio privada do Reino — a Medi 1 — que emite de Tânger para todo o Magrebe. O modelo seguido é semelhante ao da estação anteriormente referida.

¹⁰⁰ Cfr. *La Vie Économique* (Édition Spécial), Novembre 1995, p. 48.

Comparando a publicidade com os media, aquela apresenta uma maior criatividade e inovação. No entanto, o mercado é pequeno, sendo partilhado por cerca de vinte agências. O conjunto das despesas publicitárias anuais não ultrapassa os 500 milhões de francos.

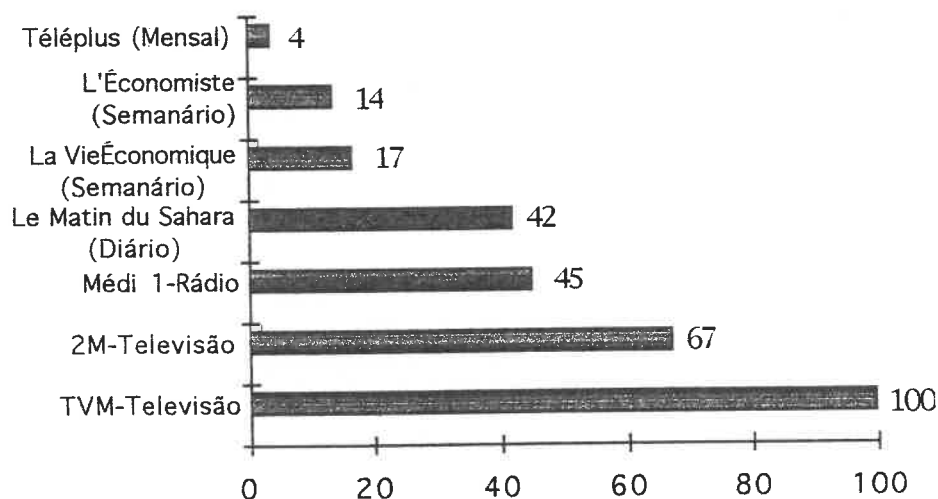
Gráfico 3: Investimentos publicitários no mundo, em 1994
(Em milhões de dólares)



Fonte: Stratégies, France

Os meios de comunicação social que obtêm maiores receitas, para além das televisões, são os seguintes: entre os diários, destaca-se o "Le Matin du Sahara"; nos semanários, apenas dois apresentam valores apreciáveis, o "La Vie Économique" e o "Économiste".

Gráfico 4: Receitas dos sete principais media, em 1994
(Em milhões de dirhams)



Fonte: La Vie Économique (édition spécial), Novembre 1995, p. 55.

Dotada de poucos meios, a imprensa marroquina não consegue cobrir a actualidade internacional devido, sobretudo, à falta de delegações e de correspondentes no exterior. Daí que, os jornais franceses sejam preferidos pela elite dirigente. Entre esses, o mais divulgado é o "Le Monde", com cerca de 3 000 exemplares vendidos diariamente. O canal estrangeiro com maior audiência é o "France 2", difundido pela TV5¹⁰¹.

De um modo geral, pode-se considerar o ambiente social marroquino tranquilo, coexistindo três sindicatos: a Confederação Democrática do Trabalho (CDT), a União Geral Marroquina do Trabalho (UGMT) e a União Marroquina do Trabalho (UMT). Os trabalhadores mantêm uma atitude maioritariamente passiva, uma vez que a alta taxa de desemprego verificada no país (16%/17%) diminui a sua capacidade reivindicativa. As greves são raras, sobretudo no sector privado. O código do trabalho é inspirado no da Organização Internacional do Trabalho¹⁰², mas a importância da economia "subterrânea" limita o seu impacto. É o que acontece no caso da droga, em relação à respectiva mão-de-obra.

De facto, o abandono desta produção querido pela UE¹⁰³, representa um problema social grave. Segundo um relatório do Observatório Geopolítico de Drogas (OGD), em 1993, o cultivo de haxixe cobria uma superfície de 65 000 hectares no norte de Marrocos, apesar do Rei ter anunciado um ano antes, em 7 de Outubro, o combate contra o cultivo e o comércio de "cannabis"¹⁰⁴. Em resposta ao soberano, a UE disponibilizou, em 1994, 2 000 milhões de pesetas para ajudar a financiar um ambicioso programa de desenvolvimento estimado em 250 000 milhões de pesetas. Cerca de 1 000 milhões seriam imediatamente aplicados num projecto de criação de emprego na zona do Rif, visando a criação de pequenas e médias empresas mediante créditos em condições muito favoráveis. Sensivelmente, 1/4 daquela verba é destinada ao sector primário, tendo em vista planos de substituição de culturas e a modernização de métodos agrícolas. As alternativas mais viáveis à produção de "Kif" são a cultura de tabaco e o

¹⁰¹ Cfr. Idem, p. 55.

¹⁰² O novo quadro legal protege mais os trabalhadores e simplifica a burocracia. Os tribunais marroquinos julgam com inteira imparcialidade as questões laborais e o direito ao despedimento de pessoal encontra-se dificultado, assim como a redução de salários devido a quebras na produção. Cfr. Abdelkhalek Zyne, "Le nouvel environnement juridique des affaires au Maroc se met en place", in *La Vie Économique* (Édition Spécial), Novembre 1995, p. 59.

¹⁰³ Num relatório de 1992 da Comissão de Inquérito sobre a "Criminalidade organizada ligada ao tráfico de droga", discutido no PE, reconheceu-se a dificuldade em reduzir a penetração de droga na Comunidade Europeia. Portugal, contava-se entre os países europeus, onde o problema se agravou. Cfr. PE, *Perspectiva*, Sessão Parlamentar de 11 a 15/5/92, Estrasburgo, Divisão Central de Imprensa, 1992, pp. 6-7; Em 28 de Abril de 1992, foi assinado, em Lisboa, um acordo luso-marroquino sobre "Cooperação no Domínio da Luta contra o Terrorismo e a Criminalidade Organizada". Esta convenção teve em conta o espírito do Acordo de Cooperação em matéria de luta contra a droga, assinado em 1 de Outubro de 1988, em Rabat. Cfr. DR, nº 149, 30/6/94, pp. 3436-3439; Recentemente, em 4 de Julho de 1996, os PM's, de Marrocos e de Portugal, Abdelatif Filali e António Guterres, respectivamente, concordaram em promover "acções conjuntas contra o tráfico de droga". Cfr. *Público*, nº 2308, 5/7/96, p. 5.

¹⁰⁴ Em 1980, as plantações de haxixe ocupavam entre 5 000 a 10 000 hectares do país. Doze anos mais tarde passaram a cobrir 50 000 hectares do território. Cfr. *Le Monde*, 25/5/94.

turismo de montanha. Por outro lado, pretende-se destinar 400 milhões de pesetas ao apoio da campanha de saúde materno-infantil e de planeamento familiar, empreendida pelo Ministério da Saúde. Este programa tem por finalidade a formação de 1 200 médicos e assistentes, os quais poderão dispôr de 27 unidades móveis e 120 motas ligeiras de forma a efectuarem consultas. Para além do envio destas equipas, serão construídos dois centros de assistência em Al Hoceima e Oujda.

No entanto, existe a certeza de estes meios ainda serem insuficientes para substituir culturas que proporcionam 100 000 toneladas de haxixe e 1 500 toneladas de resina de "cannabis" por ano. Esta actividade paralela gera um volume de negócios de 200 000 milhões de pesetas, quando o total das exportações legais marroquinas se eleva a 360 000 milhões de pesetas anuais. De acordo com informações de funcionários da administração do Reino, as culturas ilegais têm de ser mantidas em 20%. Erradicá-las repentinamente, seria equivalente a condenar as populações do Rif à fome, originando a violência e tensões sociais desnecessárias¹⁰⁵.

3.2.

Caracterização Económica de Marrocos

Dado que o trabalho em questão, aliás, tal como o título sugere, incide na apreciação das relações existentes entre Portugal e Marrocos, julga-se interessante analisar a economia deste país africano, perspectivando a sua evolução com o objectivo de, num capítulo posterior, inserir esta temática numa dimensão bilateral.

3.2.1.

A Especificidade da Economia Marroquina

A caracterização da economia Marroquina poderá ser feita, por um lado, através da análise de alguns indicadores, designadamente o Produto Interno Bruto (PIB), a inflação, o investimento, o défice orçamental, o saldo da balança comercial, as receitas turísticas e outros elementos e, por outro lado, analisando a estrutura produtiva, isto é, avaliando o peso dos sectores de actividade mais relevantes e da contribuição de cada um deles para o PIB ou para o emprego.

¹⁰⁵ Este argumento tem alguma validade perante a diversidade de atitudes na Europa, em relação ao assunto. A Holanda e Espanha constituem exemplos paradigmáticos da aceitação do consumo legal de certas drogas. Cfr. El País, 1/6/94.

Os indicadores referidos podem ser observados no seguinte quadro:

Quadro I: Principais Indicadores Económicos

	1992 (a)	1993 (a, b)	1994 (b, c)	1995 (d)
População (milhares)	25.547	26.069		
PIB (preços correntes - milhões USD)	28.891	27.357		
Taxa de crescimento do PIB (%) - (b)		(0,2)	11,0	0,5
PIB per capita (USD)	1.070	1.050		
Inflação (%)	4,9	5,2 (c,e)	5,1	7,0
FBCF (investimento - milhões USD)	6.750	6.143		
Défice Orçamental (% PIB)	1,7	n/d		
Importações (milhões USD)	7.389	6.643,1	6.550	7.074
Exportações (milhões USD)	3.995	3.679,9	3.980	4.260
Saldo da Balança Comercial (milhões USD)	(3.394)	(2.963,2)	(2.570)	(2.814)
Dívida Externa Total (milhões USD) (c)		21.400	21.900	
Receitas Turísticas (milhões USD)	1.337	1.235		
Reservas Internacionais (milhões USD)(c)		3.655	4.352	
Taxa Média do Câmbio				
- DH por USD	8,54	9,299	9,203 (e)	
- DH por 100 PTE	6,16			

Fonte: (a) "Morocco in figures", Moroccan Centre for Export Promotion
(c) Economist Intelligence Unit (EIU)

(b) Estimativas
(d) Previsões
(e) Efectivo

Entre 1992 e 1993 assiste-se a um aumento da população, a uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,2% e, conseqüentemente, a uma redução do PIB per capita de USD 1.070 para USD 1.050.

Tal evolução representa uma inversão às previsões iniciais na medida em que estas apontavam para um crescimento do PIB de 6,5%. Este comportamento deve-se à recessão mundial e ao prolongamento do período de seca que se arrastou ao longo daqueles anos¹⁰⁶.

A taxa de inflação, conforme se pode ver no quadro II, entre 1988 e 1994, tem tido uma evolução irregular, mais expressiva em 1991 quando

¹⁰⁶ A seca foi uma constante ao longo de 1992/93. Cfr. Anexo II, p. XVII; Marchés Tropicaux et Méditerranéens, n° 2543, 5 Août 1994, p. 1643.

exibiu o valor de 8,0%. De qualquer forma, os valores evidenciados para os últimos três anos (1992/1994) sugerem que as medidas introduzidas, apesar de não terem sido capazes de reduzir a inflação, têm no entanto, permitido mantê-la a níveis não excessivamente exagerados e, até, razoáveis, sobretudo, atendendo às taxas de inflação que os restantes Estados do Magrebe registam¹⁰⁷.

Quadro II: Taxa de Inflação

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Média anual (%)	2,3	3,1	6,9	8,0	4,9	5,2	5,1 (a)

Fonte: FMI, "International Financial Statistics"
(a) Estimativa

Em 1991, verificou-se o aumento do crédito que se repercutiu no incremento da massa monetária e teve como consequência elevar a inflação para os níveis mais altos do período em questão (8,0%)¹⁰⁸.

Marrocos, possui uma economia muito dependente do sector agrícola, já que emprega actualmente cerca de 40% da população activa, contribui com aproximadamente 18% do PIB e gera 30% das receitas provenientes da exportação.

Esta importância do sector primário traduz a vulnerabilidade económica do país sujeito às variações climatéricas, às incertezas e irregularidades próprias dos Estados altamente dependentes daquele sector.

Esta fragilidade está bem patente no comportamento da economia verificada na primeira metade da década de 80 em que o PIB cresceu à taxa anual média de 2,9% e, dado que a taxa de crescimento demográfico foi da ordem dos 2,6%, pode-se concluir que o nível de vida da população não se alterou naquele período.

A partir da segunda metade dos anos oitenta, já com o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) apoiado pelo FMI em vigor (1983), regista-se uma melhoria das principais actividades produtivas, nomeadamente da agricultura, das indústrias transformadoras e, até, da indústria mineira que contribuíram para um crescimento médio anual do PIB de 4,3%¹⁰⁹.

Porém, as flutuações a que a economia marroquina está sujeita fizeram-se sentir logo nos dois anos que se seguiram ao virar da década de oitenta. Primeiro, de uma forma agradável já que 1991 foi um óptimo ano

¹⁰⁷ Se tomarmos como exemplo as taxas de inflação da Argélia, Líbia, Tunísia e Mauritânia referentes a 1993 constatam-se os valores de 20,2%, 6,9%, 5,0% e 13,9% respectivamente. Isto significa que apenas a Tunísia apresentou, nesse ano, uma percentagem inferior à registada por Marrocos. Cfr. Serge Cordellier (coord.), *L'État du Monde 1995*, Paris, Éditions La Découverte, 1994, pp. 260-261.

¹⁰⁸ Em 1995, é provável que se aproxime dos 9% devido à seca. Cfr. Anexo II, p. XVII.

¹⁰⁹ 5%, segundo Mustapha Elktiri, *La Vie Industrielle et Agricole*, 20/10/93, p. 16.

agrícola, tendo-se verificado nessa altura uma expansão do PIB de 5,2%. Contrariamente a esta abundância, 1992 caracterizou-se pela escassez de água, o que provocou uma profunda seca que abrangeu todo o território e originou uma reduzida produção cerealífera. Como consequência, Marrocos registou uma recessão mais ou menos profunda traduzida num decréscimo do PIB na ordem dos 2,9%. Esta crise manteve-se em 1993, mas agravada.

Mas, esta irregularidade que caracteriza a economia de Marrocos, far-se-ia sentir de novo em 1994 devido à conjugação de diversos factores positivos, nomeadamente, a conjuntura económica internacional, a adopção de políticas e medidas internas adequadas, e o regresso de condições climáticas favoráveis¹¹⁰.

Desta resumida e rápida análise que se fez à economia marroquina, desde 1980 até 1994, destacam-se dois aspectos que revelam bem a respectiva fragilidade: uma economia altamente dependente do sector primário e, consequentemente, demasiado condicionado pelas condições climáticas; e, por outro lado, à imagem daquilo que se passa em todas as pequenas economias que sofrem excessivamente os efeitos das recessões internacionais, também Marrocos não foge a essa regra, sobretudo, se atendermos que 60% a 70% do seu comércio é feito com a UE¹¹¹, espaço económico este que nos últimos anos tem conhecido demasiados períodos de crise como este que se vive actualmente e que já se arrasta desde o último trimestre de 1995.

Mas, a vulnerabilidade de Marrocos não se deve apenas a estes dois factores. De facto, há outros que devem ser mencionados, designadamente, as deficientes condições de acesso aos mercados, as políticas internas que subsidiam a produção agrícola e as flutuações internacionais a que está sujeita a procura de fosfatos, um dos principais recursos naturais do país.

Vejamos agora alguns aspectos em que assenta a economia do país. Para além de possuir vastas regiões de terra arável, dispõe de recursos naturais abundantes, entre os quais, os fosfatos que constituem uma das principais reservas mundiais, uma faixa costeira considerável rica em pesca e que desperta o interesse dos armadores europeus, nomeadamente, dos portugueses e dos espanhóis e, finalmente, possui zonas montanhosas que, a par do seu litoral, proporcionam o desenvolvimento da actividade turística¹¹².

3.2.2. A Estrutura Produtiva

Apesar da importante contribuição do sector agrícola no PIB, hoje o maior peso já pertence aos serviços, com destaque para o comércio e "outros serviços" que incluem o turismo.

¹¹⁰ Cfr. Anexo II, p. XVII.

¹¹¹ Cfr. Anexo II, p. XXVI; Em 1994, o valor em causa situou-se em 57%. ICEP, Marrocos, Lisboa, ICEP, Junho 1995, p. 29; No mesmo sentido, infra, p. 98.

¹¹² Cfr. Anexo II, p. XVIII.

No quadro seguinte, é possível observar o contributo de cada sector para o PIB e a respectiva evolução entre 1988 e 1993. A indústria transformadora surge no segundo lugar, logo depois dos “outros serviços”, e com tendência para reforçar a respectiva posição. Aliás, o sector secundário, constituído por “indústria transformadora”, “electricidade, gás e água” e “construção e obras públicas”, durante aquele período, aumentou o respectivo peso, passando de 23,9% para 30,4%, enquanto que, em relação aos sectores terciário e primário, se assistiu a uma inversão daquela tendência.

Quadro III: Estrutura Produtiva

	1988 % do PIB	1993 % do PIB
Agricultura, pecuária, silvicultura e pesca	16,5	14,3
Indústria extractiva	3,3	2,0
Indústria transformadora	14,3	18,0
Electricidade, gás e água	5,6	7,7
Construção e obras públicas	4,0	4,7
Transporte e comunicações	4,4	6,7
Administração pública	13,0	13,1
Outros serviços	38,9	33,5

Fontes: Confédération Générale Économique Marocaine
The Economist Intelligence Unit (EIU)¹¹³

A estrutura produtiva do tipo III, II, I (serviços, indústria e agricultura) surge, assim, com algumas semelhanças às estruturas próprias das economias desenvolvidas e apresenta sintomas favoráveis dessa evolução quando se observa que o peso da agricultura tem tendência a diminuir.

O enfraquecimento do sector terciário é, à primeira vista, um aspecto contraditório. No entanto, tal evolução deve-se ao reforço da indústria. Este sector tem sido desenvolvido de forma a eliminar a enorme dependência que o país tem do exterior, precisamente em produtos manufacturados.

Como se referiu, apesar da agricultura estar a perder peso em termos de contribuição para o PIB, nem por isso deixa de ser um sector relevante para a economia, pelo número de pessoas que emprega (cerca de 40% da população activa) e pelo volume das exportações (30% das receitas provenientes da exportação)¹¹⁴.

Os cereais constituem a principal produção, ocupando cerca de 60% da terra arável.

Entre os mais significativos, contam-se a cevada, o trigo macio e o trigo duro, cuja distribuição da produção média anual tem rondado os 40%, 30% e

¹¹³ citado em ICEP, Marrocos, Lisboa, ICEP, Junho 1995, p. 9.

¹¹⁴ Cfr. British Department of Trade and Industry, Setting up in Business in Morocco, DTI Export Publications, May 1995, p. 16.

25% respectivamente. No entanto, as flutuações a que tem estado sujeita a agricultura marroquina determinaram uma produção média anual, entre 1988 e 1992, de 65,5 milhões de quintais, e que neste ano sofreu uma quebra de 58%, situando-se apenas em 27,5 milhões de quintais. No entanto, 1994, surgiu como um ano compensador, devido às fortes chuvadas que beneficiaram o país, permitindo atingir uma produção conjunta de 94 milhões de quintais.

A produção de 1994, face à média das cinco campanhas anteriores, constituiu um ano excepcional. No entanto, ela não representou uma grande abundância, já que foi apenas suficiente para satisfazer o mercado local. De facto, normalmente, Marrocos tem de importar cereais de forma a satisfazer as necessidades internas deste tipo de bens.

Em termos de pecuária, a produção de carne é suficiente para responder às necessidades da população, sendo o gado ovino, caprino e bovino os principais alvos por parte dos criadores. Sucede que os pastos são relativamente pobres, pelo que a qualidade dos animais e da carne não atinge os padrões desejáveis.

No que respeita à produção de leite, a média anual do período 1988-1992 foi da ordem dos 866 milhões de litros, o que corresponde a 80% do consumo interno. Porém, a tendência tem sido a da respectiva intensificação com a produção a atingir, em 1992, cerca de 950 milhões de litros.

Quanto à pesca, trata-se de uma das actividades económicas mais importantes, uma vez que Marrocos domina uma zona rica em recursos piscatórios e as capturas contribuem para garantir uma certa auto-suficiência alimentar e, através das exportações, reduzir o défice da balança comercial.

As principais espécies capturadas e que ascendem a 1,5 milhões de toneladas, são a sardinha, a cavala, o atum, a pescada, os cefalópodes, as anchovas e os crustáceos.

Para se ficar com uma noção mais completa da importância deste sector, basta observar o consumo interno que tem vindo a crescer. Mas, em 1994, foi somente de 190 mil toneladas, valor francamente inferior ao total de capturas que, como se disse, são da ordem dos 1,5 milhões de toneladas¹¹⁵. Isto significa que a parte remanescente é exportada e, naquele mesmo ano, representou uma receita de 4,8 mil milhões de DH, ou seja, cerca de 13% do total exportado.

Apesar da importância do sector, ele está a conhecer dias difíceis e é considerado em crise devido às irregularidades de aprovisionamento, à insuficiência e obsolescência das infra-estruturas. Estas exigem investimentos importantes em redes de frio, na modernização das indústrias de transformação e na diversificação ou aparecimento de novos produtos derivados da pesca¹¹⁶.

Analisando as indústrias de transformação de pescado, as referentes às conservas de peixe são as que assumem maior relevo já que, em 1992, a

¹¹⁵ A população local não consome muito peixe, apesar da pesca e os derivados constituírem actividades importantes. Cfr. Anexo II, p. XIV.

¹¹⁶ Idem.

produção ascendia a 160 mil toneladas com 90% a ser exportada, cabendo à União Europeia absorver 60% desses valores.

Por último, refira-se o especial interesse que este sector desperta em Portugal e que se regista a dois níveis: Pelo estabelecimento de acordos que dão acesso à frota pesqueira portuguesa às águas territoriais de Marrocos; e a concorrência que a actividade marroquina das pescas enceta em relação a Portugal, com especial incidência no sector conserveiro¹¹⁷.

No que diz respeito à indústria extractiva, ela absorve cerca de 65.000 postos de trabalho, contribui com 2,7% para o PIB e origina 33% das exportações.

A produção, que ronda as 26 milhões de toneladas por ano, tem nos fosfatos o principal minério e cujo peso no conjunto do sector situa-se nos 92%. Aliás, o país possui três quartos das reservas mundiais, o que faz dele o 3º produtor e o 1º exportador mundial¹¹⁸.

Porém, a importância do sector tem gradualmente vindo a declinar, em grande parte, devido à conjuntura internacional depressiva verificada até 1993, ano em que a produção registou uma diminuição de 4,1%.

Esta perda de importância dos fosfatos está bem patente na evolução das exportações verificada nos seis anos que mediam entre 1986 e 1991. De facto, em 1986, as exportações daquele minério representaram 16,9% do total do valor em causa, 13,9% em 1988, 12% em 1990 e apenas 8% em 1991.

Outras produções minerais a salientar, ainda que pouco expressivas, são o ferro, o chumbo e o cobre.

Quanto à indústria transformadora, poder-se-á dizer que tem tido um papel limitado e a sua contribuição para o PIB, na década de 80, situou-se entre 15% e 20%.

Tal situação obrigou o Governo, precisamente durante os anos 80, a rever a sua política, na medida em que era imprescindível reduzir a dependência económica do país: face à agricultura e às indústrias extractivas, e que, simultaneamente, permitisse aumentar o emprego e o fabrico de produtos que fossem substitutos de outros que, entretanto, eram importados.

Face às medidas governamentais introduzidas, verificaram-se algumas alterações significativas entre 1980 e 1990, nomeadamente, no que respeita ao número de estabelecimentos industriais que passou de 2 984 para 5 730; os postos de trabalho conheceram um aumento médio anual de 6,4% e, no final do período, ascendiam a 414 212; o valor da produção que, em 1980, era de apenas 27,7 mil milhões de DH atingiu, em 1990, 103,6 mil milhões de DH, o que corresponde a um acréscimo anual médio de 14,1%; o valor acrescentado quase que quintuplicou, apresentando no final do período 29,2 mil milhões de DH; o investimento atingiu, em 1990, 6,6 mil milhões de DH, o que representa uma progressão média anual de 17,5%; as exportações que em

¹¹⁷ Vide infra, p. 56.

¹¹⁸ British Department of Trade and Industry, Op. Cit., p. 17. Em 1990, Marrocos era o 3º exportador mundial, ocupando os lugares cimeiros os EUA e a antiga União Soviética, registando-se, assim, uma evolução positiva. Cfr. Serge Leymarie & Jean Tripiet, *Maroc: le prochain dragon?*, Paris, Karthala, 1993, p. 191.

1980 eram de apenas 3,8 mil milhões de DH, atingiram no final 25,7 mil milhões de DH.

As principais actividades industriais, em termos de receitas geradas e de investimento realizado, foram as relacionadas com a transformação de fosfatos, nomeadamente, as indústrias de fertilizantes e de ácido fosfórico. Num lugar secundário surgem as refinarias petrolíferas e as indústrias cimenteiras, alimentares, têxteis e químicas.

Quadro IV: Alguns Indicadores da Indústria por Sectores

	Agro-Alimentar		Têxtil/Couro		Química/Paraquímica		IMME (*)	
	1980	1990	1980	1990	1980	1990	1980	1990
Nº de estabelecimentos %	25,3	26,1	27,8	31,0	28,8	27,1	18,1	15,8
Produção %	37,0	31,1	14,8	16,9	33,0	34,5	15,2	17,5
Valor acrescentado %	26,1	35,0	17,6	17,3	38,2	30,8	18,1	16,9
Investimento %	33,6	31,2	20,6	24,6	32,2	30,9	13,6	13,3
Exportações %	24,5	20,7	20,7	36,7	51,5	32,0	3,3	10,6

Fonte: Administration de l'Industrie (Marrocos) 119

Nota: (*) Indústrias Metalúrgicas, mecânicas e eléctricas

Interpretando o quadro IV e relativamente ao nº de estabelecimentos, algumas alterações há a registar entre 1980 e 1990 já que, no início do período, a indústria química e paraquímica era aquela que maior importância assumia com 28,8% enquanto que, em 1990, o destaque vai para a indústria têxtil e de couro com 31,0%. De facto, na década de 80, coube a esta indústria o maior crescimento do nº de estabelecimentos, com cerca de 11,5% referente às confecções, seguindo-se a transformação de plástico e de borracha com 9% e, finalmente, os produtos alimentares com 8,5%.

Em termos de emprego e durante o período em questão, a indústria têxtil é de novo aquela que regista maior crescimento passando de 32,3%, em 1980, para 40,8%, em 1990, destacando-se o papel desempenhado pelas confecções cujo incremento foi da ordem dos 16,5%.

Quanto à produção, a indústria conheceu um aumento médio de 14,1%, cabendo às indústrias metalúrgicas de base e às confecções o maior contributo com 28,4% e 24,9%, respectivamente.

Em relação à componente valor acrescentado, a partir de 1985, o maior peso coube à indústria agro-alimentar com 35,0%, excedendo o papel que o sector químico e paraquímico desempenhava até essa altura e que chegou a atingir 38,2%.

No que respeita ao investimento, verifica-se novo reforço do sector têxtil/couro e reduzida importância das indústrias metalúrgicas, mecânicas e eléctricas.

119 Citado em ICEP, Marrocos, Junho 1995, p. 13.

Analisando as exportações, há a realçar o incremento registado pelas indústrias têxtil/couro e metalúrgicas, mecânicas e eléctricas, e a grande redução que o sector químico e paraquímico conheceu.

Averiguando, mais detalhadamente, a evolução das exportações, conclui-se que algumas indústrias conheceram um forte crescimento, designadamente, a metalurgia de base (54%), o material eléctrico e electrónico (42,7%), os sectores de plástico e da borracha (38,8%) e as confecções (35,3%).

Relativamente à produção industrial, em 1992, esta atingiu 115 mil milhões de DH, com destaque para a indústria agro-alimentar (33%), seguindo-se-lhe a química/paraquímica (31%). Com pesos bastante inferiores surgem os têxteis/couro (18%), metálicas e metalúrgicas (14%) e eléctricas e electrónicas (4%).

Em termos de valor acrescentado, o montante que se identifica para a indústria, em 1992, foi de 36 mil milhões de DH, o que traduz um aumento de 7% relativamente a 1991. Na base deste incremento temos os sectores de química de base, das obras em metal, das bebidas e tabacos, das confecções e malhas. Porém, houve indústrias que registaram um decréscimo entre as quais se destacam as de material de transporte, de aparelhos eléctricos e electrónicos, as metalúrgicas de base e o couro.

Quanto ao investimento, que em 1991 conheceu um aumento de 1,8% e em 1992 de 2,7%, registou, em 1993, uma significativa redução de 19% ascendendo apenas a 8,3 mil milhões de DH.

Entre as indústrias que saíram favorecidas, destacam-se as químicas e paraquímicas (29%), as agro-alimentares (22%), e as têxteis e do couro (19%).

No que respeita ao investimento estrangeiro, 1993 terá sido um ano crítico, já que o decréscimo foi da ordem dos 35% e apenas ascendeu a cerca de 1,4 mil milhões de DH.

Por último, há que realçar o papel e o peso das indústrias exportadoras no conjunto do sector industrial, que representam 52% do respectivo PIB, empregam cerca de 60% do total de efectivos e encaminham 50% da sua produção para a exportação. As que mais se destacam pelo dinamismo são as químicas e paraquímicas, as confecções e malhas e as agro-alimentares, nomeadamente as conservas de peixe, de legumes e de frutas.

Em termos energéticos, o país é largamente deficitário sendo necessário recorrer às importações para poder desenvolver a sua actividade normal¹²⁰.

Tal situação exige que Marrocos gaste cerca de 15% do valor total das importações com a aquisição deste tipo de recursos, o que tem repercussões nocivas em termos de finanças públicas e de balança comercial devido às oscilações dos preços no mercado mundial e às flutuações cambiais o que, evidentemente, traz incertezas.

¹²⁰ É possível que Marrocos, à semelhança de Portugal e Espanha, venha a beneficiar com o gasoduto euro-magrebino. Cfr. Anexo I, p. IX; Anexo II, p. XVIII.

As carências do país são de tal forma grandes nesta matéria, que em anos de forte seca e atendendo à falta de infra-estruturas no sector energético, Marrocos, tem tido necessidade de proceder a paragens de toda a actividade.

De facto, o país tem falta de centrais, quer de origem térmica quer de origem hidráulica e, no entanto, as necessidades têm vindo a aumentar, duplicando em cada dez anos.

Para dar resposta a tal progressão, o governo desenvolveu diversos projectos, alguns já implementados, e que decorrerão no período compreendido entre o ano de 1994 e o ano 2000. Este programa visa, entre outras medidas, aumentar a potência eléctrica disponível de 2 237 mgw para 5 514 mgw e a inter-conexão com Espanha que permitirá reforçar a capacidade da rede em 300 mgw.

Outra área a desenvolver, mas a longo prazo, consiste nas chamadas energias renováveis, encarando-se a possibilidade de construir uma central eólica de 5 mgw, perto de Tânger, e o arranque de um projecto termo-solar de 80 mgw, em Ouarzazate.

A instalação de centrais nucleares também está a ser estudada, dado que Marrocos possui cerca de 70 a 180 mil toneladas de depósitos de urânio, prevendo-se que tal implementação possa ocorrer a partir do ano 2010.

No que respeita à produção de produtos petrolíferos que registaram uma quebra em 1991 mas que, no ano seguinte, foi incrementada em 15%, o governo pensa prosseguir uma política de expansão. Aliás, tem sido essa a tendência em relação à gasolina (15%), gás propano e gasóleo (16%), fuel (6%) e gás butano (1%). Simultaneamente, possibilitará rentabilizar as reservas de petróleo existentes e que se estimam em 8 mil milhões de toneladas.

Note-se que o país possui duas refinarias, que respondem perfeitamente às necessidades locais em termos de produtos petrolíferos refinados.

Na área dos serviços destaca-se a contribuição do sector do turismo, que constitui uma relevante fonte de receitas e ocupa a segunda posição como gerador de divisas.

Até 1988, registou-se um regular aumento de receitas; ano a partir do qual se sentiu alguma quebra, bastante significativa em 1991 devido ao eclodir da guerra do Golfo. De facto, enquanto que em 1990 o país conheceu receitas que ascenderam a 10.548,3 milhões de DH, no ano seguinte, essas receitas atingiram apenas os 8.822,2 milhões de DH.

Porém, o sector do turismo que é extremamente sensível às convulsões políticas, sociais e económicas, devido à recuperação nas regiões vizinhas de alguma paz e estabilidade nestes domínios, permitiu a Marrocos conhecer, em 1992, novos aumentos das receitas turísticas. Aliás, bastante significativas, já que representaram cerca de 11% face às receitas de 1990 e 33% relativamente às de 1991, ascendendo a 11.703 milhões de DH.

Mas, o ano de 1994, representou nova inversão dado que os visitantes, em número de 3.599 mil, traduziram uma redução de 13,2% face a 1993.

Mais de 50% dos turistas são provenientes dos restantes países do Magrebe, sobretudo da Argélia.

A Europa foi, em 1994, responsável por 36% do fluxo de turistas e, porventura, poder-se-á afirmar que existe alguma tendência para este mercado se reforçar já que, no ano anterior, apenas pesara 34% no conjunto de turistas.

A Alemanha é o primeiro cliente, destronando recentemente a posição que o mercado francês ocupava. E, como se referiu, em 1994 verificou-se alguma quebra, mais significativa nos mercados oriundos de África mas que, em relação à Europa, significou cerca de 8,1% sendo a França, a Espanha, a Áustria, a Itália, a Suíça e Portugal, porventura, os países mais responsáveis por tal desaceleração.

Dentro dos serviços, outra actividade que interessa referir é a financeira que se encontra em expansão devido em grande parte às privatizações em curso e que se iniciaram, precisamente, no sector do turismo e tiveram nos hotéis os principais alvos¹²¹.

O desenvolvimento verificado comprova-se pela diversificação de serviços, pelo aparecimento de novos bancos de investimento, pela reestruturação de outros existentes e pela criação, quer de alguns fundos de investimento, quer de empresas de capital de risco.

A Bolsa de Casablanca tem revelado, ultimamente, algum dinamismo tendo contribuído, para o efeito, o aparecimento de dois fundos internacionais: um visando as aplicações de capital no país ("Morocco Fund") e outro destinado a investimentos em Marrocos e na Tunísia ("Maghreb Fund").

O sistema financeiro, que tem no "Al Maghrib" o banco central emissor, é ainda modesto. Engloba 20 instituições bancárias de investimento e comerciais, e organismos financeiros especializados. Estes surgiram, atendendo à dinamização de certos sectores-chave da economia nacional, todos eles totalizando cerca de 100 balcões e 40 sucursais, e escritórios de representação no estrangeiro.

Pode-se afirmar, que o sistema financeiro marroquino se encontra no limiar de alterações importantes devido, por um lado, à entrada de novas empresas para o mercado, resultado de uma política, ainda tímida, mas que visa a liberalização gradual de estabelecimento e, por outro, à diversificação do sector financeiro. Acresce ainda, o processo de privatizações já iniciado.

O mercado financeiro marroquino que era, de certa forma, incipiente, com as taxas de juro sujeitas a controlo político/administrativo, está em vias de despertar e de poder assumir um papel mais agressivo.

Neste sentido, é natural que se possa vir a assistir nos próximos anos, a uma intensificação da concorrência dos bancos, que terão de delinear estratégias para cativar clientes, quer de operações passivas, quer activas e

¹²¹ A lei que permitiu a cedência de activos públicos foi votada em Dezembro de 1989. Ela contemplou 75 sociedades e 37 hotéis. Em 1995, a regra passou a abranger as duas refinarias do país, comprometendo 40% do património do Estado. Jamal Berraoui, "Libéralisation et privatisations: la voie sinueuse du retrait de l'Etat", in *La Vie Économique* (numéro spécial), Novembre 1995, p. 53.

assegurar quotas de mercado que lhes garanta prosperidade, mediante a prestação de serviços diversificados e eficazes, proporcionando gamas aliciantes de produtos financeiros e oferecendo instrumentos deste tipo capazes de cobrir as áreas mais diversas das empresas.

Esta modernização do sistema financeiro passa pelo aparecimento de sociedades de investimento, corretoras do mercado de títulos, mediadoras do mercado monetário e de câmbios, factoring, leasing, etc.

Há já vários sinais positivos desta abertura, como se referiu logo no início, mas há ainda um outro sintoma indiciador e favorável que se prende com a liberalização dos movimentos de capitais, medida essencial para atrair o investimento estrangeiro.

No tocante ao comércio, ele é excessivamente arcaico e tradicional. A sua contribuição para o PIB ronda os 20% e ocupa cerca de 16% da população urbana.

O comércio retalhista não tem acompanhado o consumo e as grandes superfícies têm apenas surgido em algumas das principais cidades.

No que diz respeito ao sector público, é notória a sua tradicional importância em Marrocos.

De facto, o Estado dominou durante décadas a economia marroquina e, só a partir de 1983, se registou a diminuição gradual do seu papel intervencionista, altura em que se intensificou a concorrência em sectores que, até então, se encontravam demasiado protegidos por medidas tarifárias ou quotas limitativas das importações¹²².

Porém, a concorrência ainda permanece limitada em determinados sectores como o cimenteiro, onde a produção das empresas nacionais é apenas suficiente para satisfazer as necessidades do país ou naqueles sectores que o Estado controla em regime de exclusividade ou de monopólio como sucede, por exemplo, na área dos transportes e da energia.

Quanto às empresas públicas, também elas se encontram demasiado viradas para o mercado interno e revelam-se pouco competitivas em termos internacionais. Os exemplos são diversos, desde a montagem de viaturas às refinarias de açúcar, em que os preços e a qualidade estão longe de serem concorrenciais face aos praticados pelos países cujas economias são abertas e se regem pelas regras do mercado internacional.

Mas, as insuficiências descritas constituem preocupações do actual governo que procura alargar o âmbito da intervenção do sector privado¹²³, reservando-se a ele próprio e ao Estado os grandes investimentos em infra-estruturas importantes ou de longo prazo em que o lucro deixa de ser relevante face à utilidade social e onde se vise a descentralização ou, mesmo, o emprego.

122 Idem.

123 Até finais de 1994 foram vendidas 27 empresas, rendendo cerca de 5 900 milhões de dirhams contra os 5 500 milhões de DH inicialmente previstos. La Vie Industrielle et Agricole, nº 395, 5/9/95, p. 7.

3.3.

A Modernização Económica e Perspectivas

Em 1983, o governo encetou algumas reformas importantes visando a competitividade da economia e criando para o efeito um ambiente favorável à implantação de novas e mais modernas indústrias, alterando o funcionamento do sistema financeiro mediante a criação e a diversificação de novos organismos mais complexos, sofisticados e capazes de responder aos novos desafios que a maior abertura sempre acarreta e que visam o desenvolvimento económico sustentado.

A economia marroquina assenta excessivamente na riqueza de alguns dos seus recursos naturais, numa política governamental demasiado intervencionista, em que determinadas empresas industriais e, até, sectores estão sujeitas ao controlo do Estado e, finalmente, por uma economia que, durante muito tempo, esteve fechada ao exterior e protegida de toda e qualquer concorrência.

Assim, iniciou-se um importante fase de reformas que permitiram dar os primeiros passos no sentido da reestruturação económica e, sobretudo, no estabelecimento com sucesso de um ambiente macro-económico favorável.

No entanto, para que a economia marroquina adquira competitividade, é crucial criar empresas, infra-estruturas e instituições que transformem a actual indústria numa outra bastante mais produtiva e sofisticada. É, igualmente, necessário proporcionar as condições e preparar o terreno para que determinados factores de âmbito micro-económico possam surgir. Estes são essenciais, ou seja, as técnicas, capacidades, tecnologias, atitudes específicas das empresas, trabalhadores e instituições individuais da economia. É na conjugação destes vectores e na sua boa articulação que a economia marroquina poderá avançar para níveis internacionais de competitividade e os seus habitantes ganhar acesso a padrões de vida superiores.

3.3.1.

A Procura da Competitividade

Como se referiu no ponto 3.2.1., o desenvolvimento económico prosseguido tem-se baseado no Programa de Ajustamento Estrutural introduzido em 1983 e apoiado pelo Fundo Monetário Internacional.

Tratava-se de um plano que visava tanto a liberalização do sistema económico como o restabelecimento do seu equilíbrio.

Mais tarde delineou-se novo programa, agora quinquenal (1988-1992) mas, que se sujeitava às orientações basilares que o primeiro tecera. Era uma orientação que se limitava a dar resposta aos sinais que a economia ia emitindo ou a aproveitar os recursos disponíveis que iam surgindo. E, nesta ordem de ideias, embora aquele plano continuasse a privilegiar o ajustamento estrutural, ele dava também ênfase à continuidade da política de

austeridade e às dificuldades que a escassez dos recursos financeiros acarretavam.



Esta coordenação entre programas permitiu imprimir uma política persistente ao longo dos anos, pelo que os resultados têm sido benéficos apesar dos altos e baixos da economia e que resultam das situações de retoma ou de recessões vividas.

Eram cinco os objectivos primordiais que o plano quinquenal contemplava, designadamente: o desenvolvimento do meio rural; a promoção das pequenas e médias empresas (PME's); a formação técnica; a intensificação da política de desenvolvimento regional; e a reforma das empresas públicas.

Relativamente aos sectores abrangidos, estes eram o têxtil, o turismo, as pescas e os fosfatos.

No que respeita ao primeiro sector, ele deveria preparar-se para uma intensificação da concorrência e ajustar-se de modo a garantir no futuro um crescimento consistente.

Porém, para concretizar tais objectivos há que implementar medidas gerais e acções específicas. Relativamente às medidas gerais, que são da responsabilidade do governo e dos industriais, elas compreendem acções que visam melhorar o funcionamento dos mercados de capitais, reduzir os custos de produção e aperfeiçoar tanto o sistema de ensino, em geral, como o nível de formação em áreas que respeitem concretamente ao sector, nomeadamente, em aspectos técnicos. Finalmente, importa criar um sistema judicial eficaz, que permita instituir e desenvolver a confiança que deve imperar nas relações que se estabelecem entre clientes e fornecedores. Esse modelo deve, igualmente, garantir o terreno propício à livre concorrência e ao desenvolvimento das empresas mais competitivas.

Quanto às acções específicas, os industriais locais deverão ter em vista o reforço da respectiva posição no espaço europeu e, simultaneamente, a conquista de novos mercados. Este objectivo passa pela necessidade de adquirir e desenvolver uma "massa crítica de fornecedores locais, e de indústrias relacionadas"¹²⁴. Há, também, que melhorar a qualidade dos tecidos e construir fábricas especializadas em equipamento próprio para o sector. Isto exigirá, porventura, acções de "joint venture" ou a deslocalização de fábricas europeias e do respectivo "know-how".

¹²⁴ Este conceito identifica-se com a existência num determinado mercado de um número suficientemente grande de fornecedores, que permitam desenvolver produtos de qualidade. Por vezes, não se tem dado a devida importância a esta noção, uma vez que a globalização sugere uma fácil aquisição de equipamentos em qualquer ponto do mundo. Mas a realidade, diversamente, veio demonstrar que o diálogo estabelecido, a nível interno, entre os fornecedores de componentes ou de equipamentos e os seus clientes, é fundamental para o processo de inovação pois permite melhorar rapidamente esses bens, ajustando-os facilmente às necessidades do mercado. Neste domínio, os empresários marroquinos, em geral, e os exportadores, em particular, não são favorecidos devido à quase inexistência de indústrias relacionadas dinâmicas. Esta situação reflecte-se no sector têxtil, onde não existe uma oferta de tecidos competitiva. Serge Leymarie & Jean Tripiier, *Maroc: le Prochain dragon?*, Paris, Éditions Karthala, 1993, pp. 87-88.

A diversificação de produtos deverá ser, igualmente, outro objectivo a atingir, bem como estimular o aparecimento de uma maior oferta de lã local destinada a satisfazer as necessidades crescentes da indústria de confecção.

Assim, pode-se afirmar que a actividade têxtil marroquina exhibe pontos vulneráveis na "massa crítica dos fornecedores e das indústrias relacionadas". Isto é extensivo ao papel que a procura interna, demasiado limitada, desempenha.

O sector dispõe, no entanto, de algumas benefícios que até ao momento não têm sido devidamente explorados. Estas compreendem o "pronto-a-vestir" que poderá ser incrementado — quer em termos internacionais (mercado francês em especial), quer nacionais —, a criatividade e a conquista de novos mercados como, por exemplo, os proporcionados pelos restantes países do Magrebe. Pode-se, ainda, tirar mais partido das vantagens competitivas herdadas. Entre estas destacam-se a proximidade da Europa, os laços comerciais, culturais e linguísticos com a França e os reduzidos custos com a mão-de-obra.

Quanto ao sector do turismo ele, em 1990, representava 5% do PNB e empregava 4% da população activa.

São propostas quatro medidas para o sector: a criação de uma indústria de massas, responder às novas tendências da procura, despertar a fidelidade aos visitantes e suprimir os estrangulamentos exibidos por algumas indústrias relacionadas.

Marrocos dispõe de factores extremamente favoráveis para poder implementar um turismo de massas, nomeadamente, a sua proximidade a um dos maiores mercados emissores do mundo: a Europa. Acresce o facto de possuir condições naturais invejáveis propícias ao desenvolvimento e ao aparecimento de novos produtos turísticos. O País só tem que explorar esse potencial e esses recursos e, simultaneamente, prevenir as questões ambientais, eliminando os erros que, por exemplo, a sua concorrente Espanha cometeu nesse domínio.

Compete, agora, aos empresários do sector terem a arte e o génio de saberem cativar os potenciais clientes que gozam férias ao longo das diferentes épocas do ano, exibindo um pacote diferenciado de produtos capazes de satisfazer as pretensões e os desejos desses turistas.

A capacidade de despertar nos turistas que visitam o País a vontade de lá voltarem, é outro factor relevante. Mas ela exige equipamentos e serviços com qualidade e, como se disse, uma gama de produtos variados bem dirigidos aos desejos dos clientes.

Esta preocupação implica o envolvimento das entidades públicas, verificando os aspectos ambientais e urbanísticos, e inspeccionando unidades hoteleiras, restaurantes e outros estabelecimentos percorridos pelos visitantes.

Atendendo à diversificação de produtos e às características e recursos de Marrocos, compreende-se que o País é rico e há muitas áreas a explorar, nomeadamente: o desenvolvimento de circuitos turísticos, conjuntamente com Espanha e Portugal, essencialmente dirigidos aos turistas provenientes de outros continentes como sejam os japoneses e os norte americanos, cujas estadias são, normalmente, mais prolongadas; a intensificação do turismo de montanha, visando o aproveitamento dos recursos únicos que o Atlas pode

proporcionar e capaz de eliminar os problemas que a sazonalidade normalmente acarreta, obrigando, com frequência, os empreendimentos turísticos a fecharem nas épocas baixas; a exploração das raízes histórico-culturais e artísticas, designadamente aquelas que o País herdou dos mundos islâmico, judaico e romano; fomentar os desportos, desde os náuticos, até aos de Inverno e passando pelo golfe, etc.

Quanto aos estrangulamentos, de facto são diversas as indústrias relacionadas que os exibem. São os casos dos transportes, do alojamento e da construção, sugerindo que o aparecimento de mais unidades seria útil de forma a que, por um lado, se eliminassem essas lacunas e, por outro, se intensificasse a concorrência e a competitividade entre empresas imprescindíveis à prossecução dos objectivos, nomeadamente, daqueles que visam a melhoria da qualidade e a redução de custos.

Assim, à imagem do que se referiu em relação à indústria têxtil, também o sector do turismo apresenta certas fragilidades devido, por um lado, às deficiências exibidas pelas indústrias relacionadas, designadamente aquelas que respeitam aos excessivos custos praticados na área dos transportes internacionais ou na construção e, por outro, pela debilidade que rodeia a procura interna¹²⁵ e externa.

Dispondo Marrocos de uma vasta costa banhada por águas ricas em pescado, será extremamente útil para o País desenvolver a indústria conserveira, tanto mais que, a nível mundial, se prevê o aumento da procura de peixe e do seu consumo o que, seguramente, irá pressionar os preços¹²⁶.

Em 1989, Marrocos era o décimo produtor mundial de conservas de peixe, o primeiro nas conservas de sardinha e o segundo nas conservas de anchovas, com 40% e 20% da produção mundial, respectivamente.

A importância do sector também pode ser observada através da população activa empregada, perfazendo cerca de 50.000 indivíduos, dos quais 20.000 são pescadores:

¹²⁵ A competitividade é intensificada desde que em termos domésticos surjam clientes exigentes e sofisticados que anseiem pela qualidade. Consequentemente, as empresas irão produzir bens que também facilmente serão aceites a nível internacional. No caso de Marrocos, algumas tendências devem ser invertidas, nomeadamente: o facto da população dispender cerca de 50% dos seus rendimentos com a alimentação, a fraca intervenção da mulher no mercado de trabalho e a dimensão da emigração que retira ao país um importante recurso produtivo. Por outro lado, as estatísticas revelam a inexistência de fornecedores nacionais de produtos intermédios ou de bens de equipamento. Por exemplo, em 1990, estes bens representavam apenas 1,5% da produção marroquina. Apesar desta carência de equipamentos, a maioria das compras do país destinavam-se a adquirir matérias-primas e, em 1989 o valor destas importações ascendiam a 39% do total, enquanto que as aquisições de equipamentos eléctricos ou electrónicos não iam além dos 7%. Serge Leymarie & Jean Tripiet, Op. Cit., p. 84.

¹²⁶ Até ao fim do século prevê-se, para o sector, uma taxa anual de crescimento da procura de 4,9%. Tal evolução significa um aumento do volume de negócios de 1 530 milhões de dólares, em 1993, para 2 140 milhões de dólares no ano 2000. *La Vie Industrielle et Agricole*, nº 405, 5/2/96, p. 16.

Mas, a importância do sector na economia do País, baseia-se na riqueza dos “factores de produção”¹²⁷ de que dispõe. Para isso concorrem as condições naturais descritas, propícias ao incremento da indústria; a matéria-prima muito abundante que faz de Marrocos um dos “leaders” mundiais na produção de sardinhas e de anchovas; e a mão-de-obra numerosa, sendo esta relativamente barata. Aqui, Marrocos, dispõe de uma vantagem competitiva que poderá explorar. Esta mais-valia sai ampliada se se atender à preparação e à especialização que o trabalhador marroquino possui numa área que exige alguma minúcia.

No entanto, há uma vulnerabilidade que se detecta entre os factores de produção e que consiste na má gestão dos recursos, nomeadamente, na deficiente preservação da matéria-prima, na poluição que já se regista em determinadas zonas da costa e na excessiva exploração a que está submetida a região setentrional. Esta provoca fortes correntes de migração dos cardumes de sardinhas em direcção ao Sul e, portanto, afasta-os dos locais onde está instalada 50% da capacidade de produção, isto é, Safi e Agadir.

Para desenvolver o sector seria útil a colaboração de todos os agentes, nomeadamente, o Governo, as entidades profissionais e os empresários.

Começando pelo papel a desempenhar pelos industriais, caberia a estes, por exemplo, fomentar a integração vertical com as indústrias que estão a montante, nomeadamente, com os armadores ou com as empresas possuidoras de entrepostos frigoríficos, única forma de garantir eficazmente o aprovisionamento regular, a boa qualidade do peixe enquanto é mantido em armazém e, posteriormente, uma distribuição rápida do mesmo.

Quanto à intervenção do Governo há várias medidas a tomar, designadamente: estimular a criação de “joint-ventures” com empresários estrangeiros já que, uma percentagem significativa da pesca realizada em águas marroquinas, é feita por estrangeiros, alguns deles possuidores de “know-how” e tecnologia mais evoluída como sucede, por exemplo, com os industriais espanhóis ou portugueses; criar estruturas adequadas que visem melhorar a qualidade e a conservação, tanto mais que se trata de um bem perecível ou deteriorável; desregulamentar os preços que incidem sobre o peixe fresco e que são fixados administrativamente, pondo em causa a produtividade, a livre concorrência e impedem, tanto a redução dos custos como a melhoria da qualidade; modificar as regras sociais impostas às firmas de pesca e que são impeditivas da integração vertical (ex: repartição entre armador e pescadores do produto da pesca, número de tripulantes fixo para as embarcações); apoiar a construção de entrepostos frigoríficos, tendo em

¹²⁷ Os factores de produção traduzem-se nos recursos físicos, na mão-de-obra, no capital e nas infra-estruturas. Marrocos possui aspectos positivos nestes domínios, nomeadamente, a sua boa localização na encruzilhada da Europa e de África, dispondo de uma vasta costa que facilita a existência de bons portos e de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de certos produtos agrícolas, dos fosfatos e do turismo. Relativamente ao elemento humano, o país possui uma população jovem, embora se verifique actualmente a saída para o estrangeiro de 1,7 milhões dos seus membros activos (Em 1990, este número correspondia a 1 662 000 indivíduos. Serge Leymarie & Jean Tripier, Op. Cit., p. 73.). O território encontra-se, igualmente, bem dotado de estradas e de aeroportos. No que diz respeito ao capital, a partir de 1990, com a reestruturação do crédito, assistiu-se ao incremento dos financiamentos e, logo em 1991, este registou um aumento de 34,6%. Tawfiq Rkibi, in jornal *Expresso*, 30/3/96, p. 8.

vista a melhoria da qualidade e a redução de desperdícios (óleo ou farinha de peixe); apetrechar os navios de maior porte com câmaras frigoríficas adequadas; fomentar a criação de empresas na área das embalagens, sector bastante vulnerável devido à situação de oligopólio que o domina e que se repercute necessariamente sobre a qualidade e preços praticados; e, finalmente, encorajar o investimento industrial, nomeadamente o estrangeiro, e desenvolver sectores como a pesca, a piscicultura e a manutenção dos barcos mediante medidas de ordem fiscal, eliminando impostos ou, até, através da aplicação de taxas de juro bonificadas.

Relativamente às associações profissionais, o seu contributo pode revestir-se de grande interesse, por exemplo, no desenvolvimento de ideias inovadoras que visem o aumento do consumo mundial da sardinha mediante acções de investigação, de promoção e de publicidade que revolucionem os padrões dos consumidores actuais, demasiado tradicionais e que vigoram há já quatro décadas.

Mas, a inovação passa igualmente pela diversificação de produtos, intensificando o sector das conservas de atum, que tem uma forte procura nos países da União Europeia, aumentando a produção de anchovas e outras espécies.

O desenvolvimento deste sector passa também pelo incremento das "indústrias relacionadas" e pelos benefícios sinérgicos que daí resultam, nomeadamente, na área das conservas de frutas e de legumes que pode conduzir ao aperfeiçoamento das embalagens, substituindo-se as tradicionais caixas de lata por outras de vidro; deve-se estimular a cultura de algas donde se extrai gelidium que, por sua vez, se destina ao fabrico de ágar-ágar, produto do qual Marrocos é o 5º produtor mundial e que é largamente utilizado na agricultura, nos produtos alimentares, nas conservas (como gel para engrossar ou estabilizar os molhos) e, até, na indústria farmacéutica como laxativo. Mas, há ainda outras indústrias relacionadas que podem beneficiar ou sair reforçadas com o progresso do sector conserveiro como, por exemplo, as da congelação, comercialização, conservação e manutenção.

Em termos de conclusão e, à imagem do que se referiu em relação aos sectores dos têxteis e do turismo, também a indústria das conservas de peixe possui algumas insuficiências baseando-se, essencialmente, em factores herdados como sejam, a situação geográfica, recursos abundantes e mão-de-obra barata e experiente.

As carências fazem-se sentir, desde logo, na "procura interna", demasiado exígua, destinando-se 90% da produção à exportação.

Por outro lado, nos últimos trinta anos não se registaram grandes melhorias no sector e os empresários não se preocuparam muito com aspectos essenciais como a inovação, a qualidade ou, até, com o lançamento de novos produtos, aspectos que assumem especial importância quando se procura a internacionalização e a penetração em novos mercados, e se tem presente tratar-se de um produto sujeito a forte concorrência.

Para além das deficiências enumeradas que deverão ser eliminadas há, no entanto, outras áreas que poderão ser corrigidas e melhoradas, nomeadamente, em termos de aprovisionamento e de instalações frigoríficas que permitam conservar o pescado em boas condições e reduzir o nível de desperdícios ou de sub-produtos (óleo e farinha de peixe) e que, em 1990, atingiam cerca de 60% das capturas. Mas, a conservação em

condições adequadas, facilitará igualmente o escoamento do peixe em momentos mais favoráveis ou oportunos e afastados da altura em que a captura se realizou. Possibilitará, também, uma preparação mais cuidada e elaborada encaminhando o peixe para uma fase mais próxima do consumo final, ou seja, aquele tipo de produto que os países desenvolvidos mais procuram.

No que diz respeito aos fosfatos, Marrocos dispõe de 63% das reservas mundiais deste produto e, dado que os jazigos são muito ricos e a extracção é feita a céu aberto, permitiu que destes recursos se gerasse a principal indústria do País.

Apesar da importância que os fosfatos têm assumido, existem alguns sintomas menos favoráveis que indiciam a impossibilidade do País contar com a respectiva indústria como elemento estratégico do desenvolvimento económico. De facto, estamos perante um sector, cujo impacto no conjunto da economia é limitado devido ao declínio dos preços que se tem vindo a assistir e ao reduzido papel em termos de absorção de emprego.

Em 1973, verificou-se a inversão da tendência altista que os preços até aí demonstravam, afectando, inclusivé, os produtos derivados. A estabilização dos preços parece ter já ocorrido mas, ao nível dos valores de 1970, ou seja, antes do Office Chérifien des Phosphates (OCP) ter tomado a iniciativa unilateral de triplicar os preços, medida esta que teve consequências drásticas e se reflectiu demasiado sobre a procura tendo-se, então, assistido a uma forte contracção. Naquela altura, a reacção dos concorrentes foi imediata, aumentando a produção o que, efectivamente, obrigou Marrocos a repensar a sua estratégia e a ajustar os preços. Em menos de dois anos os preços tinham regressado ao nível inicial.

Marrocos ao possuir 63% das reservas mundiais, coloca-se no lugar de maior produtor mundial. No entanto, as suas exportações apenas representam 11% do volume mundial e surgem em 3º lugar depois dos Estados Unidos, com 30% e da antiga União Soviética com 24%¹²⁸.

As vantagens competitivas existentes resumem-se às vantagens tradicionais, designadamente, a proximidade dos jazigos aos portos de exportação, os reduzidos custos associados ao transporte por via férrea (entre as minas de Khouribga e Casablanca), a vizinhança com a Europa e os custos inferiores que a mão-de-obra local suporta face ao panorama agravado que alguns países concorrentes revelam nesta matéria como sucede, por exemplo, com os Estados Unidos.

Porém, quando se observa a situação dos restantes vectores condicionantes, já o panorama não é famoso, dado que a "procura interna" é muito exígua, as "indústrias relacionadas" são insignificantes e a "concorrência interna" inexistente¹²⁹.

¹²⁸ Estes valores referem-se a 1990 e são apresentados por Leymarie e Tripiet (op. cit., p. 191). Publicações mais recentes sustentam percentagens diferentes. No entanto, Marrocos é sempre posicionado nos lugares de topo. Cfr. supra p. 46.

¹²⁹ Segundo o economista Michael Porter, dificilmente uma empresa poderá ter êxito em termos internacionais caso a nível interno não seja confrontada com um ambiente de concorrência. Esta rivalidade é saudável e permite que as empresas se mantenham com sucesso na direcção da globalização e da competitividade. No que diz respeito a Marrocos, a estratégia dos empresários locais está, tradicionalmente, orientada para objectivos de curto prazo e para o fabrico de bens de fraca qualidade do que para metas

No tocante à “procura interna” reconhece-se, desde logo, o fraco consumo que alguns derivados dos fosfatos exibem, nomeadamente os adubos. Tal situação está associada à reduzida formação técnica dos agricultores, que preferem adquirir produtos menos dispendiosos àqueles que se apresentam mais apropriados face às circunstâncias.

Avaliando as “indústrias relacionadas”, também não são visíveis nesta área efeitos benéficos. Poder-se-ia supor algum impacto da indústria de fosfatos sobre o fabrico de equipamento mineiro e, no entanto, nesta actividade, em 1990, não se detectavam mais de 390 trabalhadores. Mas, a situação não melhora quando se observa a indústria de adubos, apesar da existência de importantes complexos industriais localizados em Safi e Jorf Lasfar. De facto, não foram suficientes para incrementarem a actividade e o aparecimento de fornecedores locais e, portanto, de reforçar o ímpeto competitivo.

As poucas empresas existentes relacionadas com a indústria dos fosfatos, sejam elas industriais ou de serviços, são pertença do Estado como, por exemplo, a Société Chériffienne de Matériel Industriel et Ferroviaire (SCIF), empresa pública que produz fornos e material ferroviário ou o Office Chérifien des Phosphates (OCP) que, para além do papel importante que desempenha na fixação dos preços do mineral, dispõe igualmente de uma frota de cargueiros, ou ainda a Office National de Chemins de Fer (ONCF), empresa nacional que explora os caminhos de ferro e que é responsável pelo transporte desde as minas até aos portos de exportação, ou seja, estamos perante empresas sem representatividade internacional. Mas, ao se constatar esta intervenção de empresas públicas, quer no sector propriamente dito, quer nas actividades com ele relacionadas, conclui-se que estamos perante um monopólio do Estado em larga escala que se estende, inclusivé, à distribuição de adubos.

E, note-se que em 1990, a indústria de fosfatos não estava incluída no pacote das privatizações então concebido.

Paralelamente, já se referiu que Marrocos, apesar da riqueza dos jazigos e de dispôr de 63% das reservas mundiais do mineral, apenas possui uma quota internacional de 11%, o que indicia uma forte concorrência e a impossibilidade de um único produtor actuar isoladamente sobre os preços, fixando-os de acordo com critérios próprios.

Trata-se pois, de um sector que conhece uma intensa concorrência norteadada pelo preço e que se estende aos derivados, designadamente aos adubos. Entretanto, estes produtos conheceram a rivalidade devido ao aparecimento de novos produtos substitutos e que, em termos ecológicos, apresentam vantagens.

Por outro lado, os países produtores representam um excesso de oferta face ao nível que a procura mundial tem vindo a registar e que engloba os adubos fosfatados.

de médio e longo prazo ou para produtos de qualidade superior e consentâneos com os padrões internacionais. Trata-se de um comportamento que está intimamente relacionado com as características culturais e estruturais que imperam, em geral, no seio da sociedade marroquina e, muito em particular, no meio dos negócios em que os laços familiares assumem uma importância primordial, mas que limitam o crescimento das empresas. Serge Leymarie & Jean Tripiet, Op. Cit., p. 91.

Face ao panorama descrito, não é na indústria de fosfatos que Marrocos encontrará o factor privilegiado para prosseguir na senda do desenvolvimento económico, tanto mais que não é neste sector que o governo irá dispôr de qualquer instrumento que vise a absorção de emprego.

Assim, a criação de vantagens competitivas significativas não poderá residir tanto na indústria de fosfatos mas, antes, naquelas que se caracterizam pela forte intensidade da mão-de-obra e que representam um maior potencial em termos de desenvolvimento económico.

3.3.2. O Sentido das Tendências

No entanto, a modernização e o desenvolvimento económico não terá de passar pela criação de novos nichos de indústrias mas, antes, aproveitar as já existentes.

Mas, a análise da actual situação, permite concluir que as vantagens competitivas de Marrocos são limitadas e resumem-se fundamentalmente aos factores herdados e a uma intensa rivalidade que se desenvolve entre pequenas empresas.

Neste sentido, a maioria dos sectores económicos encerram um enorme potencial por explorar, não apenas os três sectores estudados, isto é, têxtil, turismo e conservas de peixe, mas também muitos outros como, por exemplo, o artesanato, a agricultura e outros.

De todas as actividades, aquela que apresenta maiores atractivos é, porventura, o turismo, dado que o seu desenvolvimento tem sido feito alheado de uma perspectiva de quantidade e tem sido essa a razão do sucesso do sector, tanto em Espanha como em Portugal.

É importante mencionar outros aspectos que terão de ser revistos, designadamente, os excessivos custos inerentes ao transporte internacional, que impedem os vizinhos europeus de fazerem deslocações de curta permanência, precisamente aquelas que poderiam dar corpo ao turismo de massas.

Quanto ao sector têxtil, a maioria das dificuldades resultam das distorções às regras de mercado, do reduzido número de empresas que têm acesso ao estádio de indústria e aos elevados custos que têm de suportar com alguns factores de produção, designadamente, com o transporte ou a energia. Mas, há outras questões a encarar como, por exemplo, o deficiente funcionamento do sistema financeiro e o elevado custo dos capitais.

Os empresários da indústria de conservas de peixe estão, praticamente, impossibilitados de se integrarem a montante e de assegurarem o aprovisionamento regular de peixe, bem como, de implementarem cadeias de produção eficazes.

Como se referiu, a estratégia para o desenvolvimento económico, passa também pelo aproveitamento de outros sectores que possuem elevado potencial por explorar. A agricultura é, seguramente, um desses sectores.

Marrocos dispõe de uma indústria de adubos fosfatados de nível mundial e, no entanto, o respectivo consumo é um dos mais fracos que se conhece. Apenas 10% das terras aráveis são irrigadas o que, para além das carências de formação técnica dos agricultores, impede a utilização dos adubos.

Por outro lado, a propriedade está demasiado dividida, o que dificulta a mecanização e tem consequências sobre os rendimentos que são reduzidos e sujeitos a flutuações significativas. Neste sentido, seria útil introduzir medidas que visassem a concentração de propriedades e a formação de cooperativas agrícolas, isto é, de unidades que dispusessem de maior dimensão e capacidade para tirar maior partido das máquinas.

Apesar destas dificuldades, Marrocos tem sabido desenvolver o sector, incrementado as exportações e utilizado os benefícios concedidos pela União Europeia, bem como aqueles que resultam de ter uma Primavera prematura. No entanto, há ainda muito por realizar, nomeadamente, suprimir as distorções que existem ao nível dos preços; aumentar a superfície irrigável, o que permitirá reforçar a produtividade; melhorar a qualidade dos produtos; e reduzir os custos de transporte, designadamente o aéreo.

Em termos de perspectivas e tendo em vista o desenvolvimento do sector agrícola, uma das medidas mais importantes que o governo tomou foi de âmbito fiscal, eliminando todas os impostos até ao ano 2020, bem como as taxas alfandegárias que incidiam sobre importações de bens agrícolas.

Até ao ano 2000, prevê-se aumentar a área irrigável em 250.000 ha de forma a que esta atinja o milhão de hectares, mediante a construção de barragens.

O incremento previsto deverá ter em mente, não só a maior autonomia do mercado interno mas, também, o incremento das exportações, nomeadamente de frutos tropicais, de plantas medicinais, de produtos de beleza naturais — sector onde existe uma procura interna sofisticada — ou, ainda, o desenvolvimento de novas indústrias como, por exemplo, o das plantas decorativas.

Outra área mencionada foi a do artesanato, aliás, trata-se de um sector importante devido à proliferação de firmas por todo o País, das fortes tradições que o rodeiam e dos conhecimentos existentes que deram prestígio aos trabalhos feitos em madeira, couro, cerâmica, metal e na confecção de tapetes.

Mas, mesmo neste sector — e à imagem do que se passa nos restantes —, para tirar partido da perícia do artesão será essencial dar-lhe formação técnica, único modo eficaz para garantir a qualidade do produto, os melhores meios de fabrico e de o orientar para os investimentos de maior duração em vez dos de curto prazo, que quando excessivos, acabam por provocar estrangulamentos às pequenas empresas do ramo.

Neste domínio, seria útil ao Governo implementar ajudas, quer financeiras quer fiscais, e estabelecer zonas adequadas à instalação destas pequenas firmas que permitisse o fácil acesso à assistência técnica e a redes de distribuição eficientes capazes de fazer chegar rapidamente os produtos

junto dos mercados consumidores, nomeadamente, dos turistas e, até, dos mercados internacionais.

A batalha pelas vantagens competitivas, pelo desenvolvimento e pelo progresso económico, pode ganhar-se, não somente à custa do tecido industrial existente, mas recorrendo, também, à implementação de novas indústrias. Neste domínio, é importante o papel que o investimento estrangeiro pode desempenhar e a estratégia normalmente seguida pelos países que pretendem atrair tais investidores liga-se tanto à contribuição futura dessas empresas para fomentar as exportações nacionais, como às potencialidades que os sectores onde essas firmas se inserem possam revelar.

É neste contexto que o sector de fiação surge como uma boa aposta, que poderá ser objecto de medidas governamentais capazes de atrair o investimento estrangeiro, tanto mais que este tipo de actividade permitiria reforçar a competitividade de toda a indústria têxtil, designadamente, das indústrias relacionadas.

Estas preocupações já tiveram alguma expressão, com maior ou menor relevância, nas iniciativas político-económicas da década de 90.

Apesar da recessão generalizada sentida em 1993, o consumo aumentou 4,4%, sobretudo devido à despesa pública que registou um agravamento de 10,3%. Essa evolução também se verificou em relação ao investimento na ordem dos 0,9%, tendo o investimento estrangeiro observado um acréscimo de 10%.

No que diz respeito ao orçamento, aquele ano trouxe um novo défice no valor de 5,7 mil milhões de DH (2,3% do PIB) e, portanto, superior ao de 1992 que havia registado 5,4 mil milhões de DH.

Quanto ao programa de privatizações, embora a legislação tenha sido preparada e entrado em vigor em 1990, sofreu algum atraso devido à guerra do Golfo pelo que, as primeiras vendas, só em 1993 foram efectuadas evidenciando, então, uma receita de 227 milhões de USD.

É ainda em 1993, mas só em relação às operações correntes, que se assiste pela primeira vez à convertibilidade do dirham.

Este ano é igualmente importante pela nomeação de um novo Governo, cujo programa foi revelado em Novembro. Nele destacava-se a necessidade de um crescimento económico sustentado e da criação de empregos. As medidas prioritárias eram dirigidas à reforma dos incentivos ao investimento, ao reforço da política de financiamento da economia, à dinamização do programa de privatizações e ao prosseguimento da política de desenvolvimento social.

Como se referiu, o balanço económico final de 1993 não foi favorável devido à recessão, tendo-se assistido ao agravamento do desemprego e do défice comercial. Apesar da fraca "performance", a política imprimida apresentou-se correcta, uma vez que as transformações estruturais empreendidas nos últimos anos começaram a apresentar resultados animadores. Isso sucedeu com o processo das privatizações, a convertibilidade externa da moeda, o reforço do investimento estrangeiro, o excedente obtido com a balança de pagamentos e os níveis da inflação e do défice público a permanecerem controlados.

O ano de 1994, contrariamente ao anterior, foi positivo. De facto, a melhoria da situação económica internacional e as chuvas abundantes contribuíram sobremaneira para essa inversão. Este último factor proporcionou um óptimo ano agrícola, que se reflectiu nas colheitas cerealíferas, permitindo um aumento do PIB de 11%.

O programa de privatizações continuou num bom ritmo e as receitas no final do ano ascenderam a 5,9 mil milhões de dirhams, excedendo os 5,4 mil milhões de dirhams inicialmente previstos.

Os piores resultados verificaram-se em relação aos défices, quer do orçamento que representou 4% do PIB quando estava previsto apenas 1,5% do PIB, quer da balança de transacções correntes com o saldo da balança comercial a mostrar sinais de agravamento.

Em Fevereiro de 1995 foi nomeado um novo executivo, cujas linhas programáticas estabeleciam a promoção do emprego, o incremento do investimento e o desenvolvimento rural. Estas áreas iriam ser beneficiadas, entre outras receitas, com os fluxos provenientes das privatizações. Os responsáveis governamentais sublinharam, igualmente, a necessidade de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas marroquinas. As apostas visavam a diversificação da produção, especialmente quando o seu destino fosse o estrangeiro. O sector do turismo também devia ser reforçado¹³⁰.

Assim, o documento orçamental para 1995 defendia o reforço dos equilíbrios fundamentais, a consolidação da retoma económica — onde o processo de privatizações assumia especial importância — a manutenção dos esforços que assegurassem o desenvolvimento dos sectores sociais e do meio rural, e o prosseguimento da política de reestruturação das empresas públicas.

Previa-se, então, um aumento do PIB de 5%¹³¹. No entanto, o último trimestre de 1994 e o início de 1995 não foram favoráveis devido à ausência de chuvas. Assim, neste ano, a colheita registou uma diminuição de 40% face aos valores exibidos no ano anterior. Esta escassez teve consequências no preço do bens alimentares e que se reflectiram na taxa de inflação (7%).

Em 1996, espera-se um ano mais equilibrado com as colheitas a atingirem níveis mais adequados o que, aliado ao prosseguimento de políticas restritivas, quer fiscais quer monetárias, poderá permitir aliviar a pressão exercida sobre os preços¹³². O défice orçamental, prevê-se que atinja os 4% em 1995 e não seja superior a 2,5% no ano seguinte.

¹³⁰ Cfr. *Marchés Tropicaux et Méditerranéens*, n° 2573, 3 Mars 1995, pp. 433-434; *Marchés Tropicaux et Méditerranéens*, n° 2574, 10 Mars 1995, p. 532.

¹³¹ Cfr. *Marchés Tropicaux et Méditerranéens*, n° 2579, 14 Avril 1995, p. 779.

¹³² Prevê-se que a taxa de inflação se situe em 5%, o que representa uma descida de 2% face ao valor apontado para 1995.

As Relações Luso-Marroquinas no Quadro da Adesão de Portugal à Comunidade Europeia: A "Redescoberta do Outro"

"La voie suivie par le Maroc dans le Maghreb, comme l'option marocaine envers l'Europe militent réellement pour la mise en oeuvre de la définition et de la promotion d'un statut de partenariat politique."

Driss Basri¹³³

"[Portugal] fará todos os esforços para que Marrocos obtenha da União Europeia um papel preferencial."

Cavaco Silva¹³⁴

"Até agora, Marrocos baseou o seu relacionamento com a Europa quase exclusivamente sobre o eixo mediterrâneo, que está saturado (...). E [Portugal] para chegar a alguns mercados, precisará de Marrocos - que é uma plataforma giratória, um país árabe, africano, muçulmano e à porta da Europa."

Tawfiq Rkibi¹³⁵

¹³³ Prof. de Ciências Jurídicas, Económicas e Sociais na Universidade Mohammed V de Rabat em Marrocos, in Mohamed B. E. H. Alaoui, La Coopération Entre L'Union Européenne Et Les Pays Du Maghreb, s. ed., Nathan, Paris, 1994, p. 11.

¹³⁴ Declaração do Primeiro-Ministro português na primeira cimeira luso-marroquina realizada em Rabat, em Junho de 1994, in jornal Diário de Notícias, 1/6/94.

¹³⁵ Responsável pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Marroquina, in jornal Expresso, 10/12/94.



4.1. O Regime Geral da Cooperação Euro-Marroquina

Uma história comum, a proximidade geográfica, o interesse energético, o movimento de populações, a segurança, e o estreitamento dos espaços económicos são factores que aproximam a União Europeia (U. E.) do Magrebe e Portugal de alguns países dessa região, nomeadamente de Marrocos. E, da mesma forma em que, actualmente, não é fácil autonomizar Portugal face à U. E., seria igualmente pouco realista dissociar o estudo de Marrocos do Magrebe, uma vez que as fontes investigadas não o fazem, nem é essa a orientação seguida pela maioria das chancelarias europeias. Por outro lado, para se conhecer Marrocos naquilo que é igual ou diferente de outros países magrebins, leva a que por vezes se citem Estados dessa região. Contudo, numa postura de rigor face ao tema proposto, vai-se, sempre que possível extrapolar do contexto magrebino a realidade marroquina, pondo esta em evidência.

De facto, a Comunidade Europeia (C. E.)¹³⁶, vem desenvolvendo uma maior cooperação com os seus vizinhos do sul desde a década de 70. Recentemente, esta tendência abrandou devido ao desejo de se integrar os países do leste europeu no sistema de mercado. No entanto, esta situação foi analisada por Portugal e outros países europeus do sul, no sentido de sensibilizar a Comunidade para um reforço da cooperação com os Estados magrebins.

Desde logo, o ano de 1969 foi decisivo na aproximação entre as duas margens do Mediterrâneo, celebrando-se um acordo de associação entre Marrocos e a Comunidade segundo o art. 238º do Tratado de Roma¹³⁷, em 31 de Março daquele ano¹³⁸. A década de 70 marcou o início de vários acordos entre a Comunidade e alguns países magrebins (casos dos Acordos de Comércio e Cooperação com Marrocos e a Argélia), tendo em vista a criação de condições para o desenvolvimento económico da região e "para responder às preocupações e estratégias comunitárias"¹³⁹. No que diz respeito a Marrocos destacam-se o Acordo de Cooperação de 1976, assinado em Rabat a 27 de Abril desse ano e o primeiro protocolo financeiro que data de 1978. No entanto, a vigência daqueles acordos não correspondeu às expectativas criadas, nomeadamente nas áreas da cooperação económica e da assistência financeira. Daí, a Comunidade ter decidido desenvolver esquemas de cooperação horizontal tendentes a dinamizar a actividade económica regional. Este esforço desenvolveu-se em dois sentidos. Por um lado, o incremento de benefícios comerciais e financeiros aos países da

¹³⁶ Para evitar anacronismos e ser fiel em relação às fontes, optou-se por utilizar o termo "Comunidade Europeia" em vez de "União Europeia" para as situações anteriores a 1/11/93, data da entrada em vigor do Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht.

¹³⁷ Cfr. João Mota de Campos, Direito Comunitário, 4ª ed., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, Vol. I, 1989, p.562.

¹³⁸ O mesmo aconteceu com a Tunísia em 28/3/69; Cfr. Camille et Yves Lacoste (dir.), Op. Cit., p. 523.; Cfr. Regulamento (CEE) Nº 1462/69 do Conselho de 23/7/69.

¹³⁹ Direcção-Geral do Comércio Externo (DGCE), Relatório sobre o relacionamento no âmbito comunitário entre Portugal e os Países Mediterrânicos, Lisboa, DGCE, Dez. 1991, p.2.

região e, por outro, o estímulo a iniciativas de integração regional. Neste caso, encontra-se a União do Magrebe Árabe (UMA), criada em Fevereiro de 1989, que proporcionou um novo quadro de entendimento na zona, ao reunir Marrocos, Argélia, Líbia, Tunísia e Mauritânia. Este novo ambiente possibilitou o estabelecimento do acordo entre os dois primeiros Estados - em Abril do mesmo ano - para a construção do gasoduto que vai ligar o Norte de África ao sul da Europa, abrangendo Espanha e Portugal¹⁴⁰. Tanto numa margem do Mediterrâneo como na outra, este tipo de cooperação é considerado o melhor para garantir o desenvolvimento económico, a paz social e a estabilidade política na região porque responsabiliza todos os membros na prossecução de objectivos comuns. Simultaneamente, são protegidos os principais interesses comunitários na zona.

Conforme o que já foi referido, a década de 70 marca o despertar do interesse da Comunidade para a região do Mediterrâneo, baseando-se num relacionamento bilateral e preferencial destinado a resolver as graves carências dos países daquela região¹⁴¹.

No decorrer dessa intenção, a Comunidade concluiu com todos os Países Terceiros Mediterrâneos (PTM's), com a excepção da Líbia, acordos de associação ou de cooperação. Estes tratados celebrados bilateralmente (CE — cada um dos PTM's) respeitaram as seguintes condições: permitiram o acesso de produtos industriais ao mercado comunitário, exceptuando os têxteis de alguns países; atribuíram um tratamento preferencial aos principais produtos agrícolas dos PTM's; estabeleceram um quadro amplo de cooperação económica; e destinaram meios financeiros para a promoção do desenvolvimento económico em cada um dos países em causa.

Assim, o quadro convencional foi reforçado e isso motivou um impacto positivo em termos de trocas comerciais da CE com os países mediterrânicos e também no âmbito da cooperação nos sectores industrial, científico, energético e do ambiente. Mas isso não significou a resolução dos problemas das economias da região, nem inverteu o défice de desenvolvimento, constatando-se que o relacionamento em causa devia ser revisto.

Na realidade, os países mediterrânicos limitaram-se à exportação de produtos energéticos e aumentaram gradualmente as importações de bens manufacturados. A cooperação económica não se traduziu numa efectiva modernização/diversificação do aparelho industrial, nem conduziu a investimentos privados significativos. Registe-se como excepção alguns investimentos turísticos e industriais efectuados em Marrocos, Egipto, Tunísia e sobretudo na Turquia. No entanto, os cerca de 10 anos de livre acesso de produtos industriais dessa zona face à Comunidade não correspondeu em termos de deslocação de capitais comunitários para o sector industrial e as preferências dos investidores europeus continuaram alheias ao mercado norte-africano. As causas deste fracasso são as seguintes: políticas económicas inadequadas e uma administração pouco eficaz nos países da região; produtividade baixa se comparada com a verificada, por exemplo, nos Estados do Sudoeste Asiático (mão-de-obra mais competitiva); mercados nacionais muito reduzidos, situação que é agravada pelas dificuldades de exportação para os Estados mediterrânicos vizinhos; finalmente, um aparelho industrial limitado quase exclusivamente à

¹⁴⁰ Guia do Terceiro Mundo 1993, p. 276; COM (95) 478 final, Bruxelas, 18/10/95, pp. 8, 10-11.

¹⁴¹ Direcção-Geral do Comércio Externo (DGCE), Op. Cit., Dez. 91, p. 4.

exploração de recursos energéticos e à confecção de vestuário (sector têxtil).

Na sequência da adesão da Grécia, Portugal e Espanha à Comunidade, respectivamente em 1981 e 1986, foram celebrados protocolos adicionais ao acordo de cooperação entre a CEE e Marrocos¹⁴². E ao contrário dos recentes alargamentos a Norte¹⁴³, aqueles perturbaram directamente os interesses marroquinos, uma vez que estes incluem citrinos, têxteis e azeite que são produtos sensíveis para os Estados ibéricos. Na verdade, estes alargamentos modificaram a política mediterrânica no seu conjunto¹⁴⁴, apesar da tentativa de se preservar as exportações tradicionais dos países magrebinos, nomeadamente as de Marrocos. Assim, o livre acesso dos produtos industriais ao mercado comunitário foi confirmado, mas com a continuação de limitações para as exportações de têxteis. Quanto aos produtos agrícolas, a sua regulamentação foi mais delicada. Ficou prevista a eliminação progressiva de direitos aduaneiros, já de si reduzidos em virtude de acordos anteriores, paralelamente a medidas equivalentes aplicáveis a Espanha e Portugal. Para os produtos considerados sensíveis pela CEE, a eliminação programou-se segundo os contingentes estabelecidos anualmente mediante a média das exportações marroquinas para o mercado comunitário ao longo do período 1980-84. Em relação a outros produtos mais pacíficos, estabeleceram-se "quantidades de referência" calculadas igualmente com base nas exportações entre 1980 e 1984. Em contrapartida, Marrocos não se obrigou às mesmas concessões comerciais face à Comunidade, mas apenas ao tratamento de "Nação mais favorecida"¹⁴⁵.

O quadro convencional não ficaria completo sem uma referência ao acordo de pesca assinado em 26 de Maio de 1988 por um período de quatro anos, que vem no seguimento de acordos bilaterais com Espanha e Portugal nesta matéria. A convenção de Maio de 1988 permitiu à Comunidade direitos de pesca em águas marroquinas, em troca da concessão de 70 milhões de ECU's por ano a Marrocos. Este montante visava o investimento em programas haliêuticos e na formação. Em 21 de Dezembro de 1992, foi assinado um novo acordo nesta matéria com a duração de mais quatro anos, que aumentou para cerca de 102 milhões de ECU's a contrapartida comunitária¹⁴⁶. Actualmente, encontra-se em vigor, desde Dezembro de 1995, uma convenção assinada em Novembro desse ano e cuja longevidade está prevista para quatro anos.

¹⁴² Cfr. Conselho das Comunidades Europeias, Protocolos do Acordo de Cooperação CEE-Marrocos e Outros Textos de Base, Bruxelas, Conselho das Comunidades Europeias, 1991, pp. 1-35, 45-57, 63-190.

¹⁴³ Em 1 de Janeiro de 1995, a União Europeia aumentou os seus membros de 12 para 15 com a adesão da Finlândia, Suécia e Áustria. A Noruega afastou-se deste processo após uma consulta à população e seria o país, do grupo em causa, que poderia afectar mais Marrocos no domínio das pescas; Cfr. Europe, nº 6390, 4 Janvier 1995, pp. 1-1 bis.

¹⁴⁴ Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p.24.

¹⁴⁵ Cfr. Développement, Les Pays Du Grand Maghreb Et La Communauté Européenne, Commission Des Communautés Européennes, Janvier 1991, p. 14; Eduardo Raposo de Medeiros, Economia Internacional, 3ª Ed., Lisboa, ISCS, 1992, p. 280.

¹⁴⁶ Cfr. European Commission, Annotated Summary of Agreements Linking The Communities With Non-Member Countries, Brussels, European Commission, June 1994, pp. 144, 146.

A União do Magrebe Árabe (UMA), criada a 17 de Fevereiro de 1989, é uma tentativa de solucionar os problemas acima descritos através da integração regional. Em última análise, para além dos objectivos estritamente económicos, visa-se alcançar a estabilidade política e a melhoria das condições sociais de modo a dirimir eventuais perturbações graves ocasionadas pelo actual fenómeno fundamentalista (neste caso, islâmico)¹⁴⁷. O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), criado em Fevereiro de 1981 e integrado pela Arábia Saudita, Bahrein, Qatar, Emiratos Árabes Unidos, Kuwait e Omã enquadra-se, na respectiva zona, dentro do mesmo âmbito de preocupações.

A Política Mediterrânica Renovada (PMR)¹⁴⁸ definida para o período de 1992-1996 foi outro instrumento utilizado para reforçar a cooperação da Comunidade com o Norte de África. Ela aborda vários aspectos, dos quais convém destacar os seguintes: o acompanhamento do processo de reequilíbrio económico; a promoção do investimento privado; o incremento dos financiamentos bilaterais e comunitários; a melhoria do acesso ao mercado comunitário; e a intensificação do diálogo económico e político¹⁴⁹. Note-se que o montante de 4405 milhões de ECU's destinado aos PTM's ao abrigo da PMR e no quadro do quarto protocolo financeiro (1991-1996) é superior aos 3302 milhões de ECU's recebidos no período 1978-91¹⁵⁰, correspondente aos três primeiros protocolos. No total dos quatro protocolos financeiros, Marrocos foi contemplado com 1091 milhões de ECU's, ficando à frente da Argélia e da Tunísia, respectivamente com 854 e 742 milhões de ECU's¹⁵¹.

Na cimeira de Essen (Alemanha), que reuniu os membros do Conselho da Comunidade Europeia em 9 e 10 de Dezembro de 1994, foi realçada a importância da região mediterrânica, sendo necessária a sua manutenção como zona de paz e estabilidade. Nela chamou-se igualmente a atenção para o reforço da cooperação em diversos domínios (financeiro, socio-cultural, serviços, capitais, ciência e tecnologia, tráfico de droga, imigração ilegal, etc.) e decidiu-se a convocação de uma conferência ministerial euro-mediterrânica para o segundo semestre de 1995 (conferência de Barcelona), cuja preparação estaria a cargo da França¹⁵². De facto, a reunião preparatória ocorreu no Conselho Europeu de Cannes em 26 e 27 de Junho, onde se estabeleceu a data de 27 e 28 de Novembro do mesmo ano para a Conferência de Barcelona; e definiu-se a posição da União Europeia neste âmbito, que formaliza um novo quadro de relacionamento que se traduz na "parceria euro-mediterrânica" e que no domínio económico e financeiro prevê a construção de uma "zona de prosperidade partilhada"¹⁵³. Esta inclui

¹⁴⁷ Sobre os diversos tipos de fundamentalismo, Cfr. A. Sousa Lara, Op. Cit., 2ª ed., Lisboa, Pedro Ferreira, 1995, pp. 316-334.

¹⁴⁸ Adoptada pelos doze países da Comunidade Europeia a 18/12/90.

¹⁴⁹ DGCE, Op. Cit., Dez. 91, p. 9.

¹⁵⁰ Cfr. Assia Bensalah Alaoui, "Les Relations Entre L'Europe Et Le Monde Arabe: "Cooperative Security"", in Nação E Defesa, nº 73, 1995, p. 192.

¹⁵¹ Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 49.

¹⁵² Cfr. Europe, Nº 6376 (Édition spéciale), 11 Décembre 1994, pp. 1, 11, 18,19.

¹⁵³ " (...) seria conveniente criar um espaço euro-mediterrânico baseado no comércio livre e na parceria no maior número de domínios possível". Conselho Europeu, Conselho Europeu de Cannes 26-27 de Junho de 1995 (Conclusões da Presidência), Polic., Junho de 1995, pp. 14-15, 20.

uma zona euro-mediterrânica de comércio livre, cuja concretização progressiva se desenvolverá até ao ano 2010.

Em Cannes, o Conselho concordou em disponibilizar 4685 milhões de ECU's para os PTM's entre 1995 e 1999¹⁵⁴.

Resta referir a celebração do acordo euro-marroquino de associação efectivada em 15 de Novembro daquele ano. Este esteve dependente, pelo lado comunitário, da resolução do "dossier" pesca. Os representantes de Marrocos pretendiam separar os assuntos, facilitando no primeiro caso e dificultando na pesca. No entanto, a Comunidade conseguiu alcançar uma solução quase simultânea para ambos os casos¹⁵⁵.

Do quadro geral traçado, deve-se autonomizar um conjunto de vertentes comercial, técnico- financeira, a pesca e a cooperação intra e inter-regional. Esta análise vai ter em conta as realidades políticas e socio-económicas.

4.1.1 A Cooperação Comercial

No domínio das trocas comerciais o artigo 238º do Tratado de Roma estabelece os moldes gerais da cooperação euro-magrebina¹⁵⁶. Este preceito vai servir de base aos futuros acordos concluídos entre Marrocos e a Comunidade, nomeadamente os já citados convénios de 1969, 1976 e os Protocolos Adicionais no seguimento da adesão de Portugal e Espanha àquela organização.

Logo em 1972, na cimeira de Paris, os chefes de Estado e de Governo dos países da Comunidade Europeia delinearão uma "política global" de aproximação ao Magrebe que visava englobar aspectos comerciais, técnico-financeiros e sociais¹⁵⁷.

Os acordos de 1976 inserem-se naquela orientação e vão abranger Marrocos¹⁵⁸. O quadro comercial fixado compreende regimes de

¹⁵⁴ Cfr. Conselho Europeu de Cannes, Op. Cit., p.39; O valor citado é inferior àquele que foi proposto pela Comissão em Março de 1995, que totalizava 5500 milhões de ECU's conforme o referido no documento COM (95), 72 final, Bruxelas, 8/3/95, p. 15. Já em 12 de Junho o montante indicativo correspondia a 5160 MECU (Europe, Nº 6499, 12 et 13 Juin 1995, p. 5), vindo-se a situar em 4685 MECU na reunião de Cannes (Europe Documents, Nº 1942, 29 Juin 1995, p. 8.).

¹⁵⁵ Cfr. Europe, Nº 6523, 15 Juillet 1995, pp. 6-7; Público, nº 2008, 7 Setembro 95.

¹⁵⁶ "A Comunidade pode concluir com qualquer Estado terceiro, união de Estados ou organização internacional, acordos destinados a criar uma associação caracterizada por direitos e obrigações recíprocas, acções em comum e procedimentos especiais (...)"

¹⁵⁷ Cfr. Salah Mezdour, "Les Associés de la CEE Entre Préférence Commerciale et Préférence Communautaire" in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, nº 375, Février 1994, p. 116.

¹⁵⁸ Estes acordos são estabelecidos com a Tunísia, Argélia e Marrocos, excluindo a Mauritânia que se encontra inserida no grupo ACP e por isso abrangida pela Convenção

preferência e de livre acesso. No entanto, encontra-se limitado por cláusulas de salvaguarda e outras medidas restritivas.

O regime preferencial diz respeito sobretudo aos produtos agrícolas, que pelo lado comunitário estão sujeitos à Política Agrícola Comum (PAC). Esta situação cria algumas dificuldades à colocação dos produtos magrebins na Comunidade.

O regime preferencial compreende um regime geral e regimes especiais. O primeiro modelo prevê uma redução tarifária entre 40 e 100% aplicada áqueles produtos. A título de exemplo, no caso de Marrocos, as batatas novas e os pimentões beneficiam de uma redução de 40%; o tomate e as azeitonas situam-se nos 60%; os citrinos nos 80%. No que respeita ao peixe, crustáceos e moluscos as despenalizações tarifárias são totais, exceptuando o atum que vai apenas até 60%¹⁵⁹. Por vezes as reduções são afectas a determinado período do ano (ex. tomate). Os regimes especiais referem-se aos produtos que poderão concorrer mais directamente com os oriundos da Comunidade. No que concerne a Marrocos, encontram-se nesta categoria os limões (art. 15º, nº3 do acordo de cooperação Marrocos/CEE), o azeite (art. 17º do mesmo acordo), as conservas de sardinhas (art. 19º do mesmo acordo) e os vinhos (art. 21º do mesmo acordo).

Tradicionalmente, existem dois produtos considerados sensíveis para os exportadores marroquinos: os citrinos e as conservas de sardinhas. Neste sentido, o alargamento comunitário à Península Ibérica, em 1986, inquietou Marrocos e o Protocolo adicional de 1988 não resolveu o problema de fundo: a produção dos mesmos produtos em ambas as margens do Mediterrâneo¹⁶⁰. No entanto, pode-se entender que as dificuldades foram atenuadas. Num estudo elaborado sobre esta temática sustenta-se que no caso de Marrocos "verificou-se um aumento significativo da taxa de cobertura das importações marroquinas de 1986 para 1988, acompanhado de um aumento da percentagem de exportações marroquinas com destino à CEE. Nesse período, aumentou a parte dos produtos alimentares e dos produtos de couro no valor total das exportações marroquinas". Mas salienta-se o decréscimo dos citrinos no valor das exportações marroquinas de produtos alimentares, apesar de se atribuir a sua causa à seca prolongada que afectou as colheitas de 1988 e de 1989. Em relação a este ano refere-se que as exportações marroquinas apresentaram uma quebra face ao ano anterior. Esses resultados deveram-se à continuação da seca que afectou os citrinos e à

de Lomé. Ao abrigo do acordo com Marrocos pode ler-se o seguinte no art. 8º: "No domínio comercial, o presente Acordo tem por objectivo incrementar o comércio entre as Partes Contratantes, tendo em consideração os respectivos níveis de desenvolvimento e a necessidade de assegurar um maior equilíbrio das suas trocas comerciais, a fim de acelerar o ritmo de crescimento do comércio de Marrocos e melhorar as condições de acesso dos seus produtos ao mercado da Comunidade.", in Jornal Oficial das Comunidades Europeias (Edição Especial), 1985.

¹⁵⁹ Cfr. art. 15º, nº 1 do tratado de 1976.

¹⁶⁰ Cfr. Abdelkhalek Berramdane, "Le Maroc et l'Europe: un destin commun", in Kacem Basfao et Jean-Robert Henry (dir. de), Le Maghreb. L'Europe Et La France, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, p.54. Nesta página o autor conclui o seguinte sobre o convénio de 1976 e o Protocolo de 1988: "L'accord Maroc-CEE d'avril 1976 a montré ses limites. Sa simple adaptation par le protocole commercial de mai 1988, prévoyant notamment le "maintien des courants traditionnels d'exportation du Maroc vers la Communauté"... est certainement irréaliste."

descida dos preços mundiais de fosfatos, tradicionalmente o principal produto de exportação marroquino¹⁶¹.

Quanto ao regime de livre acesso, este é aplicado aos produtos industriais com excepção para os têxteis que estão sujeitos a um esquema especial¹⁶².

Segundo o art. 9º do acordo de 1976, os produtos industriais provenientes de Marrocos "são admitidos na importação na Comunidade sem restrições quantitativas nem medidas de efeito equivalente e com isenção de direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente".

Já em relação aos têxteis, a tendência é a de um maior proteccionismo¹⁶³. A Comunidade Europeia, aquando das sucessivas negociações do Acordo Multifibras¹⁶⁴, inseriu medidas que lhe possibilitassem estipular disposições diferentes do referido tratado em determinados casos particulares. É com base nesta "cláusula de derrogação", que foram estabelecidos acordos com Marrocos abrangendo os têxteis. E, apesar das limitações impostas pela Comunidade, a quota de têxteis marroquina no mercado comunitário duplicou entre 1977 e 1986¹⁶⁵. Em 1991, a Comunidade aceitou um aumento da quota dos têxteis e perspectivou-se, desde aí, uma maior flexibilidade para o futuro, cuja intenção se confirmou no Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT¹⁶⁶), assinado a 15 de Abril 1994. Nesta ocasião ficou expressa a necessidade de eliminação das restrições decorrentes do Acordo Multifibras até ao ano 2005¹⁶⁷.

Acrescente-se que a Política Mediterrânica Renovada (PMR) foi uma tentativa, desde o seu início (Dez. 1990), da Comunidade Europeia procurar incentivar as exportações dos PTM's. No caso de Marrocos pretendeu-se facilitar o acesso ao mercado comunitário de alguns produtos têxteis e em relação aos produtos agrícolas propôs-se a eliminação dos direitos aduaneiros até 1 de Janeiro de 1993, em vez de janeiro de 1996¹⁶⁸.

161 Cfr. Helena Rato, O Impacto Da Adesão De Portugal E Espanha Sobre O Comércio Externo Dos Países Do Maghreb, INA/CEDEP, Julho de 1990, p. 20.

162 Cfr. Louis Blin et Benoît Parisot, "Les Relations Économiques Entre La CEE Et Les Pays Du Maghreb", in Kacem Basfao et Jean-Robert Henry, Le Maghreb, L'Europe Et La France, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, p. 71.

163 Cfr. Eduardo Raposo De Medeiros, Op. Cit., p. 375: "(...) as exportações dos produtos manufacturados dos países do Magrebe (...) têm isenção de direitos aduaneiros à entrada na Comunidade, com excepção dos têxteis."

164 A primeira ocorreu em 1973, e em 1986 foi prorrogado novamente por um período de cinco anos; Cfr. Idem, pp. 285-286.

165 Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 33.

166 As siglas correspondem à denominação inglesa: "General Agreement on Tariffs and Trade".

167 Cfr. Idem, p. 33. Na mesma ordem de ideias Cfr. Assia Bensalah Alaoui, Op. Cit., p. 191: "Avec la reit gration progressive des textiles dans le régime du GATT, des pays comme le Maroc (...) devront s rieusement améliorer la qualit  de leurs exportations textiles afin de garder leur part de marché, face   la concurrence redoutable des pays asiatiques."

168 Cfr. COM(91) 179 final, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 22 de Maio de 1991, pp. 3,5; DGCE, Op. Cit., DGCE, Dez. 91, p. 10: O actual acordo euro-

A par de uma política comercial de boas intenções, existem medidas restritivas por parte da CEE que gradualmente estão a ser atenuadas e algumas extintas. Essas medidas consistem nas regras de origem¹⁶⁹, cláusulas de salvaguarda, restrições quantitativas e preços de referência ou de entrada.

As primeiras constam do protocolo 2 anexo ao acordo de cooperação de 1976 CEE-Marrocos¹⁷⁰, onde se fornece a lista de produtos de base considerados como originários do país. Os bens que não tenham sido inteiramente obtidos nesse Estado poderão sofrer penalizações à entrada do espaço comunitário. Na tentativa de se suavizar os efeitos da medida, a "Acta final do Uruguay Round" contém em anexo uma declaração comum respeitante à aplicação de regras de origem a mercadorias que podem beneficiar de um tratamento preferencial¹⁷¹.

No referido acordo de 1976 existem igualmente as denominadas cláusulas de salvaguarda. E apesar de estar prevista a sua utilização por qualquer das partes do Acordo, pode-se concluir que elas são mais

-marroquino de associação (de 15 de Novembro de 1995) prevê, no domínio industrial, a eliminação progressiva de todos os direitos aduaneiros e taxas de efeito equivalente para os produtos originários da Comunidade no decurso de um período de 12 anos. Ao longo deste lapso de tempo, foram estabelecidos calendários particulares para a recepção daqueles bens com o objectivo de auxiliar a preparação da indústria marroquina para enfrentar o desafio proposto pela criação de uma zona de comércio livre. No que diz respeito às conservas de sardinha, aceitou-se o livre acesso à UE a partir de 1999. Em relação ao sector agrícola, a convenção prevê uma liberalização gradual das trocas recíprocas assim como uma melhoria das preferências a favor de Rabat no que concerne ao regime aplicável ao tomate, citrinos, batatas e flores. No entanto, foi estipulado o momento de entrada do tomate na Comunidade, tomando em consideração a respectiva época de produção na Europa e referiu-se que o acréscimo da exportação de flores decorreria, gradualmente, ao longo de 4 anos. Simultaneamente, admitiu-se uma cláusula de salvaguarda contemplando medidas restritivas no caso de estes produtos causarem perturbações graves a Estados membros da UE. No ano 2000, as partes examinarão a possibilidade de conceder novas facilidades recíprocas. La Vie Industrielle & Agricole, n° 400, 20/11/95, pp. 8-9.

¹⁶⁹ Cfr. Eduardo Raposo De Medeiros, Op. Cit., p. 302.

¹⁷⁰ Cfr. art. 31° do citado Acordo.

¹⁷¹ Cfr. Mohamed B. E H. Alaoui, Op. Cit., p. 35.

coincidentes com as necessidades comunitárias¹⁷². Assim, segundo os arts. 35º a 39º, as partes contratantes podem introduzir proibições ou restrições à importação por razões de segurança, ordem e moralidade públicas; "de protecção da saúde e da vida das pessoas e animais ou de preservação das plantas; de protecção do património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico; ou de protecção da propriedade industrial e comercial"; de regulamentações em matéria de ouro e prata; de verificação de práticas de "dumping"; "de perturbações graves num sector de actividade económica ou de dificuldades que possam determinar grave deterioração da situação económica regional"; e "de dificuldades sérias ou de uma ameaça grave de dificuldades na balança de pagamentos". No entanto, ressalva-se no art. 35º "in fine" que estas "proibições ou restrições não devem constituir, nem um meio de discriminação arbitrária, nem uma restrição dissimulada ao comércio entre as Partes Contratantes." Por outro lado, refere-se que devem "ser escolhidas prioritariamente as medidas que provoquem o mínimo de perturbações no funcionamento do Acordo" e cuja eliminação deve ser imediata ao desaparecimento das condições que as justificaram (art. 39º).

As restrições quantitativas constam também do acordo de 1976. Com efeito foram fixados pela Comunidade contingentes de exportação para os vinhos marroquinos e quotas de importação para as conservas de sardinha originárias desse país, segundo o estipulado, respectivamente, nos arts. 21º, nº 2 e 19º do mesmo Acordo. E em relação a reduções tarifárias consentidas para certos produtos, elas podem ser suprimidas se o calendário de entrada no espaço comunitário não for respeitado. São, por exemplo, os casos das batatas e do tomate, segundo o art. 15º, nº 1.

Os preços de referência ou de entrada constituem outro limite imposto pela Comunidade a determinados produtos marroquinos. É o caso dos limões frescos, segundo o art. 15º, nº 3 do acordo de 1976. Mais uma vez pretende-se proteger os produtores comunitários, estipulando-se um preço indicativo¹⁷³ para os produtos dos países terceiros que não prejudiquem aqueles produtores após se introduzirem eventuais reduções de direitos aduaneiros.

Deste conjunto de situações, a respeitante ao tomate é uma das que preocupa mais as autoridades marroquinas. Daí, o acordo entre a Comunidade e Marrocos, nesta matéria, ter sido apenas alcançado no início de 1995¹⁷⁴. Foi aceite a proposta comunitária de fixar o preço de entrada do tomate marroquino em 560 ECU's por tonelada a partir de 1 de Janeiro de 1995. O preço de entrada no mercado comunitário é aplicado durante o período de 1 de Novembro a 31 de Março de cada ano, em relação a um "plafond" de exportação fixado em 130.000 toneladas/ano¹⁷⁵.

¹⁷² Cfr. *Idem*.

¹⁷³ Cfr. Eduardo Raposo de Medeiros, *Op. Cit.*, p. 373.

¹⁷⁴ Cfr. *Europe*, Nº 6397, 13/01/95, pp. 6-7. O Governo marroquino, nomeadamente por intermédio do Primeiro Ministro M. Filali, resistia desde 1994 a aceitar as condições comunitárias, acabando por reconsiderar a sua posição em 12 de Janeiro de 1995.

¹⁷⁵ Cfr. *Europe*, Nº 6387, 28/12/94, p. 6.

4.1.2 A Cooperação Técnico-Financeira

Antes de se analisar especificamente a situação de Marrocos nesta matéria, convém que se faça uma introdução, onde se estabeleça o enquadramento regional em relação a este tipo de cooperação.

Associados à Política Mediterrânica Renovada (PMR), e no decurso de um acordo sobre as orientações e o conteúdo da política de assistência e de cooperação comunitária perspectivado no final de 1990, foram assinados Protocolos Financeiros que prevêm um aumento considerável da contribuição da Comunidade em benefício dos PTM's. Na sua elaboração pretendeu-se respeitar os objectivos e prioridades de desenvolvimento por eles definidos e atender aos problemas específicos de cada um. Por outro lado, deseja-se que a cooperação financeira tenha igualmente um alcance horizontal, tendo-se disponibilizado capitais para esse fim. Deste modo, para o período de 1992-1996, estimou-se uma verba de 4405 milhões de ECU's (European Current Unit) destinados à cooperação bilateral (CE e cada um dos Países Terceiros Mediterrânicos) e ao aprofundamento do relacionamento regional. Desde logo, merece destaque o facto de as prioridades comunitárias para a região em análise passarem pela melhoria do acesso dos produtos agrícolas mediterrânicos ao mercado europeu e pelo incremento dos financiamentos oriundos da Comunidade. A Presidência portuguesa da CE, no 1º Semestre de 1992, concentrou-se precisamente nestas metas.

Em relação ao montante acima referido, ele resulta de 1075 MECU (Million d'ECU's) de fundos orçamentais, onde estão compreendidos 300 MECU destinados ao ajustamento estrutural; e de 1300 MECU oriundos de empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI). Acrescente-se somas específicas da PMR para o mesmo prazo (1992-96), que totalizam 2030 MECU (230 atribuídos ao conjunto dos PTM e 1800 pertencentes ao BEI - 1300 para acções regionais e 500 vocacionados para a política de ambiente). Em termos comparativos e para o período entre 1978-91, os países em questão receberam 1337 MECU e 1965 MECU, sob a forma de empréstimos do BEI¹⁷⁶.

Este conjunto de valores reflectem a preocupação dada ao Mediterrâneo, constituindo o resultado de uma tendência crescente, desde que se optou por uma política de aproximação global decidida na Conferência de Paris de Chefes de Estado e de Governo, em 1972¹⁷⁷.

Nessa Conferência, tratava-se de acabar com o regime de um tratamento particularizado e encontrar uma abordagem harmonizada para os países terceiros. Assim, as relações exteriores da Comunidade Europeia, passar-se-iam a desenvolver numa tripla orientação: as convenções de Lomé com os ACP; os acordos preferenciais com os PTM; e as relações com outros países em vias de desenvolvimento da Ásia e da América Latina.

Ao abrigo deste novo tipo de diálogo, os países magrebinos vão ser beneficiados em diversos domínios, nomeadamente o financeiro e técnico.

¹⁷⁶ Cfr. Assia Bensalah Alaoui, Op. Cit., p. 192.

¹⁷⁷ Cfr. Salah Mezdour, Op. Cit., p. 115.

A cooperação financeira e técnica CEE-Marrocos é regulada pelo acordo de cooperação de 1976, à semelhança do relacionamento comercial, e por quatro protocolos situados entre 1978 e 1991.

Atendendo ao primeiro acordo, o tipo de cooperação em análise consta dos artigos 2º ao 7º. O art. 2º refere que "a Comunidade e Marrocos estabelecem uma cooperação que tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento de Marrocos, através de um esforço complementar aos realizados por este país, e reforçar os laços económicos existentes...". No art. 4º regista-se o empenho da Comunidade em participar nos esforço marroquino de desenvolvimento da respectiva produção e infra-estrutura económica, "tendo em vista a diversificação da estrutura da sua economia". A participação comunitária deve incidir sobretudo na industrialização e modernização do sector agrícola de Marrocos. No art. 6º, refere-se concretamente o "financiamento de medidas de promoção do desenvolvimento de Marrocos" por parte da Comunidade.

Neste segmento da cooperação existem alguns princípios subjacentes que convém realçar. São os seguintes: o princípio da complementariedade, da concertação, da não discriminação e da condicionalidade.

O primeiro princípio significa que a ajuda financeira comunitária é complementar dos esforços desenvolvidos por Marrocos em matéria de desenvolvimento¹⁷⁸. Por outro lado, aquele auxílio resulta como um complemento à ajuda bilateral proporcionada pelos Estados membros da Comunidade Europeia. No quadro abaixo indicado, pode-se compreender quais os montantes em causa e a percentagem da ajuda disponibilizada por cada Estado europeu na segunda metade dos anos 80.

Quadro V: Ajuda dos Estados Membros da CE (média 1985-88)

	Argélia	Marrocos	Mauritânia	Tunísia
França	91	69	56	39
Alemanha	2	23	15	14
Itália	3	4	17	41,5
Bélgica	3	2	1	3
PB, DK, RU*	1	2	11	2,5
Total	100%	100%	100%	100%
Estados Montante médio em milhões \$	54	232	76	132

*Países Baixos (PB), Dinamarca (DK), Reino Unido (RU).

Fonte: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

De acordo com os dados referidos, a França forneceu no período considerado a ajuda mais significativa, sendo Marrocos o segundo maior beneficiário a seguir à Argélia. A Alemanha disponibilizou igualmente um

¹⁷⁸ Cfr. Art. 2º do acordo de cooperação de 1976 CEE-Marrocos.

auxílio elevado, posicionando-se Marrocos no primeiro lugar na recepção desses meios. Os números seguintes já não são tão expressivos para Marrocos e a contribuição da Grécia e dos países ibéricos não é indicada, dada a sua pouca relevância¹⁷⁹.

O segundo princípio é o da concertação. Esta constitui a base da política e da filosofia de cooperação, mas com um significado especial no caso magrebino, uma vez que a CEE se encontra intimamente ligada à política de desenvolvimento dos países dessa zona.

A política de concertação está presente na fixação de objectivos prioritários a nível nacional e nos programas de interesse regional susceptíveis de serem financiados pela Comunidade. Esta ideia consta do art. 3º do acordo de cooperação CEE-Marrocos de 1976.

A regra referida preside igualmente ao estabelecimento dos sectores que podem beneficiar da ajuda comunitária e à definição das orientações principais subjacentes aos programas de apoio. É este o sentido do art. 9º do terceiro protocolo financeiro (1986-91) celebrado entre a CEE e Marrocos. No art. em causa refere-se também que a concertação deve ser inerente à reunião de meios a utilizar, assim como na avaliação dos resultados atingidos¹⁸⁰.

Com este princípio pretende-se, essencialmente, que a ajuda seja coordenada por parte do país dador em sintonia com o Estado receptor.

Um outro princípio é o da não discriminação. Aqui pretende-se instaurar a igualdade em condições de acesso a mercados, adjudicações, contratos, etc. entre a Comunidade e Marrocos. É o que consta do art. 12º do terceiro protocolo financeiro acima referido. No art. 14º do mesmo protocolo diz-se que as pessoas físicas ou morais originárias da Comunidade beneficiam em Marrocos de um regime fiscal e aduaneiro "qui n'est pas moins favorable que celui appliqué vis-à-vis de l'Etat plus favorisé ou de l'organisation internationale en matière de développement la plus favorisée".¹⁸¹

A Comunidade pode ainda, mediante aceitação marroquina, autorizar pessoas físicas ou morais oriundas de países em vias de desenvolvimento (PVD's) associados à Comunidade, a participar em adjudicações, mercados e contratos financiados por ela.

Assim, o princípio em análise pode ser afastado em duas situações: nos casos de PVD's que não estão ligados à CEE por acordos de associação ou de cooperação, e de países desenvolvidos exteriores à Comunidade.

Finalmente, o princípio da condicionalidade, estabelece um laço entre o apoio financeiro e o respeito de determinadas variantes políticas que passam pela democratização, direitos humanos, e a livre autodeterminação dos povos.

¹⁷⁹ Cfr. Développement, Op. Cit., Commission Des Communautés Européennes, Janvier 1991, p. 11.

¹⁸⁰ Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 46.

¹⁸¹ Idem, p. 47.

Ora, este princípio já foi a causa de alguns diferendos entre a Comunidade e Marrocos devido à questão do Sara e do povo sarauí. De facto, em Janeiro de 1992, o Parlamento Europeu recusou a ratificação do quarto protocolo financeiro CEE-Marrocos, o que veio a ser confirmado em Abril desse ano devido a se ter considerado que Marrocos conhecia um défice democrático, onde não existia respeito pelos direitos humanos¹⁸² e permanecia a recusa em organizar um referendo sobre o Sara.

Pela parte marroquina, a decisão comunitária foi considerada uma interferência nos seus assuntos internos e como resposta colocou em causa o conjunto da cooperação financeira com a Comunidade e lembrou que o acordo de pesca de 1988 expirava em Março de 1992¹⁸³.

No entanto, a situação acabou por ser desbloqueada¹⁸⁴ e o acordo foi ratificado em Outubro de 1992, entrando em vigor em 1 de Julho de 1993¹⁸⁵.

Resta identificar os beneficiários e os montantes destinados a Marrocos. Neste caso serão igualmente referidos os valores afectos a outros países magrebins para se compreender qual o mais beneficiado.

Os beneficiários em Marrocos¹⁸⁶ são os organismos públicos de desenvolvimento, as instituições privadas ligadas ao desenvolvimento económico, as pessoas morais, os operadores económicos em geral, os bolsiros e estagiários marroquinos.

Os projectos ou acções de cooperação submetidas à apreciação da Comunidade devem ser aprovadas pelo Estado marroquino. Isto significa que outras instituições ou operadores económicos, para além do Estado, podem usufruir da ajuda financeira e técnica desde que em concertação e garantidos por ele.

Em relação aos montantes, importa realçar o caso de Marrocos, como se disse acima, mas sem esquecer a região onde este Estado está inserido.

Os protocolos financeiros foram o instrumento jurídico escolhido pela Comunidade para disponibilizar a ajuda e reforçar a cooperação financeira.

¹⁸² No Mandato aprovado pela Comunidade em Dezembro de 1993 para se estabelecer um novo acordo com Marrocos, com vista à substituição do Acordo de Cooperação de 1976, inclui-se uma cláusula com o seguinte teor: "as relações entre Marrocos e a Comunidade, bem como todas as disposições do presente Acordo baseiam-se no respeito pelos princípios democráticos e pelos Direitos do Homem que inspiram as políticas internacionais, quer de Marrocos, quer da Comunidade, e que constituem um elemento essencial do Acordo". De facto, o reforço da democracia e o respeito pelos direitos humanos tem sido sempre um dos requisitos principais para aprofundar a cooperação com a região mediterrânica. Cfr. Com (95) 72 final, Bruxelas, Comissão das Comunidades Europeias, 8/3/95.

¹⁸³ Cfr. European Commission, Annotated Summary Of Agreements..., Op. Cit., p. 144.

¹⁸⁴ Em Junho de 1992, as autoridades marroquinas anunciaram a possibilidade da realização de eleições legislativas em Setembro desse ano, Guia do Terceiro Mundo 1993, p. 276.

¹⁸⁵ Cfr. European Commission, Annotated Summary Of Agreements..., Op. Cit., p. 146.

¹⁸⁶ Assim como outros Estados magrebins. Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 48.

Estes abrangem o seguinte espaço de tempo: o primeiro incide sobre a época 1978-82; o segundo, 1982-86; o terceiro, 1986-91; e o quarto, 1991-96.



O volume da ajuda financeira varia de país para país. Assim, para o período 1978-91, Marrocos recebeu 653 milhões de ECU's, a Argélia 504 milhões e a Tunísia 458 milhões. Relativamente, os montantes evoluíram 61% entre os dois períodos intermédios¹⁸⁷. No entanto, os valores referidos foram considerados insuficientes se se atender às necessidades profundas dos Estados magrebinos. Daí, o estabelecimento dos quartos protocolos financeiros já referidos, cujas verbas foram reforçadas, passando respectivamente para 438 milhões, 350 milhões e 284 milhões de ECU's, conforme é indicado no quadro VI.

Quadro VI: Evolução das somas integradas nos protocolos financeiros (1978-1996)*

Protcs./ /Estados	Marrocos	Argélia	Tunísia
1º Protocolo (1978-1982)	130	114	95
2º Protocolo (1982-1986)	199	151	139
3º Protocolo (1986-1991)	324	239	224
4º Protocolo (1991-1996)	438	350	284
Total	1091	854	742

* Em milhões de Ecu's

Fonte¹⁸⁸: XXVº Relatório Geral sobre a actividade da Comunidade Económica Europeia, 1991.

Seguidamente regista-se a repartição dos montantes integrados no 4º protocolo, tendo em conta a sua origem e destino.

Quadro VII: Verbas integradas no 4º Protocolo (1991-1996)*

Destino/ /Origem	Orçamento	Empréstimo/ /BEI	Total
Argélia	70	280	350
Marrocos	218	220	438
Tunísia	116	168	284
Total	404	668	1072

*Em milhões de ECU's

Fonte: Habib Slim, "Le Codéveloppement: Un nouveau modèle de la coopération euro-maghrébine", in Álvaro Vasconcelos (dir. de), *Européens et Maghrébins*, s. ed., Paris, Karthala, 1993, p. 135.

¹⁸⁷ Cfr. Salah Mezdoor, Op. Cit., p. 116.

¹⁸⁸ Citada por Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 49.

Mediante a análise dos quadros supra referidos, pode-se constatar um crescimento dos valores do 2º para o 3º protocolo em relação a Marrocos, Argélia e Tunísia de 63%, 58% e 61%, respectivamente.

Comparando o 3º e 4º protocolos, verifica-se uma variação de 35%, 46% e 27% pela mesma ordem e face aos mesmos países.

Assim, conclui-se que Marrocos foi o país magrebino mais contemplado pelos fundos comunitários nos quatro protocolos financeiros. E se, em termos percentuais, a Argélia apresenta um crescimento maior do 3º para o 4º protocolo, Marrocos, continua no topo atendendo a valores absolutos com 438 milhões de Ecu's recebidos.

Quanto aos montantes provenientes do Banco Europeu de Investimento (BEI) no 4º protocolo, Marrocos foi o segundo país mais beneficiado a seguir à Argélia, respectivamente com 220 e 280 milhões de Ecu's. No entanto, em termos orçamentais, Marrocos deteve um valor significativamente superior face aos seus vizinhos regionais, de 218 milhões de Ecu's. A Argélia e a Tunísia situaram-se nos 70 e 116 milhões de Ecu's, respectivamente.

O facto de Marrocos distanciar-se mais em montantes absolutos nos 3º e 4º protocolos em relação à Argélia, reflecte o receio ocidental deste país ser dominado por forças radicais islâmicas e, simultaneamente, a aposta comunitária num país moderado da região¹⁸⁹.

Actualmente, os valores globais para a região mediterrânica situam-se em 4685 milhões de Ecu's, segundo o que foi aprovado no Conselho Europeu de Cannes reunido em 26 e 27 de Junho de 1995. A importância destinada a Marrocos não está discriminada no documento¹⁹⁰ onde constam as decisões tomadas nesta conferência.

Finalmente, em relação à cooperação técnica, esta visa desenvolver os recursos dos países magrebinos através da concessão de bolsas de estudo e de estágios a potenciais quadros marroquinos. Simultaneamente, estão previstas deslocações de especialistas comunitários com o objectivo de formarem técnicos marroquinos em áreas essenciais ao progresso económico e social.

A cooperação técnica consta do art. 1º do acordo de cooperação CEE-Marrocos de 1976 e o seu âmbito é referido nos arts. 2º a 7º. Ao Conselho de Cooperação¹⁹¹ cabe avaliar os resultados e adaptar a sua implementação de

¹⁸⁹ No Mandato aprovado pela Comunidade em Dez. de 93 a que já se fez referência (Cfr. nota de pé de pág. nº 182), com o objectivo de estabelecer um novo acordo com Marrocos que substitua o de 1976, estipula-se que tal acordo representa uma primeira oportunidade de se efectivar um relacionamento num "quadro euro-magrebino". Na vertente do diálogo político diz-se que ele "se inspirará nos princípios enunciados na Declaração de Lisboa de 1992 (...) e incidirá sobre todos os temas de interesse comum, destinando-se a abrir caminho para novas formas de cooperação em prol dos objectivos comuns e, mais especificamente, da paz, da segurança e do desenvolvimento regional".

¹⁹⁰ Cfr. Conselho Europeu de Cannes, Op. Cit., p. 39; Posteriormente, o acordo de associação euro-marroquino de 15 de Novembro de 1995, especificou a entrega da quantia de 350 milhões de ECU's a Rabat nos três primeiros anos da sua vigência. La Vie Industrielle & Agricole, nº 400, 20/11/95, p. 8.

¹⁹¹ O Conselho de Cooperação é criado de acordo com o referido no art. 44º, nº 1 da convenção Cee-Marrocos de 1976: "É instituído um Conselho de Cooperação que, para a

modo a torná-la mais eficaz¹⁹². O art. 18º do 3º protocolo financeiro toma disposições no mesmo sentido, ou seja, deixa ao cuidado daquele Conselho as orientações gerais desta modalidade de cooperação.

Este tipo de cooperação abrange essencialmente, no que concerne Marrocos, o sector das pescas. Acontece o mesmo no tocante à Mauritânia. Já a Argélia e a Tunísia são mais auxiliadas nas vertentes petrolífera e do gás¹⁹³.

4.1.3 A Cooperação no Domínio das Pescas

As pescas são um sector tradicionalmente sensível para Marrocos e a Comunidade devido à importância económica da actividade e ao interesse dos países comunitários do sul¹⁹⁴ em pescar em águas marroquinas.

Na realidade, Marrocos possui uma extensão de costa de 3500 km e uma superfície marítima de 1,1 milhões de km², abrangendo uma parte mediterrânica e uma outra atlântica. Os principais portos de pesca são Agadir, Tan-Tan e Safi.

O potencial anual de capturas é de 1,5 milhões de toneladas, onde se salienta a sardinha, a cavala, o atum, a pescada, os cefalópodes (polvos, lulas), as anchovas e os crustáceos. Em 1993, a produção foi de 619 mil toneladas, valor situado acima da média de 564 mil toneladas/ano verificada desde 1988.

O potencial e a variedade do pescado determinam que o sector seja uma importante fonte de divisas para o país e criador de emprego.

No que concerne às capturas em 1993, a pesca costeira correspondeu a 77% contra 23% da pesca de mar alto, a maioria desta destinada à exportação.

O consumo interno é reduzido, mas com tendência para o crescimento. Se à cinco anos situava-se nas 135 mil toneladas, actualmente regista cerca de 155 mil toneladas, prevendo-se 285 mil toneladas em 1998¹⁹⁵.

As exportações têm progredido a um ritmo interessante desde os anos 80. Em 1981, correspondiam a 483 milhões de Dirhams (DH) e em 1993 já atingiam 4.645 milhões de DH, ou seja, 13,5% do total das exportações

realização dos objectivos fixados pelo Acordo e nos casos por eles previstos, tem poder de decisão." A sua composição e competências vêm desenvolvidas nos arts. 44º a 52º do citado Acordo.

¹⁹² No art. 5º, nº 2 do acordo de cooperação CEE-Marrocos de 1976 estipula-se o seguinte: "Ao Conselho de Cooperação cabe procurar os meios e os métodos que permitam executar a cooperação nos domínios definidos no art. 4º. Para este efeito, o Conselho tem poder para tomar decisões."

¹⁹³ Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 53.

¹⁹⁴ Nomeadamente, Portugal e Espanha. ...

¹⁹⁵ ICEP, Marrocos, ICEP, Novembro de 1994, p. 12. .

marroquinas. Os valores de 1990, 1991 e 1992 podem igualmente ser apreciados no quadro abaixo indicado.

Quadro VIII: Exportações marroquinas de peixe e marisco (1990-1993)

Em milhões de DH*	1990	1991	1992	1993
Peixe fresco, salgado, seco ou fumado	1.389,0	1.205,1	870,6	625
Conservas de peixe	1.168,9	1.347,1	1.360,4	1.340
Crustáceos, moluscos e conchas	1.756,9	2.729,4	2.500,7	2.680
Total	4.314,8	5.281,6	4.737,7	4.645

*1992: 1USD=9,5DH

Fonte: *Investir au Maroc*, Ministère du Commerce Extérieur, des Investissements Extérieurs et de l'Artisanat (Maroc), Rabat, 1994, p.19.

De acordo com os dados referidos no quadro, é de salientar o valor de 5.281,6 milhões de DH correspondente ao ano de 1991, e que não foi alcançado nem igualado nos anos posteriores. Por outro lado, nota-se o impacto das conservas de peixe e do marisco¹⁹⁶ no conjunto das exportações do sector nos três últimos anos (1991, 92 e 93), face aos valores atribuídos ao peixe fresco, salgado, seco ou fumado. Este sub-sector apenas conseguiu suplantar o das conservas em 1990, com 1.389 milhões de DH contra 1.168,9 milhões de DH. Nos anos seguintes, a exportação baixou significativamente, representando apenas 625 milhões de DH em 1993.

Em relação ao emprego proporcionado pelo sector, registou-se igualmente um aumento importante entre os anos 80 e 90. Na primeira década, as pescas proporcionavam 56 000 postos de trabalho; na segunda, 132 568; e em 1992, eram 134 000, o número de pessoas a trabalhar no sector.

Do lado comunitário, existe um desequilíbrio relevante entre os recursos europeus disponíveis e as respectivas capacidades piscatórias. Isto resulta de uma deterioração rápida dos "stocks" existentes e de uma difícil renovação desde 1985.

O sector é responsável por 40% das entradas de proteínas de origem animal na Comunidade e esta é a quarta potência pesqueira a nível mundial.

No domínio do emprego, as pescas ocupam 300 000 pescadores e possibilitam, indirectamente, trabalho a 2 000 000 de indivíduos. O alargamento da CEE, em 1986, a Portugal e Espanha incrementou os problemas da Comunidade no sector e as águas marroquinas ganharam um interesse suplementar.

¹⁹⁶ Em 1981, as vendas de marisco ao exterior registavam 249 milhões DH. Em 1993, atingiram um montante cerca de dez vezes superior. Idem.

Com efeito, no ano da adesão dos países ibéricos, a Espanha detinha a maior frota da "Europa dos doze", representando em 1986 35% da tonelagem global da Comunidade¹⁹⁷.

O peso de Espanha e, a um nível mais reduzido, de Portugal no sector é exposto no quadro abaixo indicado, referente à época em análise.

Quadro IX: Importância de Espanha e Portugal no sector das pescas face ao conjunto comunitário (1985/86)

País/Organiz. regional	Número de barcos	Tonelagem	Número de pescadores
Espanha	17449	678888	101158
Portugal	7123	198221	41724
Comunidade	72766	1925042	297944
Marrocos	2256	140259	37430

Fonte: OCDE e EUROSTAT 1985; Le Maroc Aujourd'hui, Ministère de l'Information, Rabat, 1988, p. 98¹⁹⁸.

Dos valores acima mencionados, pode-se concluir que na altura da adesão dos países ibéricos à Comunidade Europeia, aqueles representavam perto de metade da tonelagem comunitária global; 1/3 do número de barcos da frota de pesca da Comunidade; e aproximadamente, metade dos pescadores desta organização regional.

Comparando Espanha e Portugal com Marrocos, observa-se que atendendo apenas aos valores do segundo estes já ultrapassam substancialmente as potencialidades marroquinas. Compreende-se, assim, o impacto de ambas as frotas ao pescarem em águas marroquinas.

Os factos acima referidos, demonstram a importância que a cooperação no domínio das pescas tem para Marrocos e a Comunidade e, no seio desta, para Espanha e Portugal.

Esta relevância, reflecte-se desde logo no art. 4º, nº1 do acordo de cooperação CEE-Marrocos de 1976, onde se individualiza a área das pescas como um dos sectores a favorecer no relacionamento entre as duas Partes.

Mas o primeiro acordo especificamente de pescas celebrado entre ambos, tendo em conta a adesão dos países ibéricos à Comunidade e a Política Comum de Pescas (PCP)¹⁹⁹, foi o de Maio de 1988. As negociações subjacentes à sua conclusão foram difíceis devido à pretensão marroquina de ver reconhecida pela Comunidade a soberania sobre as águas da parte do Sara em disputa. A fórmula então encontrada, referia que o convénio se aplicava nas águas sob soberania ou jurisdição marroquina. Ela agradou aos

¹⁹⁷ Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 67.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ A Política Comum de Pescas (PCP) tem por objectivos estabilizar os mercados da Comunidade, assegurar as provisões nesta matéria e desenvolver as possibilidades de pesca nas águas dos países terceiros. No prosseguimento desta política pretende-se a abertura do mercado comunitário aos produtos importados, o desenvolvimento da aquacultura e o acesso quantitativo e qualitativo aos recursos externos.

interlocutores deste país porque assegurava-lhe a autoridade nas águas em questão, significando a aceitação comunitária desse poder.

O acordo de 1988 fixou em 780 o número de embarcações oriundas da CEE a pescar nas águas marroquinas. Desses navios, 147 destinavam-se à pesca de cefalópodes (polvos, lulas), 73 pelágicos e 560 vocacionados para a classe de peixes brancos. O total previsto de capturas consistia em 95 000 toneladas/ano. O país comunitário mais favorecido era Espanha. Em contrapartida, Marrocos obtinha anualmente 70 milhões de Ecu's²⁰⁰ e era aberto pela Comunidade "um contingente pautal de 17 500 toneladas (peso líquido) para os preparados e conservas de sardinha" originários daquele país, tendo em vista a sua colocação no mercado comunitário²⁰¹. O contingente era gerido pela Comunidade e beneficiava de "isenção dos direitos aduaneiros nos limites e condições definidos no Anexo II"²⁰².

Findos os quatro anos da validade do acordo, novo convénio foi estabelecido em 1992²⁰³ pelo mesmo prazo. Ele vai utilizar a mesma linguagem do acordo anterior em relação à questão das águas correspondentes ao Sara ocidental e reduzir para 750 o número de embarcações comunitárias a operar junto a Marrocos. Da quantidade de navios indicada, 650 coube a Espanha, o que favoreceu, nomeadamente, a indústria ligada ao sector das pescas na Andaluzia. As oportunidades de capturas da Comunidade mantiveram-se, aproximadamente, ao nível de 1988, mas as contrapartidas financeiras para Marrocos situaram-se em 480 milhões de Ecu's, ou seja, 102 milhões de Ecu's por ano²⁰⁴.

O acordo de 1992 estipulava igualmente facilidades comerciais em relação à exportação de preparados e conservas de sardinha para a Comunidade. Eram previstas algumas reduções de direitos aduaneiros, mas a isenção total afectava apenas 10 000 toneladas. Acrescente-se que os países ibéricos, nomeadamente Portugal, reagiram a estas últimas contrapartidas, considerando que se privilegiava a indústria conserveira de um país terceiro face a Estados comunitários²⁰⁵.

O novo acordo de pesca começou a ser negociado em 1994, altura em que estava agendado pelo tratado de 92 uma revisão do mesmo (Maio de 1994).

De facto, em 24 de Novembro daquele ano, o Conselho da Comunidade autorizou a Comissão a negociar com Marrocos um novo convénio no âmbito das pescas, que seria aplicável a partir de 1 de Maio de 1995. E o começo das negociações estava previsto para antes do fim do ano²⁰⁶.

Seguidamente, na cimeira de Essen que reuniu o Conselho europeu em 9 e 10 de Dezembro de 1994, referiu-se expressamente que se pretendia aprofundar as relações privilegiadas que ligavam a União Europeia aos países mediterrâneos, assim como "reforçar progressivamente as relações

²⁰⁰ Cfr. Eurostat, *États du Maghreb 1994*, Luxembourg, 1994, p. 79.

²⁰¹ Cfr. Art. 1º do Anexo II do acordo de pesca Marrocos-CEE de 1988.

²⁰² Cfr. Art. 4º do Protocolo I do acordo supra referido.

²⁰³ Cfr. *Annotated Summary of Agreements...*, Op. Cit. pp. 144, 146.

²⁰⁴ *Idem*, p. 146.

²⁰⁵ Cfr. Mohamed B. E H. Alaoui, Op. Cit., p. 76.

²⁰⁶ Cfr. *Europe*, N° 6364, 25/11/94, p. 6 bis.

comerciais entre as partes"²⁰⁷. Segundo o documento em análise, esse reforço devia ter em conta as necessidades e capacidades de cada país, entre os quais Marrocos²⁰⁸. Todos os domínios seriam abrangidos pela cooperação, o que incluía implicitamente as pescas.

Apesar desta importante manifestação de vontade do aprofundamento da cooperação com Marrocos, as negociações no âmbito das pescas foram-se arrastando, nomeadamente devido à discussão do difícil "dossier" do tomate, que preocupava as autoridades marroquinas. Daí, estas não quererem avançar no domínio das pescas, que é sobretudo do interesse da Comunidade, enquanto esta não fosse sensível às pretensões marroquinas na questão do tomate²⁰⁹. Após vencida esta resistência, foram encontrados entraves próprios nas negociações das pescas, que pelo seu lado impossibilitaram o estabelecimento de um novo acordo de associação CEE-Marrocos na brevidade esperada²¹⁰.

Este impasse levou a Espanha a demonstrar a sua determinação junto da Comunidade no sentido da resolução do diferendo, salvaguardando-se as actividades dos 8 000 pescadores das Ilhas Canárias e da Andaluzia ao largo de Marrocos²¹¹.

No entanto, no início de Março de 1995, percebia-se pelas declarações do Primeiro-Ministro marroquino, M. Filali, que o diálogo não era fácil. Este referiu-se à política mediterrânica da União Europeia como não sendo conforme à posição geopolítica de Marrocos, "às suas opções políticas e às suas conquistas económicas e sociais". Ele sublinhou ainda, a vontade do seu governo em defender os direitos soberanos do país "tanto em matéria de cooperação económica como no domínio das pescas". Neste sector específico, no seu entender, a cooperação devia ser mutuamente vantajosa e estar em sintonia com a soberania marroquina sobre as zonas marítimas respectivas. Neste sentido tornava-se necessário "proceder a uma avaliação objectiva da frota europeia e respeitar o período de repouso biológico" para preservar as riquezas que elas contêm²¹².

De facto, as negociações foram avançando lentamente ao longo de 1995 sem se obter resultados concretos, e os assuntos políticos subjacentes também dificultavam o processo.

Em 20 de Abril do mesmo ano, a Frente Polisário alertava a União Europeia (UE) para não ceder aos desejos marroquinos de inscreverem no futuro acordo de pescas a sua soberania ou exclusividade sobre as águas ao largo do Sara ocidental, e aproveitava para lembrar que era a legítima representante do povo sarauí²¹³.

207 Cfr. Europe, nº 6376 (Édition Spéciale), 11/12/94, pp. 6, 11.

208 *Idem*, p. 18.

209 Cfr. *supra* p. 74.

210 Cfr. Europe, nº 6418, 11/2/95, p. 8; Europe, nº 6425, 22/2/95, p. 8.

211 E tendo em conta os 20 000 postos de trabalho relacionados com actividades conexas. Cfr. Europe, nº 6419, 13, 14/2/95, p. 9.

212 Cfr. Europe, nº 6435, 8/3/95, p. 6.

213 E, que tal facto havia sido reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Cfr. Europe, nº 6465, 21/4/95, pp. 10-11.

Com o fim já próximo do acordo em vigor, uma vez que estava previsto para 30 de Abril²¹⁴, a comissária europeia das pescas, Emma Bonino, deslocou-se a Rabat na tentativa de desbloquear a situação. A grande preocupação comunitária assentava na possível inactividade a partir de Maio, dos pescadores ibéricos que tradicionalmente operavam ao largo de Marrocos. Sobretudo, em relação aos profissionais das Ilhas Canárias (cerca de 200 navios), da Andaluzia (cerca de 165 embarcações) e de Portugal (com cerca de 55 navios). Acrescia, ainda, o facto de aquele país estar a desenvolver a sua frota nacional e não lhe agradar a manutenção de um número semelhante de embarcações ao que constava no acordo de 1992²¹⁵. Daí não se perspectivarem cedências por parte das autoridades marroquinas.

A ida a Rabat de Bonino (24 de Abril) não adiantou as negociações e a parte marroquina não aceitou prorrogar o prazo do convénio anterior. Esta manteve o nível de redução de quotas pretendido, ou seja, entre 30 e 65% segundo as espécies, valores com os quais a UE não concordou. A Comunidade, entretanto, estimou o número trabalhadores ibéricos afectados em 28 000, propondo como recurso a utilização do Instrumento Financeiro de Orientação para a Pesca (IFOP)²¹⁶. Os custos foram avaliados entre 7 a 11 milhões de ECU's por mês.

Na tentativa de se relançar o diálogo de uma forma construtiva, a UE pensou oferecer em fins de Julho concessões no tocante às conservas de sardinha originárias de Marrocos, que perderam qualquer modalidade de acesso preferencial ao mercado europeu com a expiração do acordo de 1992. A oferta possibilitaria a abertura de um contingente de 8 750 toneladas beneficiando de isenção completa de direitos e de 3 750 toneladas afectas a um direito de 6%, sendo o direito normal de 22%. Este eventual benefício ocasionou protestos por parte de Portugal, reclamando compensações caso se viesse a realizar²¹⁷.

No entanto, o essencial do acordo voltou a ser discutido em meados de Agosto. Os temas debatidos foram os seguintes: 1) O retorno da frota europeia a águas marroquinas (cerca de 650 barcos espanhóis e 50 portugueses) com possibilidades de pesca aceitáveis. Para Marrocos, as quantidades pescadas deviam ser reduzidas em 65%, face a um período de três anos, no que respeita aos cefalópodes (polvos e lulas), e em 50% no tocante aos camarões. Os cálculos seriam baseados na "utilização efectiva das possibilidades de pesca" (64 000 toneladas em três anos), ao contrário do pretendido pela UE, que tinha como referência as possibilidades de pesca no total (82 000 toneladas no mesmo período); 2) Existência, igualmente, de diferentes pontos de vista em relação ao sistema de controle. As autoridades marroquinas defendiam o desembarque obrigatório do pescado nos seus portos, antes do correspondente transporte para a Europa. Os europeus sugeriam uma opção de desembarque voluntário, vigilância através de satélite ou por intermédio de observadores a bordo dos navios; 3) As contrapartidas financeiras. Estas encontravam-se dependentes da resolução

²¹⁴ O acordo de 1992 era suposto durar até 1996. No entanto, ele foi encurtado devido ao impasse das negociações suscitado na revisão de 1994. Cfr. *Europe*, nº 6541, 11/8/95, p.1.

²¹⁵ Cfr. *Europe*, nº 6466, 22/4/95, p. 6.

²¹⁶ É um dos fundos estruturais da União Europeia. Cfr. *Europe*, nº 6471, 29/4/95, p. 8.

²¹⁷ Cfr. *Europe*, nº 6528, 24-25/7/95, p. 7.

prévia das condições e quantidades pescadas; e 4) A questão da presença de profissionais marroquinos nas embarcações comunitárias. Aqui os negociadores daquele país defendiam um acréscimo de 25 para 35% face ao conjunto dos tripulantes²¹⁸.

Das condições expostas, o problema fundamental residia em torno das reduções do pescado, nomeadamente dos cefalópodes. Tradicionalmente, a UE propunha 21% afectos aos três anos de duração do acordo e, em fins de Agosto, alterou o valor para 25%²¹⁹. No entanto, esta percentagem encontrava-se distante dos 65% pretendidos por Marrocos.

Em meados de Outubro, vislumbrou-se a possibilidade de um acordo, que entrasse em vigor no dia 1 de Dezembro de 1995 segundo um período de quatro anos. As notícias da imprensa especializada davam como certo a recepção por parte de Marrocos de 135 milhões de ECU's anuais. Esta importância significava um acréscimo anual de 33 milhões de ECU's em relação ao convénio anterior. No entanto, de acordo com a mesma fonte e atendendo aos indícios supra mencionados confirmava-se a redução das possibilidades de pesca da UE. Assim, o novo acordo deveria fixar as seguintes percentagens: 40%, 30% e 20% nos cefalópodes, crustáceos e palangre, respectivamente²²⁰.

A posição portuguesa face a estas condições era de as aceitar. As declarações do director-geral das pescas, Jorge Rainha, iam nesse sentido. "Satisfeitos não estamos, mas a UE está a negociar quotas de pesca nas águas territoriais de um outro país. Não se pode comparar com o caso do Canadá²²¹ em que se tratavam de águas internacionais". Na pesca de palangre, onde operam as 44 embarcações nacionais, previa-se que a redução de 20% corresponderia ao abate de oito ou nove barcos, ao longo dos quatro anos²²².

Entretanto, foram previstas compensações para o sector da pesca ibérico atendendo ao tempo que os armadores e pescadores estiveram inactivos. Assim, para os primeiros estipulou-se uma verba de 60 milhões de ECU's e para os segundos 24 milhões de ECU's. O montante destinado aos armadores, seria proveniente do Instrumento Financeiro de Orientação para a Pesca (IFOP) e da iniciativa comunitária "Pesca"²²³. Existiriam cerca

²¹⁸ Cfr. *Europe*, nº 6541, 11/8/95, p. 1.

²¹⁹ Cfr. *Europe*, nº 6550, 28, 29/8/95, p. 4.

²²⁰ Cfr. *Diário Económico*, Nº 1188, 17/10/95.

²²¹ Referência à denominada "guerra da palmeta", que dividiu a União Europeia e o Canadá em torno da quota de pesca daquela espécie no Atlântico Norte, desde o início de 1995. Em Abril deste ano, alcançou-se um acordo pelo qual o Canadá fica com 41% e a Comunidade com cerca de 50%, maioritariamente repartidos por Espanha e Portugal. Cfr. *Público*, nº 2012, 11/9/95.

²²² Cfr. *Diário Económico*, Nº 1188, 17/10/95.

²²³ "As intervenções comunitárias no sector da pesca, que têm mais de doze anos, inscrevem-se desde 1 de Janeiro de 1994 no dispositivo geral dos fundos estruturais, completado por um dispositivo regulamentar específico do instrumento financeiro de orientação da pesca (IFOP). Além disso, são possíveis medidas sócio-económicas de acompanhamento da reestruturação do sector da pesca, no contexto dos objectivos territoriais dos fundos estruturais ou ao abrigo da iniciativa comunitária PESCA". COM (95) 106 final, Bruxelas, 29/03/95, p. 7.

de 1117 pescadores portugueses em condições de receberem os respectivos montantes, ou seja, 120 contos por cada mês de inactividade²²⁴.

Finalmente, em 13 de Novembro de 1995, foi assinado o acordo de pesca euro-marroquino com o início e a durabilidade esperados e sem qualquer possibilidade de revisão intercalar.

O número de navios comunitários envolvidos varia consoante o ano e a espécie procurada. De uma forma geral as alterações situam-se entre os 5% e os 10% e o total das embarcações em causa decresce anualmente conforme os seguintes valores remanescentes: 590, 552, 517 e 477.

As contrapartidas financeiras europeias somam 500 milhões de ECU's e assumem várias formas: uma compensação financeira de 355 milhões de ECU's paga em 4 anos; um apoio financeiro de 121 milhões de ECU's destinado a assegurar a realização de compromissos em matéria de controlo e de cooperação; uma verba de 16 milhões de ECU's atribuída à investigação e à gestão dos recursos haliêuticos marroquinos; e um montante de 8 milhões de ECU's afecto às acções de formação marítima.

A convenção contempla ainda a obrigação de desembarcar pescado relativa a certo número de navios cefalópodes e estabelece a duração do repouso biológico em 2 meses, isto é, o mesmo tempo previsto pelo acordo anterior²²⁵.

4.1.4.

A Cooperação Intra e Inter-Regional

Ao longo dos anos 80 e, sobretudo, desde o início dos anos 90 sentiu-se a necessidade de dar novos impulsos à cooperação euro-magrebina, já que a indústria foi de algum modo esquecida nos três primeiros protocolos financeiros e a agricultura mais lembrada no terceiro. Este sector absorveu 60% dos montantes destinados a Marrocos e à Tunísia nesse espaço de tempo²²⁶.

De facto, a partir de 1990 com a criação da Política Mediterrânica Renovada (PMR)²²⁷, a referida cooperação ganhou um estímulo acrescido para o qual contribuíram o memorandum de Edgard Pisani de 1982 e a comunicação da Comissão ao Conselho da Comunidade em 1985. No primeiro caso, constatou-se a ineficácia dos auxílios da Comunidade em proporcionar o desenvolvimento económico e social, assim como não resolveu o problema da dependência e da dívida dos países terceiros. No segundo caso, delinearam-se algumas ideias para a cooperação futura, que se podem sintetizar nas seguintes: acentuou-se a importância da auto-suficiência alimentar, de forma a reduzir a grande dependência daqueles países em relação à Europa; incentivou-se a procura de uma melhor complementariedade económica entre ambas as margens do Mediterrâneo

²²⁴ Cfr. Diário de Notícias, 11/10/95.

²²⁵ Cfr. La Vie Industrielle & Agricole, nº 400, 20 Novembre 1995, p. 9.

²²⁶ Cfr. Salah Mezdour, Op. Cit. p. 116.

²²⁷ Vide supra p. 69.

através de um novo conceito de cooperação - o co-desenvolvimento. Esta novidade abrange as noções de parceria, diálogo e concertação que traduzem uma atitude mais equilibrada, moderna e realista para o entendimento Norte-Sul; e estimulou-se a cooperação económica regional, tendo em conta um eventual relacionamento inter-regional a partir de um quadro de integração horizontal magrebina.

Este quadro tem uma origem remota no século XIII, quando se verificou a unificação magrebina sob o império almóada (1161-1269)²²⁸. No entanto, a situação não se repetiu mais até ao século XX, a partir do momento em que os vários movimentos nacionalistas concertaram posições para afastarem as potências coloniais e, mais tarde, quando após as respectivas independências combinaram-se estratégias de consolidação regional²²⁹.

Apesar deste esforço inicial, a primeira tentativa séria de articular os Estados magrebins numa dimensão económica ocorreu com a criação do Comité Permanente Consultivo Magrebino (CPCM) na cidade de Tunes, em 11 de Outubro de 1964²³⁰. Os objectivos essenciais desta organização consistiam em desenvolver as trocas horizontais através da harmonização das políticas aduaneiras; conciliar as iniciativas dos seus membros em matéria de indústria, minas, energia, transportes e telecomunicações; e coordenar as posições dos diferentes países, tendo em vista o diálogo com a Comunidade Económica Europeia (CEE). Em conformidade com estas intenções estabeleceram-se comissões especializadas em diversos sectores abrangendo os transportes, as comunicações, o emprego, o trabalho, o turismo e a formação (industrial, jurídica, médica e linguística).

Os resultados mais positivos verificaram-se nos domínios dos transportes ferroviários, aéreos e das telecomunicações. Mas cedo se vislumbrou a decadência do Comité, cujas comissões especializadas depressa estagnaram²³¹. E quanto aos objectivos prioritários a decepção foi completa devido às seguintes razões: as trocas inter-magrebinas representaram menos de 2% do comércio total da região entre 1964 e 1976; 90% dos acordos estabelecidos a nível bilateral e sem qualquer intervenção da CPCM; a Tunísia, a Argélia e Marrocos, negociaram separadamente, em 1973, os acordos de cooperação com a Comunidade Europeia; e, em doze anos de actividade, ao longo dos quais ocorreram sete reuniões, não se conseguiu o entendimento sobre o "Projecto magrebino de cooperação económica" que compreendia um relacionamento próximo nos domínios já mencionados, e a redução de barreiras proteccionistas²³².

Acresce ainda, que o próprio funcionamento do Comité não ajudou a uma maior dinamização da instituição, atendendo ao seu carácter puramente consultivo e em que o processo de decisão exigia a unanimidade. Por outro lado, a iniciativa em análise surge num momento em que os países hesitavam entre a edificação do Estado-nação e estratégias de integração

228 Cfr. Jean Brignon, Op. Cit., pp. 133-135; Joseph Burlot, Op. Cit., p. 150.

229 Cfr. Paul Balta, Le Grand Maghreb des independances à l'an 2000, Paris, La Découverte, 1990, p.20; Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., p. 547.

230 O Protocolo institutivo da CPCM foi assinado pela Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos. A Mauritânia aderiu à organização apenas em 1970, que coincide com o ano do abandono da Líbia.

231 "Metade das comissões especializadas viriam a funcionar apenas esporadicamente ou jamais se reuniriam". Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., p. 547.

232 Idem, p. 548.

regional. A primeira opção acabou por vencer e apostou-se num desenvolvimento auto-centrado²³³.

A derradeira crise instalou-se com a devolução espanhola do Sara ocidental a Marrocos e à Mauritânia, em 1975²³⁴. Desde aí, com a oposição sistemática da Frente Polisario, as solidariedades magrebinas foram-se alterando de acordo com as táticas conjunturais. Por isso não será prematuro concluir que o principal obstáculo à integração económica regional tem sido de natureza política sem descurar os factores económicos²³⁵.

Na realidade, estes factores são de diversa ordem: sistemas produtivos concorrentes, rigidez da oferta em termos dos produtos exportados, comunicações deficientes, estruturas de financiamento inadequadas, entraves administrativos e aduaneiros, preferência pelas trocas bilaterais, e ausência de pragmatismo na tomada de decisões económicas. E, se por vezes, se realçou a importância da referida integração, esta nunca obteve uma expressão que permita verificar a determinação dessa vontade. Pelo contrário, as trocas registadas entre os países do Magrebe espelham as dificuldades sentidas nesse âmbito, o que é demonstrado no quadro seguinte.

factores
economicos.

233 Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 99.

234 Na sequência da "Marcha Verde" organizada por Marrocos, Espanha decidiu proceder à entrega do Sara Ocidental àquele país e à Mauritânia, estabelecendo, nesse sentido, o acordo de 14 de Novembro de 1975. Em 27 de Fevereiro de 1976, é proclamada a República Árabe Sarauí Democrática (RASD), dando-se início a um conflito que juntou até 1979 do mesmo lado Marrocos e a Mauritânia. Naquele ano, este país celebrou uma convenção de paz com a Frente Popular de Libertação de Saguia El Hamra e Rio de Ouro (Frente Polisario). Após a retirada das tropas mauritanas, Marrocos ocupou o restante território em causa, reivindicando sempre o direito ao Sara Ocidental como parte integrante do Estado. Vide supra pp. 20-24.

235 "Ao nível magrebino, as tentativas de cooperação-integração não ultrapassaram o estágio técnico-económico. A experiência do CPCM (...) sublinha-o amplamente". Habib El Malki, La Coopération Entre Les Deux Rives De La Méditerranée A L'Epreuve Dans Les Années 90: Le Cas Des Relations CEE-UMA, Madrid, Academie Du Royaume Du Maroc, Décembre 1989, p. 4.

Quadro XI: O Comércio inter-magrebino em 1983 (em %)

	Argélia	Líbia	Marrocos	Maurit.	Tunísia
Argélia					
Import.	-	-	-	-	3,3
Export.	-	-	-	-	0,092
Líbia (1981)					
Import.	-	-	0,89	-	0,74
Export.	-	-	-	-	0,0096
Marrocos (1982)					
Import.	-	-	-	-	0,08
Export.	-	-	-	-	0,95
Maurit.					
Import.	-	-	-	-	-
Export.	-	-	-	-	-
Tunísia					
Import.	0,13	0,77	0,4	-	-
Export.	1,08	2,3	0,1	-	-

Fonte: World Trade Book, GATT, 1985.²³⁷

Na realidade, as exportações e importações de Marrocos e da Argélia para o Magrebe limitam-se quase exclusivamente às relações comerciais com a Tunísia no período em causa. Aliás, este país foi o que manteve um relacionamento mais constante com os seus parceiros magrebinos ao longo da década de 80²³⁸.

Uma outra constatação consiste na fragilidade das trocas da Líbia e da Mauritânia com os outros Estados do Magrebe. Após a saída do primeiro do CPCM em 1970, o volume do seu comércio com Marrocos, a Tunísia e a Argélia não ultrapassou cerca de 2% a 3% do conjunto das suas permutas com o exterior.

As dificuldades postas em evidência não surgiram sómente no plano comercial. A cooperação financeira também foi modesta. Em 23 de Janeiro de 1982 foi assinado um projecto para a criação de um Banco de Cooperação para o Magrebe Árabe, usufruindo de um capital inicial de 40 milhões de dólares repartidos igualmente pela Argélia e pela Tunísia. Em Dezembro de 1983, foi a vez de este país e da Líbia perspectivarem a edificação de um banco misto. Nenhum dos planos foi concretizado.

Quanto à rede de comunicações, esta foi igualmente prejudicada pelo mau relacionamento existente entre Marrocos e a Argélia devido à questão do Sara, que se manteve até meados dos anos 80. A Líbia e a Mauritânia são os Estados que mais ganhariam neste campo com o sucesso da integração regional, uma vez que as infra-estruturas herdadas dos tempos coloniais eram as piores do conjunto magrebino e foram pouco desenvolvidas desde essa época, apesar do esforço feito nesse sentido sobretudo na Líbia²³⁹.

²³⁷ Citado in Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 93.

²³⁸ Idem.

²³⁹ Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., pp. 472-473.

Finalmente, em relação à mobilidade da mão-de-obra também não tem existido grande articulação regional devido à heterogeneidade das legislações nacionais e à instabilidade das relações políticas. No entanto, registou-se entre 1974 e 1984 um movimento migratório importante para a Líbia face ao encerramento da entrada de emigrantes magrebinos na Europa ocidental²⁴⁰. O país recebeu durante essa época 91 000 tunisinos e cerca de 5 000 marroquinos. Mas em Agosto/Setembro de 1985, foram de lá expulsos 31 000 tunisinos e 19 000 mauritanos. Acresce que no auge do conflito sariano saíram compulsivamente da Argélia mais de 40 000 marroquinos. A troca de estudantes universitários e os fluxos turísticos não inverteram esta tendência²⁴¹.

Paralelamente, procurou-se superar a situação acima descrita através de experiências bilaterais ou trilaterais de integração. Dos acordos então estabelecidos, três tiveram a ambição de constituir um relançamento da dinâmica unitária. O primeiro foi o tratado de fraternidade e boa vizinhança concluído pela Argélia e a Tunísia em 6 de Janeiro de 1970. Os mesmos interlocutores assinaram novamente um outro acordo em 19 de Março de 1983. Este irá obter a adesão da Mauritânia em Dezembro desse ano e pretendeu lançar as bases para a construção de uma Comunidade magrebina²⁴². A terceira convenção teve como partes Marrocos e a Líbia, tendo sido assinada em 13 de Agosto de 1984, e estava aberta à participação de todos os Estados magrebinos²⁴³. Mas, mais uma vez, foram as conveniências da "agenda política" que marcaram o ritmo da cooperação horizontal.

Os anos de 1985 e 1986 vão ser de transição a caminho de um maior entendimento regional. Isso deveu-se à combinação de elementos externos e internos ao Magrebe. Desde logo, a ascensão ao poder de Gorbatchev e o conseqüente "degelo" no diálogo americano-soviético tiveram um efeito moderador nos países do sul do Mediterrâneo²⁴⁴. Na mesma ordem de ideias, a deposição do Xá do Irão e o aparecimento de Khomeini como líder do país alertou os Estados do Macherreque ao Magrebe para o perigo do fundamentalismo islâmico. Por outro lado, a queda dos preços das matérias-primas e dos hidrocarbonetos verificada nesta época aumentou as

²⁴⁰ A partir de meados do anos 70, a Comunidade Europeia encerrou as suas fronteiras à entrada de emigrantes da margem sul do Mediterrâneo devido à crise económica desencadeada pela subida dos preços do petróleo. Cfr. Teresa Losada Campo, La Inmigración Marroquí En Los Últimos Viente Años, Gredos, Polic., p. 3.

²⁴¹ Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 95.

²⁴² Idem, p. 100.

²⁴³ Ficou com a designação oficial de "Tratado da União Árabo-Africana" e decorre da lógica de exclusão da Líbia implícita no acordo de Março de 1983. Marrocos optará pela aproximação a Trípoli para não ficar vinculado a um projecto regional de inspiração argelina nem a eventuais cedências no sara ocidental. Cfr. Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., p. 548.

²⁴⁴ Apesar de não se poder afirmar que o clima de desanuviamento pós 1985 pacificou todas as fontes de instabilidade regional, é verdade que se dissipou uma das principais origens e obrigou a reformularem-se as relações euro-magrebina e intra-regionais. Cfr. Moulay Driss Alaoui M'Daghri, Le Maghreb en Devenir: Reflexions et Interrogations, Madrid, Academie Du Royaume Du Maroc, Décembre 1989, pp. 5-6; T. E. Vadney, The World Since 1945, London, Penguín Books, 1990, p. 428; Henry Kissinger, Diplomacy, London, Simon & Schuster, 1995, p. 784.



dificuldades económicas dos Cinco²⁴⁵. Acresce ainda uma eventual complicação suplementar materializada pela adesão dos países ibéricos à Comunidade Europeia, efectiva em Janeiro de 1986.

Os factos assinalados somados à estabilização das relações argelo-marroquinas conseguida ao longo do 1º semestre de 1988 reuniram as condições para realizar o encontro de Zéralda (Argélia), em 10 de Junho do mesmo ano, onde se lançou o processo da União do Magrebe Árabe (UMA)²⁴⁶.

Naquela conferência decidiu-se que uma Comissão formada pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados magrebinos prepararia o texto institutivo da futura organização. E, de facto, na posterior reunião de Argel, de 13 a 14 de Julho de 1988, são criadas cinco sub-comissões que irão tratar de assuntos específicos ligados ao processo de integração de forma a ajudar a elaboração daquele texto. Elas vão-se ocupar segundo a sua própria designação de "Finanças e alfândegas", de "Economia", de "Educação, cultura e informação", de "Assuntos sociais, humanos e segurança", e de "Instituições". A sua liderança coube a Marrocos, Argélia, Mauritânia, Tunísia e Líbia respectivamente.

As conclusões foram comunicadas à Comissão na capital marroquina, em Outubro. Após os acertos finais é criada formalmente a UMA, na cidade de Marraquexe, em 17 de Fevereiro de 1989. A ordem de trabalhos conduziu à aprovação de três documentos: a Declaração, o Tratado e a Resolução. A primeira é de carácter geral e realça a individualidade magrebina, a necessidade de se construir um bloco regional e os desafios esperados²⁴⁷. O segundo documento contém 19 artigos nos quais se aborda os seguintes temas: sublinham-se os objectivos da União no plano internacional, no campo da defesa, no âmbito da economia e no aspecto cultural (arts. 1º a 3º); estabelecem-se os órgãos, definem-se competências e fixam-se as periodicidades das reuniões (arts. 4º a 13º); acorda-se sobre o modo de acção em caso de ataque a um dos Estados membros e qual o comportamento perante forças ou organizações hostis (arts. 14º e 15º); os quatro últimos artigos tratam das condições de adesão de terceiros ao Tratado, da vinculação dos membros a convenções com outros Estados, e da possibilidade de se efectuarem emendas ao texto e os requisitos para a sua entrada em vigor. A Resolução baseou-se nos trabalhos da Comissão e das sub-comissões

²⁴⁵ A situação acima referida provocou reduções de importações e suscitou uma contestação generalizada, como os casos das "revoltas do pão" na Tunísia e os motins contra a carestia de vida em Marrocos. Cfr. Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., p. 548.

²⁴⁶ Paul Balta, "L'UMA et le défi de la CEE" in *Confluences*, Paris, L'Harmattan, n° 7, Été 1993, p. 56; A UMA encerra uma enorme semelhança com a palavra Umma, no sentido religioso de comunidade islâmica, que não será casual.

²⁴⁷ Declara-se " instituée, avec l'aide de Dieu et au nom de nos peuples, l'Union du Maghreb Arabe, ensemble complémentaire, aux volontés conjuguées, coopérant avec les groupements régionaux similaires, et bloc solidaire en vue de contribuer à l'enrichissement du dialogue international, déterminé à défendre les principes du bien, mobilisant ses peuples et toutes leurs potentialités pour renforcer l'indépendance des États parties de l'Union du Maghreb Arabe, sauvegarder leurs acquis, et oeuvrer avec la communauté internationale en vue d'instaurer un ordre mondial où prévalent la justice, la dignité, la liberté et les droits de l'homme et où la coopération sincère et le respect mutuel marquent les rapports". Citado por Driss Alaoui Mdaghri, Op. Cit., p. 10.

sectoriais acima referidas e incumbiu as instituições da União de cumprirem essas tarefas segundo planos e calendários pré-determinados.

O presente tratado criou as seguintes instâncias: O Conselho Presidencial, único órgão de decisão, composto pelos Chefes de Estado dos países membros e cuja presidência é assegurada rotativamente por um período de seis meses²⁴⁸. As decisões são tomadas por unanimidade; O Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros, que prepara as sessões do Conselho Presidencial e examina as questões a si submetidas pelo Comité de Acompanhamento e pelas Comissões Ministeriais Especializadas; O Comité de Acompanhamento, composto por um Ministro designado por cada Estado membro e cuja função é assistir nos assuntos da União; As Comissões Ministeriais Especializadas instituídas pelo Conselho Presidencial e que tem as suas competências definidas por este; O Secretariado Geral, integrado por um representante de cada Estado membro, e que exerce as suas actividades no país que detém a presidência; O Conselho Consultivo, compreendendo dez representantes das instituições legislativas de cada Estado membro, que se reúnem em sessão ordinária anualmente, e que emite pareceres sobre projectos de decisão suscitados pelo Conselho Presidencial²⁴⁹; A Instância Judiciária, composta por dois juizes de cada Estado, cujas decisões são executórias e definitivas, e que estatui sobre os diferendos que surjam da aplicação ou da interpretação do Tratado e dos acordos concluídos no quadro da União.

Os grandes objectivos da UMA são de natureza política e económica, mas ao longo dos 19 artigos do tratado institutivo nota-se a relevância atribuída à última componente. Logo no art. 2º, a par de uma referência genérica à prossecução de "uma política comum em diferentes domínios", defende-se "a livre circulação de pessoas, de serviços, de mercadorias e de capitais", ou seja, a construção progressiva de um mercado comum²⁵⁰. Seguidamente, quando se pormenoriza no art. 3º o âmbito de impacto daquela política, insiste-se que no plano económico visa-se "a realização do desenvolvimento industrial, agrícola, comercial, social dos Estados membros e a reunião dos meios necessários para este efeito, nomeadamente através da elaboração de projectos comuns" com um alcance global e sectorial.

No entanto, não são esquecidos outros aspectos como o reforço do diálogo regional, a preservação de uma identidade cultural comum e a salvaguarda da independência de cada Estado membro. Esta preocupação é novamente focada nos artigos 14º e 15º quando se diz que uma agressão contra um dos países da União é entendida como tal pelos restantes e que eles não devem permitir no interior das suas fronteiras actividades ou organizações prejudiciais "à segurança, à integridade territorial ou ao sistema político" de um²⁵¹.

²⁴⁸ A presidência inaugural coube ao rei de Marrocos, Hassan II.

²⁴⁹ A pedido do Conselho Presidencial podem existir sessões extraordinárias. O Conselho Consultivo pode, igualmente, submeter àquele Conselho recomendações que julgue necessárias à concretização dos objectivos da UMA. Cfr. art. 12º do Tratado.

²⁵⁰ "Mercado Comum é uma forma de integração económica que se traduz numa união aduaneira, acrescida da livre circulação de factores de produção". Sobre os diversos tipos de integração regional Cfr. Eduardo Raposo de Medeiros, Op. Cit., pp. 352-353.

²⁵¹ Esta última parte consta do art. 15º, e atendendo-se aos problemas regionais provocados por grupos fundamentalistas islâmicos ou pela POLISARIO, é natural que se inscrevam disposições que pretendam contrariar os focos de instabilidade na região. No mesmo sentido Cfr. Anexo III, p. XXXIII.

Para realizar o processo de integração assente na UMA foi definido um programa que passava pelas quatro fases seguintes: criação de uma zona de comércio livre, implementação de uma união aduaneira, estabelecimento de um mercado comum e a efectivação de uma União Económica. O calendário correspondente apontava o ano de 1992 para a concretização da primeira fase, e os anos de 1995 e 2000 para a conclusão da segunda e terceira, respectivamente²⁵².

De facto, o projecto de construção do grande Magrebe era ambicioso e abrangia a cooperação em áreas tão diferentes como: um gasoduto trans-magrebino entre a Argélia, a Tunísia e a Líbia; um gasoduto argelino-marroquino com ligações a Espanha e Portugal; um oleoduto líbio-tunisino; interligações eléctricas entre Marrocos e a Argélia, e esta e a Tunísia; a edificação de empresas mistas argelo-líbias nos domínios da exploração e produção petrolífera, da geofísica, dos furos de água, da construção civil, da fabricação de veículos, da petroquímica e adubos, e da metalurgia do alumínio; a criação de uma companhia aérea comum (a Air Maghreb) e um comboio de alta velocidade (TGV) magrebino, que possibilitasse uma viagem bastante mais rápida entre Casablanca e Tunes do que as actuais 48 horas²⁵³.

As perspectivas também eram optimistas como transparece na entrevista concedida em 1991 à Revista "Exportar" pelo Ministro Marroquino dos Assuntos do Magrebe Árabe, Abdeslam Baraka. Nesta ocasião, referiram-se acções concretas de concertação regional no sector da saúde (compra conjunta de produtos farmacêuticos), na rede de electrificação (ligações entre Marrocos e a Argélia e esta e a Tunísia) e previam-se outras ao nível das telecomunicações e do turismo²⁵⁴.

Apesar das expectativas inicialmente existentes e dos múltiplos acordos assinados, os resultados têm sido modestos. Desde logo, aquelas metas de integração regional não foram cumpridas. A intenção de a liberalização atingir todos os produtos foi prontamente limitada a uma abordagem bilateral, seleccionando-se aqueles que não colocassem em risco os interesses nacionais. A dificuldade registada em negociar uma lista de 60 produtos aceite por todos os intervenientes espelha as fragilidades subjacentes, em termos de criação de comércio e de "ausência de complementariedades desenvolvidas entre os países"²⁵⁵.

Na realidade, um dos principais objectivos da União não foi conseguido, isto é, a intensificação das trocas intra-magrebinas. Estas registaram um valor inferior a 5% do volume total do comércio com o exterior. Isto, porque a diversificação de bens também não foi a esperada e a complementariedade não funcionou satisfatoriamente²⁵⁶. Esta era uma aposta baseada em

252 Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 164.

253 Cfr. Revista Exportar, Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP), nº 17, Janeiro/Fevereiro 1991, p. 13.

254 Cfr. Idem, pp. 6-7.

255 Paula Veiga, União Europeia - Magrebe: Rupturas, Interdependência, Cooperação e Integração, Polic., Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), 1995, p. 206.

256 Para inverter esta situação, é fundamental construir "uma integração por projecto", complementar ao desenvolvimento de cada país. Mustapha Seimi in La Vie Industrielle et Agricole, Nº 294, 5/10/1990, p. 6.

produtos energéticos, químicos e agrícolas, que pode ser melhor compreendida pela natureza das importações e exportações de cada Estado exemplificada no quadro seguinte:

Quadro XII: Comércio Potencial Inter-Magrebino

Produtos	Países importadores	Países exportadores
Petróleo bruto	Marrocos, Maurit.	Argélia, Líbia, Tunís.
Superfosfatos	Argélia, Líbia	Marrocos, Tunísia
Gás liquefeito	Marrocos, Tunísia	Argélia
Amoníaco	Marrocos, Tunísia	Argélia
Azeite	Argélia, Líbia	Tunísia
Batata	Argélia	Marrocos
Leguminosas	Argélia, Líbia	Marrocos, Tunísia
Tâmaras	Marrocos, Líbia	Tunísia, Argélia
Amêndoas	Líbia	Tunísia
Peixe Fresco e conservas	Líbia, Argélia	Marrocos, Tunísia
Ferro	Marrocos	Argélia, Mauritânia
Têxteis e couro	Argélia, Líbia, Mauritânia	Marrocos, Tunísia

Fonte: Revista Exportar, ICEP, Nº 17, Janeiro/Fevereiro 1991, p. 18.

O endividamento dos países membros constituiu igualmente um obstáculo ao comércio regional²⁵⁷. Para poderem fazer face ao serviço da dívida, aqueles Estados foram obrigados a procurar divisas fortes, o que explicou a sua preferência pelo comércio extra-regional.

²⁵⁷ Esse fardo foi a contrapartida de uma política de exportações exigente em termos de investimentos maciços. Isto obrigou a uma intervenção inicial do Fundo Monetário Internacional (FMI), no sentido de estabilizar os pagamentos de países como a Tunísia e Marrocos. Essencialmente, pretendeu-se reduzir uma procura excessiva no interior dos Estados com o objectivo de limitar importações massivas. Tomaram-se, então, diversas medidas: congelamento de salários, diminuição do défice orçamental do Estado, supressão das subvenções aos produtos de base, etc. Posteriormente, perspectivou-se a necessidade de operar reformas estruturais através dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE's) visando: "a liberalização progressiva dos preços, os quais devem reflectir os custos de produção; a contracção dos salários a fim de não agravar os encargos que pesam sobre as empresas; a liberalização das taxas de juro a fim de motivar a poupança local e a diminuição do endividamento externo; a liberalização das importações para melhorar a competitividade das empresas nacionais e desencorajar aquelas que são viáveis apenas num quadro proteccionista; a moderação nos controlos de câmbio de forma a que a moeda não seja reavaliada e que as exportações conheçam a retoma; e a flexibilização dos códigos de investimento estrangeiro e da regulamentação de transferências de capitais". Idem, pp. 6-7.

A burocracia associada às exportações, métodos de pagamento complicados e a ignorância relativa ao mercado foram outras razões que justificaram a falta de dinamismo da União. Nestas condições não se prevê para breve uma situação comercial favorável entre as unidades políticas magrebina.

A insuficiência de formação interior de capital privado, a forte dependência de tecnologia do exterior e uma população com um poder de compra fragilizado são ainda factores que contribuem para o atraso do processo de desenvolvimento regional.

Esta tendência poderá ser reforçada se não for resolvido o problema do crescimento demográfico. A Argélia, Marrocos e a Tunísia obtiveram algum sucesso em termos de planificação familiar e de redução da taxa de natalidade ao longo das duas últimas décadas. No entanto, a população deverá atingir cerca de 100 milhões de pessoas no ano 2010²⁵⁸. Assim, é natural que se opte por beneficiar o consumo em detrimento de investimentos no sector produtivo para evitar a ocorrência de conflitos sociais, que constituem uma ameaça potencial²⁵⁹.

Numa perspectiva estritamente política, torna-se necessário esclarecer algumas dúvidas que suscitam reservas face a um relacionamento mais próximo com a Líbia²⁶⁰. Estas implicações têm dificultado uma integração regional plena. Na mesma linha, a questão do Sara aguarda um fim que seja consentâneo com a pacificação da zona²⁶¹. Por outro lado, há a esperança de se conter a progressão do fundamentalismo islâmico, que se tem manifestado com maior evidência na Argélia²⁶².

258 Cfr. États du Maghreb 1994, Luxembourg, Eurostat, 1994, p. 29; Em 1900, a população magrebina situava-se em 12 milhões de pessoas. Em 1994, totalizava cerca de 72 milhões. Prevê-se que ultrapasse os 80 milhões de pessoas até ao ano 2000. Cfr. Camille et Yves Lacoste (dir. de), Op. Cit., p. 79. Serge Cordellier et Béatrice Didiot (coord.), L'Etat Du Monde 1995, Paris, Éditions La Découverte, 1994, pp. 260-261.

259 Cfr. États du Maghreb 1994, Op. Cit., p. 29.

260 Depois dos problemas que Kadhafi teve com os Estados Unidos da América (EUA) em meados dos anos 80, surgiram os casos da queda de um Boeing 747 da PanAm na cidade escocesa de Lockerbie e de um DC 10 da UTA no deserto do Ténéré (Níger), respectivamente em Dezembro de 1988 e Setembro de 1989. Os inquéritos efectuados indicaram a Líbia responsável pelos dois atentados, tendo sido objecto de sanções das Nações Unidas desde o início da presente década.

261 Após um recenseamento demográfico iniciado em 1993, espera-se a elaboração de um referendo sobre a eventual autodeterminação deste território administrado por Marrocos. O processo tem sido fiscalizado pelas Nações Unidas através da Missão das Nações Unidas para o Referendo do Sara Ocidental (MINURSO). Cfr. Jornal El País, 10/11/94.

262 Cfr. Roberto Aliboni, Multilateral Political Cooperation in Mediterranean, Polic., Rome, Istituto Affari Internazionali (IAI), September 1994, pp. 9-10, 13; Na quinta conferência da UMA, em 1992, o terrorismo foi considerado um produto do fundamentalismo religioso e criticado pelos Cinco. Estes países acordaram em empenharem-se na sua eliminação, declarando que a associação dos dois fenómenos era a "principal ameaça à sociedade e à democracia no Magrebe". Yahia H. Zoubir, A New Political Context in the Maghreb: The Algerian Political Crisis, Polic., Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), October 1995, pp. 10-11.

Uma possibilidade de se afastarem os obstáculos focados reside na cooperação com a Europa. *

De acordo, com o que já foi referido ao longo do presente trabalho, o relacionamento euro-magrebino data do final dos anos 60 e decorreu inicialmente numa dimensão estritamente bilateral. E, mesmo posteriormente, devido às dificuldades inerentes ao processo integracionista magrebino tem sido esse o modo preferencial de aproximação inter-regional. *

A política comunitária mediterrânica foi dominada durante muito tempo por uma atitude de "Aproximação Global" (1972-1990)²⁶³, que não foi convincente. Com o advento da actual década, encontrou-se uma outra forma de abordagem na Política Mediterrânica Renovada (PMR). No entanto, apesar das inovações introduzidas em termos de promoção da cooperação horizontal e de crescimento das ajudas materializadas nos protocolos financeiros, a (PMR não conseguiu ultrapassar a globalização precedente. Esta caracterizou-se pelo sacrifício do estatuto de privilégio atribuído aos países do Magrebe, favorecendo a Política Agrícola Comum (PAC), os objectivos comerciais comunitários e o respectivo saneamento financeiro. Acresce ainda a ausência de uma "dimensão verdadeiramente regional"²⁶⁴.

Queluz

Na realidade, a década de 80 foi marcada pela assimetria das trocas inter-regionais e a dependência Sul-Norte. Esta vulnerabilidade transparece nos 3 a 4% representados pelos países árabes no comércio global comunitário²⁶⁵. Acresce que a sua balança comercial registou um défice após 1985, atendendo às flutuações no preço do petróleo²⁶⁶. Ao invés, os países do Magrebe e do Macherreque direccionam 50 a 70% do seu comércio exterior para a UE²⁶⁷.

Estes valores são confirmados se se elaborar uma análise concentrada em três Estados magrebinos: Argélia, Marrocos e Tunísia. O primeiro orientou cerca de 60% das suas exportações para a Europa baseadas sobretudo em hidrocarbonetos, com especial relevância para o gás.

263 Bichara Khader, "Le Partenariat Euro-Méditerranéen", Louvain-la-Neuve, 1995. in: L'Europe Et La Méditerranée, Commission Européenne, Biblio Flash, 1995, p. 43.

264 Habib Slim, "Le codéveloppement, nouveau modèle de coopération euro-maghrébine", in Alvaro Vasconcelos (dir. de), Européens et Maghrébins, s. ed., Paris, Éditions Karthala, 1993, p. 122; No mesmo sentido: "A Comunidade Europeia, na maioria dos casos, demorou demasiado a voltar-se para o Mediterrâneo e as suas acções foram insuficientes". Alejandro V. Lorca, "Double échec économique du passé, espoirs pour l'avenir", in Alvaro Vasconcelos (dir. de), Européens et Maghrébins, s. ed., Paris, Éditions Karthala, 1993, p. 154.

265 Concretamente em relação ao Magrebe, esse valor situa-se nos 3% enquanto dois terços do seu comércio exterior se faz com a UE. Cfr. Assia Bensalah Alaoui, "Les Relations entre l'Europe et le Monde Arabe: "Cooperative Security"", in Nação E Defesa, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional (IDN), Nº 73, Jan./Mar. 1995, p. 194.

266 No entanto, este produto tem sido uma boa base de receitas para os Estados árabes devido às necessidades energéticas da Europa. Em 1992, o petróleo representou 94,6% das importações totais da União Europeia (UE) provenientes daqueles países. Idem, p. 193.

267 Ibidem.

Marrocos registou a mesma percentagem (60%) e a Tunísia atingiu um nível recorde de 80% entre 1984 e 1987, estabilizando nos 75% até 1989. Na perspectiva de importação, é novamente a Tunísia que se destaca ao obter da Comunidade 70% dos bens de que necessita ao longo da década de 80; segue-se a Argélia com cerca de 60%; e, finalmente, Marrocos com um pouco mais de 50% apesar de registar uma quebra de 10%, entre 1982 e 1985²⁶⁸. Esta orientação do comércio é, em grande parte, explicada pela proximidade geográfica e pelos laços históricos remanescentes²⁶⁹.

Invertendo-se as posições, o espaço ocupado pelos três países no comércio externo comunitário é francamente menor. Em 1989, os valores em causa registaram 0,99% das importações totais da CEE. Restringindo estes números à França, o resultado sobe para os 2,65%, tendo em conta as exportações deste país²⁷⁰. A mesma análise feita em relação aos produtos oriundos da Itália, de Espanha, da Alemanha e Portugal perfaz 1,5%, 2,2%, 0,5% e 0,21% (1988)²⁷¹, respectivamente. Assim, a França detém o lugar de topo na Comunidade em termos de trocas com o Magrebe²⁷².

A situação descrita não se alterou nos tempos mais recentes no que respeita a Marrocos. Em 1993 e 1994, a União Europeia foi o principal parceiro comercial de Marrocos, cabendo-lhe 57% das trocas exteriores de Rabat. Nesta época, os países comunitários com maior responsabilidade no fluxo de comércio com aquele Estado foram a França (um terço das exportações e um quarto das importações), a Espanha, a Itália e a Alemanha. Portugal tem sido um dos países da UE com menor peso no comércio comunitário com o mercado marroquino, pois a sua contribuição como cliente e fornecedor situa-se em 1%²⁷³.

Quanto aos saldos comerciais, o Magrebe manteve-se globalmente excedentário face à CEE ao longo da primeira metade dos anos 80. A partir de 1986 torna-se deficitário, com a excepção representada pelo ano seguinte.

No que concerne à composição sectorial do comércio, os três países magrebinos analisados vendem à Europa essencialmente quatro tipos de bens: produtos alimentares (sobretudo citrinos, frutos e azeite), fosfatos (brutos ou transformados), hidrocarbonetos, e têxteis. As exportações argelinas concentram-se mais nos hidrocarbonetos, enquanto as provenientes de Marrocos e da Tunísia são mais diversificadas.

²⁶⁸ Os 40%, que constitui a parte representada pela CEE nas importações marroquinas nesse período, são explicados pela dependência energética deste país. Cfr. Louis Blin et Benoît Parisot, "Les Relations Économiques Entre la CEE et les Pays du Maghreb", in Kacem Basfao et Jean-Robert Henry, *Le Maghreb, L'Europe Et La France*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, pp. 64- 65.

²⁶⁹ Idem, p. 65; A França, a Espanha, a Itália e Portugal foram potências coloniais no Magrebe.

²⁷⁰ A parte francesa no comércio externo magrebino é substancialmente superior, situando-se entre os 20 e os 30%. Ibidem, pp. 64-65.

²⁷¹ Cfr. ICEP, *Marrocos*, ICEP, Novembro de 1994, p. 33.

²⁷² Atendendo ao conjunto dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD's), a Argélia foi nos anos 80 o primeiro cliente da França; Marrocos o segundo (1989); e a Tunísia o quarto (1989). Cfr. Louis Blin et Benoît Parisot, Op. Cit., p. 66.

²⁷³ ICEP, *Marrocos*, ICEP, Junho de 1995, p. 29.

Invertendo-se o sentido, a Europa fornece principalmente produtos manufacturados ao Magrebe. Numa menor proporção juntam-se os produtos alimentares (sobretudo para a Argélia). Assim, pode-se concluir pela assimetria das trocas, uma vez que a permuta se faz entre produtos brutos e pouco transformados de um lado, e bens manufacturados do outro. A excepção situa-se no domínio dos têxteis, na medida em que a Comunidade envia fibras e tecidos para Marrocos e a Tunísia, recebendo os produtos finalizados correspondentes (vestuário)²⁷⁴.

Associada à PMR e na tentativa de se resolver os desfasamentos regionais, generalizou-se um novo conceito de cooperação — o co-desenvolvimento. Aqui privilegiam-se dois instrumentos: os Programas de Desenvolvimento Integrado (PDI) e a Parceria, que assenta em programas de modernização e estímulo de Pequenas e Médias Empresas (PME's).

Os PDI têm por objectivo promover o investimento produtivo nos diferentes países magrebinos e desenvolver as infraestruturas a partir do aproveitamento das respectivas potencialidades regionais. Acresce ainda a valorização dos recursos humanos, tudo isto abrangendo os principais sectores económicos: a agricultura, a pesca, a indústria agro-alimentar, as manufacturas, o artesanato, a construção e obras públicas, a energia, e os serviços nomeadamente o turismo.

Quando se pensou nestas iniciativas, pretendeu-se estabelecê-las à semelhança dos Programas Integrados Mediterrânicos (PIM's)²⁷⁵. Estes tinham sido elaborados para permitir o desenvolvimento económico dos países europeus mediterrânicos, isto é, a França, a Itália e a Grécia face à entrada de Portugal e Espanha na CEE²⁷⁶. Isto, porque a estrutura produtiva dos Estados ibéricos é idêntica áqueles, baseando-se em vinho, citrinos, frutas e legumes, e azeite²⁷⁷. Aliás, esta situação deu igualmente origem a uma declaração paralela às negociações de adesão com Espanha e Portugal, tendente a tranquilizar as unidades políticas magrebinas. Ela decorreu do Conselho Europeu de Milão, em 30 de Março de 1985²⁷⁸.

Posteriormente, também se atribuíram ajudas a esses dois países através dos Fundos Estruturais²⁷⁹.

²⁷⁴ Cfr. Louis Blin et Benoit Parisot, Op. Cit., p. 67.

²⁷⁵ Formalizados pelo regulamento CEE nº 2088/85 do Conselho de 23 de Julho, em 1985. Cfr. Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE), nº L 197/1, 27 Julho 1985.

²⁷⁶ Cfr. Centre de Documentation et de Recherche européennes de l'Université de Rennes I, L'Espanne et le Portugal: Interrogations et enjeux, La Documentation française, Paris, 1986, pp. 127-128. Nas regiões mediterrânicas comunitárias a agricultura é responsável, em média, por mais de um quarto dos empregos (no caso da Grécia um terço); Le Dossier de L'Europe, Les programmes intégrés méditerranéens, Commission des Communautés Européennes, Mai 1989, p. 5.

²⁷⁷ Cfr. Centre de Documentation et de Recherche européennes de l'Université de Rennes I, Op. Cit., p. 119.

²⁷⁸ Idem, p. 120.

²⁷⁹ Nomeadamente o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Social Europeu (FSE). Ibidem, pp. 46-47, 135-137.

De facto, para se alcançar a paridade e um índice de desenvolvimento razoavelmente homogéneo entre as regiões ricas e as mais carenciadas da Comunidade, estas beneficiaram do montante de 20,7 biliões de ECU's, entre 1975 e 1988, para financiar cerca de 35 000 projectos de investimento através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)²⁸⁰. Concretamente em relação aos PIM, foram disponibilizados 12 milhões de ECU's para o período 1986-93²⁸¹.

7/24 Na tentativa de se criar uma situação análoga para o Magrebe, os novos conceitos pretendem introduzir programas específicos com o objectivo de privilegiar as seguintes metas: sustentar o emprego e o rendimento; modernizar as estruturas de produção, nomeadamente as agrícolas; estabelecer condições de equilíbrio entre as diversas regiões, de modo a obter-se um desenvolvimento e crescimento paralelo; e, contribuir para a concretização da integração económica dos países pertencentes à UMA e proporcionar complementariedades com os Estados da CE. Nestes grandes objectivos, convém individualizar quatro domínios pela sua importância. Eles são o sector agrícola, o sector das pescas, o sector da indústria e dos serviços, e o sector dos recursos humanos.

Em relação ao primeiro, a preocupação reside em modernizar e intensificar os meios de produção, melhorar o rendimento dos agricultores, estimular medidas estruturais, facilitar a instalação de jovens agricultores e a sua promoção social, desenvolver os sistemas de irrigação, modernizar as infraestruturas rurais, os circuitos de comercialização e de transformação.

No que respeita ao segundo, a cooperação deve incidir na reestruturação e modernização das frotas de pesca, na melhoria das infraestruturas e instalações portuárias, no desenvolvimento das unidades de conservação, transformação e comercialização de produtos do pescado, e na formação profissional²⁸². A investigação também não deve ser esquecida, sobretudo nos domínios da haliêutica e da "aquacultura", de forma a se conseguir a segurança alimentar e o incremento das exportações.

Quanto à indústria e aos serviços, é necessário apostar na modernização das Pequenas e Médias Empresas (PME), melhorando a gestão e promovendo as zonas industriais. Importa ainda o estímulo à inovação e à difusão de novas tecnologias. O estabelecimento de parques industriais e de pólos técnicos adstritos às empresas são um bom complemento das medidas referidas.

Finalmente, no sector dos recursos humanos, o objectivo consiste em desenvolver acções de formação profissional, abrangendo sobretudo os jovens, as mulheres e os quadros médios afim de responder às necessidades das empresas em termos de chefias intermédias. No fundo, trata-se de preencher um vazio existente, de um modo geral, na cadeia hierárquica local, levando à ocupação de lugares por agentes técnicos fundamentais para fazerem a ligação entre os dirigentes e os funcionários de base. No sentido

²⁸⁰ Cfr., art. 130º-C do Tratado de Roma.

²⁸¹ Habib Slim, Op. Cit., p. 127.

²⁸² No caso de Marrocos, é fundamental melhorar a rede de frio para possibilitar uma boa conservação do pescado. Cfr. anexo II, p. IX.

de dar consistência a esta meta, é preciso valorizar as carreiras e oferecer incentivos e perspectivas profissionais aliantes²⁸³.

A parceria é uma outra modalidade de cooperação decorrente do co-desenvolvimento. Esta foi veiculada a partir de 1988, actuando no sentido de incitar os empresários do Norte e do Sul do Mediterrâneo a criarem "joint-ventures", de forma a favorecer a transferência de conhecimentos, tecnologia e capitais para o Sul. As linhas de crédito disponibilizadas para o efeito são concedidas através de um instrumento financeiro denominado "European Community International Investment Partners" (ECIIP). No entanto, reconheceu-se que ele não tem sido utilizado com a frequência desejável devido a ausência de informação por parte dos pequenos e médios empresários europeus, ou seja, os seus potenciais destinatários. Acresce que a taxa de juro praticada ao mesmo nível da do mercado, cerca de 15%, não favorece as operações²⁸⁴.

~~X~~ A evolução, entretanto, ocorrida tem uma etapa crucial na comunicação da Comissão de 19 de Outubro de 1994²⁸⁵. Esta, intitulada "Reforço da política mediterrânica da Comunidade Europeia; estabelecimento de uma parceria euromediterrânica", considerou como principal objectivo da política mediterrânica comunitária a criação de uma zona de estabilidade política e de segurança nesse amplo espaço regional. Isto devia incluir a construção de uma zona de comércio livre até 2010²⁸⁶. O processo ficava dependente de apoio financeiro comunitário para

Relação Euromediterrânica

(?)
0

²⁸³ Idem, pp. 128-129; Este âmbito de actuação é corroborado nos encontros do designado "Forum 5+5" (os cinco países magrebinos somados a Portugal, França, Espanha, Itália e Malta). Estes encontros iniciaram-se no Fórum de Marselha (25-27 Fevereiro de 1988), ainda sem Malta, subordinado ao tema: "Realités et perspectives des relations entre les pays européens de la Méditerranée occidentale et les pays du Maghreb associés à la CEE". As reuniões prosseguiram com um ânimo renovado após a criação da UMA, em 1989. Em Maio deste ano, ocorreu o Fórum de Tânger, onde se recordou os vários domínios que podiam ser alvo de contactos formais e informais (universitário, cultural, económico, etc.). Apesar do distanciamento das opiniões públicas das duas margens provocado pela guerra do Golfo (Agosto 1990-Março 1991), foi possível avançar a ideia de um Clube financeiro mediterrâneo considerado como um embrião de um futuro Banco de desenvolvimento mediterrâneo. Paralelamente, surge a proposta de organização de uma Conferência para a segurança e cooperação no Mediterrâneo (CSCM). Após os problemas relacionados com a suspensão do processo democrático argelino (Janeiro 1992) e a marginalização da Líbia sancionada pela ONU, as reuniões dos 5+5 estagnaram. Na Primavera de 1993, a Tunísia e Malta anunciaram a sua vontade de relançarem a concertação. Paul Balta, "L'UMA et le défi de la CEE" in *Confluences*, Paris, L'Harmattan, N° 7, Eté 1993, pp. 63-64.

²⁸⁴ Habib Slim, Op. Cit., p. 132.

²⁸⁵ Cfr. Com (94) 427 final; Já antes, em 2 de Março de 1992, a Espanha tinha proposto a criação de uma zona de comércio livre entre a CEE e o Magrebe. Cfr. Thierry de Montbrial et Pierre Jacquet (dir. de), *Ramses 96*, Paris, Dunod-IFRI, 1995; Posteriormente, em 26 de Junho de 1992, o Conselho Europeu de Lisboa declarou que "uma verdadeira parceria" deveria "favorecer o prosseguimento das reformas económicas e o aumento substancial dos investimentos privados, principalmente das "joint-ventures" de empresas magrebinas e europeias, a fim de promover as actividades geradoras de empregos". Simultaneamente insistiu-se na criação "progressiva e a prazo" de uma zona de comércio livre. Cfr. MNE, *Declaração do Conselho Europeu de Lisboa de 26 Junho 1992*, Polic., MNE, Lisboa, 1992.

²⁸⁶ Constituirá a maior zona de comércio livre do mundo, englobando 600 a 800 milhões de pessoas e cerca de 30 a 40 países. Cfr. Com (94) 427 final, 19/10/94.

implementar as reformas económicas e sociais inerentes, que se estimava em 5,5 milhões de ECU's.

O Conselho Europeu de Essen, de 9 e 10 de Dezembro de 1994, aceitou as propostas anteriores e sugeriu à Comissão o estudo de uma futura estrutura de assistência financeira à região mediterrânica. Por outro lado, foi agendada uma conferência ministerial euro-mediterrânica para o segundo semestre de 1995²⁸⁷.

Em 8 de Março de 1995, surgiu um novo documento da Comissão²⁸⁸ tendente ao reforço da política mediterrânica da União Europeia e ao estabelecimento da parceria euro-mediterrânica. No texto referem-se "três grandes temas de intervenção prioritários": apoio à transição económica, apoio a um maior equilíbrio socio-económico, e apoio à integração regional.

Em relação ao primeiro distinguiram-se quatro áreas de intervenção: A criação de uma zona euro-mediterrânica de comércio livre até ao ano 2010, "aberta a todos os países da região que respeitem os princípios fundamentais da economia de mercado e do pluralismo político". Neste sentido estimou-se a conclusão breve de uma primeira série de acordos de associação²⁸⁹ e a elaboração de um sistema de regras comuns para a região; A dinamização do sector privado nos países mediterrânicos, onde se salienta a importância da reestruturação do aparelho produtivo, da modernização das empresas locais e do aumento de parcerias com as suas congéneres europeias, da formação profissional e da simplificação dos procedimentos administrativos. Nesta área é dada uma atenção particular às PME, de forma a consolidar o sector privado daqueles Estados para torná-lo apto a enfrentar a liberalização das trocas comerciais²⁹⁰; A dinamização do investimento privado europeu, visando proporcionar capital, tecnologia e know-how, o qual é considerado um incentivo fundamental para o desenvolvimento económico e social. Para este efeito, aconselha-se o estabelecimento de um ambiente político e administrativo favorável aos fluxos de investimento externo. A constituição de empresas comuns, a cooperação industrial e a subcontratação entre as PME serão destinos prioritários das ajudas comunitárias provenientes dos instrumentos de parceria ou do BEI; E, a adequação das infra-estruturas económicas, abrangendo particularmente os transportes, a energia, as telecomunicações, a água e o saneamento. Estas áreas têm sido objecto de financiamentos via orçamento da Comunidade e BEI²⁹¹.

② O segundo grande tema conduz à melhoria dos serviços sociais; ao desenvolvimento do meio rural; ao reforço da cooperação no âmbito das pescas; à protecção do ambiente; a um diálogo intensificado entre os intervenientes da sociedade civil de ambas as margens do Mediterrâneo; ao estímulo dos recursos humanos privilegiando-se a educação e a formação profissional; a um entendimento mais próximo nos domínios da democracia e dos direitos do Homem; à promoção dos intercâmbios culturais; e, à "cooperação e assistência técnica com vista à redução da imigração"

²⁸⁷ Europe, nº 6376, 11/12/94, p. 19.

²⁸⁸ Com (95) 72 final, 8/3/95.

²⁸⁹ Neste caso estavam o Egipto, Israel, Marrocos, Tunísia, Jordânia e Líbano.

²⁹⁰ Foi programada a instalação de "business centres" no Cairo, Casablanca, Tunes e Amã, "destinados a prestar serviços às empresas que se encontram num processo de modernização". Cfr. Com (95) 72 final, 8/3/95, p. 6.

²⁹¹ Idem, p. 8.

clandestina, tráfico de droga²⁹², terrorismo e criminalidade internacional"²⁹³. A participação dos organismos e instituições civis no desenvolvimento integrado tem sido possível devido aos Programas MED. Estes disponibilizam meios financeiros para a criação de redes descentralizadas, visando a troca de experiências e conhecimentos entre a União Europeia e os Parceiros Mediterrânicos (PM)²⁹⁴. Esta forma de cooperação reúne directamente autoridades locais, universidades, empresas e meios de comunicação social, escapando a uma intervenção do centro político, isto é, dos governos nacionais. Daí, existirem quatro Programas MED respeitantes àquelas entidades: MED-URBS, MED-CAMPUS, MED-INVEST e MED-MEDIA²⁹⁵. Mediante a adesão aos programas referidos formam-se as redes respectivas, agrupando pessoas ou organizações interessadas em trabalhar num projecto que deve incluir participantes dos países comunitários e dos PM. Aquela formação é acompanhada por um "Technical Assistance Office" (TAO) e o projecto é coberto até um máximo de 80% pela Comissão Europeia via a Agência de Redes Transmediterrânica (ARTM). No caso da verificação de projectos multi-anuais, a continuação do financiamento está dependente do seu progresso que é revisto anualmente. Em 1996, entram em funcionamento mais dois programas: o MED-TECHNO e o MED-MIGRAÇÕES. O primeiro pretende promover a aplicação de tecnologias eficientes nos países PM através da formação e troca de especialistas. O segundo visa o contacto entre comunidades locais e organizações vocacionadas para a emigração, de ambas as regiões²⁹⁶.

Finalmente, o apoio à integração regional tem por objectivo facilitar o estabelecimento do futuro amplo espaço de comércio euro-mediterrânico. Por isso se sugere que, a par dos acordos de associação concluídos entre a Comunidade e os países mediterrânicos, sejam estabelecidas convenções análogas de comércio livre e cooperação entre estes. Na prossecução deste fim, é fundamental as contribuições oriundas de empréstimos do BEI e de recursos orçamentais comunitários indispensáveis à modernização das infra-estruturas económicas, nomeadamente nos sectores dos transportes, comunicações e energia. O aumento dos fluxos comerciais regionais apresenta-se igualmente como uma necessidade prioritária.

²⁹² Uma forma de combater o tráfico de droga é a substituição progressiva da sua produção por culturas alternativas. Esta é a sugestão adoptada nos documentos comunitários. O caso de Marrocos em relação ao haxixe é exemplar, cuja produção já terá ultrapassado a do Afeganistão e do Paquistão segundo um relatório do Observatório Geopolítico das Drogas (OGD), citado pelo jornal Le Monde de 3 de Novembro, 1995; Cfr. O Independente, nº 391, 10/11/95, p. 48.

²⁹³ Cfr. Com (95) 72 final, 8/3/95, p. 9.

²⁹⁴ São considerados parceiros mediterrânicos a Argélia, Chipre, o Egipto, Israel, a Jordânia, o Líbano, Malta, Marrocos, os Territórios Palestinianos, a Síria, a Tunísia e a Turquia. Cfr. "The Med Programmes Handbook - Your Guide to Euro-Mediterranean Partnership", in L'Europe et La Méditerranée, Commission Européenne, Biblio Flash, 1995, p. 28.

²⁹⁵ Os quatro Programas MED-URBS, MED-CAMPUS, MED-INVEST e MED-MEDIA foram lançados em 1992, 1993, 1992 e 1993, respectivamente. Concretamente, o MED-INVEST destina-se a pequenas e médias empresas europeias e do sul do Mediterrâneo, tendo em vista a parceria. Por outro lado, visa-se o desenvolvimento das empresas já existentes ou a criação de novas unidades por parte dos PM. Idem, p. 35.

²⁹⁶ Ibidem, p. 38.

Os instrumentos disponibilizados para dar cumprimento aos objectivos propostos são os já mencionados empréstimos do BEI e os recursos orçamentais comunitários. Quanto a estes, o documento em análise confirmou o montante de 5 500 milhões de ECU's para o período 1995-1999. No entanto, a partir de 1997 está previsto que "o essencial da acção de cooperação seja reagrupado numa única rubrica orçamental" — MEDA²⁹⁷. Esta substituirá os protocolos financeiros que expiram em 31 de Outubro de 1996, exceptuando os casos de Malta e Chipre com quem foram negociados novos protocolos para aquele mesmo período.

A principal intenção associada à nova medida é a de fixar os montantes e as opções sectoriais por um espaço de tempo mais curto, face aos actuais cinco anos. Uma outra mudança consiste na afectação dos capitais aos parceiros que demonstrarem uma maior eficácia na concretização das reformas económicas, abandonando-se o modelo rígido de distribuição de verbas seguido até ao momento. Nesta perspectiva, será efectuada uma avaliação conjunta por períodos mais breves tendente a distinguir os obstáculos encontrados e as melhores soluções para os superar.

Isto não implica o abandono da programação plurianual com os beneficiários. Esta é considerada fundamental para os parceiros do sul como montante indicativo, tal como foi proposto pela Comissão em relação à época e à verba acima referida²⁹⁸.

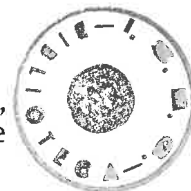
Posteriormente, o valor de 5 500 milhões de ECU's foi reavaliado para 5 160 milhões de ECU's e no Conselho Europeu de Cannes estabilizou definitivamente em 4 685 milhões de ECU's²⁹⁹.

Aquele Conselho (26-27 de Junho 1995) e a Conferência euro-mediterrânica de Barcelona (27-28 de Novembro 1995) confirmaram o essencial das propostas da Comissão de 8 de Março de 1995. Esta conferência reuniu representantes ao mais alto nível (Primeiros-Ministros e Ministros dos Negócios Estrangeiros) da Comunidade, dos Quinze europeus e dos Parceiros Mediterrânicos. Na definição de um espaço comum de paz e estabilidade, foi acordado como fundamental o respeito pelos seguintes princípios: desenvolver o Estado de Direito e a democracia segundo as especificidades internas de cada país; respeitar os direitos do Homem e as liberdades fundamentais; aceitar trocas de informações sobre os assuntos acima referidos acrescidos do racismo e xenofobia; respeitar a regra da igualdade dos Estados e do direito dos povos à sua auto-determinação conforme os objectivos da Carta das Nações Unidas e as normas de direito internacional; respeitar a integridade territorial e a unidade de cada um dos parceiros, e estes absterem-se de qualquer intervenção nos assuntos internos de um outro Estado; regular os diferendos por meios pacíficos; reforçar a cooperação para prevenir e combater o terrorismo, a criminalidade organizada, e a droga; promover a segurança regional favorecendo, nomeadamente, a não proliferação nuclear, química e

²⁹⁷ Cfr. COM (95) 72 final, 8/3/95, p. 14.

²⁹⁸ O objectivo é proporcionar alguma previsibilidade aos parceiros mediterrânicos de "forma a permitir financiar operações plurianuais". Idem, p. 15; Cfr. Comité Económico e Social, Parecer sobre a Parceria "Euro-mediterrânica", Bruxelas, 13-14 de Set. 1995, p. 3.

²⁹⁹ Cfr. Europe, nº 6497, 9/6/95, p. 7; Europe (Documents), nº 1942, 29/6/95, p. 8. A divisão anual dos 4 685 milhões de ECU's para a época 1995-1999 é de 550, 900, 1 000, 1 092 e 1 143 milhões, respectivamente.



biológica, assim como a acumulação excessiva de armas convencionais; e, finalmente, possibilitar o estabelecimento de relações de boa vizinhança e de medidas de confiança³⁰⁰.

A conclusão próxima do gasoduto euro-magrebino prova a necessidade e a existência de cooperação num espaço político-económico, cujo epicentro é o Mediterrâneo. Marrocos e Portugal irão beneficiar do gás argelino, registando, desde logo, as vantagens do respectivo posicionamento estratégico ³⁰¹. Isto não impede que se tomem algumas cautelas numa e noutra margem, prevenindo-se tendências desestabilizadoras latentes.

4.2. As Relações Luso-Marroquinas. Evolução e Quadro Actual

A participação portuguesa no projecto comunitário conferiu uma nova dinâmica ao país, que se reflectiu nas relações luso-marroquinas, sobretudo a partir do início da década de 90. Os desafios enfrentados, desde aí, por ambos os Estados associados à proximidade geográfica tem conduzido o relacionamento bilateral a uma partilha de experiências mais vasta. Esta permuta motivou a reformulação do diálogo, que transitou de uma perspectiva essencialmente política para uma vertente em que o elemento económico assumiu uma importância acentuada.

4.2.1. As Consequências da Integração Portuguesa na CE, no Âmbito do Relacionamento Luso-Marroquino

A adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia³⁰² inquietou os países magrebinos, mas é prematuro afirmar-se que ela prejudicou

³⁰⁰ "Declaration de Barcelone" (27-28 Novembre 1995), in L'Europe Et La Méditerranée, Commission Européenne, Biblio Flash, 1995, pp. 9-11.

³⁰¹ O gasoduto euro-magrebino tem um comprimento de 1370 km, entre Hassi R'Mel (Argélia) e Córdova (Espanha). O financiamento da UE soma um total de 638 milhões de ECU's, compreendendo 200 milhões de ECU's e 438 milhões de ECU's destinados aos troços situados na Argélia e Marrocos, respectivamente. O último valor indicado abrange a ligação submarina a Espanha sob o Estreito de Gibraltar. O projecto prevê que Portugal venha a receber, anualmente, 2,5 biliões m³ de gás natural, cuja variante será explorada pela companhia Transgás. O acesso luso estará em funcionamento a partir do início de 1997. Cfr. COM (95) 478 final, 18/10/95, pp. 8-11; Délégation de la Commission Européenne au Royaume du Maroc, Le Maroc et l'Union Européenne, Rabat, Reproductions Industrielles, Septembre 1995, pp. 18-19.

³⁰² Os Tratados de Adesão dos países ibéricos às três Comunidades (Comunidade Económica Europeia - CEE, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço - CECA, Comunidade Europeia da Energia Atómica - CEEA) foram assinados, em 12 de Junho de

substancialmente o comércio destes Estados e, nomeadamente o relacionamento luso-marroquino.

O receio face àquele alargamento residia na possibilidade de a Comunidade consolidar a sua auto-suficiência alimentar e de se reforçar a concorrência com os produtos agrícolas e industriais do Magrebe³⁰³.

De facto, considerou-se que a auto-suficiência comunitária atingiu face aos produtos mediterrânicos mais sensíveis os seguintes valores: 106%, 86% e 100% em relação ao azeite, citrinos, legumes frescos e vinhos, respectivamente. Temeu-se, igualmente, que os têxteis fossem afectados³⁰⁴. Nesta época, Madrid e Lisboa detinham, respectivamente, o quinquagésimo e o décimo primeiro lugar como fornecedores destes produtos para a Comunidade³⁰⁵.

A situação descrita levou, no caso de Marrocos, a um reforço do seu discurso pró-europeu consubstanciado na apresentação da sua candidatura à Comunidade, em 15 de Junho de 1984. Três anos mais tarde (8 de Julho de 1987), o rei Hassan II manifestou a mesma intenção argumentando que a proximidade geográfica, a convivência histórica, uma experiência democrática e liberal, e a adesão de Portugal e Espanha apontavam para aquela integração³⁰⁶. Em resposta de 1 de Outubro de 1987, o presidente em exercício do Conselho das Comunidades Europeias, Uffe Ellemann-Jensen

1985, em Lisboa e Madrid, respectivamente. Entraram em vigor em 1 de Janeiro de 1986. Cfr. João Mota de Campos, Direito Comunitário, 4ª ed., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1989, pp. 133-134.

³⁰³ No sector agrícola, estimou-se que a adesão de Portugal e Espanha era responsável por um aumento de 3 milhões de explorações, 3 milhões de trabalhadores e cerca de 30 milhões de hectares. Ora, estes valores representavam um acréscimo de mais de 30% da superfície agrícola útil comunitária, de 1/3 da sua população activa e de perto de 45% do número de explorações. Cfr. Centre de Documentation et de Recherche européennes de l'Université de Rennes I, L'Espagne et le Portugal: Interrogations et enjeux, La Documentation française, Paris, 1986, p. 113; Sómente a Espanha representava um incremento de 27% das terras cultivadas, 8% das terras irrigadas, 28% da população agrícola e 30% das explorações do sector. Cfr. Paula Veiga, Op. Cit., p. 138.

³⁰⁴ Os sectores responsáveis pela produção de frutas e legumes, azeite, vinhos e têxteis asseguram 80% das exportações magrebina para a Comunidade. Cfr. Mohamed B. E. H. Alaoui, Op. Cit., p. 41.

³⁰⁵ Cfr. Centre de Documentation et de Recherche européennes de l'Université de Rennes I, Op. Cit., p. 119. Os receios do terceiro alargamento da Comunidade por parte dos países magrebins, fazia-se igualmente sentir ao nível dos emigrantes residentes na Europa e que a cooperação financeira fosse afectada.

³⁰⁶ "L'adhésion de l'Espagne et du Portugal aux Communautés Européennes que Nous avons salué comme un évènement politique considérable, accentue la sensibilité méditerranéenne de la Communauté et en rapproche les frontières de nos rives septentrionales. Plus que jamais, Nous avons la conviction que l'intérêt bien compris, non seulement du Maroc mais également celui de l'Europe, rend nécessaire une meilleure intégration économique et politique de Notre pays avec l'Europe des Douze.", MNE (Doc), Polic., 8/7/87.

(dinamarquês), lembrou a posição de parceiro privilegiado inerente a Marrocos a qual seria respeitada e potenciada nos futuros acordos³⁰⁷.

Apesar da ansiedade criada no Magrebe, o alargamento em causa não perturbou sobremaneira os fluxos comerciais à semelhança do que já se havia verificado aquando da adesão da Grécia, em 1981³⁰⁸.

Inicialmente, entre 1986-88, ocorreu uma ligeira quebra percentual do valor das trocas comerciais da CEE com os países magrebinos. Contudo, em termos de evolução do comércio externo durante o período 1980-88, assistiu-se à subida de importância da CEE como parceiro comercial do Magrebe, sobretudo na qualidade de receptor dos produtos magrebinos. Esta tendência acentuou-se após a adesão dos países ibéricos à Comunidade, uma vez que a percentagem do valor total das exportações magrebina ali absorvidas passou de 60% para 70%. As importações magrebina provenientes da Europa mantiveram-se nos 60%.

Aquele acréscimo registou-se mais vincadamente em relação a Marrocos e à Tunísia, registando-se o mesmo face às importações. No que diz respeito à Líbia e à Argélia, o incremento percentual não foi acompanhado por uma subida nominal em ambos os sentidos. Estes países foram penalizados com a descida dos preços do petróleo, reflectindo-se no valor das suas exportações para o espaço europeu. Esta situação levou-os a adoptar medidas económicas restritivas que influenciaram a diminuição de importações³⁰⁹.

No que diz respeito a Marrocos, a taxa média de crescimento anual das suas exportações para a CE foi de 7,4% no período 1980-85 e de 10,5%, entre 1986 e 1988, apesar da quebra verificada nas saídas de fosfatos e de

307 "Les liens anciens et multiples (...) font et continueront de faire du Royaume du Maroc un partenaire privilégié particulièrement important pour la Communauté. La Communauté, suite à son récent élargissement, a souhaité ouvrir une phase nouvelle dans ses relations avec le Maroc. Les accords en négociation devraient assurer la poursuite d'une coopération renforcée et plus étendue, tenant compte de la spécificité de nos relations et de nos intérêts communs.", MNE (Doc), Polic., 1/10/87.

308 No caso de Marrocos, "as taxas de crescimento médio das importações e das exportações da CEE, no período 1980-85, foram praticamente idênticas: 8,6 e 8,8 respectivamente". As maiores taxas de crescimento das importações comunitárias de produtos marroquinos verificaram-se com os têxteis (sobretudo vestuário), matérias-primas e produtos alimentares. Por outro lado, notou-se uma quebra nas importações de citrinos que se deveu à tendência generalizada da "perda de importância dos citrinos nas exportações totais marroquinas". Quanto às exportações da CEE para Marrocos, não se registaram alterações significativas no que concerne à sua composição, "apesar da elevada taxa de crescimento dos bens de consumo (15%)". Cfr. Helena Rato, O Impacto Da Adesão De Portugal E Espanha Sobre O Comércio Externo Dos Países Do Maghreb, INA/CEDEP, Julho de 1990, p. 15.

309 No entanto, a limitação de importações reflectiu-se mais face à Argélia em termos nominais, abrangendo os bens de consumo, os equipamentos e o material de transporte. Os produtos alimentares foram beneficiados neste movimento. Note-se que o peso do petróleo e derivados nas exportações magrebina variou entre os 90% e os 70%, entre 1980 e 1988, e que a Argélia e a Líbia são responsáveis por mais de 60% das importações comunitárias deste produto. Idem, p. 17.

citrinos³¹⁰. Simultaneamente, foi melhorada a cobertura das importações comunitárias, embora a Balança Comercial continuasse deficitária.

O progresso destes resultados deveu-se prioritariamente ao aumento das exportações de vestuário, de material de transporte e eléctrico, e de produtos químicos. Os bens alimentares também evoluíram neste sentido.

Assim, pode-se considerar que Marrocos não foi prejudicado pelo terceiro alargamento da Comunidade. E, tomando como referência o valor de 12,5% respeitante à parte das exportações marroquinas para a Península Ibérica em 1985, observa-se que os fluxos mantiveram-se estáveis nos três anos posteriores: 10,2%, 10,1% e 10,7%, respectivamente. Em relação a Portugal, verificou-se uma ligeira quebra face ao mesmo período: 1,2%, 1,1% e 0,8%³¹¹.

Quanto aos problemas relacionados com os fosfatos e os citrinos, que se acentuaram em 1989, deveram-se a causas externas, isto é, à queda dos preços mundiais de fosfatos e a uma seca prolongada³¹².

Independentemente do quadro comercial descrito, a Comunidade foi desenvolvendo políticas globais e medidas pontuais no sentido de proteger os Estados magrebins face às vantagens concedidas aos seus novos membros.

O acto mais próximo daquele alargamento, que pretendeu beneficiar Marrocos, consistiu na celebração de um Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia e esse Reino, em 1988. Este convénio quis essencialmente manter as correntes tradicionais de comércio através da preservação de um índice aceitável de exportações marroquinas. De facto, isso transparece na leitura dos três primeiros artigos. Nomeadamente, refere-se a possibilidade de utilização de alguns instrumentos reguladores das trocas "em função dos elementos pertinentes relativos aos objectivos da manutenção das correntes tradicionais de exportação no contexto do alargamento"³¹³. No concreto, visava-se a eliminação progressiva de direitos aduaneiros dirigidos a produtos marroquinos que seria paralela a medidas de efeito equivalente aplicáveis aos países ibéricos.

³¹⁰ Marrocos é o principal exportador de fosfatos a nível mundial. No entanto, se as vendas deste produto haviam representado 21% do seu comércio exterior em 1980, caíram para 7% em 1994. Cfr. ICEP, Marrocos, ICEP, Junho de 1995, p. 31.

³¹¹ Helena Rato, Op. Cit., pp. 17, 47-48.

³¹² Idem, p. 20.

³¹³ Esta afirmação consta do art. 3º do Protocolo mencionado. O art. 1º, nº 1 refere o seguinte: "Para os produtos originários de Marrocos (...), os direitos aduaneiros de importação na Comunidade aplicáveis por força do presente Acordo são suprimidos progressivamente no decurso dos mesmos períodos e segundo o mesmo calendário que os previstos no Acto de Adesão de Espanha e de Portugal para os mesmos produtos importados desses países na Comunidade, na sua composição em 31 de Dezembro de 1985". Os produtos mais visados pelo Protocolo Adicional são as laranjas, os citrinos, os tomates e os vinhos. Conselho das Comunidades Europeias, Compilação de Textos V (1 de Janeiro - 31 de Dezembro de 1988), Bruxelas-Luxemburgo, 1990, pp. 248-249.

Na sequência do protocolo de 1988, reformulou-se a política mediterrânica através da PMR³¹⁴, disponibilizaram-se mais verbas com o quarto protocolo financeiro (1991-96) - que conferiu a Marrocos 438 milhões de ECU's - e evoluiu-se para novos conceitos de relacionamento que obtiveram expressão na Conferência euro-mediterrânica de Barcelona (27-28 de Novembro de 1995). Estas ideias já foram objecto de reflexão ao longo do presente trabalho.

Resta expôr a linha de orientação dominante da política externa portuguesa nesta matéria.

Logo em 1983 (25 de Julho), num discurso proferido aos embaixadores árabes acreditados em Lisboa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, mostrou o desejo de aprofundar as relações com esses países, nomeadamente com os da zona magrebina. Sublinhou-se, igualmente, o interesse de intensificar as relações comerciais, e de através da via mediterrânica consolidar o diálogo Norte-Sul e contribuir para a segurança da região³¹⁵.

No mesmo sentido, Portugal empenhou-se desde 1990 numa dinâmica de maior aproximação ao Magrebe, que se reflectiu na sua integração no grupo 5+4 (os Cinco da UMA mais Portugal, Espanha, França e Itália) e na respectiva tentativa de se lançar um processo tipo Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), no Mediterrâneo (CSCM)³¹⁶.

O ano de 1992 foi decisivo na demonstração daquela vontade nacional. No decurso da Presidência portuguesa do Conselho de Ministros da Comunidade (1º semestre de 1992), "consolidou-se a ideia de criar um espaço euro-magrebino através da decisão de concluir novos acordos", nomeadamente com Marrocos. A nova geração de convenções devia-se basear em quatro aspectos principais: o diálogo político, a cooperação económica, técnica e cultural, a cooperação financeira, e a elaboração progressiva de um espaço de livre comércio³¹⁷. Esta nova orientação foi sancionada ao mais alto nível pelo Conselho Europeu de Lisboa (Junho de 1992), num documento intitulado "Declaração do Conselho Europeu Sobre as Relações Euro-Magrebina"³¹⁸. De facto, os intervenientes reafirmaram a sua solidariedade com os países do Magrebe e comprometeram-se a prosseguir uma política global, que contribuisse para a estabilidade e prosperidade da região mediterrânica. Simultaneamente, lembrou-se que o diálogo estabelecia-se entre parceiros e no respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas, do direito internacional, dos Direitos do Homem e

³¹⁴ Proposta pela Comissão Europeia a 22 de Maio de 1990. Cfr. Habib Slim, Op. Cit., p. 121.

³¹⁵ Cfr. Jaime Gama, Política Externa Portuguesa 1983-85, Lisboa, MNE, 1985, pp. 21-22.

³¹⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal Nas Comunidades Europeias - Quinto Ano, Lisboa, MNE, 1990, p. 394.

³¹⁷ Ainda em Dezembro de 1992, foi "apresentado o projecto de directivas de negociação para a celebração de um novo acordo com Marrocos". Cfr. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal Nas Comunidades Europeias - Sétimo Ano, Lisboa, MNE, 1992, pp. 82-83.

³¹⁸ Esta Declaração foi bastante apreciada pela parte marroquina e de certa forma foi a resposta comunitária ao desejo de aproximação manifestado pelo rei Hassan II. Cfr. La Vie Industrielle et Agricole, nº 369, 20 Abril 1994, p. 4; Anexo IV, p. XL.

liberdades fundamentais, das fórmulas institucionais democráticas, dos direitos das minorias, e da tolerância e da coexistência de culturas e religiões. Previu-se, igualmente, "uma maior concertação no domínio político e da segurança", assim como no reforço dos laços com a UMA. A vertente económica também não foi esquecida, nomeadamente, em termos de construção a prazo de uma zona de comércio livre³¹⁹. Adiantou-se, que já se haviam iniciado conversações com Marrocos no sentido de explorar essa via. No domínio social, as migrações, as condições de vida e de trabalho das comunidades migrantes, os desequilíbrios demográficos e as respectivas disparidades económicas e sociais foram referidos como alvos de acções prioritárias. Ao nível cultural, o Conselho considerou fundamental intensificar os intercâmbios entre os jovens, as universidades, os quadros científicos e os meios de comunicação social, "a fim de se chegar a um maior conhecimento e a uma compreensão recíproca dos povos e das culturas europeias e magrebinas"³²⁰.

Nesta sequência, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Durão Barroso, num discurso proferido na 49ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 27 de Setembro de 1994, afirmou que Portugal continuava a dedicar especial atenção à evolução da situação no Magrebe, e a desejar aproximar-se dos Estados dessa zona nos termos da declaração do Conselho Europeu de Lisboa³²¹.

Recentemente, estes pontos de vista foram partilhados no Programa do XIII Governo Constitucional, onde se diz que "as relações com os Estados vizinhos do Magrebe serão potenciadas". Acrescenta-se que este empenho reflectir-se-á na participação portuguesa na Conferência Euro-Mediterrânica (27-28 de Novembro de 1995)³²².

4.2.2.

A Vertente Comercial Bilateral

Tomando como referência o período pós-adesão de Portugal à CEE, e examinando as trocas comerciais Portugal-Marrocos na época 1988-94, observa-se que elas tiveram pouco peso no comércio global português. De facto, as exportações variaram entre 0,21%, em 1988, e 0,4% em 1994, enquanto as importações oscilaram entre 0,08%, em 1992, e 0,18% em 1994.

A balança comercial luso-marroquina foi excedentária durante aquele espaço de tempo, registando-se um saldo acentuadamente favorável em 1989 e 1992. No entanto, em 1993, este diminuiu cerca de um terço em relação ao ano anterior.

Nos sete anos considerados, verificou-se um acréscimo tanto ao nível das exportações como das importações, apesar de, comparativamente, as

319 Cfr. MNE, Declaração do Conselho Europeu sobre as Relações Euro-Magrebinas, pp. 1-2. Ver supra nota de rodapé nº 285.

320 Idem, p. 3.

321 Durão Barroso, A Política Externa Portuguesa 1994-95, Lisboa, MNE, 1995, p. 50.

322 Cfr. Presidência do Conselho de Ministros, Programa do XIII Governo Constitucional, Presidência do Conselho de Ministros, Novembro de 1995, p. 101.

vendas destacarem-se mais desde 1988 até 1994, uma vez que aumentaram cerca de 255%. Note-se, que em 1994, os fornecimentos a Marrocos registaram uma superioridade em 158% face aos seis anos antes. Estes valores podem ser apreciados no quadro seguinte³²³.

Quadro XIII: Evolução da Balança Comercial Portuguesa com Marrocos

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994*	Var.média anual (%) 94(*)/88
Exportações	3245	5166	7357	6632	7184	7993	11521	25,9
Importações	3071	4271	6030	5610	3359	5472	7924	23,5
Saldo	174	895	1327	1022	3825	2521	3597	118,8
Coef. de cobertura	105,7	129,9	122,0	118,2	213,9	146,1	145,4	-

Unidade : Milhões de escudos

Fonte: INE

(*) Dados provisórios

Quanto à composição das exportações portuguesas por produtos em 1993 e 1994, foram constituídas maioritariamente por mercadorias pertencentes a quatro grupos: combustíveis e óleos minerais; fibras sintéticas ou artificiais descontínuas; máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos; e madeira e suas obras.

Em 1994, os óleos de petróleo ou de minerais betuminosos representaram 12,6% das vendas de Portugal, enquanto no ano anterior apenas 2,7%, o que os elevou à primeira posição naquele ano. Em contrapartida, o capítulo maioritário em 1993 - ferro fundido, ferro e aço - desceu para o quarto lugar, no que diz respeito aos fornecimentos portugueses a Marrocos.

A descrição efectuada pode ser confirmada pelo quadro abaixo indicado.

³²³ O saldo das transacções efectuadas entre os dois Estados foi novamente favorável a Portugal, em 1995. Este país exportou bens no valor de 12 milhões de contos e importou produtos cujo custo totalizou 9,3 milhões de contos. Estes montantes elevam Marrocos à posição de primeiro cliente e de terceiro fornecedor magrebino em relação ao referido Estado ibérico. Cfr. Diário de Notícias (Negócios), 30/9/96, p. 19.

Quadro XIV: Principais Mercadorias Exportadas para Marrocos

N.C.	Produtos	1993		1994*		Taxa de Cresc.
		1000	Esc. % Tot.	1000	Esc. % Tot.	
	TOTAL	7 993 028	100,0	11 520 989	100,0	+4,1
2710	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	215 996	2,7	1 447 883	12,6	570,3
5501	Cabos de filamentos sintéticos	499 893	6,3	929 396	8,1	85,9
4407	Madeira serrada longitudinalmente, de espesura superior a 6 mm	633 819	7,9	894 777	7,8	41,2
7213	Fio-máquina de ferro ou aço não ligado	844 527	10,6	784 490	6,8	(7,1)
4104	Couros e peles de bovinos e de equídeos	195 605	2,4	455 787	4,0	133,0
5902	Telas p/pneumáticos fabric. /fios de alta tenacidade de nylon, poliésteres, etc.	388 235	4,9	443 350	3,8	14,2
5503	Fibras sintéticas descontínuas, não cardadas nem penteadas	447 646	5,6	355 981	3,1	(20,5)
8480	Caixas de fundição; moldes para metais	259 951	3,3	327 159	2,8	25,9
6406	Partes de calçado; palmilhas, reforços, etc.	132 112	1,7	306 093	2,7	131,7
2711	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	0	0,0	283 025	2,5	n.s.
7310	Reservatórios, barris, etc, ferro fundido, ferro ou aço, de capac. <= 300lt.	145 448	1,8	255 539	2,2	75,7
3901	Polímeros de etileno, em formas primárias	140 068	1,8	212 830	1,8	51,9
7005	Vidro "flotado", desbastado ou polido, em chapas ou folhas	141 517	1,8	171 796	1,5	21,4
2803	Carbano, n.e.	92 388	1,2	170 896	1,5	85,0
2836	Carbonatos; peroxocarbonatos; carbonato de amónio comercial, c/carbamato de amónio	259 643	3,2	163 156	1,4	(37,2)
5209	Tecidos de algodão, com menos de 85% de algodão, com peso > 200g/m ²	25 078	0,3	158 206	1,4	530,9
8504	Transformadores eléctricos, conversores, bobinas	133 775	1,7	139 277	1,2	4,1
5208	Tecidos de algodão, com menos de 85% de algodão, com peso <= 200g/m ²	63 761	0,8	124 373	1,1	95,1
8479	Máquinas e aparelhos mecânicos, com função própria, n.e.	40 398	0,5	122 738	1,1	203,8
3904	Polímeros de cloreto de vinilo, em formas primárias	43 916	0,5	120 278	1,0	173,9
8419	Aparelhos e disposit.p/ tratamento de matérias por mudança de temperatura	45 836	0,6	115 327	1,0	151,6
	Total da amostra	4 749 612	59,4	7 982 357	69,3	-

Fonte: INE

* Dados provisórios

n.s. - não significativo

As importações portuguesas de Marrocos basearam-se essencialmente em três grupos de produtos: peixes, crustáceos e moluscos, com uma contribuição de 36,7% e 27% em 1993 e 1994, respectivamente; adubos ou fertilizantes, com um peso de 17,5% no primeiro ano analisado e de 13,3% no seguinte; e chumbo em formas brutas com 12,7% e 13,2%, nos dois anos em causa e pela mesma ordem.

Note-se, no entanto, a diminuição do peso dos dois bens principais nas exportações marroquinas de 1993 para 1994. A alteração foi de 36,6% para 24,9%, no primeiro caso, e de 17,5% para 13,3% em relação ao capítulo dos adubos ou fertilizantes³²⁴.

Os valores mencionados podem ser observados no quadro seguinte:

Quadro XV: Principais Mercadorias Importadas de Marrocos

N.C.	Produtos	1993		1994*		Taxa de Cresc.
		1000 Esc.	% Tot.	1000 Esc.	% Tot.	
	TOTAL	5 471 669	100,0	7 924 071	100,0	+4,8
0302	Peixes frescos ou re- frigerados	2 004 912	36,6	1 976 331	24,9	(1,4)
3105	Adubos ou fertil. minerais ou químicos, c/azoto, fósforo e/ou potássio	959 861	17,5	1 052 874	13,3	9,7
7801	Chumbo em formas brutas	696 633	12,7	1 046 259	13,2	50,2
4011	Pneumáticos novos, de borracha	160 741	2,9	705 371	8,9	338,8
2809	Pentóxido de difósforo; ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos	124 285	2,3	370 842	4,7	198,4
4501	Cortiça natural, em bruto	219 519	4,0	364 590	4,6	66,1
8411	Turboreactores, turbo- propulsores e outras turbinas a gás	29 536	0,5	280 353	3,5	849,2
5810	Bordados em peça, tiras ou em motivos para aplicar	193 797	3,5	258 544	3,3	33,4
2510	Fosfatos de cálcio e aluminocálcicos, na- turais; cré fosfatado	329 424	6,0	231 316	2,9	(29,8)
1703	Melaços resultantes da extracção ou refinação do açúcar	50 193	0,9	230 960	2,9	360,1
5205	Fios de algodão, con- tendo pelo menos 85% de algodão, não acon- dicionados	87 563	1,6	190 632	2,4	117,7
0303	Peixes congelados	5 370	0,1	164 144	2,1	n.s.
0805	Citrinos, frescos ou secos	0	0,0	105 182	1,3	n.s.
8544	Fios, cabos e outros condutores isolados para usos eléctricos	16 762	0,3	86 863	1,1	+18,2
	Total da amostra	4 878 596	89,2	7 064 261	89,1	-

Fonte: INE

* Dados provisórios

n.s. - não significativo

³²⁴ Cfr. ICEP, Marrocos, ICEP, Junho de 1995, p. 38.

4.2.3. O Investimento Bilateral

O investimento estrangeiro em Marrocos, começou a desenvolver-se a partir de meados dos anos 80, coincidindo com o programa de ajustamento estrutural (1983), apoiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), estabelecido no decurso da necessidade de promover o desenvolvimento económico.

Na prossecução deste grande objectivo, o Estado decidiu retirar-se progressivamente de uma intervenção abrangente na vida económica. Esta intenção conduziu a que a sua parte no investimento total no país baixasse de 56%, em 1983, para 4% nos anos subsequentes.

Paralelamente, foram introduzidas várias leis na tentativa de incentivar os agentes económicos privados. As normas tomaram a forma de Códigos de Investimento, que se repartem por seis áreas específicas: indústria, turismo, minas, pescas e navegação, manufacturas, e propriedade. Acresce ainda um Código de Exportação, que complementa o industrial - de carácter genérico -, oferecendo concessões adicionais às empresas cujas exportações tenham escoado parte ou a totalidade da sua produção.

Uma das instruções que teve maior eficácia em termos de simplificação dos procedimentos a adoptar, foi a Carta Real de 14 de Junho de 1989. Nesta, determinou-se que qualquer proposta de investimento ficaria tácitamente aprovada, se não obtivesse resposta da Administração num prazo de dois meses a contar da data de entrada. Outra medida igualmente decisiva, consistiu na revogação, em 8 de Janeiro de 1990, da Lei da Marroquinização de 2 de Março de 1973. Esta afectava à participação de nacionais uma lista extensa de actividades económicas, que incluía o sector agro-alimentar, a construção e a indústria do couro. A quota nunca podia ser inferior a 50% do capital da empresa, que devia ser constituída ao nível hierárquico mais alto, maioritariamente, por cidadãos marroquinos. A nova lei permite aos investidores externos assumirem um controle dos empreendimentos a 100%³²⁵.

Este quadro foi favorecido pela liberalização dos controlos cambiais no tocante a transferências resultantes de investimentos externos, pela convertibilidade do "dirham" no que diz respeito às transacções internacionais e pela aceleração do processo de privatização de empresas públicas. Entre as medidas de liberalização, convém destacar pela sua importância a Circular nº 1504³²⁶, de 1 de Março de 1988, pela qual se afastou a necessidade de autorização prévia das autoridades para transacções efectuadas por investidores estrangeiros, tratando-se de residentes ou não, e independentemente da moeda utilizada. Foi-lhes

³²⁵ Isto não significa que a "Lei da Marroquinização" tenha sido definitivamente banida, podendo ser reactivada por ordem ministerial. No entanto, não parece concebível que se recue no caminho da liberalização económica e do apoio ao investimento. Cfr. British Department of Trade and Industry, Setting Up in Business in Morocco, Export Publications, May 1995, p. 65.

³²⁶ Esta Circular foi promulgada pelo "Office des Changes", dependente do Ministério das Finanças marroquino, que é a autoridade competente na matéria em causa. Idem, p. 67.

garantido ainda, o direito de repatriamento do capital investido, incluindo os lucros, desde que se tenham cumprido as obrigações fiscais.

Assim, no fim da década de 80, as medidas referidas começaram a ter o efeito desejado. Em 1988, o investimento externo ultrapassou os 1 000 milhões de DH, tendo registado um acréscimo de 81,9% no ano seguinte. Em 1990, verificou-se uma ligeira diminuição, tendência que foi logo contrariada no ano posterior com uma subida de cerca de 75% face àquela época. Em 1992-93, a recessão económica teve como consequência um abrandamento dos aumentos do capital estrangeiro investido no país, que foram de 31,2% e de 27,7%, respectivamente. Em 1994, registou-se um ligeiro decréscimo nas aplicações de capital oriundas do exterior, conforme pode ser observado no quadro abaixo indicado.

Quadro XVI: Investimento Estrangeiro em Marrocos

Anos	Valor
1988	1056
1989	1921
1990	1872
1991	3276
1992	4298
1993	5488
1994 (*)	5030

Unidade: Milhões de DH

Fonte: Office des Changes

(*) Valores provisórios

Quanto ao investimento directo português em Marrocos, ele foi escasso, tendo em conta o período 1988-94, e no decurso do qual se ultrapassou os 100 mil contos apenas em 1990.

Contrariamente, o desinvestimento foi muito elevado relativamente às aplicações de capital, pelo que o investimento líquido obteve um resultado negativo em 1992 (-8 mil contos).

Quadro XVII: Investimento Directo Português Realizado em Marrocos

Anos	Investimentos	Desinvestimento
1988	26	(*)
1989	3	(*)
1990	136	63
1991	24	23
1992	46	52
1993	(*)	(*)
1994	(*)	(*)

Unidade: Milhões de escudos

Fonte: Banco de Portugal

(*) Valor não disponível

No que diz respeito às preferências sectoriais dos portugueses, estes privilegiaram a agricultura e pescas em 1990 e 1991. No ano seguinte, as indústrias extractivas registaram um interesse assinalável contando com 87% das aplicações de capital de origem portuguesa, conforme pode ser observado no quadro abaixo indicado.

Quadro XVIII: Repartição por Sectores (%)

	1990	1991	1992
Agricultura, silv., caça e pesca	97,8	84,0	-
Indústrias extractivas	2,2	16,0	87,0
Comércio por grosso e a retalho; restaurantes e hotéis	-	-	13,0

Fonte: Banco de Portugal

No que se refere ao investimento marroquino em Portugal, entre 1988 e 1994, ele foi muito reduzido e irregular, não atingindo em qualquer dos anos 5 000 contos.

Quadro XIX: Investimento Directo Marroquino em Portugal (*)

Anos	Valor
1988	2150
1989	-
1990	200
1991	4750
1992	-
1993	200
1994	4100

Unidade: Mil escudos

Fonte: ICEP

Nota:(*) Autorizado

Ao longo do período 1990-94, 64% do investimento global destinou-se ao sector da agricultura e caça, 17% à construção e obras públicas e o restante ao comércio grossista³²⁷.

³²⁷ Cfr. ICEP, Marrocos, ICEP, Junho 1995, p. 45. As relações Portugal-Marrocos não se esgotam no comércio bilateral. De facto, pela sua importância e actualidade, devem-se mencionar os protocolos financeiro e de parceria de 7 de Junho de 1993, assim como os acordos no domínio da "luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada" e no âmbito da defesa, de 28 de Abril de 1992 e de 23 de Setembro de 1993, respectivamente. O primeiro coloca à disposição de instituições financeiras marroquinas uma linha de crédito no montante de 200 milhões de dólares destinados à importação de bens e serviços de origem portuguesa. O segundo protocolo prevê o reforço da cooperação entre empresas de ambos os países. O terceiro convénio contempla a criação de uma Comissão Mista luso-marroquina com o objectivo de promover o intercâmbio de informações, especialistas e conhecimentos tecnológicos em matéria de segurança. Finalmente, o acordo de defesa propõe, igualmente, a constituição de um órgão misto encarregado de definir e acompanhar as questões dessa temática. Esta instituição será coadjuvada por um "Comité de Cooperação Militar" e um

Actualmente, perspectivam-se novas possibilidades de realizar negócios a curto e médio prazo, no seguimento de contactos já estabelecidos no passado por algumas empresas como foi o caso do Grupo Valouro. Este grupo económico iniciou, em 1995, um investimento de 50 milhões de contos que deverá decorrer ao longo dos próximos sete anos. A verba destina-se ao sector agro-pecuário, prevendo-se a construção de uma fábrica de rações para animais, de um centro de incubação, de um núcleo de criação de aves e de um matadouro.

Este exemplo foi continuado, em Abril de 1996, através dos contactos desenvolvidos por uma missão da Associação Industrial Portuense em Marrocos. A viagem foi integrada por representantes de várias unidades empresariais lusas com interesse em operar no mercado marroquino, entre as quais se destacam as seguintes: a Martins & Azevedo, produtora de congeladores e refrigeradores, cujos analistas admitem vendas locais no valor de 150 000 contos em 1997; a Ultraterma, que fabrica elementos de aquecimento eléctrico; a Companhia de Papel do Prado, que pretende vender, ainda no presente ano, cartolinas no montante de 80 000 contos; a Portugal Telecom Internacional, que procura parceiros magrebinos para se habilitar à obtenção de licenças conducentes à exploração de determinados serviços — telefones móveis, comunicação de dados e listas telefónicas; a Confetil, que se dedica à produção de confecções têxteis; a Revigrés, cujo objectivo é o de prestar apoio, em termos de "know-how", a uma empresa marroquina que assegurará a distribuição dos bens daquela marca; a Basílio Alves, que pretende aumentar o volume de transacções de mangueiras hidráulicas; a Jordão — Fábrica Portuguesa de Frigoríficos, que espera, igualmente, consolidar a respectiva posição no mercado norte-africano; e, finalmente, a Anglo Portuguesa — Produtos Químicos, que já garantiu uma encomenda de 155 000 contos para o fornecimento de postes de madeira

tratados aos correios marroquinos. Acrescente-se, que a Cimpor (Cimentos de Portugal, SA) adquiriu uma cimenteira marroquina no ano em curso³²⁸.

No sentido inverso, também se aguardam novas expectativas de negócios e movimentos de capitais, desde o anúncio da intenção do Office Chérifien des Phosphates concorrer à privatização da Quimigal (Química de Portugal, SA) em 1997³²⁹.

"Comité de Cooperação Tecnológica". Cfr. Diário da República, nº 32, 8/2/94, pp. 617-618, 620; Diário da República, nº 149, 30/6/94, pp. 3436-3439; Diário da República, nº 18, 21/1/95, pp. 362-363. Este quadro convencional foi assistido por diversas deslocações (algumas ao mais alto nível) de individualidades dos dois países, entre as quais se devem destacar as seguintes: visita de Hassan II a Portugal, em 21/24 de Setembro de 1993; ida de uma delegação portuguesa chefiada pelo PM, Cavaco Silva, a Rabat, onde decorreu a I Cimeira Luso-Marroquina em 30 e 31 de Maio de 1994; deslocação ao Porto, em 3 de Julho de 1996, de uma comitiva marroquina liderada pelo PM, Abdelatif Filali, por ocasião da II Cimeira Luso-Marroquina. Cfr. Ministère de l'Information, Visite Officielle de sa Majesté le Roi Hassan II au Portugal (21-24 Septembre 1993), Rabat, Ministère de l'Information, Novembre 1993; Diário de Notícias, 30/5/94; Público, 31/5/94; Público, nº 2306, 3/7/96, p. 8; Público, nº 2308, 5/7/96, p. 5.

³²⁸ Cfr. Diário de Notícias (Negócios), nº 46402, 8/4/96, p. 19; Diário de Notícias (Negócios), 30/9/96, p. 19.

³²⁹ Cfr. Público, nº 2308, 5/7/96, p. 5.

5 Conclusão

Penso que a análise do presente trabalho permite-nos elaborar uma síntese organizada nos seguintes pontos:

1) Os encontros e desencantos do passado não perturbam as relações luso-marroquinas actuais. Pelo contrário, o facto de existirem testemunhos cá e lá provenientes das circunstâncias históricas aproximam os dois povos;

2) O Rei é o garante da unidade do território e o elemento moderador por excelência da vida política, económica e social do país. Ele tem orientado com prudência o diálogo entre as forças afectas ao poder e à oposição. Simultaneamente, Hassan II, tem sabido atenuar as tensões de origem religiosa e laboral;

3) Marrocos apresenta problemas estruturais que adiaram o desenvolvimento sócio-económico. No entanto, o processo de modernização iniciou-se a partir de meados dos anos 80 e acentuou-se na década de 90. Actualmente, é fundamental conseguir uma maior autonomia em bens intermédios e evitar o alto grau de dependência existente em relação às variações climatéricas;

4) A integração magrebina não foi ainda conseguida, apesar da existência formal da UMA. Ela só poderá ser concretizada quando se resolverem todos os conflitos regionais. Entre estes, o destino do Sara Ocidental ocupa um lugar de destaque na "agenda política" do Magrebe. Isso não significa a ausência de cooperação horizontal. O gasoduto euro-magrebino reflecte esse empenho. A resolução dos diferendos poderia desencadear um aumento dos fluxos comerciais e do trânsito de pessoas e bens. O estabelecimento de um mercado alargado mais homogéneo beneficiaria, certamente, Marrocos e Portugal;

5) A adesão dos países ibéricos à Comunidade Europeia não prejudicou a posição de Marrocos face àquela organização. Pelo contrário, encontraram-se mecanismos financeiros e comerciais com o objectivo de aprofundar o relacionamento euro-marroquino, nomeadamente, os associados aos conceitos de Política Mediterrânica Renovada e parceria. É o caso dos protocolos financeiros, dos acordos de pesca e associação, e dos recentes programas MED;

6) Portugal tem adoptado, na sua qualidade de membro da União Europeia, uma política em sintonia com as pretensões marroquinas de uma ligação progressivamente mais forte com a Europa. A Declaração de Lisboa de Junho de 1992 espelha tal propósito reforçando, de certa forma, a resposta comunitária subsequente ao pedido de adesão de Rabat à Comunidade. O mesmo se pode deduzir do discurso das autoridades portuguesas, tanto nas reuniões bilaterais como no seio da UE. Essa vontade foi novamente expressa na Conferência de Barcelona de 1995;

7) O bom relacionamento político luso-marroquino não se tem propagado ao domínio económico. As trocas comerciais e o investimento bilateral reflectem essa situação. No entanto, existe um espaço aberto a uma maior cooperação no sector conserveiro, no turismo, na construção civil e naval, na criação de barragens e auto-estradas, na formação profissional, no campo cultural e tecnológico;

8) A deslocalização de empresas é uma possibilidade real de efectivar as ideias acima referidas. No entanto, Marrocos necessita de acelerar o processo de desburocratização e de eficiência do sistema administrativo-legal no sentido de captar o investimento estrangeiro. A parte portuguesa deve estimular os empresários nacionais a aceitar o desafio norte-africano, proporcionando-lhes condições vantajosas, nomeadamente no acesso ao crédito.



Bibliografia

A) Livros

- Alaoui, Mohamed B. E. H., La Coopération Entre L'Union Européenne et les Pays du Maghreb, Paris, Nathan, 1994.
- Aliboni, Roberto, Multilateral Political Cooperation in Mediterranean, Polic., Rome, Istituto Affari Internazionali (IAI), September 1994.
- Amaral, Augusto Ferreira do, História de Mazagão, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- Balta, Paul, Le Grand Maghreb des Indépendances à l'An 2000, Paris, La Découverte, 1990.
- Barroso, J. M. Durão, A Política Externa Portuguesa, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Col. "Biblioteca Diplomática" - Série C, 1995.
- Batalha, Luís, Marrocos: Retrato de um País, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Julho 1996.
- Benoist-Méchin, Jacques, Histoire des Alaouites, Paris, Perrin, 1994.
- Berramdane, Abdelkhaleq, "Le Maroc et l'Europe: un destin commun", in Basfao, Kacem et Henry, Jean-Robert (dir.), Le Maghreb, l'Europe et La France, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, pp. 39-56.
- Bielenstein, Dieter, Europe's Future in the Arab View, Fort Lauderdale, USA, Verlag breitenbach Publishers, 1981.
- Bistolfi, Robert, "Euro-Mediterranée: Pour un Projet Regional", in Biblio Flash, L'Europe et la Mediterranée, Commission Européenne, 1995, pp. 48-62.
- Branciard, Michel, Le Maghreb au coeur des crises, Lyon, Chronique Sociale, Octobre 1992.
- Brandão, Castro, Subsídios para a História Diplomática Portuguesa (O Tratado Luso-Marroquino de 1774), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971.
- Brignon, Jean, Histoire du Maroc, Casablanca, Hatier, 1990.
- British Department of Trade and Industry, Setting up in Business in Morocco, London, DTI Export Publications, May 1995.
- Burgat, Françoise, L'Islamisme au Maghreb, Paris, Éditions Payot, 1995.

- Burlot, Joseph, A Civilização Islâmica, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1992.
- Camille et Lacoste, Yves (dir.), L'Etat du Maghreb, Paris, Éditions La Découverte, 1991.
- Campo, Teresa Losada, La Inmigración Marroquí en los Últimos Veinte Años (Communication au Colloque de Gredos IV), Polic., pp. 5-9, Février 1990.
- Campos, João Mota de, Direito Comunitário, 4ª ed., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, Vol. I, 1989.
- Carvalho, Henrique Martins de, Política Externa Portuguesa, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Col. "Estudos de Ciências Políticas e Sociais", 1964.
- Carvalho, Virgílio de, Cumprir Agora Portugal, Lisboa, Difel, 1987.
- Castro, Armando, História Económica de Portugal, Lisboa, Editorial Caminho, Vol. III, 1985.
- Centre de Documentation et de Recherche européennes de l'Université de Rennes I, L'Espagne et le Portugal dans la CEE: Interrogations et enjeux, Paris, La Documentation française, 1986.
- Centre Français du Commerce Extérieur, S'Implanter au Maroc, Centre Français du Commerce Extérieur, Paris, 1993.
- Coelho, António Borges, Portugal na Espanha Árabe, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, Vol. I, Vol. II, 1989.
- Commission Européenne, L'Union Européenne Dans le Contexte des Échanges Mondiaux, Luxembourg, 1994.
- Diffie, Bailey W., Prelúdio ao Império, 1ª ed. port., Lisboa, Editorial Teorema, Col. Cabo a Cabo, 1989.
- Direcção-Geral do Comércio Externo, Portugal - Países Mediterrânicos (Magrebe e Outros), Lisboa, DGCE, Dezembro de 1991.
- Duroselle, Jean-Baptiste, A Europa de 1815 aos nossos dias, 3ª ed., São Paulo, Pioneira, 1989.
- Ennaji, Mohamed, "Le Maroc et L'Atlantique durant les temps modernes", in Kaddouri, Abdelmajid (coord.), Le Maroc et L'Atlantique, Rabat, Publications de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Rabat, 1992, pp. 95-120.
- Epalza, Mikel, Los Moriscos Antes y Después de la Expulsión, 2ª ed., Madrid, Editorial Mapfre, Col. El Magreb, 1994.
- Essakali, Larbi (dir.), Naissance d'un foyer de civilisation, Rabat, Nord Organisation, Col. Le Memorial du Maroc, 1983.

- Esteves, Pedro A. R., O Grande Magrebe: Análise Contemporânea, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 1996.
- European Commission, Annotated Summary of Agreements Linking the Communities With Non- Member Countries, Brussels, June 1994.
- Eurostat, États du Maghreb 1994, Luxembourg, Statistisches Bundesamt, 1994.
- Faria, Fernanda, Politiques de sécurité au Maghreb: Les impératifs de la stabilité intérieure, Lisbonne, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Col. "Cahiers du Lumiar", Septembre 1994.
- Favrod, Charles-Henri, Os Árabes, 8ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, Col. Encic. Do Mundo Actual, 1977.
- Ferreira, Manuel Ennes, "Relações entre Portugal e África de língua portuguesa: comércio, investimento e dívida (1973-1994)" in Análise Social, nº 129, 1994, pp. 1071-1121.
- Gabriel-Leroux, J., Primeiras Civilizações do Mediterrâneo, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.
- Gama, Jaime, Política Externa Portuguesa 1983-1985, Lisboa, MNE, Col. "Biblioteca Diplomática" - Série C, 1985.
- Gómez-Jordana, Rafael, Diplomacia Calida, Madrid, Grupo Libro, 1994.
- Hourani, Albert, Uma História dos Povos Árabes, 3ª ed., São Paulo, Editora Schwarcz, 1994.
- Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP), Marrocos, ICEP, Novembro de 1994.
- Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP), Marrocos, ICEP, Junho de 1995.
- Khader, Bichara, "Le Partenariat Euro-Mediterraneen", in Biblio Flash, L'Europe et la Méditerranée, Commission Européenne, 1995, pp. 39-45.
- Kissinger, Henry, Diplomacy, London, Simon & Schuster, 1995.
- Lara, António de Sousa, Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias, 2ª ed., Lisboa, Pedro Ferreira, 1995.
- Leymarie, Serge & Tripier, Jean, Maroc: le prochain dragon?, Paris, Karthala, 1993.
- Lewis, Bernard, Os Árabes na História, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- Lizana, Antonio Garcia, Desarrollo y Empleo en la Ribera Norte Del Mediterraneo (España, Portugal, Italia y Francia), Granada, Universidad De Granada, 1990.

- Lopes, David, A Expansão em Marrocos, Lisboa, Editorial Teorema, Col. Cabo a Cabo, 1989.
- López, Bernabé, España-Magreb Siglo XXI, Madrid, Mapfre, 1992.
- Lorca, Alejandro V., "Double échec économique du passé, espoirs pour l'avenir", in Álvaro Vasconcelos, (dir. de), Européens et Maghrébins, Paris, Karthala, 1993, pp. 137-161.
- Lugan, Bernard, Histoire du Maroc, 1^a ed., Paris, Critérion, 1992.
- Malki, Habib El, La Coopération Entre les Deux Rives de la Méditerranée a L'Épreuve Dans les Années 90: Le Cas des Relations CEE-UMA, Polic., Madrid, Academie du Royaume du Maroc, 1989.
- Mantrand, Robert (dir. de), As Grandes Datas do Islão, Lisboa, Editorial Notícias, 1992.
- Martinez, José F. T., O Mundo Árabe e as Suas Relações Económicas com Portugal, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Vol. I, Col. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1958.
- Martinez, Pedro Soares, História Diplomática de Portugal, Lisboa, Verbo, 1986.
- Mattoso, José (dir. de), História de Portugal, 1^a ed., Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. I, 1992.
- M'Daghri, Moulay D. Alaoui, Le Maghreb en Devenir: Reflexions et Interrogations, Polic., Madrid, Academie du Royaume du Maroc, 1989.
- Medeiros, Eduardo Raposo de, Economia Internacional, 3^a ed., Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 1992.
- Ministère de l'Information Marocain, Le Maroc — 30 Années de Développement, Ministère de l'Information Marocain, Juillet 1991.
- Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, Guia de Mercados: Marruecos, Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX), Septiembre 1992.
- Ministère des Affaires Economiques et Sociales, Le Maroc en Chiffres 1992, Rabat, Direction des Études et de la Communication de la Banque Marocaine du Commerce Extérieur, 1992.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal nas Comunidades Europeias (Quinto Ano - 1990), Lisboa, MNE, 1990, pp. 393-394.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal nas Comunidades Europeias (Sétimo Ano - 1992), Lisboa, MNE, 1993, pp. VII, VIII, 81-82.
- Ministère du Commerce Extérieur, Investir au Maroc, Rabat, Ministère du Commerce Extérieur, 1994.
- Muñoz, Gema Martín (dir.), Democracia y Derechos Humanos en el Mundo Árabe, Madrid, Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe (ICMA), 1993.

- OCDE, Migration and Development, Paris, OCDE, 1994.
- Ourabah, Mahmoud, La Coopération Euro-Maghrébine et l'Intégration Economique de l'Afrique du Nord, Genève, Polic., 1990.
- Parisot, Benoit; Blin, Louis, "Les Relations Économiques Entre la CEE et les Pays du Maghreb", in Le Maghreb, l'Europe et La France, Paris, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1992, pp. 57-95.
- Rhezouani, Rachidi El ; M'hamed, Zriouli, Pour une Stratégie Fondée sur L'Emploi et les Besoins Essentiels au Maroc, Rabat, Les Éditions Guessous, 1991.
- Rato, Helena, O Impacto da Adesão de Portugal e Espanha Sobre o Comércio Externo dos Países do Magrebe, Lisboa, INA/CEDEP, 1990.
- Ritto, Luis Miguel L., A Política Comunitária de Desenvolvimento Motor das Relações e da Cooperação Norte-Sul, Lisboa, Polic., Out. 1992.
- Saraiva, José Hermano, História Concisa de Portugal, 15ª ed., Lisboa, Publ. Europa-América, 1992.
- Sekkat, Mohamed, Les Horizons de la Cooperation Entre les Differentes Ensembles Regionaux, Madrid, Polic., 1989.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, História de Portugal, Lisboa, Verbo, Vol. II, 1978.
- Serrão, Joel, Cronologia Geral da História de Portugal, 5ª Ed., Lisboa, Livros Horizonte, Col. Horizonte, 1986.
- Slim, Habib, "Le Codéveloppement. Un nouveau modèle de la coopération euro-maghrébine", in Álvaro Vasconcelos (dir. de), Européens et Maghrébins, Paris, Karthala, 1993, pp. 113-136.
- Sourdel, Dominique, O Islão, 2ª Ed., Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1991.
- Troin, Jean-François (dir. de), Le Maghreb: hommes et spaces, 2ª ed., Paris, Armand Colin, 1985.
- Vadney, T. E., The World Since 1945, London, Penguin Books, 1990.
- Veiga, Paula A. C. Veloso da, União Europeia - Magrebe: Rupturas, Interdependência, Cooperação e Integração, Polic., Lisboa, ISEG, 1995.
- Zoubir, Yahia H., "The Algerian Political Crisis", in Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais/Friedrich Ebert Foundation, The Relations Between the EU and the Maghreb in a Changing Political Context, Polic., Lisboa, October 1995, pp. 1-19.

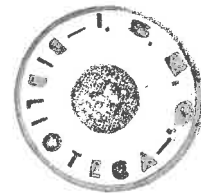
B) Publicações Periódicas

- Alaoui, Assia Bensalah, "Les Relations Entre L'Europe et le Monde Arabe: "Cooperative Security"", in Nação e Defesa, nº 73, Jan.-Mar. 1995, pp. 185-211.
- Alves, João Manuel Bicho Silva [et. al.], "O Magrebe na Perspectiva de um Conceito Alargado de Segurança", in Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, nº 31, Maio de 1994, pp. 77-106.
- Alves, José Lopes, "Os Fenómenos Guerra e Estratégico no Alcorão", in Revista Militar, nº 1, Janeiro de 1994, pp. 27-108.
- Balta, Paul, " L'UMA et le défi de la CEE", in Confluences Méditerranée, nº 7, Eté 1993, pp. 55-65.
- Bispo, António de Jesus, "A Segurança no Mediterrâneo", in Revista Militar, nº 9, Setembro de 1994, pp. 825-848.
- Braga, Paulo Drumond, "Da Defesa Militar de Ceuta", in Revista Militar, nº 3, Março de 1995, pp. 157-192.
- Companhia de Seguro de Créditos, S. A. (COSEC), In-Formando, nº 5, Maio 1995, pp. 12-13.
- Cordellier, Serge; Didiot, Béatrice, L'État du Monde 1995, Paris, Éditions La Découverte, 1994.
- Elktiri, Mustapha, "Le point de la situation économique et sociale à la rentrée d'octobre 1993", in La Vie Industrielle et Agricole, nº 357, 20 Octobre 1993, pp. 16-17.
- Europe, nº 6349, 3 Novembre 1994, p. 5.
- Europe, nº 6350, 4 Novembre 1994, p. 6.
- Europe, nº 6353, 9 Novembre 1994, pp. 13-14.
- Europe, nº 6358, 17 Novembre 1994, pp. 9-10.
- Europe, nº 6362, 23 Novembre 1994, pp. 10-11.
- Europe, nº 6364, 25 Novembre 1994, p. 6 bis.
- Europe, nº 6367, 30 Novembre 1994, p. 9.
- Europe, nº 6371, 5/6 Décembre 1994, p. 11.
- Europe, nº 6378, 14 Décembre 1994, p. 11.
- Europe, nº 6381, 17 Décembre 1994, pp.7-8, 10.
- Europe, nº 6382, 19/20 Décembre 1994, p. 6.
- Europe, nº 6385, 23 Décembre 1994, p. 7.

- Europe, n° 6387, 28 Décembre 1994, pp. 5-6.
- Europe, n° 6388, 29 Décembre 1994, p. 8.
- Europe, n° 6397, 13 Janvier 1995, pp. 6-7.
- Europe, n° 6398, 14 Janvier 1995, p. 7.
- Europe, n° 6418, 11 Février 1995, p. 8.
- Europe, n° 6419, 13/14 Février 1995, pp. 9-10.
- Europe, n° 6425, 22 Février 1995, p. 8.
- Europe, n° 6435, 8 Mars 1995, pp. 6-7.
- Europe, n° 6436, 9 Mars 1995, p. 6.
- Europe, n° 6443, 18 Mars 1995, p. 5.
- Europe, n° 6448, 25 Mars 1995, p. 8.
- Europe, n° 6450, 29 Mars 1995, p. 9.
- Europe, n° 6455, 5 Avril 1995, p. 11.
- Europe, n° 6465, 21 Avril 1995, pp. 10-12.
- Europe, n° 6466, 22 Avril 1995, p. 6.
- Europe, n° 6471, 29 Avril 1995, p. 8.
- Europe, n° 6478, 11 Mai 1995, pp. 10-11.
- Europe, n° 6480, 13 Mai 1995, pp. 7-8.
- Europe, n° 6482, 17 Mai 1995, p. 8.
- Europe, n° 6495, 6/7 Juin 1995, p. 11.
- Europe, n° 6497, 9 Juin 1995, pp. 7-8, 14.
- Europe, n° 6499, 12/13 Juin 1995, p. 5.
- Europe, n° 6515, 5 Juillet 1995, p. 5.
- Europe, n° 6517, 7 Juillet 1995, p. 6.
- Europe, n° 6518, 8 Juillet 1995, p. 9.
- Europe, n° 6520, 12 Juillet 1995, p. 11.
- Europe, n° 6523, 15 Juillet 1995, pp. 6-7.
- Europe, n° 6528, 24/25 Juillet 1995, p. 7.

- Europe, n° 6534, 2 Août 1995, p. 3.
- Europe, n° 6541, 11 Août 1995, p. 1.
- Europe, n° 6543, 17 Août 1995, p. 2.
- Europe, n° 6546, 22/23 Août 1995, p.4.
- Europe, n° 6549, 26 Août 1995, p. 4.
- Europe, n° 6550, 28/29 Août 1995, p. 4.
- Europe, n° 6613, 25 Novembre 1995, pp. 10-11.
- Europe, n° 6614, 27/28 Novembre 1995, p. 7.
- Europe, n° 6615, 29 Novembre 1995, pp. 8-9 bis.
- Europe, n° 6617, 1^{er} Décembre 1995, p. 10.
- Goybet, Catherine, "Aide au Développement, Démocratie et Droits de L'Homme: Premier Bilan", in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, n° 372, Novembre 1993, pp. 775-777.
- Goybet, Catherine, "Le Libre Échange est-il une Réponse au Défi Méditerranéen?", in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, n° 358, Mai 1992, pp. 365-366.
- Jornal Almaghrib, 25/1/94.
- Jornal Courrier International, n° 242, Du 22 Juin au 28 Juin 1995.
- Jornal Diário de Notícias, 1/6/94.
- Jornal Diário de Notícias, 11/10/95.
- Jornal Diário Económico, n° 1188, 17/10/95.
- Jornal El País, 15/1/94.
- Jornal El País, 17/4/94.
- Jornal El País, 22/4/94.
- Jornal El País, 27/4/94.
- Jornal El País, 28/4/94.
- Jornal El País, 21/5/94.
- Jornal El País, 27/5/94.
- Jornal El País, 1/6/94.

- Jornal El País, 9/6/94.
- Jornal El País, 10/7/94.
- Jornal El País, 22/7/94.
- Jornal El País, 10/11/94.
- Jornal Expresso, 10/12/94.
- Jornal Expresso, 30/3/96, p. 8.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 350, 5 Juin 1993, p. 3.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 354, 5 Septembre 1993, pp. 15-17.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 356, 5 Octobre 1993, pp. 6-12.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 357, 20 Octobre 1993, pp. 16-17.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 359, 20 Novembre 1993, p. 3.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 363, 20 Janvier 1994, pp. 9-11.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 366, 5 Mars 1994, pp. 15-16.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 369, 20 Avril 1994, p. 4.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 379, 20 Novembre 1994, pp. 6, 24.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 380, 5 Décembre 1994, p. 14.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 384, 5 Février 1995, p. 12.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 369, 5 Septembre 1995, p. 7.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 400, 20 Novembre 1995, pp. 9, 11-12.
- Jornal La Vie Industrielle et Agricole, n° 405, 5 Février 1996, p. 16.
- Jornal Le Monde, 20/2/94.
- Jornal Le Monde, 25/5/94.
- Jornal Le Monde, 10/9/94.
- Jornal Le Monde, 3/11/95.
- Jornal Maroc hebdo, 21/1/94.
- Jornal O Independente, n° 391, 10/11/95.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE), n° L 197/1, 27 de Julho de 1985.



- Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JOCE), nº L 306, 19 de Dezembro de 1995.
- Jornal Público, 16 de Março de 1994.
- Jornal Público, nº 1921, 12 de Junho de 1995.
- Jornal Público, nº 1937, 28 de Junho de 1995.
- Jornal Público, nº 1988, 18 de Agosto de 1995.
- Jornal Público, nº 1999, 29 de Agosto de 1995.
- Jornal Público (Suplemento Economia), nº 2005, 4 de Setembro de 1995.
- Jornal Público, nº 2008, 7 de Setembro de 1995.
- Jornal Público, nº 2012, 11 de Setembro de 1995.
- Jornal Público, nº 2015, 14 de Setembro de 1995.
- Jornal Público, nº 2308, 5 de Julho de 1996.
- Mansouri, Ottman Al, "L'Histoire Contemporaine du Maroc dans les Archives Portugaises", in Miege, Jean-Louis (dir.), Revue Maroc — Europe, nº 6, 1994, pp. 321-330.
- Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2543, 5 Août 1994, pp. 1639, 1643-1644.
- Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2573, 3 Mars 1995, pp. 433-434.
- Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2574, 10 Mars 1995, pp. 532-533.
- Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2577, 31 Mars 1995, pp. 676, 681.
- Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2578, 7 Avril 1995, pp. 732-733.
- Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2579, 14 Avril 1995, pp. 771-772, 778-779.
- Marchés Tropicaux et Méditerranéens, nº 2589, 23 Juin 1995, p. 1319.
- Mezdour, Salah, "L'Émigration Maghrébine en Europe", in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, nº 366, Mars 1993, pp. 237-241.
- Mezdour, Salah, "Les Associés de la CEE entre Préférence Commerciale Et Préférence Communautaire", in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, nº 375, Février 1994, pp. 114-117.
- Mezdour, Salah, "Les Relations Économiques Maghreb-CEE: Suggestions pour une Nouvelle Politique", in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, nº 357, Avril 1992, pp. 300-302.

- Montbrial, Thierry de, et Jacquet, Pierre (dir. de), Ramses 96, Paris, Dunod- Institut François des Relations Internationales (IFRI), 1995.
- Oliveira, F. Alcide de, "Alcácer Quibir. A marcha para a batalha — concretização possível", in Revista Militar, nº 5, Maio de 1995, pp. 341-365.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 13 a 17/1/92.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 11 a 15/5/92.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 14 a 18/9/92.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 26 a 30/10/92.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 16 a 20/11/92.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 14 a 18/12/92.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 13 a 17/9/93.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 17 a 21/1/94.
- Parlamento Europeu, Perspectiva, Estrasburgo, PE, Sessão Parlamentar de 7 a 11/3/94.
- Revista ELO (Cooperação e Desenvolvimento), nº 23, Novembro/Dezembro 1995, pp. 51-53.
- Revista Exportar, ICEP, nº17, Janeiro/Fevereiro 1991, pp. 5-27.
- Ryba, Barbara-Christine, "La Politique Étrangère et de Sécurité Commune (PESC)", in Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne, nº 384, Janvier 1995, pp. 14-35.
- Sehimi, Mustapha, "Modèles et Stratégies au Maghreb", in La Vie Industrielle et Agricole, nº 294, 5 Octobre 1990, pp. 5-7.
- The Economist, nº 7852, February 26th, 1994.
- Tomé, António de Almeida, "A Situação e a Segurança no Magrebe", in Revista Militar, nº 5, Maio de 1994, pp. 491-512.
- Veiga, José [et. al.], "A Segurança Colectiva e a Problemática Norte-Sul", in Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares, nº 34, Maio de 1995, pp. 77-116.

C) Outros Documentos

- Azziman, Omar, "Le dispositif de promotion des droits de l'homme s'est édifié depuis 1990", in La Vie Économique (numéro spécial), Novembre 1995, pp. 11-13.
- Berraoui, Jamal, "Libéralisation et privatisations: la voie sinueuse du retrait de l'État", in La Vie Économique (numéro spécial), Novembre 1995, p. 53.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão ao Conselho sobre a aplicação de medidas relativas às trocas comerciais no quadro da política mediterrânica renovada, COM (91) 179 final, Bruxelas, 22/5/1991.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Reforço da política mediterrânica da União Europeia: estabelecimento de uma parceria euromediterrânica, COM (94) 427 final, Bruxelas, 1994.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Reforço da Política Mediterrânica da União Europeia: Propostas Para a Criação de uma Parceria Euro-Mediterrânica, COM (95) 72 final, Bruxelas, 8/3/1995.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a complementariedade entre a política comunitária de cooperação para o desenvolvimento e as políticas dos Estados-membros, COM (95) 160 final, Bruxelas, 3/5/1995.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a situação e as perspectivas do regime comum de pesca no Mediterrâneo, COM (95) 106 final, Bruxelas, 29/3/95.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão: Apoio da Comunidade Europeia às iniciativas de integração económica regional nos países em desenvolvimento, COM (95) 219 final, Bruxelas, 16/6/1995.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão: Comunidade Europeia: O Abastecimento de Gás e Suas Perspectivas, COM (95) 478 final, Bruxelas, 18/10/1995.
- Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão Relativa à Tomada em Consideração do Respeito dos Princípios Democráticos e dos Direitos Humanos nos Acordos Entre a Comunidade e os Países Terceiros, COM (95) 216 final, Bruxelas, 23/5/1995.
- Comissão das Comunidades Europeias, Do Acto Único ao pós-Maastricht: Os Meios Para Realizar as Nossas Ambições, COM (92) 2000 final, Bruxelas, 11/2/1992.
- Comissão das Comunidades Europeias, Programa de Trabalho da Comissão Para 1995, COM (95) 26 final, Bruxelas, 8/2/1995.

- Comissão das Comunidades Europeias, Proposta de Regulamento (CE) do Conselho - Medidas financeiras e técnicas a favor dos territórios e países terceiros mediterrânicos: rubrica orçamental MEDA, COM (95) 204 final, Bruxelas, 1995.
- Comissão Europeia, Boletim da União Europeia (Suplemento 2/95), Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1995.
- Comissão Europeia, "Declaração de Barcelona e programa de trabalho", in Boletim da União Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 1995, pp. 149-160.
- Comité Económico e Social das Comunidades Europeias, Parecer sobre a Parceria Euro-mediterrânica, Bruxelas, 13-14 de Setembro de 1995.
- Communautés Européennes, Recueil de Textes Coopération I (1^{er} Janvier 1984 - 31 Décembre 1984), Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1985, pp. 149-153.
- Communautés Européennes, Recueil de Textes Coopération II (1^{er} Janvier 1985 - 31 Décembre 1985), Luxembourg, Office des publications officielles des Communautés européennes, 1986, pp. 129-136.
- Communautés Européennes, Recueil des Accords conclus par les Communautés européennes 1958-1975, Vol. 4, Bruxelles, Communautés Européennes, 1975, pp. 717-743.
- Conselho das Comunidades Europeias, Compilação de Textos Cooperação III (1 de Janeiro de 1986 - 31 de Dezembro de 1986), Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1988, pp. 199-219.
- Conselho das Comunidades Europeias, Compilação de Textos Cooperação IV (1 de Janeiro de 1987 - 31 de Dezembro de 1987), Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1988, pp. 423-431, 479.
- Conselho das Comunidades Europeias, Protocolos do Acordo de Cooperação CEE-Marrocos e Outros Textos de Base, Bruxelas, Conselho das Comunidades Europeias, 1991.
- Conselho Europeu, Conselho Europeu de Cannes (26-27 de Junho de 1995), Polic., 1995.
- Conselho Europeu, Declaração do Conselho Europeu de Lisboa de 26 de Junho 1992, Polic., Lisboa, MNE, 1992.
- Conselho Europeu, Declaração do Conselho Europeu Sobre as Relações Euro-Magrebinas, Bruxelas, 1992, pp. 47-49.
- "Declaration de Barcelone" (27-28 Novembre 1995), in Biblio Flash, L'Europe et la Méditerranée, Commission Européenne, 1995, pp. 8-15.
- Desenvolvimento, A Ajuda Pública ao Desenvolvimento por Parte da Comunidade Europeia e dos Seus Estados Membros, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, Dez. 1990.

- Développement, Les Pays du Grand Maghreb et la Communauté Européenne, Commission Des Communautés Européennes, Bruxelles, Janvier 1991.
- Diário da República, "Protocolo Financeiro Entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos", n° 32, 8/2/94, pp. 617-618.
- Diário da República, "Protocolo de Partenariado Entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos", n° 32, 8/2/94, p. 620.
- Diário da República, "Acordo Entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos Sobre Cooperação no Domínio da Luta Contra o Terrorismo e a Criminalidade Organizada", n° 149, 30/6/94, pp. 3436-3439.
- Diário da República, "Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa Entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Marrocos", n° 18, 21/1/95, pp. 362-364.
- Europe Documents, Rapport de la Commission sur la Crise du Secteur de la Pêche: Les Elements de Solution, n° 1894, 3 Septembre 1994.
- Europe Documents, Declaration de Noordwijk du Conseil des Ministres de L'UEO, n° 1910, 19 Novembre 1994.
- Europe Documents, Les Conclusions Preliminaires pour la Definition d'une Politique Européenne de Defense Commune Examinées par le Conseil de L'UEO a Noordwijk, n° 1911, 22 Novembre 1994.
- Europe Documents, Rapport du Conseil sur les Relations entre l'Union Européenne et les Pays Mediterranéens. en Preparation a la Conference qui se Déroulera les 27 et 28 Novembre a Barcelone, n° 1930/31, 27 Avril 1995.
- Europe Documents, Texte Final de la Reunion Ministerielle de L'UEO - Déclaration de Lisbonne, n° 1933, 17 Mai 1995.
- Europe Documents, Conseil Européen de Cannes (26-27 Juin 1995), n° 1942, 29 Juin 1995.
- Europe (Édition Spéciale - Sommet de Essen), n° 6376, 11 Décembre 1994.
- European Commission, "The MED Programmes Handbook — Your Guide to Euro-Mediterranean Partnership", in Biblio Flash, L'Europe et La Méditerranée, Commission Européenne, 1995.
- Guia Do Terceiro Mundo 1993, Lisboa, Tricontinental Editora, 1993.
- Jornal La Vie Économique (numéro spécial), Novembre 1995.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias (Edição Especial), "Relações Externas", 1985.

- Le Dossier de L'Europe, Les programmes intégrés méditerranéens, Commission des Communautés Européennes, Mai 1989.
- Lopes, M. Conceição (coord.), Tratado de Roma - Comunidade Económica Europeia (CEE), Coimbra, Almedina, 1987.
- Ministère de l'Information, Visite Officielle de sa Majesté le Roi Hassan II au Portugal (21-24 Septembre 1993), Rabat, Ministère de l'Information, Novembre 1993.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Acto Geral da Conferência Internacional de Algeciras", in Nova Coleção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados Entre Portugal e as Mais Potências (1904-1906), Coimbra, Imprensa da Universidade, Tomo XII, 1916, pp. 181-233.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, As Relações Entre a União Europeia e o Mediterrâneo - Uma Nova Parceria, Lisboa, Polic., Junho de 1995.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Carta do Presidente (em exercício) do Conselho das Comunidades Europeias dirigida ao Rei Hassan II de Marrocos, Polic., MNE, Outubro de 1987.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Carta do Rei Hassan II de Marrocos dirigida ao Presidente (em exercício) do Conselho das Comunidades Europeias, Polic., MNE, Julho de 1987.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Mandato relativo à celebração de um novo acordo entre Marrocos e a Comunidade e os seus Estados-membros, Polic., Lisboa, 1993.
- Presidência do Conselho de Ministros, Programa do XIII Governo Constitucional, Polic., Presidência do Conselho de Ministros, Novembro de 1995.
- Regulamento (CEE), nº 1462/69 do Conselho de 23/7/69.
- The Economist Intelligence Unit Country Profile, Morocco-1994/95, London, The Economist Intelligence Unit Limited, 1994.
- Védrine, Hubert, "La marche vers l'État de droit", in La Vie Économique (numéro spécial), Novembre 1995, p. 9.

ANEXOS*

* Os anexos estão organizados por ordem cronológica

ANEXO I

**Entrevista ao Embaixador de Portugal em Marrocos,
Sr. Dr. António Valente. Ocorreu em Rabat, em 29/11/95,
na Chancelaria da Embaixada de Portugal.**

P. (Pergunta): Sr. Embaixador, pensa que os acontecimentos históricos do passado são um entrave ao aprofundamento das relações Portugal-Marrocos?

R. (Resposta): Estou certo que não. Tanto o povo português como o povo marroquino assumem hoje, sem complexos, o seu relacionamento passado, dando provas de uma maturidade exemplar. A ocupação árabe em Portugal, tal como a portuguesa em Marrocos, deixaram em ambos os países traços profundos da maior diversidade (no plano arquitectónico, literário, agrícola, comercial, etc.) que influenciaram ambas as culturas e que constituem hoje um património vivo que tem de se preservar e valorizar.

É sob essa óptica, que tanto em Portugal como em Marrocos, esse passado hoje é visto e tido em conta, funcionando assim de modo positivo como um factor de estreitamento de relações.

Deste modo, há equipas de universitários/investigadores marroquinos que se deslocam a Portugal para efecturem investigações no sul do país, designadamente em Mértola e sob a orientação do Prof. Cláudio Torres, a fim de estudarem o significado e a importância da presença árabe em Portugal. São também concedidas, actualmente, bolsas de estudo a estudantes marroquinos para elaborarem trabalhos junto de faculdades portuguesas sobre a história do relacionamento entre Portugal e o Magrebe.

Por outro lado, posso acrescentar-lhe que nos contactos mantidos com as autoridades marroquinas, se sente um interesse crescente pela restauração e conservação do património de origem portuguesa existente em Marrocos. Veja o exemplo da restauração recente da torre de menagem do castelo de Arzila, que justificou a vinda do Presidente da República para a sua inauguração e que contou igualmente com a presença do Príncipe herdeiro, em representação do Rei Hassan II.

Existem também protocolos de cooperação entre a Direcção do Património marroquino e o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) para o restauro de outros monumentos como o castelo de Alcácer Ceguer. Se tiver ocasião de visitar a cidade de El-Jadida (ex-Mazagão) verá o cuidado e carinho com que os vestígios da presença portuguesa são tratados e protegidos sem qualquer acrimónia e atitude menos agradável por parte dos habitantes e autoridades locais.

Penso que se pode concluir que os sinais visíveis das presenças recíprocas dos dois povos numa e noutra margem do Mediterrâneo são hoje em dia factor importante de ligação entre os dois países.

P. Como é que se caracteriza as relações entre os dois países até à integração europeia. Pensa que é correcto afirmar-se que as relações se alteraram substancialmente com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia e nesse sentido falar-se das relações até 1986 e a partir desta data?

R. Não se pode dizer que haja uma alteração substancial ou que se verifica uma grande diferença estrutural entre o tipo de relações existentes antes e depois da adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Em meu entender, o que se verifica é que as relações internacionais evoluíram profundamente nos últimos anos e o fim do mundo bipolar em que vivíamos foi também sentido ao nível do processo de integração europeia, determinando a sua aceleração e transformando o tipo de relação entre os grandes espaços regionais, políticos e económicos.

Neste contexto, pode-se considerar que as relações bilaterais foram reformuladas, uma vez que se verificou a passagem para uma relação mais alargada cuja complexidade não pode ser ignorada no plano bilateral.

Ora, Portugal e Marrocos têm mantido com grande constância excelentes relações, mas elas têm de ter em conta o facto de Portugal ser, desde 1986, membro desse enorme espaço formado pela União Europeia. Esta alteração implica, por exemplo, transformações bilaterais na política das pescas. Já não se está no campo da mera concessão unilateral de licenças de pesca por parte das autoridades marroquinas a pescadores portugueses, mas encontramos-nos num novo domínio em que o esforço de pesca tem de ser integrado no âmbito da frota pesqueira europeia e de acordo com os contingentes negociados pela União Europeia com Marrocos. Isto pode ser generalizado a outras áreas como a agricultura e a indústria têxtil. Por isso, como lhe dizia deve ter-se em conta esta alteração qualitativa que resulta do facto das relações serem mais alargadas por força desta nova dimensão regional.

P. Pensa que o factor segurança prevalece sobre a componente económica, atendendo ao discurso de aproximação dos países do norte do Mediterrâneo aos do sul apesar de terem produtos concorrentes, por exemplo, no domínio alimentar? O distanciamento não poderia proteger mais os países do sul da Europa do ponto de vista económico?

R. Penso que a questão da segurança é, sem dúvida, um problema importante, embora se coloque agora, também em termos qualitativamente

diferentes, uma vez que as circunstâncias internacionais se modificaram. De um modo geral, tudo se alterou com a queda do bloco de leste e com o fim da "guerra fria". Um dos efeitos principais desta transformação sentiu-se precisamente na zona do Mediterrâneo. Os progressos verificados na resolução do conflito no Médio Oriente são reflexo disso. Também alguns dos problemas tratados na Conferência de Barcelona como a desnuclearização daquela zona, a luta contra o terrorismo e a estabilidade política e económica dos Estados são aspectos de segurança que devem ser cuidadosamente avaliados.

O ponto de vista dominante em Marrocos —que a U.E. também partilha — é o de que a questão da segurança não deve ser analisada isoladamente, mas sim ligada ao desenvolvimento: para se criar uma sociedade estável em que haja estabilidade política, tem de se pensar no bem estar das populações e na melhoria dos índices económicos. Daí que Marrocos, ao longo dos contactos mantidos com a NATO, a UEO, ou a União Europeia tenha sido especialmente sensível a tudo o que diz respeito á cooperação económica, social e cultural.

P. Ainda acerca deste tema, pensa que o fundamentalismo islâmico pressupõe uma reacção ao desenvolvimento ou a determinado tipo de desenvolvimento?

R. O islamismo não é uma religião de intolerância. Marrocos é disso exemplo. É uma nação muçulmana, onde há convivência de credos políticos vários e até de religiões várias, de modo aberto.

No plano económico regista-se a mesma abertura, com a política actualmente adoptada de privatizações do sector estatal e de liberalização da economia, em geral.

É preciso estudar e procurar perceber as razões do radicalismo islâmico e da sua expressão violenta, designadamente da sua ligação a acções terroristas.

Creio que se começa a chegar á conclusão de que tais manifestações podem ter a ver com problemas de transformação das próprias sociedades islâmicas, com o desenraizamento de populações emigradas para outros países culturalmente diferentes, com receios de perdas de identidade nacional, com conflitos sociais em virtude da degradação de condições de vida.

Enfim, não me parece que se possa reconduzir a uma só causa: há problemas de afirmação nacional, de afirmação de identidade cultural e política, de reivindicação social etc.

P. Pensa que se pode afirmar que a assinatura dos recentes acordos de Associação e no domínio das pescas aproximam Marrocos da União Europeia,

mas prejudicam as relações Portugal-Marrocos ou é uma interpretação demasiado céptica?

R. Penso, sobretudo, que é uma leitura demasiado restritiva e talvez um pouco distorcida porque se as relações estão agora mais próximas entre a União Europeia e Marrocos depois destes acordos, também o serão implícitamente face a Portugal. A lógica é que se Portugal não estivesse de acordo ou se sentisse prejudicado com o conteúdo destas convenções, não deixaria de fazer sentir —como o fez durante as negociações— junto da Comissão Europeia. Aliás, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chegou a declarar, já no final das conversações, que Portugal não poderia aceitar o pacote negocial apresentado pela Comissão. Assim, os acordos que estão assinados irão entrar em vigor, com o consentimento total da parte portuguesa, porque satisfazem os interesses nacionais e dos respectivos sectores. Claro que em acordos tão globais como estes, é extremamente difícil que todas as partes se sintam integralmente satisfeitas em relação ao conjunto de todos os temas discutidos. Mas, na minha opinião, os dois acordos representam um salto qualitativo no relacionamento entre a União Europeia e Marrocos e, entre este país e Portugal e penso que são um factor de cooperação acrescida no relacionamento futuro entre os dois Estados. Isto porque não se cingem, tal como no passado, a alguns aspectos de cooperação económica ou de relacionamento comercial. O novo acordo de associação tem uma vertente de diálogo político, sendo já uma fase do estabelecimento do espaço de livre comércio cuja concretização se prevê para o ano 2010. São, portanto, convenções muito mais ambiciosas, que transcendem o tipo de relacionamento anterior.

P. À luz deste novo espírito de cooperação, será que não diminui o espaço de manobra relativo às relações bilaterais?

R. Penso que isso não se vai verificar. A meu ver, a tendência será a de o reforço da cooperação ao nível de todos os sectores. Por exemplo, ao nível económico e no contexto do acordo de associação, este permite uma abertura faseada do mercado marroquino aos produtos da União Europeia (UE) nos vários sectores e ao longo de vários anos. Isto possibilita às empresas portuguesas, em concorrência com as suas congéneres europeias, facilidades para penetrar naquele mercado. E é uma opção viável noutros países mediterrânicos com quem a UE acaba de estabelecer acordos idênticos como são os casos do Egipto, Tunísia e Israel. As empresas portuguesas terão de demonstrar imaginação e dinamismo e prepararem-se para entrar nesses mercados em concorrência com os outros Estados europeus.

P. Será que existem razões para crer que Marrocos goza actualmente da preferência comunitária em relação ao conjunto magrebino?

R. Creio que não. O objectivo da União Europeia é o de apoiar o desenvolvimento de cada país segundo as suas necessidades e atendendo ao seu estágio de desenvolvimento. Mas é também o de promover o desenvolvimento global das regiões em que estes países estão inseridos. Isto tanto no que respeita ao Magrebe, como num plano mais vasto, em relação ao Mediterrâneo.

A este propósito, nunca é demais recordar que a posição da UE tem sido sempre a de lembrar aos Estados magrebinos a necessidade de eles próprios promoverem o desenvolvimento das suas próprias estruturas de cooperação local, sem o que os objectivos de desenvolvimento regional integrado não surtirão efeito.

No caso do Magrebe (ressalvando a Argélia cujo processo de relacionamento institucional com a UE se encontra atrasado, por razões internas) o relacionamento da UE é equilibrado com qualquer dos países da região.

Marrocos, é evidente, desempenha no Magrebe uma acção muito importante, pela sua dimensão política e económica e porque tem uma unidade diferente das dos outros Estados magrebinos, do ponto de vista histórico e nacional, mas penso que é difícil concluir pela existência de uma preferência da UE por qualquer país no contexto do Magrebe.

P. Ainda neste âmbito, pensa que a Conferência de Barcelona traduziu uma importância significativa para a região em causa face à concorrência tradicional dos países da Europa central e oriental?

R. Sinceramente, nunca concordei com essa dicotomia. Penso que foi um tema muito empolado e um “chavão” utilizado pelos países da margem sul do Mediterrâneo, no contexto da fixação dos últimos montantes de apoio comunitário para aquela região. Não creio que a questão se possa colocar nos termos que refere, ou seja, de haver uma separação vincada no tratamento ou na importância atribuída aos países do leste da Europa em prejuízo dos Estados mediterrânicos.

Penso que o novo contexto internacional da Europa e do Mediterrâneo é fruto do fim da “guerra fria”, do desaparecimento do bloco soviético e do equilíbrio bipolar. E estas consequências, surgidas em paralelo, prolongaram-se até aos nossos dias. Daí que se tenha falado, até à Conferência de Barcelona, de “concorrência” entre estes grupos de Estados e se tenham comparado as verbas que a União Europeia atribuía a uns e a outros. É evidente que numa Europa dinamizada por quinze países, é muito difícil eles concertarem entre si as suas opções e interesses e é natural que hajam Estados com bastante força que têm os seus objectivos mais virados para os seus vizinhos europeus

imediatos reconhecendo neles um mercado de expansão, justificado até por laços históricos, enquanto os países do sul da Europa se sentem mais atraídos pela outra margem mediterrânica, onde igualmente as ligações históricas e culturais são, para eles, mais apelativas. No entanto, no Conselho europeu de Cannes, conseguiu dar-se satisfação às pretensões e interesses variados através de critérios consensuais.

P. Um dos objectivos da Conferência de Barcelona é estimular o desenvolvimento da cooperação intra-magrebina. Considera-o viável num futuro próximo?

R. Penso que esse objectivo, mais do que viável, é um elemento indispensável se realmente se pretende concretizar a zona de comércio livre no Mediterrâneo. Para o projecto ganhar consistência não bastará apenas criar e alargar as vias de comunicação e de cooperação entre as duas margens do Mediterrâneo. Torna-se igualmente imprescindível que entre os países do Norte de África se estabeleçam os mesmos princípios de livre circulação de mercadorias, de bens, de pessoas que se pretendem estabelecer no sentido Norte-Sul e que as próprias sociedades magrebina se comecem a pautar por regras comuns de funcionamento, designadamente de democracia política, para que aquele projecto seja realizável. Estes factores são essenciais para a estabilidade dos países em causa e isto não apenas no aspecto económico. Para que o Mediterrâneo seja uma zona de paz, de segurança e de harmonia, é necessário que aquelas sociedades entre si sejam abertas não só nas relações Sul-Norte, mas também horizontalmente. Isto significa que elas devem comungar, no seu diálogo umas com as outras e no respeito da sua identidade própria, dos mesmos princípios de livre circulação e de convivência política semelhantes aos que vigoram nos Estados europeus.

P. Mas será que existem condições político-económicas que favoreçam esse tipo de diálogo?

R. Talvez as condições ideais não existam neste momento, mas os vários acordos de associação celebrados entre a União Europeia e os países do sul do Mediterrâneo, e a própria Conferência de Barcelona são o começo do trilhar desse caminho, uma vez que foi demonstrada vontade política para prosseguir nessa via. Simultaneamente, começa a haver a consciência de que só assim se poderá alcançar o desenvolvimento desejado na região.

P. Mas o reforço da cooperação horizontal passa pelo desanuviamento das relações argelo-marroquinas. Pensa que isso pode ser alcançado a curto prazo?

R. Há, sem dúvida, problemas bilaterais que têm de ser resolvidos, mas quando é necessário o entendimento, os dois países têm dado provas de

maturidade suficiente para o conseguir. Um dos exemplos mais flagrantes de que isto é possível beneficiou a União Europeia, ou seja, a construção do gasoduto Magrebe-Europa, e na qual a UE também participa. É um projecto vultuosíssimo que visa fazer chegar à Europa o gás natural argelino. Ao longo deste empreendimento não houve qualquer problema que impedisse a sua realização, nomeadamente em termos do abastecimento de algumas cidades da costa marroquina e beneficiando as indústrias e exportações deste país, seguindo depois para a Europa através do Estreito de Gibraltar. Outros exemplos se podem dar no âmbito das auto-estradas, que vão ligar todo o Magrebe. Assim, pode concluir-se que começa a existir a consciência política de que a integração regional é um factor que pode conduzir á estabilidade na zona do Mediterrâneo.

P. Considera que a recente vitória do General Zeroual nas eleições presidenciais argelinas concorrem também para essa estabilidade?

R. Eu não conheço em profundidade o país, mas julgo que poderá ser um factor de estabilidade que poderá nomeadamente, conduzir a outros passos demonstrativos de confiança tais como, a realização de eleições legislativas e regionais.

P. Considera que Portugal tem de facto um espaço próprio em termos de um relacionamento económico e político privilegiado com Marrocos e atendendo à influência exercida por franceses e espanhóis?

R. Penso que, sem dúvida alguma, existe esse espaço. Mesmo no âmbito das relações entre a União Europeia e Marrocos, Portugal pode dar um contributo importante para as aprofundar de acordo com a linha política que vem desenvolvendo. De facto, a diplomacia nacional tem procurado sensibilizar a Comunidade no seu todo, designadamente países europeus que estariam mais distantes dos problemas mediterrânicos, para "ancorar" a União Europeia a essa região. Ela deve ser, cada vez mais, uma região de estabilidade e de paz e Portugal está empenhado neste esforço e em traduzi-lo em acções concretas junto da Comunidade. Quanto à verificação de um espaço próprio para Portugal no relacionamento com Marrocos, ele existe e sente-se essa especificidade no diálogo com as autoridades locais. Por exemplo, na fase mais aguda da recente crise entre a União Europeia e Marrocos, houve sempre a preocupação de salvaguardar a especificidade da nossa relação bilateral por parte dos dirigentes marroquinos. Pode-se afirmar que as relações bilaterais são encaradas de uma forma especial pelos dois países e isso é sentido aqui, em Marrocos.

P. Pensa que a Declaração de Lisboa de 1992 teve um impacto concreto nas relações Portugal-Marrocos?

R. A Declaração de Lisboa sobre as relações euro-magrebina traduz, de facto, a atenção especial que Portugal dá a essa região junto da União Europeia. E aquela Declaração funcionou também como um ponto de partida, uma vez que a partir daí se começou a institucionalizar um diálogo mais profundo e diferente entre as duas margens do Mediterrâneo, que foi ganhando consistência, posteriormente, com os Conselhos Europeus de Corfu, de Essen e de Cannes. A Política Mediterrânea Renovada saiu igualmente reforçada. O tempo tem demonstrado que o diálogo euro-mediterrânico foi repensado e reestruturado, abordando-se as questões de uma forma mais eficaz. Note-se que as autoridades marroquinas identificaram-se plenamente com o conteúdo da Declaração de Lisboa e apreciaram o papel de Portugal na questão.

P. Será que o facto de Portugal não ter sido uma potência ocupante, em Marrocos, neste século favoreceu o diálogo político bilateral?

R. É difícil dizê-lo. Mas, o facto de Portugal ter sido potência ocupante noutras zonas de África não prejudicou o relacionamento com esses países. Portugal foi das potências coloniais que conseguiu ultrapassar num menor espaço de tempo esse tipo de problemas e alcançar um relacionamento estável com as suas ex-colónias. É difícil prever o que seria hoje o relacionamento bilateral se as circunstâncias históricas tivessem sido outras.

P. Considera Marrocos um mercado atraente para o investimento português ou para a denominada deslocalização de empresas?

R. Penso que sim. Marrocos está a atravessar uma fase de transição e tem de resolver alguns problemas estruturais, que já foram objecto da análise pelo próprio Rei, por diversas entidades locais, pelo Banco Mundial e pela Comunidade Europeia, com vista à consciencialização da necessidade de modernização da sociedade e da economia marroquina. Isso implicará alguns sacrifícios e a superação de dificuldades várias, inerentes à implementação de reformas, mas apesar de tudo, penso que Marrocos reúne as condições ideais para a deslocalização de empresas portuguesas. É um processo que poderá abranger o sector das conservas, onde Portugal possui vantagens em termos de "know-how", de conhecimento de mercados, mas onde Marrocos tem, igualmente, elementos de boa competitividade. Existem outros casos, como a indústria têxtil e a construção. De facto, estamos perante um mercado relativamente estável que apresenta custos de produção inferiores aos verificados na Europa, onde pequenas, médias e até grandes empresas portuguesas podem beneficiar em vir trabalhar para esta zona, a exemplo do que fazem as suas congéneres de outros países da Comunidade. Posso-lhe citar, por exemplo, uma iniciativa recente da União Europeia ocorrida em Marrakech, o Med-Partenariat, que proporcionou um grande encontro entre pequenas e médias empresas marroquinas e europeias, onde Portugal

conseguiu ser o terceiro país mais representado com cerca de 50 delegações. Algumas delas chegaram à conclusão de que Marrocos poderia constituir um mercado vantajoso, dada a proximidade geográfica e facilidades de comunicação. Mas é preciso alterar o apoio tradicional fornecido por instituições portuguesas, em termos de investimentos e linhas de crédito, que não são competitivas comparadas com as de outros países europeus. Este é um problema que temos de enfrentar.

P. Qual a opinião das autoridades marroquinas em relação à cooperação económica com Portugal?

R. O que lhe posso dizer, é que as relações económicas têm registado progressivamente uma alteração qualitativa, no bom sentido, isto é, no seu desenvolvimento, no aumento da sua dimensão nos últimos dois anos.

Houve uma grande aproximação política, efectuaram-se visitas de Estado ao mais alto nível, acordaram-se cimeiras anuais lideradas pelos Primeiros-Ministros e há visitas frequentes de ministros sectoriais a Lisboa e a Rabat. No entanto, é necessário aprofundar essa alteração qualitativa, que poderia ser conseguida com a fixação de indústrias portuguesas em Marrocos, com o aumento do investimento, o qual, de facto, ainda é escasso e este sentimento é partilhado pelas autoridades marroquinas. Existem duas ou três empresas portuguesas já instaladas no país, e há mais dois ou três projectos em vias de se concretizarem. Mas, temos de continuar a sensibilizar as empresas portuguesas para esse objectivo e garantir-lhes meios que tornem atractiva a sua deslocalização, através de um esforço que também está a ser desenvolvido por Marrocos.

P. É frequente aparecerem críticas à cooperação, dizendo que se manifesta vontade política mas depois não existe a respectiva concretização nem se facultam os meios para ela ocorrer. Qual é o comentário do Sr. Embaixador ?

R. Penso que é preciso distinguir duas situações: por um lado, o investimento e as relações comerciais, onde funcionam as regras de mercado e em que dois parceiros procuram retirar vantagens mútuas; por outro lado, temos a cooperação propriamente dita.

Neste último campo, Portugal tem uma experiência recente, fruto de uma descolonização ainda próxima e os meios disponíveis são escassos para todos os objectivos e projectos. A sensibilidade política para a cooperação tem se vindo a ampliar e a afinar ao longo dos anos e é natural que o nosso país tenda a privilegiar o relacionamento económico, social, cultural, etc. com os países de língua oficial portuguesa (PALOP's), na medida em que existe uma ligação mais

intíma. Daí que a cooperação com Marrocos seja muito reduzida.

No entanto, existem projectos económicos e outros que são objecto de concursos internacionais aos quais Portugal tem concorrido integrado em consórcios internacionais. No nosso país e as empresas nacionais têm sido pouco beneficiados, mas continuam a concorrer tendo em vista a construção de auto-estradas, de pontes, de barragens, de diversas obras públicas, de infra-estruturas urbanas, de saneamento básico, etc. Espera-se que as empresas portuguesas sejam seleccionadas, mas essa decisão está sujeita às regras de mercado.

P. Será que é possível superar pela via diplomática as dificuldades nacionais na obtenção de projectos económicos?

R. Penso que é muito difícil. Neste momento, Marrocos está empenhado em privatizar a sua economia, em realizar a respectiva liberalização, em convertê-la num modelo semelhante ao dos Estados ocidentais e, neste sentido, é desajustada uma opção administrativa que vá restringir ou atribuir um empreendimento a uma empresa portuguesa em detrimento de concorrentes alemães, franceses, italianos ou de qualquer outra nacionalidade.

Assim, parece-me que um critério de favoritismo político ou de simples simpatia está afastado sob pena de se renegar a própria reconversão económica que as autoridades marroquinas estão a operar.

Muito obrigado, Sr. Embaixador, pela possibilidade de se realizar esta entrevista.

ANEXO II

Entrevista ao Adido Comercial Português (ICEP),
Sr. Dr. João Henriques, realizada na delegação do ICEP
em Rabat a 30/11/95.

P. Como é que caracteriza as relações económicas entre Portugal e Marrocos até 1986? Quais os domínios tradicionalmente privilegiados?

R. Se bem que as relações económicas sejam fracas, até 1986 ainda eram mais ténues e as trocas comerciais tinham pouco significado. Estas não se alteravam de ano para ano em termos de volume de trocas e encontravam-se concentradas apenas em alguns produtos tradicionais, o que espelhava a falta de dinamismo dessas mesmas relações. Outro índice constante é o facto de a balança comercial ser favorável a Portugal.

P. Importa-se de especificar os produtos em causa?

R. Os produtos tradicionais são, por parte de Portugal, a madeira (sobretudo pinho), o qual dominava no passado largamente as exportações nacionais e, pela parte de Marrocos, pontuavam os fosfatos, os adubos e o pescado (fresco e congelado) já que é essa a sua vocação clássica. No entanto, estas trocas faziam-se sem qualquer dinamismo ou evolução positiva, situação que se manteve até 1986 ou mesmo até 1990. Em síntese, pode-se dizer que até ao fim da década de 80 o comércio bilateral foi dominado por trocas relativamente insignificantes, muito concentradas de ambos os lados e bastante estáticas. Inclusivamente, em relação ao pescado, a sua predominância é recente.

P. Qual é o nível da rede de frio marroquina?

R. Não é boa. Aliás, no recente acordo de pescas entre a Comunidade e Marrocos, uma das cláusulas que gerou mais polémica foi, precisamente, a que obriga os europeus a descarregarem uma percentagem das suas capturas em território marroquino. A grande dúvida é se a respectiva conservação é possível atendendo às actuais condições. Acresce que a população local não consome muito peixe, apesar da pesca e os derivados constituírem actividades importantes. No entanto, os hábitos alimentares estão mais voltados para a carne de carneiro e os estratos populacionais com mais poder de compra preferem igualmente a carne. Assim, existe um forte interesse em exportar peixe, tendo em conta a conjuntura interna e externa, bem como em melhorar a rede de frio, de tratamento e conservação de forma a que se possam atingir os objectivos pretendidos.

P. Neste acordo continua a obrigatoriedade da composição mista das embarcações europeias?

R. Continua e é acentuada. O número de marinheiros por embarcação varia consoante a dimensão desta e foi aumentado. Quanto à percentagem do pescado que deve ser descarregado em território marroquino situa-se em 30%.

P. Considera que as medidas foram agravadas para os europeus em relação ao acordo anterior (1992)?

R. Penso que sim. São medidas mais vantajosas para Marrocos. É garantido o repouso biológico que pode ser de 2 meses dependendo das espécies em causa. As espécies consideradas tradicionalmente mais sensíveis são os crustáceos, os cefalópodes (lulas, polvos) e o marisco (camarão) e era sobre elas que incidia a queixa de Marrocos de que os seus recursos estavam a ser esgotados pela frota europeia, sobretudo a espanhola devido à quantidade e qualidade do pescado. Isto porque os pescadores portugueses interessam-se maioritariamente pelo peixe espada, que é uma espécie praticamente desconhecida dos hábitos alimentares locais. Portanto, nunca se colocou um grande entrave aos barcos portugueses, mas mais enquanto inseridos no esforço de pesca europeu, onde sobressai o espanhol que detém uma supremacia incomparável nestas águas. Daí que se tenha insistido na partilha do pescado de modo a impedir que ele fosse na totalidade para Espanha.

P. Pensa que a adesão de Portugal à Comunidade Europeia (C.E.) alterou substancialmente o relacionamento económico bilateral?

R. Nos primeiros anos subsequentes à adesão isso não foi visível e nos anos 90 não é ainda claro que exista uma alteração substancial. Repare que, mesmo do lado marroquino, há quem afirme que a nossa permanência no espaço económico comunitário foi-nos prejudicial em termos de resolução da recente questão das pescas. E no caso concreto por sermos parceiros de Espanha. No fundo, o que se sustenta é que poderíamos estar a pescar com mais barcos e outras espécies marítimas se Portugal tivesse negociado bilateralmente. Esta visão é justificada pelo facto de a simpatia e amizade em relação a Portugal constituírem sentimentos muito vivos por parte das autoridades marroquinas, levando estas a destacarem esse apreço face ao conjunto comunitário. Acresce, também, que os empresários portugueses ainda não descobriram o que o mercado marroquino lhes tem para oferecer, apesar de existirem alguns incentivos e programas nacionais de apoio à deslocalização de empresas. Portanto, não detecto até ao momento um grande benefício bilateral em função da adesão de Portugal à Comunidade. Isto não significa que no futuro a situação não se altere, nomeadamente em função dos acordos agora assinados (Cooperação e Pesca). Os acontecimentos actuais são naturais, ou seja, assiste-se à expansão de um mercado de um país vizinho que pretende aproximar-se da Europa e por maioria de razão da sua parte sul. Essa proximidade já existia em relação a França e Espanha (ex-colonizadores) e agora chegou a vez de Portugal e Itália.

P. Pode-se, então, concluir que neste caso Portugal não ganhou com a adesão à Comunidade Europeia?

R. Penso que há um aspecto que deve ser realçado e pelo qual os marroquinos nos estão gratos e corresponde ao período em que tivemos a presidência da Comunidade (1º Semestre de 1992). No culminar deste desempenho surgiu a "Declaração de Lisboa", onde foi salientado a necessidade de reforço das relações euro-magrebina. Em consequência, as autoridades marroquinas atribuíram a Portugal um papel essencial na aproximação em causa. Isto ocorreu numa altura em que se fazia sentir a pressão de outros países, como a Alemanha, no sentido de privilegiar o relacionamento com os Estados do centro e leste europeu. Assim, Portugal é visto como um país amigo, receptivo aos interesses marroquinos e inserido num espaço económico muito importante. Reconheço que no futuro, o bom ambiente político existente se possa reflectir nas relações económicas. Estas não são melhores devido a um misto de receio e desconhecimento em relação ao Magrebe por parte dos empresários portugueses e não tanto por falta de vontade política ou de um deficiente relacionamento institucional Estado a Estado. Por outro lado, gostava de reforçar a ideia de que Portugal é entendido em Marrocos pela sua especificidade, nomeadamente como "porta" para o Brasil e os PALOP's, e a propósito desta possibilidade o rei marroquino mencionou-a aquando da sua visita a Lisboa. A vertente europeia não esgota de forma alguma o âmbito das relações bilaterais. Há um interesse em ter relações mais próximas com Portugal por se tratar de Portugal e atendendo à sua individualidade. Aliás se contasse apenas o factor europeu, eles dariam concerteza preferência a Espanha e França devido às circunstâncias históricas e económicas.

P. Quais os sectores económicos que têm mais hipótese de ser objecto de um entendimento bilateral e não impliquem com o campo de acção comunitário?

R. Tudo o que diga respeito a produtos agrícolas e pesca estamos altamente limitados. Resta alguma autonomia em relação a produtos industriais. Por exemplo no domínio da cooperação, o Grupo Valouro pretende estabelecer-se em Marrocos na actividade das rações, produção de aves e seus derivados tanto para benefício do mercado interno como para exportação. Claro que, existindo um acordo preferencial entre a UE e Marrocos, será mais fácil colocar os produtos elaborados localmente na Comunidade. E o que se refere a este grupo, pode ser extensivo também a uma outra empresa que queira produzir conservas de frutas. Este empreendimento teria certamente sucesso porque existe matéria prima, mas falta a indústria transformadora. A qualidade das produções locais nesta área é fraca com excepção das geleias. Mas já os frutos e legumes enlatados (espargos) poderiam usufruir duma técnica

mais moderna. Assim, abre-se um campo vasto para a parceria no domínio agro-industrial.

P. Pensa que Marrocos tem condições para ser “o próximo dragão” de acordo com o título da obra de S. Leymarie e J. Tripier?

R. Sinceramente, é difícil. Repare que Marrocos encontra-se muito dependente de factores climáticos. Por exemplo, este ano (1995) não choveu o suficiente e sabe-se que o Produto Interno Bruto (PIB) vai descer - a previsão aponta para 3%. Há 3 e 2 anos a situação foi semelhante e o PIB desceu 4%. O ano passado aconteceu o contrário e o PIB subiu 11%. Portanto, basta um factor aleatório (climático) para a economia se ressentir e os preços dos bens alimentares de primeira necessidade dobrarem, como foi o caso do tomate e das frutas este ano. Prevê-se também um aumento da inflação em cerca de 3 ou 4 pontos. Ela encontrava-se estabilizada nos 5% e é provável que se aproxime dos 9%. Estamos perante uma economia muito vulnerável e dependente. Mesmo ao nível da produção de cereais, onde o país é razoavelmente auto-suficiente, quando há problemas de água recorre-se à importação do Canadá e dos Estados Unidos da América (EUA), o que se reflecte em termos de desequilíbrios económicos. Por outro lado, a indústria encontra-se numa fase incipiente, sendo o país predominantemente agrícola. Acresce que apesar de se verificarem determinadas condições atractivas para o turismo (o clima, o exotismo, etc.), Marrocos recebe sómente 2 milhões de visitantes por ano, o que é manifestamente pouco. As infra-estruturas são deficientes, nomeadamente na hotelaria e há um grande trabalho de modernização que é necessário efectuar. Embora já tenha sido feito um esforço acentuado, e a economia seja muito mais saudável do que era à dez ou vinte anos e se verifique o seu destaque por comparação com a maioria dos outros países africanos, penso que ainda está longe de ser um “dragão”. Talvez com a ajuda da Comunidade e, nomeadamente, através dos acordos agora assinados haja a possibilidade de um crescimento que os técnicos marroquinos estimam para efeitos do PIB em 6%. Pelo menos, seria o crescimento mínimo anual desejável para o país poder avançar. Mas há que tornar a economia marroquina menos dependente de alguns factores como já vimos. E para isso se concretizar, é fundamental atrair mais investimento estrangeiro e a partir daí desenvolver a indústria marroquina. Só assim, o país poderá aproximar-se dos padrões de desenvolvimento europeus, porque ainda há aqui quem pense que Marrocos conseguirá brevemente atingir uma situação semelhante à de Portugal. Sinceramente, não estou tão optimista. Penso que existe entre Portugal e Marrocos um “gap” de 25 a 30 anos e para o diminuir é preciso acelerar o crescimento económico, onde o capital estrangeiro, o desenvolvimento das infra-estruturas, das vias de comunicação, dos métodos produtivos tomam um papel preponderante.

P. Quais as áreas concretas onde a referida reestruturação económica deve ser mais intensa?

R. Penso que sobretudo no sector industrial porque é aí que a dependência de importações se faz mais sentir. Acresce ainda a mentalidade comum aos países desta zona, que resulta na compra em segunda mão. É a compra de "ocasion" em relação a fábricas francesas e italianas, o que conduz a uma duração muito mais breve das máquinas e a sucessivas avarias. Esta situação vai-se reflectir numa produtividade baixa. Por outro lado, é fundamental apostar mais na educação (o analfabetismo é dominante no país) e na formação profissional. Sem se melhorar o nível dos operários, técnicos, quadros, e modernizar as fábricas ou mesmo inovar em termos industriais, é difícil uma aproximação aos padrões de desenvolvimento europeu.

P. Pensa que Portugal tem possibilidade de intervir na formação profissional ou é um campo exclusivo de franceses e espanhóis?

R. Os franceses têm um papel de destaque que se baseia, desde logo, na língua e no número de nacionais existentes em Marrocos. Por isso a formação encontra-se em grande medida a seu cargo. No entanto, penso que nós poderíamos participar na formação turística, que é uma área importante e uma das grandes riquezas potenciais de Marrocos. O nível dos agentes do sector é geralmente fraco (abrangendo empregados, hotéis, etc.) e há condições excelentes para o seu desenvolvimento. Por exemplo, a Tunísia, que a opinião corrente considera inferior a Marrocos em termos de beleza e é um turismo mais vocacionado para praia, provou que a partir de uma boa organização é possível originar uma entrada significativa de divisas. E repare que o turismo implica publicidade ao país, chama homens de negócios que se podem interessar por Marrocos. O turismo é uma via de abertura e desenvolvimento de um país (nós tivemos essa experiência em Portugal) e aqui não faltam atractivos: a área, a diversidade (montanha, praia, deserto), o clima. De facto, são potencialidades adormecidas, cuja expressão são os cerca de 2 milhões de turistas anuais que visitam Marrocos e uma taxa de retorno situada em 3%.

P. A dependência energética de Marrocos é grande?

R. É grande e não se nota uma melhoria acentuada neste campo. Têm-se construído barragens, mas algumas delas destinam-se mais à distribuição de água e não tanto para produção de energia eléctrica. A indústria tem sofrido com esta situação através de cortes sistemáticos de energia que prejudicam a laboração nas fábricas, tornando-se num outro obstáculo ao desenvolvimento. A dependência em causa existe sobretudo em relação a França. Mas é natural que à semelhança de Portugal e Espanha, Marrocos venha a beneficiar com o gasoduto euro-magrebino. Em síntese, gostava de referir que para melhorar a

situação actual tem de haver um esforço do conjunto da população, o que passa pela sua formação, e uma nova atitude por parte dos investidores estrangeiros que devem olhar para Marrocos como um mercado com futuro, onde vale a pena investir e modernizar. Deve-se reconhecer que comparativamente com outros países africanos, Marrocos já dispõe de algumas boas infra-estruturas ao nível de cidades como é o caso de Casablanca que está bem apetrechada e onde se nota um "savoir-faire" muito razoável. Agora deve-se distinguir se o padrão de avaliação é África ou a Europa. Em relação ao primeiro continente, Marrocos tem-se destacado e já está na linha da frente. Face à Europa há ainda um caminho a percorrer. Este passa também pela luta contra a droga e o contrabando que contituem dois problemas graves. Neste momento, as alfândegas estão a fazer uma campanha de sensibilização da opinião pública contra o segundo, alertando para os perigos de se comprarem produtos oriundos do contrabando, nomeadamente, em termos de falta de garantia e assistência apesar de um preço aparentemente acessível. Quanto à droga, o rei e o governo têm apelado para a sua erradicação, mas é uma cultura com forte implantação no norte do país. A Comunidade Europeia dispôs-se a participar nessa luta e vai ajudar com planos especiais de investimento e desenvolvimento no Rif - a zona da droga. No entanto, não se podem esperar investimentos significativos se se mantiver a conjuntura económica, as dificuldades e burocracia existentes. Se os investidores ainda têm algum receio de disponibilizar capital junto dos grandes centros urbanos, as reservas aumentam quando se trata de locais mais isolados, onde o acesso é difícil. As opções consistem na substituição de culturas, construção de fábricas, de infra-estruturas diversas cujo ponto de partida é a criação de estradas que liguem as zonas mais remotas à costa. Há uma rede de auto-estradas que está em construção para os próximos 10 anos. O troço em direcção a Tânger estará concluído em dois anos e seguir-se-á Fez e Marraquexe. Portanto, se existir um ambiente económico receptivo (o que se traduz também em clareza - parte da economia não aparece nas estatísticas) aos investidores e um quadro legal fácil (acabar com determinados entraves, subornos, etc.), o país poderá avançar porque existem certas condições positivas. Entre elas, destaca-se a proximidade em relação à Europa com as vantagens inerentes em custos de transporte e outras.

P. Como é que as autoridades marroquinas e europeias estão a pensar reconverter a parte agrícola correspondente à produção de droga?

R. Através de outras culturas alternativas, de produtos que sejam colocados com facilidade no mercado europeu e venham a ocupar essas populações. Outra possibilidade consiste no estabelecimento de pólos industriais geradores de emprego, na tentativa de resolver um problema que é comum à América do Sul. Esta mudança é complicada de efectuar porque estamos perante culturas tradicionais que representam um lucro fácil.

Apresentam também mais garantias devido a uma maior autonomia em relação a factores climatéricos. O produto (haxixe) mantém um valor estável e mesmo que hajam quebras na produção, as pessoas conseguem sempre sobreviver. Verifica-se o contrário de outras culturas extremamente frágeis que podem levar famílias à miséria. Trata-se de um problema sério com implicações sociais, mas tem de se fazer um esforço para o vencer, o que passa obrigatoriamente pela reconversão agrícola.

P. Pensa que aquilo que Portugal perdeu na questão das conservas foi compensado com o que manteve no recente acordo de pescas?

R. De facto, pode-se falar em manutenção porque Portugal perdeu cerca de meia dúzia de barcos, o que não é relevante. Em termos de parceria (ou de acordo de associação), Portugal obteve como compensação aos limites impostos contrapartidas financeiras. Este era um objectivo dos empresários portugueses, atendendo ao estado de degradação do nosso parque industrial. Aliás, penso que à seis anos existiam cerca de 80 fábricas de conservas no país e actualmente restam 40. Portanto, temos uma média de sete fábricas a fechar em cada um destes últimos anos. Ora, isto demonstra a falta de competitividade da indústria conserveira nacional, o que na maior parte dos casos deriva de equipamento obsoleto. Acresce que estamos a falar de um produto sob o qual recaí níveis crescentes de exigência expressa em normas de segurança, ambiente e qualidade. Repare que os produtos enlatados são os mais perigosos e, inclusivamente, podem ser a causa de doenças mortais. Já existiram casos destes em Inglaterra a propósito de conservas de salmão. Isto faz com que as grandes cadeias de distribuição mundiais, nomeadamente as europeias (onde se encontram os nossos clientes principais), não se compadeçam com amadorismos e há que reconhecer que a maioria da nossa indústria tem essa característica. São fábricas que vendiam tradicionalmente para o mercado africano, muitas vezes destinadas aos soldados portugueses que se encontravam lá colocados e, portanto, habituadas a uma clientela pouco exigente. Com o desaparecimento parcial (Angola e Moçambique continuam a receber conservas portuguesas) deste mercado, houve que encontrar alternativas, ou seja, a Europa. Aqui o grau de exigência é superior, e só as fábricas que fizeram um esforço de modernização (algumas delas pertencem a multinacionais como é o caso da Heinz no sector do tomate português) conseguem sobreviver no mercado europeu e ser rentáveis. Portanto, se através dos capitais provenientes da UE remodelarem-se ou substituírem-se as fábricas existentes de modo a melhorar a produtividade - mesmo que isso inclua o encerramento de algumas unidades -, talvez se possa admitir que nada se perdeu. Poder-se-á até reconhecer que houve ganhos porque é uma forma de os industriais serem obrigados a implementar as reformas necessárias e a consolidarem novas posições (em outros mercados) a médio e longo prazo. Neste momento, Marrocos não tem capacidade de nos disputar uma grande



quota de mercado, ao contrário do discurso dos industriais do sector e do receio manifestado em relação ao desaparecimento dos direitos de exportação pagos por Rabat e da existência de uma mão-de-obra mais barata. Assim, penso que se a nossa indústria souber aproveitar as condições actuais e seguir o conselho das autoridades marroquinas de se estabelecer no país ou mesmo aceitar a sua vinda para Portugal - foi o caso do interesse enunciado pela maior holding marroquina, a CNA, em comprar uma fábrica portuguesa no Algarve -, tem possibilidade de em conjunto obterem-se melhores resultados. Aliás, quando se tem uma imagem de tradição e qualidade, como é o caso de Portugal, é difícil o desaparecimento do mercado e há que explorar essas vantagens em território marroquino, onde se pode tirar partido de uma mão-de-obra acessível e do convite feito aos empresários portugueses para se estabelecerem localmente. É preciso saber aproveitar o facto de o mercado ser aberto e, se temos vizinhos receptivos, não devemos recear a deslocalização de empresas portuguesas para Marrocos, nomeadamente no sector conserveiro. Não devemos também temer o custo de colocação desses produtos na Europa, que será sensivelmente o mesmo. Nesta ordem de ideias, os têxteis e as confecções portuguesas podem usufruir de melhores condições através da deslocalização e evitar a ausência de perspectivas. Poderá constituir uma possibilidade de modernização e de diversificação para o sector em causa, fugindo à tradicional "monocultura" da "t-shirt" ou das calças de ganga. Assim, Portugal e Marrocos têm indústrias comuns de onde se podem extrair vantagens complementares. O país magrebino beneficia do preço final conseguido e as empresas nacionais possuem mais-valias em termos de "know-how", qualidade e conhecimento de mercados. Mercados que não estão garantidos e este processo poderá ser a forma de evitar a sua perda. É preciso afastar a lógica do encerramento das fábricas, do subsídio e do lamento face a posições mais vantajosas adquiridas por outros. Trata-se de alterar uma visão empresarial provinciana que não apresenta soluções críveis. ...

P. Já se iniciou esse tipo de parceria no sector têxtil?

R. Algumas empresas portuguesas já estão a utilizar a modalidade da sub-contratação local, isto é, enviam os tecidos para Marrocos, onde se elabora o produto e posteriormente ocorre a sua exportação a partir daqui (Marrocos). Outros industriais estão a pensar em trazer as suas máquinas e associarem-se a empresários marroquinos que esperam por essa ocasião. Inclusivamente, temos recebido propostas de marroquinos que têm as suas fábricas fechadas, as máquinas paradas e procuram parceiros europeus para iniciar a actividade. De facto, existem operários em abundância com algum nível de especialização, embora seja necessário controlar a produção em fases intermédias e superiores para se cumprir determinados padrões de qualidade. Mas desde que se verifiquem certas condições de supervisão, a mão-de-obra local tem tanta ou mais capacidade de alcançar níveis de produtividade semelhantes aos

portugueses, espanhóis ou franceses. Esta parceria podia ser extensiva à formação profissional, utilizando-se a experiência de quadros portugueses no local. Portanto, há todo um espaço em aberto e, nomeadamente, os espanhóis estão a aproveitá-lo. Há três anos existiam trezentas empresas mistas espanholas instaladas em Marrocos e agora totalizam oitocentas, apesar das relações políticas não serem as melhores. Aliás, o aumento da influência económica de Espanha tem preocupado bastante os franceses que procuram constantemente informarem-se acerca dos ganhos, empresas e obras obtidos pelos espanhóis. Daqui pode-se concluir que se os nossos vizinhos ibéricos estão a ganhar terreno em relação aos franceses, os portugueses podem tentar o mesmo constituindo uma ameaça menor, uma vez que representamos apenas 1% nas trocas comerciais de Marrocos e quanto ao investimento nem sequer se atinge esse valor.

P. Quais as novas áreas onde Portugal pode participar, em termos de dinamização da economia marroquina?

R. São as constituídas pelas barragens, estradas e construção civil, nomeadamente a relativa aos portos. Existem em Marrocos numerosos portos que precisam de obras e de serem modernizados, os quais poderão beneficiar da longa experiência portuguesa no ramo. Há dois anos foi feita uma missão exploratória na sequência da visita do rei a Portugal. Deslocaram-se a Marrocos técnicos da Direcção-Geral de Portos, da Junta Autónoma de Estradas (JAE), da BRISA, o que incluiu directores-gerais e secretários de Estado. Na altura foram feitas reuniões e diversos contactos bilaterais, houve visitas a obras e portos. Realmente, na parte hidráulica, temos uma empresa presente em Rabat que ganha bastantes projectos, a "Hidrotécnica". Portanto, na área de projectos já se verifica a participação portuguesa, mas no que respeita às grandes obras é necessário um financiamento adequado porque o país tem dificuldades económicas e, muitas vezes, acaba por adjudicar os trabalhos áqueles que incluem um pacote financeiro mais vantajoso. E, mais uma vez se destacam franceses, espanhóis e italianos. Estes últimos, sobretudo, no que diz respeito às auto-estradas.

P. Referiu o sector da construção como um daqueles onde a nossa participação pode ser maior. Considera a construção naval incluída?

R. É uma área que nunca foi explorada, mas penso que podem existir condições para avançar nesse sentido, nomeadamente em termos de barcos de pesca. Por exemplo, os estaleiros de Viana de Castelo e outros podiam dar uma boa contribuição. Aliás, à semelhança de outros sectores, já ouvi de armadores marroquinos a incompreensão face á nossa ausência neste mercado. Isso leva-os a comprarem embarcações exclusivamente a Espanha. Daí, as autoridades marroquinas criticarem a posição europeia nas recentes negociações de Pesca.

Isto é, o constante lamento europeu não tem justificação real porque se, por um lado, vão perder alguns barcos e meter a bordo determinado número de marinheiros marroquinos, por outro, são os europeus que vão beneficiar da planificação e montagem da estrutura. A título de exemplo, a construção das fábricas de frio vai ficar a cargo dos espanhóis e eventualmente de portugueses. No fundo, passa-se o mesmo que eu referi à pouco em relação à parceria nas conservas de peixe, ou seja, a solução está no trabalho em conjunto e a receptividade da parte de Marrocos é total.

P. Os entraves burocráticos poderão ser facilmente superados?

R. Há instruções ao mais alto nível, nomeadamente do rei, para diminuir e em alguns casos acabar com os entraves burocráticos. Existe a consciência clara de que isso tem sido um grande obstáculo ao aumento mais rápido do investimento estrangeiro. Mas, insisto que tem de haver um incentivo financeiro por parte das empresas portuguesas para se ganhar espaço no mercado em causa porque a vontade política já existe e foi manifestada.

P. Talvez a orientação seguida pelas empresas seguradoras portuguesas em relação a certos mercados constitua igualmente um entrave a uma maior aproximação bilateral?

R. Isso é verdade. Por exemplo, a COSEC, uma empresa seguradora estatal, tem sido demasiado rígida e considerado Marrocos como um mercado de risco acima da realidade demonstrada pelos factos. No entanto, esta perspectiva parece estar a mudar, nomeadamente fornecemos-lhes um novo código de investimentos estrangeiro de forma que eles possam alterar a respectiva posição. De facto, a COSEC tem sofrido pressões das autoridades e das empresas para baixar o risco no sentido de tornar o crédito mais competitivo. No fundo, é preciso um maior conhecimento do mercado e das suas especificidades para em conjunto encontrar-mos a melhor maneira de o abordar. Do lado marroquino, não restam dúvidas que existe abertura para esse entendimento.

P. No seu entender, quais as alterações mais significativas nos domínios económico, financeiro, comercial formuladas neste recente acordo de associação em relação às convenções anteriores para Marrocos?

R. Penso que o salto qualitativo deste acordo foi o facto de facilitar a entrada dos produtos agrícolas marroquinos no espaço da Comunidade. Portanto, a consequência é Marrocos tornar-se muito mais competitivo não só nas conservas como no tomate, nas flores, nas batatas, etc. O caso das flores é exemplar porque têm uma óptima qualidade, nomeadamente as rosas que são espectaculares e vendidas a um preço acessível comparado com os valores

praticados na Europa. São sectores cuja tendência é o crescimento de uma forma mais acentuada que as conservas. Estas são um produto mais delicado, industrial, enquanto os outros se situam a um nível de elaboração mais básico. Realmente, a qualidade das frutas e dos legumes marroquinos é excelente. Se lhes juntarmos preços competitivos e flexibilização de quotas consolida-se um sector cuja concorrência poderá ser preocupante para os europeus. Sinceramente, em relação às conservas não tenho tanto receio do futuro.

P. Qual a razão para Marrocos insistir na adesão à Comunidade Europeia e de certa forma não se contentar com o seu lugar de parceiro económico privilegiado da Europa. Por outras palavras, o que Marrocos pode esperar mais dos países europeus?

R. Em relação a essa questão, já ouvi da parte de ministros marroquinos e portugueses o reconhecimento de que se tratou mais de uma atitude psicológica do que efectiva. O rei ao pedir a referida adesão pretendeu obter um efeito mediático porque é óbvio que a Comunidade não vai aceitar membros de outro continente. Existe a consciência de que o monarca marroquino pretendeu apenas demonstrar uma grande vontade de se aproximar da Europa e, desse modo, também evitar determinados problemas (de "contaminação") inerentes aos seus vizinhos. Penso que Marrocos atingiu com as recentes convenções o máximo que pode esperar da UE, ou seja, acordos económicos de parceria e de equilíbrio de migrações. Mas para isso teve de afastar os receios ocidentais.

P. Qual é a actual situação do comércio intra-magrebino?

R. Encontra-se numa curva descendente cada vez mais acentuada devido à actual crise argelina. As mortes de cidadãos espanhóis —atribuídas a cidadãos argelinos — que ocorreram no ano passado em Marrakech também não ajudaram à inversão da tendência. Talvez com a recente reeleição do Presidente Zerouhal existam condições de estabilidade que possibilitem a aproximação entre os dois países.

P. Já foi abordada ao longo desta entrevista a necessidade de desburocratização de Marrocos para atrair o investimento estrangeiro. Quer acrescentar outros objectivos a alcançar neste domínio?

R. Bem, não se trata apenas do que resta alcançar. Já se registaram alguns sucessos como é o caso do repatriamento total do investimento, dos lucros e a convertibilidade do dirham para esse efeito. De facto, o grande entrave continua a ser a burocracia, a demora dos processos e alguma corrupção a nível local. Aliás, o excesso de burocracia conduz à corrupção. Portanto, neste momento está-se a tentar criar um quadro legal favorável,

acompanhar o investidor desde o início e simultaneamente afastar todos os obstáculos que surjam no seu caminho. Essa entidade marroquina incumbida de ajudar o investidor terá uma sequência a nível regional e será responsabilizada pelo sucesso do investimento dentro dos limites da sua competência. No fundo, o objectivo é criar um interlocutor único que seja responsável perante o investidor. Ora, isto ainda não existe e actualmente um estrangeiro depara-se com dezenas de responsáveis e de intervenientes no processo que o atrasa e complica em demasia.

P. Quem irá desempenhar essa função?

R. Neste momento falam-se em três hipóteses. Poderá ser um organismo dependente do Ministério das Finanças, algo ligado ao Primeiro-Ministro ou mesmo ao Palácio Real. Certamente, será uma autoridade com muita força para existir a garantia de sucesso. Um outro problema consiste na falta de tribunais comerciais e por isso todos os contenciosos de natureza económica arrastam-se por muito tempo. No entanto, existe a esperança de superar gradualmente os obstáculos.

P. Quanto à legislação, ela representa um grande obstáculo?

R. Tem havido melhorias neste domínio. A antiga legislação criava bastantes dificuldades. Existiam inúmeras leis dispersas por vários códigos de investimento industrial, turístico, agrícola. Agora, com um só código, há uma maior clareza e o objectivo é seguir o modelo europeu. Nomeadamente, a Tunísia tem feito um grande esforço neste âmbito com bons resultados. É o país mais avançado da região neste domínio e considerado o rival, por excelência, de Marrocos. Esta rivalidade não tira que não apreciem o sucesso obtido pelos tunisinos. A lei de alteração da composição do capital de empresas estrangeiras a operarem em Marrocos foi outra vantagem. Antes de 83/84 o capital tinha de ser maioritariamente marroquino e, actualmente, pode ser 100% do país de origem.

P. Pensa que a economia marroquina está em condições de se adaptar aos novos conceitos de parceria e zona de livre comércio dentro dos prazos fixados?

R. Na sequência do que se disse anteriormente, a economia marroquina terá de fazer um esforço grande para cumprir essas metas. O desenvolvimento tem de ser apressado de acordo com as taxas previstas pelos técnicos. Este processo não vai ser fácil e para além de ter de vencer determinados condicionalismos internos já abordados, poderá ver-se obrigado a lidar com uma conjuntura externa desfavorável. Por outras palavras, se houver uma recessão na Europa, Marrocos como depende maioritariamente dessa via

comercial (cerca de 70% das suas trocas são com o mercado europeu) sofrerá com essa situação a não ser que encontre alternativas. Concretamente, em termos de dependência agrícola, a Alemanha tem procurado ajudar Marrocos na montagem de sistemas de irrigação. Recentemente, também foi criado um grande projecto de distribuição de água nas cidades e vilas do interior (dimensão mais social) através da construção de poços e chafarizes. Este empreendimento é financiado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e outras entidades.

P. Que alterações económicas, comerciais envolve a passagem do conceito de cooperação para o de parceria nas relações euro-marroquinas?

R. Penso que, desde logo, a mudança de linguagem é importante. Revela uma atitude mais próxima que se traduz no desmantelamento de barreiras proteccionistas. Aliás, foi visível o contentamento das autoridades marroquinas a seguir à assinatura do recente acordo de associação. Cumpriu-se uma velha ambição que já havia sido concretizada pela Tunísia e Israel. E a partir de agora é natural que haja uma continuidade em termos de projectos e de apoios que está mais ligado ao conceito de parceria do que ao de cooperação. No fundo, também existe uma componente psicológica importante de aproximação à Europa que é entendida por força da palavra parceria como uma "quase adesão" à UE, e que vem na sequência do pedido formulado pelo rei Hassan II. Um dos pontos altos desta nova fase de relacionamento poderá ser a construção do túnel euro-magrebino já em perspectiva.

Agradeço-lhe a sua disponibilidade para a realização desta entrevista.

ANEXO III

Entrevista com o Sr. Fath'Allah Sijilmassi, alto funcionário
do Ministério do Comércio Externo de Marrocos.

Realizou-se no dia 1/12/95 no respectivo ministério,
em Rabat.

P. Como é que caracteriza as relações económicas entre Portugal e Marrocos até 1986?

R. As relações bilaterais até 1986 eram fracas. Ao longo da História, Marrocos e Portugal estiveram próximos ao que se seguiu um período de afastamento, onde praticamente não existiram trocas comerciais. Creio que até àquela data, não se pode falar de trocas abrangentes, e as exportações e importações existentes reflectiam relações isoladas, não obedecendo a uma visão estratégica. Vivia-se uma situação absurda porque Lisboa está a cinquenta minutos de Casablanca e encontra-se mais próxima do que Madrid. A ligação à capital portuguesa é tão fácil como a deslocação a Agadir e portanto não fazia sentido que tal afastamento se mantivesse. No entanto até 1986, Portugal e Marrocos debateram-se com processos de reestruturação económica e devido a diversas reformas internas o comércio externo ressentiu-se.

P. Pensa que a adesão de Portugal à CE alterou substancialmente o relacionamento económico bilateral?

R. Penso que ela foi favorável devido a duas razões principais. Primeiro, porque a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia (CE) possibilitou a modernização das respectivas economias e foi um sinal de que esse processo já se havia iniciado, ou seja, de que Portugal encontrava-se em condições de se integrar no espaço europeu e de ter um papel mais relevante no estabelecimento de relações internacionais. Em segundo lugar, a adesão foi positiva porque proporcionou a Portugal uma dinâmica de crescimento, as empresas nacionais internacionalizaram-se e foi um movimento que permitiu a redescoberta de Marrocos. Esta reaproximação natural está ligada à proximidade geográfica, a algumas semelhanças culturais e à simpatia existente entre os dois países. Assim, pode-se concluir que a integração portuguesa no bloco europeu foi muito benéfica para o comércio luso-marroquino. Acresce que o comércio bilateral passou a usufruir dos acordos estabelecidos entre Marrocos e a União Europeia (UE), nomeadamente em termos do regime preferencial inerente à convenção de 1976, actualmente do acordo de associação, e as empresas de ambos os Estados beneficiaram igualmente de mecanismos financeiros de parceria através de diversos empréstimos, onde se destaca o Banco Europeu de Investimento (BEI). Portanto, existe um ambiente favorável à aproximação e ao desenvolvimento das relações económicas entre os dois países.

P. Quais os sectores onde se podem estabelecer relações económicas bilaterais mais profundas?

R. Penso que há um amplo espaço de cooperação entre Marrocos e Portugal. No entanto, isso talvez seja mais visível na indústria. Marrocos e Portugal são países agrícolas, apesar dos produtos não coincidirem exactamente. Ora, existe uma área que junta ambas as vertentes no domínio agro-industrial. Pode-se estabelecer a parceria, a complementariedade e a partir dos interesses empresariais dos dois Estados exportar para outros mercados, retirando daí benefícios mútuos. Creio que este movimento de parceria é muito importante no sector referido. Registe-se a presença local de uma sociedade portuguesa de cortiça. Objectivo é a exportação para a América Latina, nomeadamente o Brasil. Outro domínio, onde já existe cooperação, mas esta pode ser muito mais ampliada corresponde ao sector têxtil. Nesta área, Portugal e Marrocos são tradicionalmente concorrentes e isso é bom. Sobretudo, Portugal é um grande exportador de fibras sintéticas para Marrocos e em contrapartida enviamos daqui tecidos para o vosso país. Assim, a parceria pode ser incentivada através da combinação de empresas portuguesas e marroquinas, captando-se sinergias que podem resultar em termos de exportação para outros mercados. No domínio da pesca, pode-se também implementar o mesmo tipo de dinâmica. Aliás, existe já uma empresa portuguesa de equipamento que se movimenta no terreno, proporcionando contactos bilaterais. Falta referir o importante sector do turismo. Existe a ideia de desenvolver muitos projectos neste sector, reunindo operadores turísticos de ambos os países. A construção também não deve ser esquecida, nomeadamente a que respeita a barragens. Daqui, pode-se concluir que há um movimento de contactos permanentes, existe vontade política nesse sentido e que o sector privado dos dois Estados está empenhado em se associar a todo este processo.

P. Pensa que Marrocos tem condições para ser o “próximo dragão”, segundo o livro de S. Leymarie e J. Tripier?

R. Não direi “dragão”, mas Marrocos move-se em direcção do crescimento. Seria pretencioso outro entendimento, uma vez que “dragão” supõe um mercado global muito importante, um crescimento económico alargado e a posse de tecnologia sofisticada. Mas existem indicadores que nos permitem ter confiança no futuro. Em 1994, o crescimento foi de 12%; a produção industrial tem subido 4% ao ano; em dez anos, conseguiu-se passar de uma economia subdesenvolvida para uma economia em vias de desenvolvimento; o investimento estrangeiro aumentou exponencialmente — de 60 milhões de dólares em 1986/7 para 600 milhões de dólares oito anos depois; o plano de privatizações prossegue a bom ritmo abrangendo vários sectores como o turismo, a indústria, a banca, etc. Assim, penso que estão

reunidas todas as condições que podem favorecer o crescimento de Marrocos. No entanto, é preciso continuar a trabalhar muito e daqui a 10 dez anos a situação deverá já ser outra.

P. Mas comparando Marrocos com os outros Estados magrebinos, pensa que o país tem vantagens comparativas e possui potencialidades para atrair o investimento estrangeiro?

R. Em relação à Argélia, esta é uma potência energética, mas que precisa de ultrapassar algumas dificuldades para alcançar uma dinâmica de crescimento; a Tunísia avança a bom ritmo, mas é um mercado pequeno; finalmente, a Mauritânia e a Líbia não se encontram na mesma fase de desenvolvimento devido a razões maioritariamente económicas e políticas, respectivamente.

Quanto a Marrocos, o país tem as mesmas vantagens comparativas que a Tunísia: a mão-de-obra, o sol, a proximidade em relação à Europa, etc. No entanto, penso que a maior vantagem reside no facto de Marrocos constituir um mercado local importante, que é capaz de tranquilizar os investidores se houver problemas de exportação. Por exemplo, recentemente, na sequência das negociações dos Acordos de Pesca com os espanhóis, estes colocaram barreiras às exportações marroquinas durante uns dias. Os produtos em causa acabaram por ser vendidos no mercado interno e os investidores puderam limitar os seus prejuízos. Ora, isto representa uma vantagem suplementar. Temos também uma mão-de-obra que já não é barata e é progressivamente mais qualificada. Proporcionalmente, ela tem aumentado mais em qualidade do que em número e penso que isto é um dos pontos mais determinantes para que as empresas cresçam em produtividade. Paralelamente, interessa que a massa salarial permaneça baixa mas ao mesmo tempo importa proporcionar atractivos suficientes para obter profissionais mais especializados.

P. Considera que o recente Acordo de Pescas correspondeu aos objectivos pretendidos por ambas as partes. Pensa que foi equilibrado?

R. É uma questão difícil. É claro que se cada parte tivesse conseguido um acordo mais favorável seria óptimo. Este acordo não satisfaz em absoluto ninguém, mas consegue ir ao encontro de alguns interesses de ambas as partes, ou seja, é um acordo 50/50. É um acordo onde se conseguiu um compromisso que não é perfeito, mas corresponde ao melhor possível. Penso que os negociadores foram sensatos quando disseram que foi um acordo e não o acordo, e que dentro de quatro anos seria revisto. É melhor este resultado do que uma situação de bloqueio e/ou de tensão, que pudesse ter reflexos noutras áreas de actividade. As suas cláusulas vão ser agora postas à prova e poderão ser avaliadas nos próximos tempos.

P. Quais os pontos que foram melhorados neste Acordo de Pesca face ao anterior?

R. Vou-lhe transmitir a opinião marroquina que eu partilho convictamente. Creio que os acordos de pesca foram concebidos durante muito tempo, sobretudo, como uma autorização maioritariamente a espanhóis, mas também a portugueses, para trabalharem nas águas territoriais marroquinas essencialmente porque havia contrapartidas financeiras e alguma colaboração bilateral. Isto, antes de Espanha e Portugal aderirem à Comunidade Europeia. Portanto, tratavam-se de relações bilaterais. Ao longo do tempo, esta situação foi encarada pelos espanhóis como um direito e não como parte de um acordo. É certo que Marrocos ao princípio contentou-se com algumas compensações financeiras e determinados investimentos. No entanto, gradualmente, Rabat começou a desenvolver os seus bancos e a sua indústria, assumindo o pleno direito de pescar nas respectivas águas territoriais.

A evolução de mentalidade que entretanto ocorreu, foi importante para a introdução da ideia de que não há a posse "a priori" de algo, mas que tudo se discute. Tudo é objecto de discussão numa base de parceria e tendo em conta elementos racionais. Existindo recursos e a intenção de diferentes países os explorarem, é natural que decorram negociações com momentos mais ou menos pacíficos. E estes altos e baixos fazem parte do mundo dos negócios.

Em toda esta dinâmica, a ideia de comércio é muito importante porque implica um ponto de abertura — "break-through" — na percepção das negociações. O segundo ponto, e igualmente importante, corresponde à noção de parceria. Face aos recursos existentes, é melhor duas empresas de nacionalidade diversa trabalharem juntas do que disputarem autónomamente o mesmo mercado. Creio que a discussão em volta do sector das pescas, mostrou a necessidade de dar à parceria um conteúdo concreto.

É preciso pôr os vários intervenientes a operarem em conjunto no mercado. Neste acordo, aquilo que ficou demonstrado foi a dificuldade de fazer entender, tanto aos marroquinos como aos espanhóis ou outros, a ideia de como transpôr um conceito "filosófico" bom para a prática. Mas penso que é preciso reflectir sobre a questão e não construir uma visão baseada em apenas 2 ou 3 meses de discussão. A abordagem deve ser mais complementar.

Dentro desta ordem de ideias, conseguiremos integrar a questão do comércio e da parceria no espírito do acordo das pescas, e espero, que abrangendo outros assuntos comuns aos interesses de todos.

P. Quais as alterações mais significativas formuladas neste acordo de associação em relação às convenções anteriores?

R. Creio que o elemento mais importante se situa ao nível industrial, onde Marrocos consolida a sua importância no mercado europeu e abre decididamente o seu mercado neste sector às exportações europeias.

Quanto à agricultura foram tomadas uma série de medidas para que isso também acontecesse, mas a Europa ainda não está receptiva. Eu assisti a uma série de negociações, ao longo das quais a Comunidade Europeia sempre resistiu à nossa intenção de exportar o tomate livremente.

A argumentação comunitária, que é a primeira potência comercial do mundo, justificava os entraves referindo que o tomate marroquino é muito barato e bom, colocando os produtores europeus perante uma concorrência insuperável. Ora, isto é um paradoxo se atendermos ao facto que estão em confronto um bloco económico regional e um pequeno país mediterrânico.

Se falar-mos da banana da Costa Rica face à banana da CE, eu compreendo porque de facto a banana da Costa Rica é doce sem necessitar de qualquer investimento. Basta passear na rua para se ver que há abundância de bananas que cresceram naturalmente e sem esforço.

Ora, o nosso caso é diferente, ou seja, o tomate (e falo no tomate só como exemplo) para ser produzido em Marrocos necessita de estufas aquecidas porque de noite faz muito frio, isto é, torna-se fundamental a existência de uma variedade de investimentos que inclui as sementes, os insecticidas, as embalagens, etc., Seguem-se-lhes todos os circuitos de comercialização, de transporte para a Europa e dentro desta. E por fim, é bom que se diga que num tomate marroquino 70% é importado, seja em materiais ou em serviços, da Europa. Por outras palavras, nós exportamos apenas 30% de cada tomate!

Como podemos calcular, tudo isto prova que é preciso fazer um bom trabalho. Exige uma grande capacidade produtiva da nossa parte. Neste sentido, fizemos grandes investimentos que nos permitiram, actualmente, incentivar as exportações. E, deste modo, fomentámos algum receio entre os europeus.

No sector agrícola creio, pessoalmente, que a CE terá que rever a sua política, porque esta está ainda muito ligada a interesses restritos. Quando vemos toda a Comunidade a bater-se por uma pequena região, podemos até compreender porque frequentemente resulta de compromissos eleitorais! Mas, é preciso mudar de atitude porque não se pode ser uma grande potência e ter pequenas "razões".

Quanto ao aspecto financeiro há, apesar de tudo, uma orientação mediterrânica que penso constituir um sinal muito positivo da parte da CE. É

claro, que nós consideramo-la insuficiente, o que é normal. Mas há de facto uma certa vontade que foi expressa através do Programa MEDA, que me parece ser uma boa fórmula que pode e deve ser melhorada.

Apesar de alguns inconvenientes, estamos no bom caminho. Portanto, a grande novidade é a abertura por parte de Marrocos do seu mercado industrial, que representa sobretudo um grande desafio para o Governo Marroquino porque ninguém pode prever como se irão desenrolar os acontecimentos. O que é preciso, agora, é gerir bem a situação.

P. Mas eu penso que o financiamento marroquino é mais controlado pelas instituições europeias. É verdade?

R. A ajuda comunitária continua em paralelo à ajuda bilateral. Nós continuamos a ter acordos financeiros com Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha, etc. São ajudas que se complementam face às ajudas comunitárias.

Penso que neste momento a dificuldade das ajudas comunitárias constitui uma espécie de dúvida de "identidade". A interrogação identifica-se com a questão de se saber se se devem financiar os projectos rentáveis ou apostar em programas não lucrativos, mas que são essenciais. Por exemplo, no campo social, as escolas e os hospitais não são rentáveis imediatamente, mas são obras importantes assim como outras infra-estruturas. E aqui coloca-se o problema de saber quais as opções a tomar. O que é certo, é o facto de a liberalização não ser suficiente, não é um milagre que resolve tudo.

Os líderes devem implementar políticas voluntaristas e certificarem-se de que se pratica uma liberalização generalizada porque se só se abrange alguns Estados, então ela não funciona. Seguidamente, é necessário discernir o que se pretende e onde deve actuar a liberalização. No entanto, o discurso estratégico já está delineado.

Penso que aquilo que a CE quer e precisa é de estabilidade sobretudo na zona do mediterrâneo, ou seja, evitar guerras e o excesso de imigração.

Para além disto, há a componente económica. O Magrebe, nomeadamente Marrocos, constitui um mercado de exportação da CE natural e garantido. Evidentemente, existem investimentos necessários. Mas os mesmos problemas põem-se em relação à penetração noutros mercados, como sejam os casos da Ásia ou da América do Norte. Isto obriga a Europa a estabelecer prioridades. Por exemplo, a Ásia é dominada pelos japoneses e a América pelos norte-americanos. Agora, a novidade é a Europa do Leste. No entanto, esta amanhã fará parte da CE. Quando isso ocorrer, os salários aumentam, os benefícios

fiscais serão os mesmos e haverá uma moeda única. Atendendo a este quadro, o Mediterrâneo é um espaço natural de cooperação, mas necessitado de um conteúdo, cuja materialização é dada através de medidas estratégicas. Não basta dizer que se deve deixar o mercado funcionar porque isso é insuficiente.

P. Qual foi a razão pela qual Marrocos pediu a adesão à Comunidade Europeia? Tratou-se apenas de uma pressão política ou espera-se mais da Europa?

R. Penso que o facto de Marrocos ter pedido a adesão é sobretudo um sinal político. Significa uma vontade de aproximação, apesar de se reconhecer que não estão reunidas todas as condições para pertencer à CE. Não se pode ignorar o facto de o nosso país estar próximo da Europa, mesmo culturalmente. Penso que existem mais semelhanças entre um marroquino e um português do que com um sueco. Portanto, trata-se de uma orientação política que traduz uma sintonia entre Marrocos e o espaço europeu, quer seja membro da CE ou parceiro. O essencial é que esteja na esfera europeia. Nós queremos fazer parte integrante dela, sem qualquer reserva da nossa parte. Isto também pode ser uma forma de adesão. A integração num determinado espaço é susceptível de possuir diversas gradações e não conduzir forçosamente à pertença às instituições. Estou convencido que um modelo idêntico ao descrito vai acontecer.

P. Em sua opinião, qual será o caminho a seguir no futuro e qual o "papel" que caberá a Portugal na direcção tomada?

R. Penso que o mais importante é não se considerar o recente acordo de associação como o fim, mas fundamentalmente como o início de um processo. Com efeito, começa agora uma nova etapa euro-mediterrânica. É necessário que as pessoas se envolvam cada vez mais nesta dinâmica para se resolver os problemas específicos ou comuns da Europa e do Magrebe, sejam eles de carácter económico, social ou político. Assim, é importante que de um lado e do outro hajam actores económicos e políticos que mantenham a pressão para se continuar a fazer uma avaliação constante do modo de aplicação prática do Acordo e de como se poderá melhorá-lo dentro do limite do possível.

É, precisamente, aqui que Portugal possui uma posição importante devido à sua sensibilidade mediterrânica, apesar de não o ser geograficamente. O vosso país é, sem dúvida, mais mediterrânico que a Grécia, sendo esta um Estado 100% pertencente à região em causa. No entanto, Portugal parece-me ser muito mais activo nesta zona que o país referido. Esta é uma das razões pela qual se poderá manter uma pressão junto dos núcleos principais europeus, apelando-se à importância de Marrocos no equilíbrio do Mediterrâneo Ocidental. Trata-se, como já referi, de um processo dinâmico.

P. O que é necessário fazer ou reestruturar para Marrocos atrair investimento estrangeiro, nomeadamente, português? Será que há alterações a introduzir na legislação? Quais os sectores económicos locais que podem atrair mais capital vindo do exterior?

R. Creio que há sobretudo um esforço a fazer no sector da informação. Por exemplo, os operadores turísticos portugueses não conhecem suficientemente o potencial de Marrocos neste sector. É um exemplo típico de um trabalho que poderia ser efectuado em conjunto com Portugal. É, igualmente, necessário fazer um esforço financeiro de investimento e de crédito para dar lugar a uma parceria efectiva.

Seguidamente é, também, importante facilitar as deslocações das pessoas para que seja possível viajar sem problemas. No fundo, trata-se de favorecer contactos profissionais rápidos (de 24 horas se necessário) e missões de trabalho em qualquer sector. A título de exemplo vai-se efectuar em Marrocos um investimento grande na área das águas. Se me perguntasse à 1 ou 2 anos qual era o melhor sector para investir aqui, eu nunca teria pensado nas águas. Isto significa que houve alguém com iniciativa, que veio estabelecer contactos e conseguiu-se dinamizar um projecto inovador.

Assim, é fundamental não só vir à procura de ideias, mas sobretudo aparecer com planos concretos.

P. Os exemplos podiam-se estender ao domínio das estradas (vias de comunicação em geral), barragens, indústria conserveira, empresas mistas, etc.?

R. Sim, certamente.

P. Em Portugal, debate-se bastante sobre a importância da deslocalização de empresas. Talvez, os marroquinos estejam dispostos a receber empresas portuguesas?

R. Sim, certamente. Aliás, a legislação actual é muito livre, aberta e estimulante nesse sentido. Além do mais, Portugal tem muitas afinidades com Marrocos e esse contacto humano próximo é propício ao investimento. De facto, a legislação foi muito simplificada.

P. Pensa que a economia marroquina está em condições de se adaptar aos novos conceitos de parceria e zona de comércio livre, dentro do tempo estipulado?

R. Creio que sim, já que no acordo estão previstos alguns anos (cerca de

12) para serem criadas as condições indispensáveis à concretização daqueles conceitos. Já não se trata de uma opção, mas sim de um dado adquirido ao qual temos de nos adaptar.

Por outro lado, existe um esforço de modernização em vários sectores, o que envolve verbas avultadas. Isto representa um esforço concreto. Por exemplo, a partir de 1 de Janeiro de 1997 os direitos aduaneiros vão baixar.

P. E, na perspectiva comunitária, pensa que existem passos significativos que materializem as ideias?

R. Penso que há, efectivamente, uma vontade real de criar uma dinâmica de parceria. A este espírito deve corresponder um conteúdo, sobre o qual ainda é prematuro fazer algum comentário, uma vez que o novo acordo de associação acabou de ser rubricado. Trata-se agora de dar continuidade a um processo que pode ser mais rápido ou lento, dependendo da velocidade imprimida pelos países e instituições nele envolvidos.

Muito obrigado Sr. Sijilmassi, pela sua disponibilidade para a realização desta entrevista.

ANEXO IV

Entrevista com o Sr. Embaixador do Reino
de Marrocos em Portugal, Aziz Mekhouar, ocorrida
na respectiva Chancelaria em Lisboa em 18.04.96

P. Sr. Embaixador pensa que os acontecimentos históricos do passado são um entrave ao aprofundamento da relações Portugal-Marrocos?

R. Penso que não. Contrariamente, é a demonstração de que há boas relações entre Marrocos e Portugal e que são muito antigas. Mesmo no tempo dos conflitos, as crónicas históricas referem períodos de paz entre as cidades ocupadas e o Reino de Marrocos. Era natural o convívio entre os portugueses e as populações locais. Nesta época as relações bilaterais foram marcadas pela batalha de Alcácer Qubir. Do ponto de vista português é evidente que se traduziu num acontecimento perverso na sequência do qual Portugal vem a perder a Independência. Pelo lado do Reino de Marrocos, a batalha foi decisiva, uma vez que afastou os invasores passando a ser considerado uma grande potência. No essencial, o inconsciente/memória colectiva marroquina não faz de Portugal um inimigo tradicional a evitar. Trata-se apenas de uma batalha importante sem repercussões para o relacionamento futuro dos dois países.

P. Como é que caracteriza as relações entre os dois países até à integração europeia? Pensa que é correcto afirmar-se que as relações se alteraram substancialmente com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, e nesse sentido falar-se de um tipo de relacionamento antes e após 1986?

R. Vejo a questão numa perspectiva diferente. Penso que houve vários períodos na história das relações entre Marrocos e Portugal. Um deles desenvolveu-se até ao séc. XVIII sob um signo definitivamente português de posicionamento na costa marroquina, após a presença moura em Portugal. Seguidamente no séc. XX, Portugal participou na Conferência de Algeciras e determinou um pouco o futuro de Marrocos na altura.

A partir de 1956 com a troca de Embaixadas, na sequência da independência marroquina estabeleceram-se relações bastante especiais entre os dois Estados devido à proximidade geográfica e ao facto de Marrocos manter uma representação diplomática após 1961, sendo o único país árabe a fazê-lo.

Isto não significa que Marrocos não se tenha oposto à luta ultramarina de Portugal. O nosso país adoptou sempre uma posição a favor da auto-determinação das ex-colónias portuguesas. Aliás os movimentos de libertação

obtiveram acolhimento no nosso território. No entanto, este facto não prejudicou o relacionamento bilateral porque existiu frontalidade de ambos os lados.

Quanto às relações económicas e comerciais, estas começaram a desenvolver-se a partir dos anos 70 quando algumas empresas portuguesas estabeleceram-se em Marrocos. Contudo, a aproximação intensificou-se em 1986/87, embora não tenha a certeza que seja um resultado da adesão portuguesa à CEE. Penso que é uma tomada de consciência da necessidade de um relacionamento particular entre dois países muito próximos, tendo em conta um entendimento tradicionalmente bom.

P. Pensa que no relacionamento em causa prevalecem as razões económicas ou as de segurança?

R. Apesar de serem dois países geograficamente muito próximos, as relações económicas foram muito escassas durante anos porque Portugal estava orientado para o Norte e Marrocos privilegiava outras áreas europeias. Isto levou ao desencontro de negócios e de empresários.

Do ponto de vista político penso que o Governo português considera o Norte de África uma região muito sensível para a segurança da Europa e este factor está associado à necessidade de desenvolvimento. Assim a posição portuguesa defende que estes dois vectores estejam reunidos em Marrocos, o que é fundamental para a estabilidade do Mediterrâneo ocidental.

Actualmente não existe qualquer contencioso entre os dois Estados e Portugal é um bom vizinho com uma posição consolidada em diversas organizações internacionais. É membro da União Europeia, da União da Europa Ocidental (UEO) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Neste momento, tentam-se aprofundar as relações económicas para dar conteúdo à vertente política.

P. Pela parte marroquina, quais os avanços do ponto de vista económico?

R. Em termos de Embaixada, estamos a trabalhar no contacto de empresas marroquinas e portuguesas, tentando criar um movimento de negócios. Este circuito é estabelecido através de investimentos portugueses em Marrocos e da participação de empresas nossas em empreendimentos lusos. É um processo bastante moroso que dura há cerca de dois anos e meio e só agora se começam a ver alguns resultados.

P. Marrocos vê alguma especificidade nas relações com Portugal face ao seu posicionamento perante os outros países europeus mediterrânicos?

R. Penso que sim. Cada país tem a sua própria identidade e interesses diversificados independentemente de pertencerem ao mesmo conjunto regional com afinidades mediterrânicas. São os casos de Portugal, Espanha, Itália e França.

P. Será que os recentes acordos de associação e de pescas assinados por Marrocos e a União Europeia terão aproximado simultaneamente a Comunidade de Marrocos e este país de Portugal ou terá existido um certo desfazamento?

R. Não acho que haja qualquer distanciamento. O espírito da associação está a dominar as relações entre Marrocos e os países europeus, elevando-as a um nível mais consistente. No que diz respeito ao princípio, o novo acordo traduz uma aproximação entre o nosso país e a Europa na qual Portugal teve um papel importante e que Marrocos reconhece.

P. Pensa que existem razões para crer que Marrocos goza de uma preferência comunitária em relação aos outros países do Magrebe?

R. Preferência diria que não. Penso que há uma política europeia diferente para cada um dos países do Magrebe. Comparando Marrocos com outros Estados da região, pode-se afirmar que é um país estável, onde sobressai um sistema político e económico semelhante ao padrão europeu. Em Marrocos nunca houve um monopartidarismo, coexistindo um Parlamento, vários sindicatos e instituições diversas que permitem um funcionamento democrático tendo em conta as especificidades próprias do país.

O recente acordo de associação reflectiu estes aspectos e desencadeou um debate interno sobre os efeitos da liberalização do comércio entre Marrocos e a Europa. De facto, era preciso convencer a classe económica que a abertura das fronteiras de Marrocos era benéfica, nomeadamente no sector agrícola. No entanto não se conseguiu persuadir os europeus devido ao receio da concorrência. Ao longo das negociações a CEE comportou-se sempre como um bloco bastante homogéneo, mostrando alguma inflexibilidade perante as propostas marroquinas.

Esta postura comunitária já havia levado Marrocos a pedir a adesão à CEE, no passado, para superar as dificuldades inerentes à discussão comercial. A resposta foi negativa argumentando-se com o obstáculo geográfico. Mas em termos de posição política, penso que ficou tudo mais claro e a Comunidade percebeu a intenção marroquina.

A partir de 1990/91, iniciámos uma longa maratona de conversações na tentativa de obtermos um estatuto muito semelhante à de qualquer membro da União do ponto de vista político, económico, financeiro e de ajuda ao

desenvolvimento. Apesar de não se ter atingido satisfatoriamente todas as metas, o acordo de associação parece-me um bom passo para se ficar mais próximo de um nível ideal de cooperação.



P. Um dos objectivos da Conferência de Barcelona foi estimular a cooperação intra-magrebina. Considera isto viável num futuro próximo atendendo à fragilidade demonstrada pela UMA?

R. A UMA de facto tem ficado aquém dos objectivos iniciais. As dificuldades surgidas devem-se sobretudo a diferenças de mentalidades e a divergências económicas. Por exemplo, a Argélia já foi dominada por um poder socialista centralizado; Marrocos é um país que se pode considerar liberal. Consequentemente, existiam pontos de vista diferenciados ao nível dos responsáveis políticos e da gestão dos recursos. Depois, somam-se outros problemas como o do Sara que continua a criar atritos entre Marrocos e a Argélia, reflectindo-se nas relações bilaterais permanentemente com maior ou menor intensidade. No entanto, existiram alguns bons momentos de aproximação dos quais o gasoduto é representativo. Este é um factor importante de cooperação porque o gás vem da Argélia e passa por Marrocos com destino à Europa.

Penso que a integração horizontal é necessária e benéfica, uma vez que se está perante um mercado de 60 milhões de habitantes, quadros de alto nível e um circuito industrial em progressão. Aliás, a integração horizontal e vertical não são antagónicas. Pode-se perfeitamente trabalhar com a Europa, consolidando-se um diálogo individualizado Sul-Norte e simultaneamente aprofundar-se o relacionamento com os parceiros magrebinos ou pelo menos esperar por um momento mais favorável à sua realização.

P. Mas atendendo aos condicionalismos existentes, pensa que é razoável a data de 2010 para a constituição de uma zona de livre comércio euro-magrebina?

R. Do ponto de vista marroquino, estamos a trabalhar nesse sentido. Quanto aos outros Estados não me posso pronunciar.

P. Contudo, não será importante a sintonia entre os Cinco para concretizar aquela meta?

R. Penso que é difícil. Por enquanto, ainda não existe uma plataforma comum de entendimento quanto à aproximação ao Norte. Cada um segue a sua própria política e aborda a questão individualmente.

No entanto, é natural que todos desejem a criação da zona de comércio

livre. E repare que, daqui a 15 anos, a situação político-económica pode-se alterar. É possível que se resolvam os problemas regionais e a partir daí a integração será muito mais fácil. Acredito que o comércio marroquino sairá beneficiado de todo este processo.

P. Pensa que os problemas com a Argélia devido à questão do Sara poderão ser resolvidos brevemente?

R. É uma questão complicada. A Argélia criou o problema em 1974 ao apoiar a Polisário através de armas e dinheiro. Prestou-lhes um forte auxílio diplomático e logístico, transformando-os num seu instrumento numa luta de influências a nível regional. Inseria-se também numa lógica de confrontação leste-oeste, uma vez que a Argélia encontrava-se mais próxima da União Soviética e Marrocos era mais pró-ocidental. O assunto em causa, liga-se simultaneamente à possibilidade de acesso ao Atlântico.

Actualmente existe a eventualidade de se fazer um referendo, cuja ideia tem sido alimentada ao longo de vários anos pelos argelinos. No início dos anos 80, o Rei Hassan II aceitou essa proposta, que por sua vez foi encontrando obstáculos sucessivos. No fundo, há o receio de que Marrocos venha a ganhar o território através do referendo. Neste momento, as negociações decorrem em torno da identificação das populações. A nossa posição é a de que podem votar todos aqueles indivíduos que nasceram no Sara ou cujos pais já tinham essa origem. Portanto, o conhecimento entre pessoas é importante porque estamos perante uma pequena comunidade (entre 100 e 150 mil pessoas) ácerca dos quais se sabem os parentescos. Este processo de identificação foi aceite pelas Nações Unidas mas deparou com novas adversidades. O argumento mais recente consiste em dizer que se introduziu uma série de potenciais votantes que não têm qualquer vínculo com o espaço em discussão. Ora, isto não tem qualquer fundamento nem sentido.

P. Considera Marrocos um mercado atraente para o investimento português com a consequente deslocalização de empresas? E, por outro lado, o que poderá Marrocos esperar de Portugal do ponto de vista económico?

R. Penso que o investimento em Marrocos é importante para as empresas portuguesas e respectiva deslocalização, uma vez que é um mercado muito próximo. Em termos práticos existem duas razões fundamentais que torna atractivo esse investimento. Em primeiro lugar, as condições locais são favoráveis ao estabelecimento de negócios. A segunda razão prende-se com a possibilidade de se organizarem ciclos de produção curtos, ou seja, encomendarem-se pequenas quantidades para entrega num breve espaço de tempo, onde a distância se apresenta como um factor primordial. Por outro lado, o nosso país representa um mercado de 27 milhões de habitantes com um

poder de compra crescente. A média do crescimento económico nos últimos 10 anos tem-se situado em cerca de 5/5,5% e o aumento demográfico em 2%. Assim, conclui-se que a população está a enriquecer constituindo um bom potencial de futuro.



P. E em sentido contrário tem havido abertura por parte de Portugal ao investimento marroquino?

R. Sim, existem empresas marroquinas em Portugal. No entanto, é necessário que os empresários se conheçam e iniciem negócios, trocas comerciais. Esta tomada de consciência tem sido adquirida gradualmente para a qual tem contribuído os encontros de agentes económicos organizados bilateralmente.

Muito obrigado, Sr. Embaixador, pela sua disponibilidade para a realização desta entrevista.